



Adriana Ramos
Fátima Grave Ortiz
Luciana Gonçalves Pereira de Paula

O TRABALHO
PROFISSIONAL DO/A
ASSISTENTE SOCIAL E
SUAS POSSIBILIDADES
**REFLEXÕES SOBRE
AS DIMENSÕES
CONSTITUTIVAS DO
SERVIÇO SOCIAL**



Adriana Ramos
Fátima Grave Ortiz
Luciana Gonçalves Pereira de Paula

O TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL E SUAS POSSIBILIDADES

Reflexões sobre as dimensões
constitutivas do Serviço Social

1ª edição
Juiz de Fora/MG
2023



@Editora UFJF, 2023

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem
autorização expressa da editora.

O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso
de imagens ou textos de outro(s) autor(es) são de inteira responsabilidade do(s)
autor(es) e/ou organizador(es)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitor

Marcus Vinicius David

Vice-Reitoria

Girlene Alves da Silva

Logo Serviço Social

Luciano Cardoso de Souza

EQUIPE EDITORIAL DO SELO SERVIÇO SOCIAL

Diretora Editorial

Profa. Dra. Edneia Alves de Oliveira

Editora

Profa. Dra. Carina Berta Moljo

Diretor Associado

Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia
Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte

Conselho Editorial

Alcina Martins

(Instituto Superior Miguel Torga - Portugal)

Carina Berta Moljo

(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Cláudia Mônica dos Santos

(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Elaine Rossetti Behring

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

José Paulo Netto

(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Marco José de Oliveira Duarte

(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Margarita Helena Rozas Pagaza
(Universidad Nacional de La Plata - Argentina)

Maria Carmelita Yazbek

(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Maria Lúcia Duriguetto

(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Marilda Villela Iamamoto
(Universidade Federal do Rio de Janeiro e
Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Ana Elizabete Mota

(Universidade Federal de Pernambuco)

Miguel Ángel Oliver Perelló
(Universitat Illes Balears - Espanha)

Paula Vidal Molina

(Universidad de Chile - Chile)

Rodrigo Souza Filho

(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Vassilis Ioakimidis

(University of Essex - Inglaterra)

Projeto Gráfico, Editoração e Capa
Paolo Malorgio Studio

Ramos, Adriana

O trabalho profissional do/a assistente social e suas possibilidades : reflexões sobre as dimensões constitutivas do Serviço Social / Adriana Ramos, Fátima Grave Ortiz, Luciana Gonçalves Pereira de Paula. – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF / Selo Serviço Social, 2023.

ISBN: 978-65-89512-72-1

1. Serviço Social. 2. Assistentes sociais. 3. Trabalho qualificado. I. Ortiz, Fátima grave. II. Paula, L. G. P. de. III. Título.

CDU: 361/362

Editora UFJF

Rua Benjamin Constant, 790

Centro - Juiz de Fora - MG - CEP 36015-400

Fone/FAX: (32)3229-7646 / (32)3229-7645

editora@ufjf.edu.br / distribuicao.editora@ufjf.edu.br

www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



AUTORAS

ADRIANA RAMOS. Assistente Social. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada do curso de Serviço Social da UFF/Niterói. Coordenadora do Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS).

FÁTIMA GRAVE ORTIZ. Assistente social, mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada da Escola de Serviço Social/UFRJ, onde atua na graduação e na pós-graduação. Co-coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC).

LUCIANA GONÇALVES PEREIRA DE PAULA. Assistente social. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde atua na graduação e na pós-graduação. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL	27
1.1 O cotidiano profissional do/a assistente social como ponto de partida para a reflexão sobre a dimensão teórico-metodológica	27
1.2. Um mergulho no exercício da abstração - os diferentes níveis do conhecimento	33
1.3 O conhecimento científico e a Teoria Social de Marx: implicações para o Serviço Social	49
CAPÍTULO II	
A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL - A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO	69
2.1 O cotidiano profissional do/a assistente social como ponto de partida para a reflexão sobre a dimensão técnico-operativa	69
2.2 Teleologia e planejamento - a capacidade teleológica e o planejamento constituído a partir da racionalidade histórico-crítica	81
2.3 A dimensão técnico-operativa do trabalho profissional do/a assistente social	91
CAPÍTULO III	
A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO - AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS	109
3.1 O cotidiano profissional do/a assistente social como ponto de partida para a reflexão sobre a dimensão ético-política	109
3.2 Um mergulho no exercício da abstração - a moralidade burguesa e a direção ético-política construída pelo Serviço Social	117
3.3 O componente ídeo-político do Serviço Social, estratégias e táticas alinhadas ao direcionamento ético-político do projeto profissional crítico	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	165

A articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ética-política e técnica operativa que fundamentam o Serviço Social e a unidade teoria e prática são princípios que orientam as Diretrizes Curriculares (ABEPSS,1996). O conteúdo deste livro é um convite à reflexão sobre os fundamentos do Serviço Social, tendo como eixo de análise as dimensões do trabalho profissional e o cotidiano é o ponto de partida. A exposição do conteúdo chama a atenção. Tanto a articulação das dimensões do trabalho profissional quanto a reflexão sobre a unidade teoria e prática atravessam todo o conteúdo e desvelam as particularidades da profissão na totalidade do ser social. A leitura deste livro é um chamamento à reflexão sobre a realidade, o cotidiano e as possibilidades de um trabalho profissional crítico e criativo.

Marilene Coelho

APRESENTAÇÃO

O neoliberalismo vem embasando ide-politicamente diversificadas ações em detrimento do trabalho – protegido socialmente por meio de regulamentação; um rumo consoante ao padrão de acumulação flexível. Em suma, um padrão de produção que avilta sobremaneira o trabalho em prol do alcance de maior lucratividade. Nesse processo tornou-se imprescindível a atrofia do Estado em dadas direções – a exemplo do subfinanciamento e/ou do desfinanciamento das políticas sociais. Para tanto, é difundido, largamente, que o investimento em proteção social foi/é o responsável fundamental pela crise capitalista contemporânea, pondo em demérito, inclusive, as características inerentes às economias capitalistas periféricas, que sequer tiveram um significativo sistema de proteção social, que, supostamente, pudesse ser indicado como responsável pela aludida crise e/ou vir a ser destruído. Tal tendência produziu repercussões desastrosas em países de capitalismo dependente, como o Brasil. Sabemos que o nosso país foi um dos últimos a “erradicar” a escravização – uma maneira de produção que, evidentemente, se articula com a nossa histórica condição de trabalho precarizado, informal. Aliás, praticamente, essa foi a única alternativa que restou àqueles que, sem qualquer recurso e/ou proteção social, se tornaram os únicos responsáveis por prover os meios necessários à manutenção de suas vidas. O exposto permite-nos mencionar que, em terras brasileiras, o receituário neoliberal vem recrudescendo as dificuldades daqueles que têm no (próprio) trabalho a alternativa de sobrevivência.

Como já bastante discutido na literatura crítica do Serviço Social, no capitalismo, a contradição é imanente e, conseqüentemente, suas recorrentes crises. A ciência disso, impossibilita-nos levantar hipótese de restringirmos as profundas dificuldades que ora experimentamos no sentido político-econômico à atual crise sanitária dos coronavírus. Temos uma formação social regida pela lei geral da acumulação do capital, ou seja, uma formação social em que a riqueza socialmente produzida é monopolizada por uma das classes, de modo inseparável da condição de pauperismo da outra – dos produtores dessa riqueza social. Em prol dessa lógica, a agudização das contradições capitalistas suscita, no plano estatal, o recurso a uma racionalidade que mescla gerencialismo, assistencialismo e punição. Diante disso, defrontamo-nos com requisições profissionais postas aos/às assistentes sociais em meio a um significativo processo de precarização e superexploração do trabalho, que conta, inclusive, com a utilização das tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Esses são alguns aspectos que nos afetam sobremaneira, no lamentável momento que atravessamos em nosso país. E isso se dá tendo muitos entre nós com os pesares do

adoecimento psíquico e/ou físico e/ou da morte de pessoas queridas, do desemprego, da intranquilidade em face da exacerbação das recorrentes violências simbólicas ou diretamente físicas, entre elas: a fome, o feminicídio, a homofobia, o racismo; enfim, com os pesares da exacerbação das nossas históricas misérias, sejam objetiva e/ou subjetivamente. Ou seja, a atual crise sanitária, diferentemente do que, por vezes, nos querem fazer crer, não é a responsável pela nossa tragédia social, não obstante viabilizar, e de maneira importante, o desvelamento e aprofundamento de muitas das nossas dificuldades, entre elas uma das maiores das nossas “doenças” – a abissal desigualdade social que caracteriza a nossa sociedade.

Como já foi dito, historicamente, objetivamos o nosso trabalho sob condições que há muito já mereciam ser observadas, haja vista a precariedade que carregam.

Os Assistentes Sociais também são assalariados que estão, não obstante a peculiaridade de serem especializados e vinculados às políticas sociais, como os demais trabalhadores, sujeitos às injunções da reestruturação produtiva do capitalismo, que degradam as condições de trabalho e de vida do conjunto da classe trabalhadora. Especialmente, em um país como o nosso de capitalismo chamado periférico, em que a flexibilização dos direitos trabalhistas viabilizou o recrudescimento do que já podia ser avaliado como bastante crítico – as difíceis condições de trabalho de significativo contingente de trabalhadores —, dada a instabilidade gerada pela informalidade, pelos contratos temporários ou parciais, pela escassa oferta de postos de trabalho formal ou pela constante ameaça do desemprego etc. (FORTI et al., 2013, 31).¹

Não bastasse vivermos em um país capitalista, nos situamos em país cujo capitalismo periférico e dependente ora suscita, ainda mais, implicações adversas à vida do/as trabalhadores/as brasileiro/as. Isso porque não podemos subestimar que temos um governo que, cada vez mais, declina o que arduamente conquistamos em prol da possibilidade da construção de um país solidamente democrático. Além de podermos observar as perdas impostas aos/às trabalhadores/as, por meio das alterações na previdência social e nas leis trabalhistas, cabe-nos captar o quanto isso é intensificado com o escancarado desmantelamento das políticas sociais (em geral).

Dessa maneira, além dos óbices ao acesso aos direitos sociais, é evidente o ataque aos direitos humanos, aos valores civilizatórios, rebaixando as condições da vida social dos brasileiros e aprofundando o que temos de pior, inclusive e destacadamente, os nossos tradicionais traços conservadores e até “fascitizantes”.

Isso tudo mostra a importância, melhor dizendo, a premência de estudos que se voltem ao trabalho profissional tendo em vista os reais interesses da classe

1 FORTI et al. Direitos Humanos e Serviço Social: debater é preciso. In: FORTI, Valeria; BRITES, Cristina M^a. Direitos Humanos e Serviço Social: Polêmicas, debates e Embates. 3^a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

trabalhadora. Daí a relevância e premência da presente publicação, que, voltada ao trabalho profissional dos/as assistentes sociais, propriamente, “joga luzes” à compreensão crítica das evidentes tensões presentes nos meandros da ação profissional, em face do trabalho que realizam cotidianamente no campo das políticas sociais e dos direitos daqueles aos quais atendem. Uma obra que busca ofertar aos/às estudantes e assistentes sociais (e áreas afins) fundamentos abalizados ao reconhecimento do que fazem, porque fazem, desnudando, assim, a relação entre a ação profissional, na divisão social e técnica do trabalho, e os inerentes tensionamentos entre o Estado e a sociedade brasileira/mundial, haja vista as tendências socioeconômicas, políticas e culturais e os princípios que fundamentam o nosso código de ética profissional (vigente) e o atual projeto profissional crítico – o Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro.

Princípios esses que expressam os compromissos assumidos pelo Serviço Social nas últimas décadas. Ou seja,

Compromissos progressistas e democráticos que, sobrelevando os interesses dos trabalhadores, e compatíveis com a Constituição de 1988, não se limitam ao corporativismo e anunciam princípios e valores que apontam para a universalidade, pois dissonantes dos parâmetros de uma organização social assentada na dominação e na exploração de classe. Isso traz a compreensão de que nos referirmos ao Serviço Social significa referência a um exercício profissional que, alinhado aos interesses dos trabalhadores, incide na vida social concreta. Por conseguinte, significa referência a um campo de trabalho que, sob determinado ângulo, incide na realidade sócio-histórica, uma realidade dinâmica e contraditória, cuja alteração não é assegurada apenas pelo discurso, por maior que seja sua articulação com a realidade, sua elaboração intelectual, em síntese, sua competência. Daí porque tornarem-se descabidas apreciações desprovidas de fundamentos, de nexos teórico-práticos, restritivas, propícias à legitimação de hierarquia entre pensamento e ação e favorecedoras da desvinculação entre vida social e projeto(s) social(is) e profissional(is) (FORTI et al., 2013, 30).²

Sabemos que há diferentes projetos societários que se articulam aos projetos profissionais. Em síntese, pode ser dito que há projetos que sustentam interesses individuais e/ou de grupos particulares e projetos voltados à coletividade. Portanto, nos referimos a projetos que se voltam à busca da superação dos limites impostos pelo instituído e a outros que buscam nos conformar, nos aprisionar a eles. Dessa maneira, salientamos que a discussão que esta publicação nos oferece possibilita-nos adensar as reflexões voltadas à construção da superação dos aludidos limites que nos aprisionam ao instituído.

2 Ibid., p. 30.

O projeto profissional crítico, denominado Projeto Ético-político do Serviço Social é uma *estrutura direcionada*,³ está ancorado em valores e princípios fundamentais, que, articulados a projetos societários e em sua dinamicidade, se direcionam profissionalmente em prol dos interesses da classe trabalhadora, dos interesses coletivos. E nesta publicação isso é notório há, inclusive, o investimento das autoras na busca de elucidação de certas inversões conceituais que, comumente, influenciam, desvirtuando o trabalho cotidiano dos/as assistentes sociais desse rumo humanamente profícuo. Além disso, é primaz destacarmos o esforço de elaboração intelectual contido nas reflexões vinculadas ao cotidiano do trabalho profissional, sobrelevando o que os/as assistentes sociais⁴ – profissionais assalariados/as – experimentam. Ou seja, sobrelevando os seus dilemas cotidianos, em face das necessidades daqueles aos quais dirigem suas ações, considerando a evidente tensão entre os/as profissionais que visam objetivações democráticas e progressistas e as finalidades institucionais que exigem deles, comumente, a efetivação de ideologias, pedagogias e práticas conservadoras.

Portanto, sintam-se convidados ao conhecimento desse importante trabalho cujo empenho intelectual das suas autoras, respectivamente Adriana Ramos, Fátima Grave e Luciana de Paula, lhes permitirá satisfação na leitura e reflexões relevantes, pois é mais uma produção que adensa o acervo crítico da nossa profissão.

Valeria Forti

Assistente Social, Dra. em Serviço Social, Prof^a. associada da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

3 Qualificativo extraído da obra *Estratégias e táticas: reflexões no campo do Serviço Social*, de autoria de Luciana G. P. de Paula (2016).

4 Para evitar uma leitura cansativa ao/à leitor/a, não utilizaremos alternância (simultaneamente) de gênero, porém aqui é considerada e valorizada toda diversidade que constitui o gênero humano.

PREFÁCIO

O presente livro é fruto de uma construção a seis mãos. Um trabalho coletivo que foi desenvolvido ao longo da realização do meu estágio pós-doutoral, entre os anos de 2020 e 2021, sob supervisão da Profa. Fátima Grave Ortiz, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Portanto, a obra que aqui apresentamos tem como ponto de partida a minha proposta de pesquisa, desenvolvida durante o percurso do pós-doutorado, mas foi construída por meio dos esforços reflexivos realizados em conjunto com as parceiras de trabalho e de vida Fátima Grave Ortiz e Adriana Ramos.

A pesquisa, que ofereceu a base concreta para nossas reflexões, intitula-se “A formulação das estratégias político-profissionais e das táticas técnico-operacionais – reflexões sobre formação e trabalho profissional do/a assistente social”. Essa pesquisa foi realizada entre os anos de 2016 e 2019 pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS), da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF).

O seu principal objetivo era conhecer como o debate sobre a elaboração das estratégias e táticas profissionais vem sendo construído na esfera, tanto da formação acadêmica, quanto do trabalho⁵ profissional do/a assistente social. Para o alcance desta finalidade, dentre os procedimentos metodológicos selecionados para consecução da pesquisa, foram realizadas, no ano de 2017, entrevistas com assistentes sociais participantes do Curso de Especialização *latu sensu* oferecido pela FSS/UFJF, denominado “Serviço Social, Políticas Sociais e Processo de Supervisão de Estágio”.

Em um universo de 30 (trinta) discentes do Curso de Especialização, foram realizadas 13 (treze) entrevistas com assistentes sociais⁶ que se disponibilizaram a participar de nossa pesquisa. A metodologia empregada contou com o auxílio de um formulário estruturado contendo 20 (vinte) questões abertas que se vinculam ao debate das estratégias e das táticas profissionais. As entrevistas foram realizadas, gravadas, transcritas e, posteriormente, analisadas.

5 Destacamos aqui que temos acordo com a tese defendida por Marilda Iamamoto em sua obra *Serviço Social em tempo de capital fetiche*, onde a autora apresenta a ação profissional realizada pelo/a assistente social como trabalho assalariado. Em alguns momentos nesse artigo outras denominações são utilizadas para se referir a esse trabalho, como: exercício, atuação, intervenção profissional, entre outras. Mas, compreendendo sempre o fazer profissional do/a assistente social enquanto trabalho.

6 Contudo, somente 12 (doze) entrevistas puderam ser transcritas, estando uma incompleta.

Contudo, mesmo tendo como foco central o debate das estratégias e táticas, as entrevistas realizadas passavam por várias temáticas atinentes ao trabalho profissional do/a assistente social, como: a relação entre teoria e prática; as dimensões que compõem a ação profissional do/a assistente social; o referencial teórico-metodológico apreendido por nossa categoria; os processos de planejamento e construção de planos de trabalho, de projetos de intervenção; a realização de trabalhos socioeducativos e o investimento dos/as assistentes sociais em atividades coletivas; entre outras questões.

Com isso, me deparei, no momento de realização do meu estágio pós-doutoral, com um grande banco de dados coletados sobre outros temas de extrema relevância para a nossa categoria profissional, para além das estratégias e táticas, e sem ter um destino certo para esse material.

Deste modo, surgiu então a ideia da construção deste livro. Da vontade de burilar esses dados, de construir, a partir deles, reflexões sobre as possibilidades de ação que o cotidiano apresenta aos/às assistentes sociais, mesmo em meio a tantas dificuldades enfrentadas por nossa categoria profissional. E para empreender essa tarefa convidei as parceiras Fátima e Adriana que aceitaram a empreitada. Por isso, este é um livro escrito por três autoras e pretende partilhar com suas/seus leitoras/es as reflexões que foram acumuladas por nós, a partir da análise da pesquisa realizada com assistentes sociais de Juiz de Fora/MG e região.

Uma das primeiras tarefas a que nos propomos foi delimitar a temática central deste livro. Partindo de uma análise preliminar das respostas oferecidas pelas assistentes sociais durante a realização da pesquisa, constatamos os muitos equívocos, lacunas e imprecisões quanto a definição e a compreensão das dimensões que atravessam a ação profissional do/a assistente social – a saber, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Percebemos também que existe um esforço de nossa categoria profissional em adensar o conhecimento sobre essa temática com produções importantes que se avolumam um pouco mais a partir dos anos 2000. Mas, não há nenhuma obra completa que se destine ao trato das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa em sua unidade, mas também destacando suas particularidades.

Deste modo, percebemos que poderia ser uma contribuição importante para a nossa categoria profissional a construção de uma obra que versasse essencialmente sobre a ação profissional do/a assistente social – compreendendo-a a partir da articulação destas três dimensões – percebendo os seus limites, mas, também, apontadas possibilidades.

Outra tarefa a que também nos propomos foi pensar sobre o público-alvo a quem essa obra iria se dirigir. E constatamos que um livro, que se constrói a partir das experiências profissionais de um grupo de assistentes sociais, precisa efetivamente dialogar com a nossa categoria profissional.

Tendo, então, como público-alvo central de nosso livro os/as assistentes sociais, decidimos tentar construir uma obra que dialogasse efetivamente com o cotidiano de trabalho destes/as profissionais. Por isso, a cada capítulo realizamos o exercício de partir dos depoimentos oferecidos pelas assistentes sociais durante as entrevistas realizadas por meio da pesquisa; em seguida iniciar algumas reflexões preliminares sobre a temática abordada naquele bloco de questões da pesquisa; posteriormente empreender esforços em um movimento reflexivo que buscasse os fundamentos teórico-metodológicos das questões postas em tela; para, por fim, retornar ao concreto, ao cotidiano profissional para pensar sobre ele de maneira adensada, ampliada e acrescida de conhecimento crítico.

Desde modo, nosso intuito, ao longo de todo o livro foi partir das dificuldades encontradas e apontadas pelas assistentes sociais em seus espaços sócio-ocupacionais; tecer problematizações a estas questões à luz da teoria social marxista; e traçar possibilidades para um trabalho profissional verdadeiramente inspirado pelo projeto ético-político profissional crítico do Serviço Social.

Na elaboração do presente livro, recorreremos ao campo da teoria marxista, buscando compreender o trabalho profissional em suas determinações, por meio de um movimento reflexivo orientado pela crítica, considerando os fenômenos em sua totalidade.

No método marxista, a teoria não consiste em uma simples descrição detalhada de algum objeto de investigação, nem uma construção de modelos explicativos que procuram dar conta de seu movimento real. Nessa perspectiva, a teoria é uma forma de conhecimento que nos permite uma aproximação do objeto de estudo tal como ele é, em sua existência real, desvelando sua essência.

Deste modo, a teoria, fruto do pensamento humano, resulta deste movimento de interpretação do real, do material, do concreto que já existe antes de ser analisado. Todo esse processo de reprodução do real no plano ideal não ocorre por meio de um simples reflexo mecânico. Exige do pesquisador uma postura ativa, na qual ele seja capaz de observar, refletir, criticar, revisar, repensar para desvendar todas as conexões possíveis existentes na estrutura e na dinâmica interna do objeto.

Desta forma foi que procuramos perseguir nosso objeto – as possibilidades de construção de um trabalho profissional competente – e construir nossas reflexões que serão apresentadas nos três capítulos que compõem este livro.

O primeiro capítulo debruça-se sobre a dimensão teórico-metodológica, buscando identificar como as assistentes sociais participantes da pesquisa a identificam, por meio do debate em torno dos referenciais teóricos que subsidiam o trabalho profissional dos/as assistentes sociais. Com isso, buscamos tecer reflexões acerca do que é teoria e sobre os diferentes níveis de apreensão do conhecimento – como a certeza sensível, a percepção e o entendimento. Mas, também procurando construir análises a respeito

da razão idealista e da razão histórico-crítica, em seus impactos sobre o trabalho profissional do/a assistente social. Por fim, apresentamos um breve debate em torno das teorias sociais e, em especial, sobre a teoria marxista e suas contribuições ao Serviço Social. Este capítulo é finalizado apontando possibilidades para a construção de ações profissionais críticas, ancoradas no campo do pensamento marxista – sem a menor pretensão de uma abordagem “manualista”, mas com a preocupação de compartilhar com nossas/os leitoras/es experiências concretas construídas por nós, em nossa trajetória profissional no Serviço Social.

O segundo capítulo trata, mais especificamente, da dimensão técnico-operativa – embora fique explícito em vários momentos que a articulação real e existente entre as três dimensões que constituem a ação profissional do/a assistente social faz com que elas se revelem de maneira emaranhada também em nosso texto. Mas, para chegarmos ao debate da dimensão técnico-operativa partimos das experiências apresentadas pelas assistentes sociais que foram entrevistadas em nossa pesquisa no que concerne a construção do plano de trabalho e do projeto de intervenção. Seguimos nossas reflexões compreendendo que tanto o plano de trabalho, quanto o projeto de intervenção, precisam ser construídos por meio de processos de planejamento e, assim, buscamos apontar a importância desta atividade para a qualificação da atuação profissional do/a assistente social. Posteriormente, apresentamos alguns apontamentos sobre a capacidade teleológica e o processo de planejamento ancorado na racionalidade histórico-crítica. E construímos esse movimento para pensar, de forma crítica, os elementos que compõem a dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Por fim, voltamos ao debate sobre o plano de trabalho e o projeto de intervenção compreendendo estes elementos como instrumentos de trabalho do/a assistente social com capacidade para ampliar a autonomia profissional que é relativa. E, então, apresentamos novamente algumas possibilidades concretas voltadas para a construção do plano de trabalho, em meio ao cotidiano socioinstitucional dos/as assistentes sociais.

Em nosso terceiro capítulo direcionamos os holofotes para a dimensão ético-política do trabalho profissional do/a assistente social. Para isso, iniciamos nossas reflexões abordando as ações socioeducativas realizadas ou não no cotidiano profissional das assistentes sociais participantes de nossa pesquisa. Nesses estudos procuramos aprofundar nosso conhecimento sobre a moralidade burguesa e o direcionamento ético-político que vem sendo construído por nossa categoria profissional na contramão da ordem vigente. Esse debate nos levou a pensar sobre o componente ídeo-político presente na ação profissional do/a assistente social e sobre as possibilidades desta ação na direção apontada pelo projeto profissional crítico do Serviço Social. Esse processo nos aproximou das reflexões sobre a construção das estratégias e táticas profissionais e, por isso, apresentamos, por fim, apontamentos sobre o trabalho socioeducativo, o

investimento nos espaços coletivos e a necessária articulação entre os/as assistentes sociais e os movimentos sociais.

Esperamos que esta obra possa dialogar intimamente com os/as assistentes sociais espalhados por todo o Brasil, pois foi com esse intuito que escolhemos, para este livro, um caminho didático-pedagógico pouco convencional, mas profundamente honesto e verdadeiro. Todos os exemplos utilizados ao longo do livro foram construídos de maneira fictícia, mas possuem livre inspiração em momentos reais que vivenciamos enquanto assistentes sociais. Com isso, não temos a menor pretensão de “ensinar” às/ aos nossas/os colegas de profissão o “caminho das pedras”, nem apresentar roteiros pré-determinados para o desenvolvimento de um trabalho profissional qualificado. Se esse fosse o intuito deste livro ele já nasceria fadado ao fracasso, pois não se pode oferecer uma mesma resposta para problemas que possuem naturezas diversas, que se desenvolvem em realidades distintas e que demandam encaminhamentos variados.

Assim, é o cotidiano profissional dos/as assistentes sociais, um amálgama de expressões da questão social que nos desafia a todo o instante na construção de respostas profissionais sintonizadas com as reais necessidades dos/as trabalhadores/as mediadas pela direção do nosso projeto ético político crítico. Por isso, os exemplos apresentados ao longo deste livro possuem um objetivo ilustrativo que pretende impulsionar a reflexão crítica e a possibilidade criativa dos/as assistentes sociais. Na certeza de que somos, ainda, capazes de construir um trabalho profissional crítico, criativo, competente e comprometido com a construção de um novo tempo para todas/os nós.

Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Dezembro de 2021.

INTRODUÇÃO

Nestas mais de oito décadas de existência do Serviço Social no Brasil, podemos observar, principalmente, a partir dos anos de 1980, a crescente aproximação desta profissão e de alguns segmentos de sua categoria profissional – notadamente suas vanguardas – a um modo crítico de apreendê-la. Tal perspectiva crítica de conceber a profissão engendrou, por sua vez, uma nova apreensão quanto ao mercado de trabalho que emprega seus/suas profissionais, as requisições sócio-profissionais que lhes são apresentadas pelos/as empregadores/as e pelos/as usuários/as e as respostas elaboradas e emitidas pelos/as assistentes sociais em seu cotidiano.

Esse modo crítico, pautado na incorporação do aporte teórico, metodológico e político-ideológico advindo da tradição marxista (NETTO, 2002), proporcionou ao Serviço Social e a sua categoria profissional uma radical e renovada apreensão do seu significado social e histórico, de sua natureza e funções na divisão social e técnica do trabalho, seus desafios e potencialidades em face às expressões da “questão social”⁷ e o programático enfrentamento por parte do Estado e suas políticas sociais, sobretudo na particularidade do processo de formação sócio-histórica brasileira. Este processo de renovação, resultado da “intenção de ruptura”, nos termos de Netto (1992), com uma perspectiva tradicional da profissão, engendrou os insumos necessários à construção de um projeto profissional orientado por uma nova direção social e política radicalmente antagônica a anterior, que tem nos Códigos de Ética Profissional de 1986 e mais ainda de 1993, seu ponto alto.

Assim, herdeira desta aproximação com a tradição marxista, a análise sobre a profissão que é feita aqui parte do lugar e do papel que o Serviço Social ocupa e desempenha na divisão social e técnica do trabalho. Foi a partir da contribuição decisiva de Iamamoto (IAMAMOTO & CARVALHO, 1986), que os/as assistentes sociais

7 Conforme Netto (2001), a expressão “questão social” começou a ser usada a partir da terceira década do século XIX para designar o pauperismo resultante da chamada primeira Revolução Industrial. Inicialmente adotada por filantropos e por críticos da sociedade burguesa da época, anos depois a expressão foi incorporada pelo pensamento conservador, que passou a naturalizá-la como um produto ineliminável de qualquer sociedade e que pode ser enfrentada por meio de um conjunto de medidas reformistas, que passam pela mudança moral dos comportamentos. Assim, não se entendia a “questão social” como produto das relações sociais engendradas a partir do modo capitalista de produzir mercadorias e a todos os demais processos dele decorrentes; mas, ao contrário, como um fenômeno natural, desconsiderando suas bases econômica e política. O termo “questão social” passava agora a mistificar as reais causas do conjunto de processos sociais observados, como o pauperismo. Por isso, compartilhamos o uso das aspas, pois se entende que o termo “questão social” historicamente tendeu a muito mais esconder as reais causas das suas expressões, do que revelá-las.

passaram a reconhecer que o que fazemos, porque fazemos e como fazemos se explica diretamente mediante esta relação entre a profissão e a divisão social e técnica do trabalho, nos tensionamentos entre Estado e sociedade.

Cabe ressaltar que a divisão social do trabalho se funda a partir de o surgimento histórico das classes sociais e das sociedades a partir destas organizadas – sociedades de classe. Com o desenvolvimento histórico e paulatino das forças produtivas por meio do trabalho, o salto qualitativo, que promoveu a transição do animal ao homem e deste ao ser social (LUKÁCS, 2009), proporcionou progressivamente a produção do excedente e com ela a disputa desta entre os homens. Deste processo, surgem as sociedades organizadas pela dominação de uma classe sobre outra (KONDER, 2010).

O trabalho, entendido como ato humano de transformação da natureza, para atendimento de suas necessidades sociais, assumiu centralidade neste processo, no qual se observa a transição do homem a sua condição de ser social. E, neste sentido, embora tendo exigido historicamente o instituto da cooperação entre os homens para se realizar, o trabalho desenvolvido nas sociedades de classes passa a reunir os homens em cooperação de um modo bastante diferente. Não mais em função das necessidades postas pelo próprio processo de trabalho, mas pelo lugar que cada homem ocupa na sociedade de classes, isto é, o lugar e o papel de cada homem passam a ser determinados pela sua condição de classe e não pelas exigências imediatas do próprio processo de trabalho. É assim que a divisão do trabalho se constituiu socialmente e à medida que as forças produtivas se desenvolveram, também tecnicamente – divisão social e técnica do trabalho. Da divisão social e técnica do trabalho funda-se a separação entre o pensamento e ação, determinação central da alienação (KONDER, 2010).

Evidentemente estamos abordando processos – o surgimento das sociedades de classes e da divisão social do trabalho – que atravessaram e se complexificaram durante vários séculos, mas é importante afirmar também que, sendo uma construção humana e histórica, nem sempre a humanidade organizou sua vida deste modo. Contudo, à medida que os diversos processos de trabalho se aprofundaram no âmbito das sociedades de classes, mais complexa se tornou a divisão social e técnica do trabalho. O ápice desta complexidade é alcançado com o advento das revoluções burguesas e a ascensão do modo de produção capitalista, tornando preponderante o capital na sua forma industrial (MANDEL, 1978), que no seu desenvolvimento se consolida e se hegemoniza no padrão da sociabilidade burguesa.

Com o capitalismo, sistema que se constitui a partir de uma particular sociedade de classes – a burguesa, o processo de trabalho sofre mudanças sem precedentes tanto

em sua forma, quanto em sua essência. Sob a ordem burguesa, o processo de trabalho⁸ tende a adquirir outra forma e finalidade porque, se, por um lado, cabe ao capitalista, proprietário dos meios de produção, determinar como deve o processo de trabalho se desenvolver – com que meios, com quais objetivos, com qual duração e finalidade; por outro, o/a trabalhador/a não trabalha mais para responder a necessidades que lhe são próprias, mas as do capital. Com a supressão de outros modos de sobrevivência sob a égide da sociedade burguesa, o/a trabalhador/a não possui outro meio capaz de lhe proporcionar as condições de vida, que não seja buscar no mercado um eventual comprador de sua força-de-trabalho,⁹ para quem a vende por um conjunto de horas.

É, assim que perdendo o controle sobre seu processo de trabalho, perde também o/a trabalhador/a a noção sobre aquilo que produziu, ou seja, não produz mais para a satisfação de suas próprias necessidades, mas para aquelas do capitalista, que adquiriu, ainda que por um período determinado, o valor-de-uso de sua força de trabalho. Assim, passa a produzir mercadorias que, além de valor-de-uso, possuem fundamentalmente valor-de-troca.

Desta forma, para o/a trabalhador/a, o processo de trabalho, sob a vigência do modo de produção capitalista, gera a sua completa subsunção, aprofundando e particularizando a alienação, por meio de o desenvolvimento científico e tecnológico materializado pela maquinaria. Com efeito, se inicialmente, o/a trabalhador/a, ainda que submetido a determinada relação de produção dominada pelo capitalista, detinha o conhecimento técnico sobre seu trabalho; com a introdução da maquinaria mudam as bases técnicas sobre as quais se constrói a produção e com isso, perde o/a trabalhador/a totalmente o controle sobre tal aspecto de seu trabalho e principalmente sobre o produto deste.

Cabe ressaltar que Marx (2001) distingue “subsunção formal” de “subsunção real”, afirmando que a primeira se refere ainda ao âmbito da manufatura e da cooperação, principalmente, na qual o capitalista, embora domine as relações de produção, depende das habilidades pessoais do/a trabalhador/a para produzir. Já na

8 Vale a pena apresentar, no dizer do próprio Marx (2001) a distinção entre processo de trabalho, de valorização e de produção: “Se compararmos o processo de produzir valor com o processo de trabalho, verificaremos que este consiste no trabalho útil que produz valores-de-uso. A atividade neste processo é considerada qualitativamente, em sua espécie particular, segundo seu objetivo e conteúdo. Mas, quando se cogita a produção de valor, o mesmo processo de trabalho é considerado apenas sob o aspecto quantitativo” (MARX, 2001, p. 228). Já, “o processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias” (MARX, 2001, p. 230).

9 Cabe aqui afirmar que conforme a análise marxiana, trabalho não é a mesma coisa que força-de-trabalho, pois embora seja ele a substância do que será pago em salário, ele não é a sua base, tendo em vista que não é mercadoria. O que o trabalhador vende, não é, portanto, seu trabalho, mas sua força-de-trabalho, esta indicada por Marx como “[...] o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie” (MARX, 2001, p. 197).

segunda – a subsunção real, especialmente na grande indústria, o/a trabalhador/a não somente não domina as relações de trabalho, como, sobretudo, o processo produtivo em si. Nesta fase, o capitalismo encontra-se mais desenvolvido, o que lhe proporciona o avanço tecnológico, via incorporação da ciência aos interesses e objetivos do processo produtivo, necessário à extração de mais-valia relativa.

Além disso, a subsunção, agora real, gera também no/a trabalhador/a uma indiferença quanto ao conteúdo de seu trabalho. Isto é, não interessa mais sobre o que se trabalha, mas quanto se irá ganhar por isso (isto é, seu equivalente em dinheiro, mediante salário), visto que todas as outras formas de organização da vida material sejam pela servidão ou pela escravidão, como já mencionado linhas atrás, são substituídas pela constituição do trabalho livre e sua relação contratual e assalariada com o capitalista.

Deste modo, a alienação que tem seu fundamento central na divisão social e técnica do trabalho, particulariza-se sob a sociedade capitalista, por meio do fetichismo e da reificação. A relação estranhada do homem com o seu trabalho manifesta-se em várias dimensões, tendo em vista que aliena-se o/a trabalhador/a em relação a natureza e ao processo de trabalho em si; depois frente à mercadoria produzida; conseqüentemente, aliena-se de si próprio, pois não reconhece nem a si mesmo, nem o/a outro/a trabalhador/a como gerador imediato da riqueza, desconhecendo, assim, sua condição de classe; e por fim, aliena-se diante dos outros homens, uma vez que não se vê como partícipe do gênero humano.

Desta forma, a análise crítica nos permite observar que o modo de produção capitalista tende a degradar o trabalho humano ao mesmo tempo em que o complexifica. Sabemos que a divisão social do trabalho é anterior ao capitalismo, contudo é nele que ela se aprofunda à medida que “[...] determinado modo de produzir supõe, também, determinado modo de cooperação entre os agentes envolvidos” (IAMAMOTO, 1992, p. 56). Assim, o capitalismo engendra formas de cooperação muito particulares, que entre alguns aspectos, separam as atividades manuais daquelas consideradas intelectuais.

Conforme a análise marxiana, a cooperação incide sobre o trabalho humano e desenvolve-se historicamente “[...] quando os trabalhadores se completam mutuamente, fazendo a mesma tarefa ou tarefas da mesma espécie, temos a cooperação simples” (MARX, 2001, p. 380). Já Netto e Braz (2006), fazendo referência histórica à constituição da manufatura, afirmam:

[...] na segunda metade do século XVIII, a ofensiva do capital sobre o trabalho avançou: à cooperação passa a suceder a manufatura. Aqui já não se trata de reunir trabalhadores num espaço físico determinado; trata-se de reuni-los e de especializar as suas atividades – com a manufatura introduz na produção uma divisão do trabalho específica: a divisão capitalista do trabalho nas unidades produtivas. Essa divisão conduz à especialização das atividades e, ao mesmo tempo, à destruição dos saberes de ofício que permitiam ao trabalhador o

conhecimento técnico do conjunto das operações necessárias à produção de certo bem [...] (NETTO & BRAZ, 2006, p. 111).

Assim, os processos de subsunção formal e real, afirmado linhas acima, se ratificam, consolidando a separação entre trabalho manual e intelectual. A partir deste processo, Lukács (apud NETTO, 1992) acrescenta que

[...]o desenvolvimento capitalista diferencia, posteriormente, o trabalho intelectual em diversos campos separados, que assumem interesses particulares, materiais e espirituais em recíproca concorrência, criando uma subespécie de especialistas (LUKÁCS apud NETTO, 1992, p. 121).

A divisão social e técnica do trabalho particular da ordem burguesa hipertrofia, deste modo, os especialismos sob o argumento que,

[...]a expansão da ciência moderna atingiu uma amplitude que não mais permite à capacidade de trabalho de um só homem dominar enciclopedicamente todo o campo de saber humano – ou pelo menos seus largos setores – sem abandonar o nível científico e cair no diletantismo (LUKÁCS apud NETTO, 1992, p. 122).

Contudo, se é verdade que os especialismos [e as especialidades] comparecem com força na divisão social e técnica do trabalho sob a égide do capitalismo, também o é o fato que eles não se explicam simplesmente em função do desenvolvimento da ciência, mas pela incorporação nesta ordem hegemônica de uma determinada concepção de totalidade, típica do período chamado da “decadência ideológica”,¹⁰ entendida como a “soma das partes”, na qual a política e a economia são campos absolutamente autônomos partícipes de um mesmo todo.

Neste sentido, a partir da autonomização da economia e da política em tempos de “decadência ideológica”, ocorre que, conforme Lukács (apud NETTO, 1992, p. 125), “na sociedade capitalista as atividades profissionais especializadas dos homens tornam-se aparentemente autônomas do processo de conjunto”. Isto gera uma apreensão aparente de que a forte especialização das diversas práticas e campos do saber não concorre para o todo e estas não exercem qualquer funcionalidade na sociedade burguesa.

10 Conforme Lukács (apud NETTO, 1992, p. 110), a chamada decadência ideológica “[...] tem início quando a burguesia domina o poder político e a luta de classe entre ela e o proletariado se coloca no centro do cenário histórico”. É justamente, portanto, no contexto das revoluções proletárias do século XIX que se observa a dissolução do hegelianismo e da economia política e a ascensão da sociologia e da economia vulgar. No entanto, ainda que os economistas e filósofos hegelianos buscassem respostas aos problemas postos pelo capitalismo dentro da própria ordem burguesa, há entre estes e aqueles do período da decadência diferenças, pois enquanto “[...] os ideólogos anteriores forneceram uma resposta sincera e científica, mesmo se incompleta e contraditória, [...] a decadência foge covardemente da expressão da realidade e mascara a fuga mediante o recurso ao ‘espírito científico objetivo’ ou a ornamentos românticos” (LUKÁCS apud NETTO, 1992, p. 120).

As profissões e suas respectivas categorias profissionais, neste sentido, tendem a se colocar a serviço de projetos societários hegemônicos e exercem socialmente papéis e funções que vêm ao encontro dos propósitos de tais projetos.

No caso do Serviço Social se entendeu e se definiu por muito tempo no Brasil de que a profissão e, por conseguinte, seus/suas profissionais desenvolviam de modo neutro uma série de atividades que concorriam de modo abstrato ao bem-estar do próximo. Como uma profissão da ajuda o Serviço Social era concebido de maneira endógena (MONTAÑO, 2007), sem com isso revelar sua relação orgânica desde seu surgimento com a sociedade burguesa e seus interesses e necessidades em um dado período histórico. A história – a grande ausente desta perspectiva de análise endógena – é fundamental para apreendermos a profissão, sua razão de ser, seu significado, natureza e papel na sociabilidade burguesa, ou seja, sua instrumentalidade (GUERRA, 1992).

Assim, é com Iamamoto e Carvalho (1986) que se rompe no Brasil com esta perspectiva endógena de se conceber o Serviço Social como uma modalidade especializada de ajuda e passa a se reconhecer a profissão como um “tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial” (IAMAMOTO & CARVALHO, 1986, p. 71) que exerce um papel bastante peculiar dentro desta sociabilidade.

Conforme Iamamoto e Carvalho (1986), o Serviço Social consiste em uma profissão que atua no campo particular da reprodução das relações sociais. E o que isto significa exatamente? Antes de explicitar esta questão e mostrar que desdobramentos imediatos e mediatos ela traz para o Serviço Social e principalmente para o trabalho cotidiano dos/as assistentes sociais, é fundamental se destacar que:

[...] a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matéria-prima). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas também os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção (IAMAMOTO & CARVALHO, 1986, p. 72).

Assim, podemos localizar o Serviço Social como uma profissão em uma esfera particular da sociedade burguesa – a reprodução das relações sociais. Tal fato já põe em si, a esta profissão e seus/suas profissionais, determinadas perspectivas sobre seu lugar e funcionalidades na divisão social e técnica do trabalho, isto é, atuamos como assistentes sociais no âmbito da reprodução social das classes.

E, neste sentido, que desdobramentos são identificados para a atuação dos/as assistentes sociais no campo da reprodução das relações sociais? É incontestável que o surgimento do Serviço Social no mundo vincula-se organicamente às demandas históricas colocadas em um período particular da trajetória do capitalismo – a era dos monopólios (NETTO, 1996). Netto (1992) caracteriza explicitamente esta fase do capitalismo, na qual, por meio do processo de expansão do capital, as classes fundamentais se expressam politicamente.

A “questão social” explode em fins do século XIX, obrigando o Estado a adotar medidas programáticas para seu enfrentamento, para além da repressão e da caridade já existentes e que passam a conviver com as ações estatais. Deste modo, tomando as expressões da “questão social” como matéria, o Estado na fase monopolista assume para si o enfrentamento programático das expressões da “questão social” por meio da constituição de instituições operadoras de políticas sociais. Assim, a análise da historiografia do Serviço Social indica a relação orgânica entre o processo de refuncionalização do Estado, nos termos de Netto (1992), e a constituição de tais instituições como o “mercado empregador” dos/as assistentes sociais em vários pontos do globo.

Para responder a tais demandas, Mouro (2001) indica o surgimento de várias escolas de Serviço Social no final do século XIX e início do século XX na Europa ocidental e no continente americano: 1899 em Nova York surge a Escola de Filantropia Aplicada que em 1908 incorporou-se a Universidade de Chicago; no mesmo ano em Amsterdã, cria-se a Escola de Formação Social; entre 1904 e 1908 surgem as primeiras escolas de Serviço Social na Inglaterra e na Alemanha (vinculada ao Partido Social Democrático Alemão); em 1911 funda-se a Escola Normal Social em Paris; em 1914 no Canadá (e em 1935 outro curso é criado e vinculado a Universidade de Laval); em 1920 surge a primeira escola de Serviço Social na Bélgica, vinculada ao Partido da Democracia Cristã e nos dois anos seguintes outros cursos são criados vinculados ao Partido Socialista; em 1925 surge a primeira escola de Serviço Social da América Latina – a Escola Elvira Matte de Cruchaga no Chile; em 1932, resultante do 1º. Congresso Católico de Beneficência Nacional surge a primeira escola de Serviço Social na Espanha; também em Lisboa em 1935 e dois anos depois funda-se a Escola Normal Social em Coimbra; em 1936 em São Paulo e 1937 no Rio de Janeiro; no mesmo ano surgem os primeiros cursos de Serviço Social no Peru e no Paraguai.

Assim, a criação e expansão do número de centros de formação, tal como apresentado por Mouro (2001), expressa muito bem a relação intrínseca existente entre as formas encontradas pelo Estado para responder às expressões da “questão social” no âmbito do capitalismo tardio, nos termos de Mandel (1982) e o Serviço Social.

E não para por aí. A análise histórico-temporal de Mouro (2001) nos mostra que de 1899 até a década de 1950, o Serviço Social expandiu-se vertiginosamente por meio

da criação de inúmeras escolas formadoras de assistentes sociais: até 1929 eram cento e onze (111) em dezesseis (16) países; em 1937 cento e setenta e nove (179) em trinta e dois (32) países e em 1950 trezentos e setenta e três (373) escolas distribuídas em quarenta e seis (46) países em todos os continentes. Ou seja, o mercado empregador de assistentes sociais amplia-se mundialmente à medida que o pacto fordista-keynesiano se afirma, sobretudo, nos países considerados centrais no capitalismo mundial.

Em países como o Brasil, que assume posição periférica no cenário capitalista internacional, o capitalismo se constituiu particularmente de modo heterônomo (FERNANDES, 1976), mantendo sua posição dependente em relação aos países capitalistas centrais. O caráter dependente do capitalismo que se criou no Brasil gestou um perfil também bastante peculiar ao Estado brasileiro e suas formas de engendrar o enfrentamento às expressões da “questão social”.

Ressalta-se aqui que a relação de dependência do capitalismo brasileiro ao mundial manifesta-se tanto do ponto de vista econômico, quanto político-ideológico e cultural, sobretudo mais visivelmente após a segunda guerra mundial e com o avanço da guerra fria. É sabido, conforme Mandel (1982), que o Estado burguês possui, dentre outras funções, a administração das crises, sejam locais ou mundiais. Assim, com o avanço da guerra fria, a segunda metade do século XX assistiu à reformulação do aparato público-estatal mundialmente, seja pela via democrática ou não, como no caso brasileiro, sobretudo a partir da década de 1960.

Entretanto, tal reconfiguração do aparato público-estatal incidiu diretamente sobre o Serviço Social, não apenas lhe ampliando o mercado sócio-profissional – por meio do crescimento do número de instituições empregadoras, mas lhe impondo uma série de novas requisições, assim como atualizando demandas tradicionais. Deste modo, o Serviço Social emerge como uma profissão que atua majoritariamente na esfera público-estatal na execução de suas políticas sociais e, mais tarde, passa a intervir também no campo da gestão e planejamento das mesmas.

Este lugar particular lhe impõe um conjunto de requisições muito particulares, que vão desde o acolhimento e atendimento imediato à população nos diversos serviços sociais onde os/as assistentes sociais atuam até a gestão destes mesmos serviços e seus respectivos setores. Entretanto, tem sido a capacidade de dar respostas qualificadas a estas requisições que tem garantido ao Serviço Social a manutenção de um lugar no mercado sócio-profissional em meio a outras profissões e o reconhecimento de sua particularidade na divisão social e técnica marcada pelos especialismos, que tratamos em linhas atrás.

E como os/as assistentes sociais têm respondido nesses mais de oitenta anos, no caso brasileiro, às requisições sócio-profissionais, sejam elas advindas de seus/suas empregadores/as ou de seus/suas usuários/as, até porque uma de suas particularidades

reside no fato de que quem os emprega não são aqueles que demandam imediata e cotidianamente sua intervenção?

Sem querer aqui recuperar objetivamente como atuam os/as assistentes sociais em face às requisições que lhe são postas, cabe afirmar que sua atuação tem sido nas últimas décadas – mais precisamente a partir dos anos de 1980 – orientada por uma determinada perspectiva de classe e de sociedade, que por sua vez anima seu projeto ético-político profissional. O reconhecimento do Serviço Social como uma profissão e do/a assistente social como um/a trabalhador/a assalariado/a (IAMAMOTO & CARVALHO, 1986; IAMAMOTO, 2007), que possui desta maneira, como os/as demais trabalhadores/as, uma autonomia bastante relativa, tem posicionado criticamente a atuação profissional dos/as assistentes sociais, conferindo ao exercício profissional uma direção social estratégica: o compromisso ético-político com valores emancipatórios e, ao mesmo tempo, a defesa de direitos sociais.

A um exercício profissional crítico da realidade social existente, exige-se a formação profissional também crítica e permanente que permita o conhecimento das diversas mediações e processos sociais que atravessam a atuação profissional do/a assistente social na sua cotidianidade. O projeto de formação profissional, consoante com o projeto ético-político e expresso pelas Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS, conjuga um conjunto de conhecimentos capazes de desvendar a forma dos processos sócio-históricos, revelando a essência destes e permitindo ao/à profissional identificar o que, porque, para que e como atuamos.

A formação profissional objetivada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS permite-nos qualificar de modo reiterado o Serviço Social como uma profissão e o/a assistente social um/a trabalhador/a, que como os demais de sua classe, são diuturnamente constrangidos pela condição de assalariamento, derivada da venda de sua força-de-trabalho. As inflexões que incidem sobre o chamado “mundo do trabalho” lhes impactam diretamente e, neste sentido, quaisquer análises sobre o exercício da profissão não podem desconsiderá-las.

Além disso, dentre os princípios que sustentam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS está “a apreensão crítica do processo histórico como totalidade” (ABESS, 1997). Isto significa que a categoria da totalidade é central na formação profissional porque dela que se incorpora a necessidade da postura dialética para conceber a sociedade, as classes, a história e o próprio Serviço Social.

Assim, tomar o Serviço Social a partir da perspectiva da totalidade significa apreendê-lo como um todo, no qual suas diversas partes encontram-se simultaneamente em constante movimento e luta interna. Sabemos que a unidade na diversidade constitui a totalidade e o Serviço Social tomado deste modo explicita-se não como um todo monolítico, mas, ao contrário, como um complexo atravessado pela contradição e pela interpenetração dos contrários.

É a perspectiva da totalidade que nos ajuda a entender o Serviço Social nas suas contradições e tensionamentos, que do ponto de vista de sua natureza, consiste em um todo constituído por dimensões diversas, mas que juntas e autoimplicadas lhe compõem de modo único. Por *dimensão* entendemos uma determinada face ou aspecto importante de alguma coisa, que no caso do Serviço Social significa dizer de si mesmo e mais precisamente às suas diversas faces e componentes estruturais.

Sendo assim, podemos afirmar que o Serviço Social se constitui a partir da interpenetração de algumas dimensões, as quais se convencionaram na literatura recente da área de dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Quanto à dimensão teórico-metodológica, sabe-se desde algumas décadas atrás que o Serviço Social não possui teoria própria e sim, incorpora das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas os constructos teóricos capazes de desvendar a realidade social e os diversos processos que lhe atravessam e constituem. O componente teórico comparece ao/a assistente social no plano ideal, iluminando o modo de perceber e entender determinada situação que comparece em seu cotidiano profissional. Ao jogar luzes sobre a situação ou processo com os quais o profissional se depara, o/a assistente social torna-se capaz de captar as mediações que lhes implicam aos processos mais amplos, porque macrosociedade e históricos, fazendo com que aquela determinada situação agora não mais seja concebida pelo/a assistente social de modo singular e desprovida de historicidade, mas particular porque revelada em sua relação mediata com o todo.

A dimensão teórico-metodológica, desta forma, presume a necessidade inexorável do comparecimento da teoria e do método no modo como o/a assistente social apreende e analisa as diversas situações com as quais se depara cotidianamente e, por conseguinte, constrói sua intervenção sobre as mesmas.

Contudo, ao desvendar as tramas que encobrem a situação que se põe diante de si e ao construir sua intervenção sobre ela, o/a assistente social é movido por um conjunto de princípios e valores, com os quais possui compromisso ético e exigem a ação política. A dimensão ético-política orienta os/as profissionais a partir de a defesa de valores como a liberdade, o respeito à diversidade e ao pluralismo; ao mesmo tempo em que implica o/a profissional a defender a democracia, a cidadania, os direitos humanos, por um lado; e, por outro, repudiar a discriminação, o preconceito, o autoritarismo.

Assim, as dimensões teórico-metodológica e ético-política incidem sobre o modo de pensar, analisar e reconhecer as demandas que lhes são colocadas pelos/as usuários/as e, simultaneamente, lhes conferem a matéria constitutiva da ação profissional, por um lado; e, por outro, lhes proporcionam o entendimento e a avaliação acerca dos objetivos e interesses que circunscrevem as requisições sócio-profissionais. A interpenetração das dimensões teórico-metodológica e ético-política possibilita a

ação profissional competente e filiada ao projeto ético-político, distante do trefismo e burocratismo geralmente imposto pelo cotidiano institucional à categoria profissional.

O Serviço Social, todavia, é uma profissão interventiva e é isso que, inclusive, lhe proporciona legitimidade em face às demais profissões e seus/suas profissionais, aos/às empregadores/as e usuários/as. Por esta particularidade genética, o Serviço Social possui também uma dimensão técnico-operativa, que lhe permite operar de modo técnico sobre as diversas variáveis empíricas, no dizer de Netto (1992).

Assim, as dimensões teórico-metodológica e ético-política implicam as ações técnicas desenvolvidas cotidianamente pelo/a assistente social, particularizando a atuação deste/a profissional em relação a outros/as e orientando suas respostas às demandas que são postas pelos/as usuários/as. Sem tal implicação, esvazia-se a dimensão técnico-operativa de sentido ético-político e de concepção teórico-metodológica, afastando-lhe da direção social e política do projeto ético-político profissional e descaracterizando a especificidade da intervenção do/a assistente social e seu papel na divisão social e técnica do trabalho.

Em síntese, partimos do pressuposto que se, por um lado, o reconhecimento do Serviço Social como uma profissão e o/a assistente social como um/a trabalhador/a assalariado/a foi e é central para apreendermos os limites e as possibilidades que se apresentam ao exercício profissional dos/as assistentes sociais; também o é a concepção do Serviço Social a partir da perspectiva da totalidade e, neste sentido, como uma profissão constituída por dimensões particulares, porém, autoimplicadas.

A autoimplicação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa constitui e particulariza o Serviço Social como uma profissão que assume um lugar e papel distinto na divisão social e técnica do trabalho, assim como otimiza a atuação profissional em vários aspectos: em primeiro lugar, trata-se de uma intervenção profissional consciente por estar iluminada por uma determinada concepção de homem e de mundo, rompendo, assim, com a mistificação presente na sociabilidade burguesa; em segundo, consiste em uma ação profissional que é prenhe de compromisso ético e lucidez política, potencializando seu caráter mobilizante e organizativo; e, em terceiro lugar, constitui-se em uma atuação competente porque consegue encharcar de objetividade sua ação, enfrentando criticamente a superficialidade, a heterogeneidade, a imediaticidade e a ultrageneralização (HELLER, 1989) presentes e inelimináveis da vida cotidiana, locus de atuação do/a assistente social.

1.1 O COTIDIANO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL COMO PONTO DE PARTIDA PARA A REFLEXÃO SOBRE A DIMENSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

1.1.1 FRAGMENTOS DE UM COTIDIANO PROFISSIONAL – ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O REFERENCIAL TEÓRICO E A AÇÃO PROFISSIONAL

Uma segunda-feira quente e chuvosa do mês de março de um ano qualquer, três estudantes de Serviço Social chegam em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que fica em um bairro periférico da cidade, para dar início ao seu estágio supervisionado. Corações cheios de expectativas, mentes atentas, olhos curiosos.

Elas se apresentam na recepção e enquanto a “moça do balcão” vai ver se a coordenadora do CRAS está disponível para receber as “meninas”, uma delas diz apreensiva: “será que agora, finalmente, vamos aprender a ser assistente social?”. As outras duas dão uma pequena risadinha, tensa, para não deixar a colega sem resposta, mas se entreolham com alguma cumplicidade.

A coordenadora do CRAS – que também é assistente social – chega na recepção, se apresenta e dá as boas-vindas às três estudantes – ela se chama Rosa.¹¹ Assumindo o papel de anfitriã, leva as “meninas” para um pequeno passeio pelas instalações do CRAS. Em seguida, bate à porta de uma sala onde está outra assistente social e entra, apresentando-a as novas estagiárias.

A profissional se chama Margarida e se mostra muito receptiva com as estudantes. Diz que irá realizar o atendimento de uma usuária e pergunta se elas gostariam

11 Os nomes das assistentes sociais são fictícios, assim como todos os relatos que serão aqui apresentados, embora tenham sido livremente inspirados em momentos que vivenciamos ao longo de nossa trajetória profissional. Para nominar as três assistentes sociais que serão apresentadas em nossos relatos, escolhemos os nomes: Rosa, Margarida e Violeta.

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

de observar. As três, imediatamente, respondem que sim. Elas se sentam em cadeiras que estão disponíveis no canto da sala e se colocam em observação. Apenas uma delas retira da bolsa um caderninho e uma caneta e se põe a fazer suas primeiras anotações.

A coordenadora sai da sala e a assistente social vai até a recepção chamar a usuária. As duas retornam e a profissional indica que a usuária se sente. Em seguida apresenta à usuária as três estagiárias do Serviço Social. As “meninas” esboçam um sorriso tímido e a usuária não presta muita atenção – está mais preocupada com a sua própria condição nesse momento.

A usuária, um pouco constrangida, relata ser a primeira vez que busca o CRAS e o atendimento da assistente social. Conta que está desempregada há mais ou menos três anos, possui quatro filhos e seu marido, que trabalhava como pedreiro, também não está conseguindo uma ocupação. Por consequência, eles estão absolutamente desprovidos de qualquer possibilidade de se alimentar.

A assistente social faz algumas perguntas, anota algumas informações em uma folha de papel e oferece algumas orientações à usuária. Finalizando o atendimento, ela diz que em breve realizará uma visita domiciliar na casa da usuária. Solicita que ela aguarde o contato e se despede indicando que se retire.

Na saída, a usuária passa por outra assistente social que caminhava apressada na direção da sala. Ela se chama Violeta e veio conhecer as novas estagiárias. Apresentou-se às “meninas”, perguntou algumas coisas sobre a faculdade e se colocou à disposição.

Margarida disse que havia acabado de atender uma usuária e que as estagiárias puderam observar o atendimento. Voltou-se para as estudantes e disse: “você têm alguma pergunta?”. A estagiária que estava, ainda, fazendo algumas anotações em seu caderno olhou para Margarida e perguntou: “você pauta a sua atuação profissional em algum referencial teórico?”. E, Margarida, então, responde:

Hum... é... o referencial teórico seria autores? Eu não sei dar... eu não sei falar um nome... eu não sei. Oh, por exemplo, referencial teórico: Código de Ética Profissional, é... as legislações específicas, né? Para o que a gente está atuando. Se é na saúde, se é na área de assistência, a gente tem que ter esse embasamento. É... nos autores que tratam da questão da intervenção profissional, por exemplo, Yamamoto, José Paulo Netto. Na questão de ética, eu não estou lembrando o nome da autora que fala muito, que a gente estuda muito o... livro dela. Enfim, mas eu acho que seria isso (Entrevistada 01).

Outra estagiária fica curiosa com a conversa, olha para Violeta e pergunta: “e você?”. Violeta, então, pensa um pouco e diz:

A minha atuação está sendo pautada nos referenciais teóricos da Assistência Social, do Suas, da Saúde. Porque a gente trabalha sempre interligado e, principalmente, nas elaborações teóricas do governo. São sempre orientações, resoluções. Então, sempre a gente está... até para a nossa atuação, todas essas

leis, a gente está embasada. Leis da criança e do adolescente, idoso. Então, eu acho que a gente está sempre buscando. Agora, no referencial teórico de livros atuais eu estou um pouco por fora (Entrevistada 04).

Enquanto, Violeta falava, Rosa entrou na sala. Ao final, perguntou: “do que vocês estão falando?”. A terceira estagiária respondeu: “gostaríamos de saber se vocês pautam a atuação profissional de vocês em algum referencial teórico-metodológico”. Rosa, então, afirmou:

Pauto. Pauto sim. É... geralmente, a gente usa as referências do Serviço Social, os autores do Serviço Social. Uso muito lamamoto, mas a questão... na minha área, de assistência social, a gente utiliza muito o Estatuto do Idoso, da Criança e do Adolescente, legislações em torno da assistência social. Mas, na atuação profissional, no campo da visita domiciliar, eu utilizo muito as teorias relacionadas a estudos, laudos e pareceres técnicos e também aquelas relacionadas a visitas domiciliares e trabalhos em grupos (Entrevistada 07).

Toda a situação narrada acima é fictícia – livremente inspirada em nossa experiência profissional enquanto assistentes sociais e em relatos realizados por estagiárias, em momentos de supervisão acadêmica de estágio, em nossa experiência docente. Entretanto, as falas das assistentes sociais são, na verdade, as respostas das entrevistadas 01, 04 e 07, em nossa pesquisa, quando foram perguntadas se pautavam a sua atuação profissional em algum referencial teórico.

A resposta das três profissionais do Serviço Social nos indica certa dificuldade de compreensão em torno do que seja o referencial teórico. Em suas falas, o referencial teórico é confundido com regramentos específicos – sejam aqueles próprios da nossa profissão, como o Código de Ética ou voltadas para as Políticas Sociais; ou com as obras de autores do campo do Serviço Social, como Marilda lamamoto e José Paulo Netto; ou com orientações e resoluções governamentais; ou com conhecimento procedimental¹² sobre os instrumentos e técnicas profissionais (como visita domiciliar, trabalho com grupos, estudos, laudos e pareceres).

Percebe-se que essa dificuldade em expressar com clareza o referencial teórico ou o campo de conhecimento que subsidia a sua atuação profissional está diretamente relacionada com a falta de compreensão acerca da dimensão teórico-metodológica enquanto elemento constitutivo da ação profissional do/a assistente social.

Por isso, o nosso propósito, ao longo desse capítulo, será identificar a dimensão teórico-metodológica, enquanto um elemento constitutivo da ação profissional

12 “Entendo por conhecimento procedimental os conhecimentos sobre os procedimentos necessários para operacionalizar uma intervenção, sobre os modos de agir, sobre a construção operacional do fazer. Conhecimentos sobre as habilidades necessárias ao manuseio dos instrumentos e sobre os próprios instrumentos” (SANTOS, 2006, p. 74 – nota de rodapé nº 40).

do/a assistente social. E, com isso, perceber o quanto esse elemento influencia e/ou determina a direção das ações construídas pelos/as profissionais do Serviço Social.

Para a construção desse percurso reflexivo e analítico, vamos a algumas reflexões preliminares.

1.1.2 REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE A DIMENSÃO TEÓRICO- **METODOLÓGICA DO TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL**

A dimensão teórico-metodológica é aquela que permite ao/a assistente social não apenas identificar o fenômeno social, mas captar a essência daquilo que fundamenta as demandas que lhe chegam, bem como o potencial que portam – “possibilidades estas somente perceptíveis à razão crítico-dialética”¹³ (GUERRA, 2002, p. 18).

Partindo do exemplo apresentado acima – o atendimento realizado por Margarida à usuária do CRAS – existe uma demanda imediata e urgente que é a falta de alimentação de uma família, que não possui, neste momento, condições objetivas para adquiri-la. Esse é o fenômeno social na sua aparência,¹⁴ na forma como chega objetivamente ao Serviço Social. Mas, a dimensão teórico-metodológica, ou seja, a capacidade reflexiva subsidiada pela bagagem de conhecimento teórico acumulada pela assistente social, permite identificar a essência desse fenômeno nas estruturas de uma sociedade dividida em classes, pautada nas desigualdades sociais, por ser regida pela lógica do capital que na sua organicidade as produz. Pode, ainda, lançar luzes sobre o potencial que essa demanda porta ao se constituir enquanto uma necessidade social que não é apenas daquela usuária, mas de milhões de pessoas em todo o mundo, considerando que tais questões são de âmbito coletivo e não individual. Afinal, como demonstra Marx (1996), na lei geral da acumulação capitalista, esse processo de pauperização da classe trabalhadora, de forma massiva, é uma condição indispensável para a própria acumulação de capital, é uma condição de existência do modo de produção capitalista, que se subsidia na relação de quanto maior a riqueza socialmente produzida, maior a pobreza estrutural da classe trabalhadora.

13 Diferente da racionalidade formal-abstrata que trata os processos sociais como coisas, como elementos exteriores, superiores e anteriores aos homens e, deste modo, como independentes da vontade dos sujeitos porque abstrai dos fatos os seus conteúdos concretos e abstrai os fatos das condições e relações que os produzem; a racionalidade crítico-dialética é aquela “que dá conta, não de suprimir, não de manipular as contradições, mas de compreender que é exatamente nos processos sociais que essas contradições se explicitam, e por se explicitarem nos processos sociais, a análise deles possibilita sua apreensão e permite sua compreensão” (GUERRA, 1997, p. 16). Essa razão crítico-dialética é denominada por outros autores como razão histórico-crítica (COELHO, 2013) ou razão ontológica (SILVA, 2013).

14 Encontramos em Karel Kosik explicação para esse fenômeno: “Para Kosik (1976), essas referidas representações cotidianas refletiriam (nem sempre claramente), aspectos da aparência do fenômeno, porém não a sua essência” (WERNECK, 2021, p. 130). Esse “processo de reificação e fetichização da realidade, subsumindo a essência dos fenômenos às representações de sua aparência que dela fazem os homens, eis o que Kosik (1976) chamou de ‘pseudoconcreticidade’ (que, em outras palavras, poderíamos chamar ‘falso concreto’ ou ‘falsa realidade’)” (WERNECK, 2021, p. 130).

Em Heller (1986), encontramos um debate interessante sobre as denominadas “necessidades existenciais” e as “necessidades propriamente humanas”, que pode nos ajudar a compreender melhor o que estamos buscando demonstrar aqui. Para a autora, as “necessidades existenciais” são aquelas que buscam a satisfação do que é indispensável para a nossa sobrevivência em sociedade, como a alimentação, o vestuário, a moradia etc. Enquanto as “necessidades propriamente humanas” estão voltadas para o desenvolvimento social e espiritual do homem, como amar, se relacionar, conhecer, criar etc. São essas necessidades que revelam as nossas potencialidades humanas, portanto, a nossa humanidade (HELLER, 1986).

Entretanto, a sociedade capitalista – pautada na exploração do trabalho – não permite a realização dessas necessidades em sua totalidade. A exploração da força de trabalho e a subsunção do homem ao capital retiram da grande maioria das pessoas as suas possibilidades e as suas potencialidades humanas. “Na sociedade do capital, é retirada do trabalhador, mediante o pagamento pela sua força de trabalho, a possibilidade de ter necessidades além das necessárias à sua manutenção enquanto força de trabalho viva [...]” (AMORIM et al., 2021, p. 04).

Portanto, as necessidades dos/as trabalhadores/as não são questões individuais, mas constituem-se enquanto necessidades sociais de uma classe. E, quando o conjunto dos/as trabalhadores/as – ou parte dele – percebe isso, potencializa-se a sua capacidade organizativa e reivindicativa.

O/a assistente social atento a essas questões será capaz de compreender que a demanda apresentada pela usuária do CRAS não é um problema individual, mas decorrente de uma necessidade material não atendida em função de sua condição de classe. Portanto, a sua superação real e permanente exige a organização e a luta coletiva desta classe. Sendo assim, a demanda da usuária, enquanto uma expressão da “questão social”, só ganhará força, de fato, se somada à demanda de outros/as trabalhadores/as em um espaço coletivo.

É claro que a fome é uma demanda emergencial e, no caso apresentado acima, precisa ser atendida o quanto antes. No entanto, o atendimento específico ou meramente pragmático dessa demanda sem a percepção de que ela revela uma necessidade que é coletiva – do conjunto dos/as trabalhadores/as, especialmente os mais pauperizados – desperdiça a sua potencialidade enquanto uma expressão da “questão social”.

O/a profissional que for capaz de compreender as demandas específicas apresentadas pelos/as usuários/as como refrações da “questão social”, poderá perceber o potencial da luta coletiva, sobretudo no âmbito da mobilização política. Afinal é o processo de organização da classe trabalhadora – e somente ele – que consegue revelar o caráter coletivo das necessidades sociais, transformá-las em pautas políticas e reivindicar o seu atendimento.

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

Essa compreensão é fundamental para o processo prático-reflexivo do/a assistente social na construção de suas estratégias de atuação e ações táticas¹⁵ que possam, de fato, extrapolar o caráter imediato do seu trabalho profissional.

Nesse caso,

A dimensão teórico-metodológica nos capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas. O conhecimento adquirido através deste movimento possibilita sistematizações e construções teórico-metodológicas que orientam a direção e as estratégias da ação e da formação profissional (dimensão formativa), bem como permite aprofundar os fundamentos teóricos que sustentam as intervenções profissionais (GUERRA, 2012, p. 54).

No exemplo acima mencionado – no atendimento prestado pela assistente social Margarida à usuária do CRAS – é o reconhecimento da dimensão teórico-metodológica por parte da assistente social que permite a esta captar a passagem das características singulares daquela determinada situação de fome apresentada pela usuária para uma interpretação à luz da universalidade – identificando por meio do conhecimento teórico as suas particularidades, ou seja, os elementos estruturais e conjunturais que colocaram a família desta usuária nessa situação. Assim, o movimento no plano ideal que vai do singular ao universal, permite a compreensão da particularidade do caso relatado pela usuária em questão.¹⁶

Nas palavras de SANTOS (2010, p. 23):

[...] no processo de apreensão do real pela consciência, parte-se do singular para o universal, mas sendo preciso voltar ao singular. Essas passagens são mediatizadas pela categoria da particularidade. Assim, conhecer o real é situar o objeto do conhecimento do ponto de vista social e do ponto de vista do “privado”, é não considerá-lo isolado, é investigar suas relações em sua totalidade. O singular só pode ser cientificamente conhecido quando se esclarecem as universalidades e particularidades histórico-sociais que intervêm sobre esse singular, o que faz com que todo singular seja universal e

15 “[...] sendo a estratégia aquela que indica a direção, o caminho a ser seguido, oferecendo orientações ao exercício profissional, e a tática, o modo como esse caminho deve ser percorrido, ou seja, a operacionalização do exercício” (PAULA, 2016, p. 15).

16 “O nível da universalidade é o âmbito que mostra a legalidade – a mais aproximada possível da verdade – da realidade investigada. É o máximo afastamento das evidências imediatas. É a máxima generalização possível, ou seja, é a apreensão das leis que envolvem o singular e o particular. [...] No nível da singularidade a lei se expressa, a lei aparece, a lei se encarna, se determina. É o lugar determinado em que a legalidade se manifesta, ou seja, é o ser determinado. É o lugar onde se manifesta o resultado da ação prática dos homens. O nível da particularidade é o campo no qual se localizam as mediações entre esses dois níveis. O singular está conectado à totalidade social através de suas relações, assim, é através do particular que essas relações se evidenciam e que o singular pode aparecer. O determinado é, para Lukács, o particular” (SANTOS, 2010, p. 23).

todo universal só apareça no singular, conforme afirma Lukács [...].

Ressaltamos, no entanto, que apenas o domínio teórico-metodológico do pensamento marxista é capaz de oferecer aos/às assistentes sociais essas capacidades, porque este nos propõe uma constante aproximação com a realidade, a percepção crítica das suas contradições e o desvelamento das suas engrenagens.

É desse modo que o conhecimento teórico-metodológico – e aqui estamos nos referindo especificamente à teoria marxista – coloca-se como elemento indispensável para a elaboração consciente e intencional de estratégias e táticas articuladas aos objetivos profissionais que se pretende alcançar.

Nesse sentido,

O domínio do método dialético-materialista e dos fundamentos ontológicos da teoria crítica capacitam o assistente social a compreender a dinâmica que permite a constituição da demanda, sua lógica imanente, seus modos de ser, sua relação com a totalidade social, suas particularidades históricas e as mediações que a atravessam no contexto contemporâneo (GUERRA, 2002, p. 18).

Entretanto, são ainda muitas as dúvidas e confusões, em meio a nossa categoria profissional, quando o assunto é teoria e método. Por isso, nosso intuito é refletir um pouco mais sobre esses elementos nos próximos tópicos, buscando algumas conceituações que possam contribuir para uma melhor compreensão acerca de o que seja teoria, o que seja método e o que o referencial teórico-metodológico marxista tem a oferecer ao Serviço Social.

1.2. UM MERGULHO NO EXERCÍCIO DA ABSTRAÇÃO – OS DIFERENTES NÍVEIS DO CONHECIMENTO

1.2.1. O QUE É TEORIA? UM COMEÇO DE CONVERSA SOBRE OS DIFERENTES NÍVEIS DE CONHECIMENTO

A apreensão correta do que seja a teoria é algo que, muitas vezes, escapa aos/às assistentes sociais. De acordo com Santos (2010), é muito comum que os/as profissionais do Serviço Social esperem que a apreensão teórico-metodológica da realidade produza automaticamente, uma intervenção profissional qualificada. Ou ainda que essa dimensão teórico-metodológica lhes ofereça, diretamente, os instrumentos e as técnicas mais sintonizados com uma intervenção profissional efetivamente crítica. Entretanto, a teoria pode e deve se constituir enquanto um referencial para o trabalho profissional do/a assistente social. Mas, ela não tem um caráter receituário como muitas vezes acaba sendo percebida pela nossa categoria profissional.

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

Assim, podemos perceber que muitas são as questões que permeiam a relação complexa e intrínseca entre o campo da teoria e o âmbito do trabalho profissional no Serviço Social. Segundo Santos (2010), é muito presente, em meio à nossa categoria profissional, a dificuldade de compreensão dessa relação e, conseqüentemente, da articulação entre o papel da teoria e a potencialidade da intervenção profissional.

Percebemos, então, que muitas confusões e muitos equívocos acompanham a trajetória sócio-histórica da nossa profissão, em torno da compreensão do que seja teoria e do que seja prática. No entanto, o correto entendimento destes elementos é fundamental para a real apreensão da dimensão teórico-metodológica de nosso exercício profissional e para o seu melhor e máximo aproveitamento, no momento da intervenção realizada pelo/a assistente social.

Conforme Assis e Rosado (2012, p. 204), a teoria se constrói por meio do “movimento do pensamento, do ato cognitivo para compreender determinado fenômeno que se expressa na realidade; não pode ser confundida com um receituário a ser aplicado”.

Partindo desse entendimento, percebemos que a teoria se constrói a partir de um movimento de observação e reflexão sobre o concreto que tem sua dinâmica na prática social, no movimento da história, onde os processos sociais assumem uma materialidade. Considerando que, sempre, as determinações do concreto são muito mais dinâmicas do que a sua compreensão teórica (ASSIS & ROSADO, 2012, p. 204).

Essas determinações que produzem o concreto são múltiplas e históricas, pois são construídas pelas práticas sociais dos sujeitos em diferentes realidades. Esse concreto se mostra, num primeiro momento, mediante sua aparência, nos possibilitando produzir um determinado conhecimento, que não pode ser ainda identificado como teoria, mas como um conhecimento empírico. É no processo de apropriação dos determinantes desse concreto que o conhecimento teórico vai sendo construído. Então, “a realidade, construída por meio da vida prática, é anterior ao movimento do conhecimento, é o seu ponto de partida e de chegada” (ASSIS & ROSADO, 2012, p. 204). Nesse sentido, a prática precede a teoria, pois para realizarmos a capacidade de reflexão, precisamos extrair a essência dos fenômenos sociais que estão na prática social, na realidade, ainda que se mostrem só na sua aparência, como já mencionado.

Segundo Setubal (2011), o conhecimento se constitui como uma forma de expressão da humanidade e ele foi sendo construído no decorrer da história, por meio das relações estabelecidas entre os homens e destes com a natureza. Como afirma Minayo (2002, p. 09), “do ponto de vista antropológico, podemos dizer que sempre existiu preocupação do ‘homo sapiens’ com o conhecimento da realidade”. Portanto,

O conhecimento foi desenvolvendo-se à medida que as próprias ações humanas expandiram-se em decorrência do surgimento e crescimento das necessidades estimuladas pelas experiências sociais, muitas das quais impostas

pelos sistemas de produção determinantes das relações sociais de cada época (SETUBAL, 2011, p. 28).

Deste modo, percebemos que o conhecimento também depende das condições e das formas pelas quais é elaborado e está sempre relacionado aos objetivos para os quais se destina. Essas reflexões nos indicam que as ações humanas não são apenas determinadas por fatores biológicos, mas expressam as suas experiências e o conhecimento até então acumulado. “Assim sendo, o processo de elaboração do conhecimento é de caráter social [...] representa o esforço do homem no sentido de produzir a sua existência material e social [...]” (SETUBAL, 2011, p. 28).

Entretanto, nem todo conhecimento produzido pela humanidade, ao longo da sua história possui caráter científico. Existem diferentes níveis de conhecimento e o primeiro deles é o conhecimento empírico que se constrói por meio da nossa interação com o mundo, das nossas percepções, sensações, impressões, deduções. Esse nível de conhecimento se dá de maneira espontânea, é construído no cotidiano e é responsável por uma gama de informações que circundam o conhecimento popular ou vulgar, às vezes denominado de senso comum.

Segundo Coelho (2013), a partir do legado hegeliano, o caminho percorrido até o conhecimento começa no estágio da certeza sensível – experiência que se atém ao aqui e ao agora –, passando pela percepção e pelo entendimento, até encontrar a razão. Vamos, então, nos próximos tópicos deste capítulo, discorrer um pouco mais sobre cada um desses níveis de conhecimento.

1.2.2 A CERTEZA SENSÍVEL, A PERCEPÇÃO E O ENTENDIMENTO: NÍVEIS LIMITADOS DE CONHECIMENTO DO REAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS

A certeza sensível é a experiência guiada pelos nossos sentidos. Ela “aparece sempre como a experiência do próprio sujeito, o sujeito como indivíduo que toma o objeto em sua singularidade e, nesta relação o objeto aparece como essencial” (COELHO, 2013, p. 15). Por isso, “ela é a forma mais simples e imediata de experiência que o sujeito realiza ao tentar apreender a verdade sobre os objetos” (MARTINS, 2021, p. 02).

Quando o sujeito se depara com determinado objeto e o toma na sua imediaticidade, esse “imediatamente não é nada mais do que o conteúdo concreto que surge e se apresenta a nós na experiência sensível” (MARTINS, 2021, p. 02).

Esse conteúdo, que é um conteúdo da certeza sensível, aparece como o conhecimento mais rico e mais verdadeiro ao qual a consciência pode ter acesso, e a própria certeza sensível surge como a mais verdadeira, pois acredita ter domínio pleno sobre esse objeto simplesmente por tê-lo diante de si. O conhecimento da consciência configura-se, portanto, a partir do contato

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

que ela tem com o ser única e exclusivamente através dos sentidos (MARTINS, 2021, p. 02).

Retomando o exemplo apresentado no item 1.1.1 – o atendimento realizado pela assistente social Margarida à usuária do CRAS –, a certeza sensível, apresentando-se como o saber imediato construído pela profissional em seu cotidiano, poderia ser anunciada como a mais pura verdade. Nessa perspectiva, a experiência pessoal/profissional da assistente social é tomada como o mais rico e pleno conhecimento, não sendo necessário nenhum estudo, nenhuma leitura, nenhum aporte teórico previamente acumulado. Basta a sua experiência, a sua vivência cotidiana, os vários atendimentos já anteriormente realizados para saber o que fazer. É nesse contexto que surge a afirmativa “na prática, a teoria é outra”. Coelho (2013), referindo-se ao/a assistente social, afirma:

Ele considera que justamente por estar naquele momento, naquele lugar, a sua experiência alojada na certeza sensível é o mais rico saber, e o saber científico, ou seja, os fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão transmitidos durante o seu processo de formação não têm validade e aplicabilidade para esse aqui e esse agora no qual ele se encontra (COELHO, 2013, p. 16).

Nessa perspectiva, o/a assistente social trabalha a partir de um conjunto de normas e rotinas já estabelecidas pela instituição e segue esse “roteiro” de maneira automatizada e acrítica. No atendimento realizado à usuária do CRAS, a assistente social Margarida teria feito as perguntas necessárias para averiguação da sua situação socioeconômica, para se certificar se ela se enquadra nos critérios previamente estabelecidos pela instituição ou pela política social. Em seguida, se confirmada a necessidade da usuária, ela poderia receber o benefício ou ser encaminhada para outra instituição que ofereça o que ela está demandando.

Nesse caso, em especial, a visita domiciliar mencionada no exemplo anteriormente descrito, no item 1.1.1, se faria desnecessária, pois, aqui

[...] o profissional cumpre uma rotina que implica a execução de procedimentos com a utilização de instrumentos técnico-operativos para a objetivação de seu trabalho. No entanto, ele não considera a intencionalidade que se põe em movimento por meio da objetivação do seu trabalho. Ele considera que o fazer profissional é por ele instituído, é o seu objeto singular. Ele tem um suposto controle desse fazer profissional porque a certeza sensível que guia a sua consciência faz parecer que ele mesmo é quem sabe do objeto (COELHO, 2013, p. 18).

Neste caso, quando o/a assistente social não consegue captar as mediações que vinculam a demanda singular posta pelo/a usuário/a aos processos sociais e históricos,

ele é induzido a seguir o protocolo recomendado pela instituição e/ou política social. Ele não explora o conteúdo oferecido pela usuária por meio da sua narrativa, nem procura conhecer em profundidade a sua realidade de vida. No âmbito da certeza sensível o/a profissional preocupa-se somente em seguir os padrões de atendimento previamente construídos e estabelecidos e oferecer as respostas possíveis, no âmbito do imediato. Essa postura produz um atendimento imediatista, pragmático, rotineiro e burocratizado, dos quais os/as profissionais devem se afastar.

Na pesquisa realizada com assistentes sociais de Juiz de Fora/MG e região, encontramos algumas respostas que revelam uma tendência à construção das ações profissionais pautada na certeza sensível. Três profissionais ao serem indagadas sobre os seus referenciais teóricos por meio da pergunta: *“Você pauta a sua atuação profissional em algum referencial teórico? Qual?”* – responderam não recorrer a nenhuma construção teórica para subsidiar a sua intervenção profissional, como mostramos a seguir:

Não, eu acho que não (Entrevistada 05).

Não, não tenho muito isso, não (Entrevistada 09).

Nenhum referencial teórico específico. O que eu tento ver são estratégias, fazer uma pesquisa em outro município, para ver quais estratégias deram certo, já que eu trabalho diretamente com o Programa Bolsa Família. Eu me pauto em experiências de outros municípios que já deram certo. Não tenho referencial teórico específico, não. E, a partir dessas experiências, procuro montar meu plano de trabalho (Entrevistada 11).

Estas assistentes sociais afirmaram que não acessam nenhum campo teórico-metodológico para subsidiar a construção das suas ações profissionais. Observa-se, ainda que a última entrevistada procura copiar modelos prontos que deram certo resultado em outras realidades para guiar a sua atuação profissional. Esses relatos expressam a tendência de uma atuação profissional pautada na certeza sensível e, portanto, com poucas possibilidades de romper a barreira do imediato que está posta no nosso cotidiano.

Para além da certeza sensível, outro nível de conhecimento, de acordo com Coelho (2013), é o da percepção. Segundo a autora, a percepção já não é mais apenas uma apreensão aparente, como a certeza sensível, mas um apreender necessário.

Na percepção, a relação entre sujeito e objeto é marcadamente determinada pelo alcance da experiência intuitiva do sujeito, posto que ele é o meio universal que atribui propriedades à coisa e, em consequência, o conhecimento pode ser tomado como decorrente da vivência do sujeito (COELHO, 2013, p. 25).

Hipoteticamente, o atendimento da assistente social Margarida – no exemplo apresentado no tópico 1.1.1 –, pautado na sua percepção (na sua experiência intuitiva), poderia tê-la levado ao agendamento da visita domiciliar para a verificação da situação de fome/pobreza relatada pela usuária.¹⁷ Uma postura profissional fiscalizadora e policiaesca que ela não aprendeu nos livros, mas que a vivência profissional, pautada exclusivamente pelo desenho institucional, fez com que ela tomasse como critério de verdade. Nesse caso, a profissional coloca-se como instituidora da verdade. Aquela que procura desvendar a real “problemática da usuária” para que ela possa, “por meio de suas forças, revertê-la com o reconhecimento das oportunidades que estão dadas” (COELHO, 2013, p. 27).

Ou seja, nessa perspectiva de atuação profissional, mais importante do que assegurar o direito à usuária e sua família de poderem se alimentar, é desmascarar a possível “mentira” contada pela usuária para tentar “tirar vantagem” ou “se dar bem”, “enganando” o/a assistente social.

A profissional poderia justificar a sua ação alegando estar seguindo a sua intuição. “Uma das correntes filosóficas que apreende a realidade por meio da intuição é a fenomenologia¹⁸ de Edmund Husserl (1859-1938)” (COELHO, 2013, p. 29). Segundo Husserl (2012, p. 04),

Os conceitos lógicos, enquanto unidades de pensamento dotadas de validade devem ter a sua origem na intuição, eles devem através da abstração ideadora, despontar com base em certas vivências, e devem comprovar-se sempre outra vez em cada nova consumação desta abstração, devem ser captados na sua identidade consigo próprios.

O pensamento husserliano apresenta a intuição como fonte primária do conhecimento. É por meio da intuição que Husserl (2012) pretende superar as “simples verbalizações científicas e filosóficas”, para ver como as coisas realmente são, em sua origem. Nas palavras do próprio autor:

Queremos retornar às “próprias coisas”. Com base em intuições plenamente desenvolvidas, queremos trazer, para nós, à evidência que isto, que aqui está dado numa abstração atualmente consumada, é verdadeira e efetivamente aquilo que as significações das palavras querem dizer na expressão das leis (HUSSERL, 2012, p. 05).

17 Com isso, não estamos afirmando que todo/a assistente social orientado pela sua percepção teria uma atuação de caráter fiscalizatória. Esse é apenas um exemplo de como determinadas rotinas podem se cristalizar no cotidiano profissional, passando a serem executadas por mera repetição.

18 “O Serviço Social brasileiro aproximou-se dessa corrente de pensamento em meados da década de 1970, e os marcos de expressões de suas proposições são os documentos sínteses do Seminário de Sumaré e do Alto da Boa Vista, realizados respectivamente nos anos de 1978 e 1984, e organizados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS)” (COELHO, 2013, p. 29).

Desse modo, a intuição é o fundamento da fenomenologia. A fenomenologia de Husserl (2012) “fala da vida do homem que está no mundo, e do seu modo de existir no mundo. O destaque principal é dado para o espiritual do sujeito, a vida do espírito do sujeito” (GRZIBOWSKI, 2021, p. 70).

A perspectiva fenomenológica incorporada ao Serviço Social, sustenta-se na proposta de intervenção assentada na tríade “diálogo, pessoa e transformação social” – onde a “transformação social” não se refere à mudança de nível socioeconômico, mas a modificações qualitativas dos elementos que compõem o ser (NETTO, 2002). Essas modificações devem ser estimuladas por meio do diálogo estabelecido entre o/a assistente social e o/a usuário/a que possui como objetivos a investigação da verdade e a construção de um “projeto social” – que será o gerador da “transformação social” do indivíduo.

No entanto, esse diálogo estabelecido para a “busca da verdade”, pode revelar o julgamento moral do/a assistente social que irá determinar o certo e errado no modo de vida estabelecido pelo/a usuário/a. Por isso, segundo Netto (2002), essa perspectiva de atuação profissional concebe o Serviço Social como um processo de “ajuda psicossocial”.

Entretanto, não compete ao/a assistente social realizar julgamento moral sobre a fala do/a usuário/a, nem sob o argumento da necessidade de atender sua demanda. Não é seu papel desvendar a verdade ou a suposta mentira escondida nos seus relatos, uma vez que nossa intervenção não pode ser marcada por um viés fiscalizatório. Até porque, nas condições de miséria enfrentadas pela classe trabalhadora, sobretudo nos seus segmentos mais pauperizados, as “mentiras” ou superlativos utilizados são, muitas vezes, estratégias de sobrevivência.

Por isso, a principal função do/a profissional do Serviço Social deve ser buscar, em meio à narrativa do/a usuário/a, os pontos, as questões que merecem mais atenção para que seus direitos sejam atendidos, para que o acesso a bens e serviços lhe seja ofertado, de acordo com o que está estabelecido pelas políticas sociais.

Assim, se o/a assistente social estiver realmente atento ao relato do/a usuário/a ele será capaz de captar outras necessidades que não foram apresentadas em primeiro plano, as chamadas “demandas implícitas”. Compreender a fundo as condições de vida e de trabalho dos/as usuários/as é o primeiro passo para a construção das ações a serem realizadas.

Com isso, o/a profissional pode ir além, pode também captar potencialidades e possibilidades para a construção de ações que extrapolem o atendimento das demandas imediatas dos/as seus/suas usuários/as. Pode estabelecer com estes/as usuários/as o vínculo necessário para intervenções de médio e longo prazo. Mas, para isso, será necessário o uso da razão, em uma lógica que extrapole a certeza sensível, a percepção e, até mesmo, o entendimento.

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

Segundo Coelho (2013, p. 31) quando o “movimento da consciência repousa no entendimento, encontra a aparência dos fenômenos e a toma como se fosse a essência”. Entretanto, os fenômenos não são capazes de se revelar, de imediato porque a essência destes encontra-se escondida sob a aparência das coisas (COELHO, 2013).

A consciência no estágio do entendimento apreende as propriedades do objeto em relação à forma e ao conteúdo, explicitadas em leis que refletem o fenômeno como fenômeno – a cópia imediata do mundo percebido ou a aparência da essência (COELHO, 2013, p. 54).

Nesta dimensão do entendimento – também denominada de intelecção ou razão formal-abstrata¹⁹ –, os objetos são tomados como se possuíssem uma existência própria, autônoma. E, então, ocorrem a naturalização e a fragmentação dos processos sociais que não são apreendidos em suas conexões dialéticas e contraditórias, mas como fatos sociais²⁰ dados (COELHO, 2013).

No campo do pensamento positivista, os fatos sociais são maneiras de agir, de pensar e de sentir que são exteriores aos indivíduos e que possuem um alto poder de coerção (DURKHEIM, 2007). Conforme Durkheim (2007, p. 07) “o que os constitui são as crenças, as tendências e as práticas do grupo tomado coletivamente”.

Na acepção positivista, o conhecimento destes fatos sociais ocorre por meio de um conjunto de procedimentos racionais que são baseados em regras, também, racionais. Ou seja, por meio de um método e de uma metodologia.

Nessa perspectiva analítica, o método de conhecimento vincula-se ao processo de abstração, da formulação da teoria que, por princípio, deve ter uma utilização prática. [...] a metodologia [...] circunscreve-se às fases que compreendem o estudo da realidade ou diagnóstico – levantamento e interpretação dos dados com o objetivo de identificar a situação problema; a intervenção – o desenvolvimento do plano, da ação das atividades; e a avaliação – mensuração do resultado da intervenção²¹ (COELHO, 2013, p. 34).

19 Essa razão formal-abstrata também pode ser tratada por outros autores como razão instrumental (SILVA, 2013).

20 “É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 2007, p. 13).

21 Pautada por essa premissa, a perspectiva modernizadora do Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, influenciada pela tradição estrutural-funcionalista, compreende que a “junção entre teoria e prática ocorreria pela elevação do Serviço Social a condição de ciência” (COELHO, 2013, p. 34). Dessa forma, teríamos uma concepção científica da prática profissional e uma metodologia do Serviço Social. O que é perfeitamente representado pelo Serviço Social de Caso, com o seu diagnóstico e tratamento social.

O pensamento burguês realizou a separação entre o método de conhecimento e a metodologia de ação, ou seja, entre o conhecer e o fazer. Esse dualismo encontra-se calcado na divisão social e técnica do trabalho – que divide os sujeitos entre aqueles que pensam e aqueles que executam. Nesta perspectiva, alguns são responsáveis pela construção do conhecimento e outros pela aplicação prática dos mesmos (COELHO, 2013).

O método de conhecimento da realidade, por sua vez, para ter um valor científico, precisa se construir por intermédio da formulação de hipóteses, do uso de recursos da lógica formal, da realização de experimentos e de rigorosos processos de observação, para, então, se ter a construção de uma teoria (COELHO, 2013). “Nessa direção, para um segmento profissional, a expressão ‘conhecimento da realidade’ vincula-se ao método de conhecimento, tendo em vista a construção de uma teoria” (COELHO, 2013, p. 35).

Seguindo essa lógica, se a construção da teoria não é um objetivo de quem se encontra no âmbito do trabalho profissional – e sim de quem está na esfera acadêmica – não se faz necessário ao/à assistente social o movimento do intelecto que busca o conhecimento da realidade.

Portanto, na esfera do entendimento, o/a assistente social pode simplesmente não ver sentido no exercício de análise da realidade, por compreender que essa é uma tarefa dos/as profissionais da academia e não daqueles que estão atuando “na ponta”, como se costuma denominar os/as assistentes sociais que estão inseridos no campo da execução das políticas sociais, daí deriva a falsa dicotomia entre teoria e prática. Ao agirem assim, abandonam a possibilidade de construção e afirmação de uma atitude investigativa em face de sua intervenção profissional cotidiana.

Em outros casos, o “conhecimento da realidade”, “a que se referem os assistentes sociais é o conjunto de informações relacionadas às necessidades dos/as usuários/as e à estrutura formal, legal e burocrática das instituições e o modelo de operacionalização das políticas e dos programas sociais” (COELHO, 2013, p. 38).

Nesse caso, o “conhecimento da realidade” resume-se ao levantamento do perfil socioeconômico dos/as usuários/as, ao preenchimento de formulários e planilhas pré-estabelecidas para registro das informações coletadas por meio de entrevistas que, muitas vezes, nem se quer foram realmente elaboradas e construídas pelos/as assistentes sociais de maneira devidamente consciente e autônoma.

No âmbito do entendimento, ou seja, quando orientado pela racionalidade formal-abstrata, o/a assistente social tende a perceber os princípios do Código de Ética Profissional como um conjunto de normas morais que devem ser seguidas, tendo validade trans-histórica e universal (GUERRA, 2014). Com isso, as ações construídas pelos/as profissionais do Serviço Social podem ganhar uma roupagem moralista, eticista, principista e formalista. Nesse sentido existem, inclusive, muitos/as profissionais que

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

asseguram seguir a direção do projeto ético-político, reduzido muitas vezes ao Código de Ética, mesmo realizando ações com as características descritas acima.

No exemplo apresentado no item 1.1.1, a realidade de vida da usuária do CRAS, na esfera do entendimento, é recortada em uma problemática específica e tratada como uma questão individual/moral: a incapacidade da usuária de se alimentar e alimentar a sua família; a sua falta de vontade/disposição/aptidão para o trabalho; a falta de qualificação profissional etc. Nessa perspectiva, o relato da usuária pode ser entendido como uma inadaptação da mesma frente os imperativos do mercado de trabalho na sociedade atual.

Portanto, o fato dela estar a tanto tempo desempregada, pode ser percebido exclusivamente como resultado de sua desatualização profissional e, nesse sentido, a assistente social poderia encaminhá-la para um curso de qualificação profissional – o que não estaria equivocado, do ponto de vista imediato, porque poderia permitir que ela conseguisse se recolocar no mercado de trabalho –, mas a ação profissional não deve se limitar a esta interpretação e a este encaminhamento porque ele coloca toda a responsabilidade pela condição da usuária nela mesma.

O mesmo poderia ser pensado para o seu marido e desse modo, a fome, o desemprego estrutural, como produtos do sistema capitalista e, portanto, expressões da “questão social”, são tratadas como fruto das escolhas e da incapacidade individual destes/as usuários/as em prover a sua própria subsistência. É como se não conseguir uma inserção no mercado de trabalho fosse culpa deles. O discurso da “incapacidade” rapidamente transfere o processo de culpabilização sobre o desemprego para o indivíduo, como se a inserção no mercado de trabalho devesse ser de única responsabilidade dele.

Assim, ao invés de se construir uma análise que perceba os limites do mercado de trabalho nessa sociedade capitalista e a impossibilidade de inserção de toda a classe trabalhadora nesse mercado – análise que nos revela o desemprego, a fome, a miséria como expressões da “questão social”; opta-se pela culpabilização dos sujeitos, como se lhes faltasse estudo, esforço, vontade, atualização, aperfeiçoamento e, em termos bem contemporâneos, atitude empreendedora.

Por isso, é preciso ter muito cuidado com o que dizemos, o que fazemos e como encaminhamos os/as nossos/as usuários/as. Em alguns CRAS espalhados pelo Brasil é muito comum a realização de cursos profissionalizantes ou ações de geração de trabalho e renda. Mas, é preciso compreender profundamente quais são os objetivos reais dessas propostas, qual o seu alcance efetivo, para não se gerar expectativas, cujos resultados não podem ser atingidos. Nossas ações precisam, de fato, atender às necessidades dos/as usuários/as, então, devem ser construídas preferencialmente em conjunto com a comunidade que será atendida. É preciso que estejam fundamentadas a partir da elaboração de projeto, do estabelecimento de parcerias e de captação de financiamento direcionado para as ações a serem desenvolvidas.

Voltando ao nosso exemplo apresentado no item 1.1.1, com esse direcionamento hipoteticamente construído, percebemos que existe realmente uma dificuldade em parte de nossa categoria profissional em apreender as reais necessidades dos/as usuários/as, para além do que é manifestado no momento do atendimento.

Existe, ainda uma tendência em culpabilizar o/a usuário/a pela sua situação de “fracasso”, como se ele não tivesse capacidade para o enfrentamento dos “seus problemas”, apresentando “debilidades” ou “vulnerabilidades” sociais que demandam a atuação do/a assistente social, em caráter emergencial. Essa compreensão de “vulnerabilidade” além de se apresentar como uma aparência fenomênica, também oculta o caráter de classe, ou seja, retira a potencialidade do indivíduo enquanto sujeito histórico com possibilidades de transformações na realidade.

E, atualmente, essas tendências conservadoras, pautadas no campo do positivismo, apresentam-se, muitas vezes, travestidas de um discurso progressista que faz a defesa da cidadania, da inserção social, da universalidade dos direitos, da justiça social, entre outras expressões que acabam virando jargões na nossa profissão.

Nesse sentido, de acordo com Coelho (2013, p. 42), “a chave para averiguar o que está por detrás do discurso profissional é, pois, a apreensão do significado da profissão: a quem serve, como serve e qual projeto societário reforça”.

Afinal, para que o/a assistente social seja capaz de compreender a essência dos fenômenos sociais que se colocam no cotidiano institucional por meio das demandas verbalizadas pelos/as usuários/as e para reforçar os valores e princípios necessários à construção de uma nova ordem social, para além do capital, ele precisa se pautar na razão histórico-crítica. Vamos, então, apresentar algumas reflexões sobre a razão no item que se segue.

1.2.3 A PERSPECTIVA HEGELIANA E MARXIANA DE RAZÃO – IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Os/as profissionais do Serviço Social operam no âmbito do cotidiano que se caracteriza pela sua heterogeneidade, espontaneidade, imediaticidade e superficialidade²² (HELLER, 1989). Nessa esfera do cotidiano, muitas vezes, o

22 “Heterogeneidade: as demandas do cotidiano são essencialmente diversas, o que exige do sujeito que oriente sua atenção totalmente às mesmas. Dada esta diversidade, a vida cotidiana ocupa integralmente a atenção dos sujeitos; espontaneidade: [...] em razão desta característica, os sujeitos se apropriam de maneira espontânea (e naturalizada) dos costumes, dos modos e comportamentos da sociedade, donde sua capacidade de reproduzir as motivações particulares e as humano-genéricas; imediaticidade: as ações desencadeadas na vida cotidiana tendem a responder, fundamentalmente, às demandas imediatas da reprodução social dos sujeitos; superficialidade extensiva: considerando as características das demandas do cotidiano, os sujeitos acabam por encaminhá-las de maneira superficial, dado que a prioridade da vida cotidiana está em responder aos fenômenos na sua extensão e amplitude e não na sua intensividade, ou seja, o cotidiano dificulta o esforço intenso, concentrado e contínuo” (GUERRA, 2012, 44-45).

pragmatismo torna-se imperativo no trabalho profissional do/a assistente social (GUERRA, 2012). Isso acontece porque

Dadas as características acima mencionadas, o cotidiano profissional é pleno de requisições de cumprimento de normas, regulamentos, orientações ou decisões de superiores, os quais impõem ao profissional a necessidade de respostas às mesmas. Neste contexto, a prioridade é responder aos fenômenos, não importa como, disto resultando um conjunto de respostas profissionais rápidas, ligeiras, irrefletidas, instrumentais, baseadas em analogias, experiências, senso comum, desespecializadas, formais, modelares, em obediência a leis e superiores, sem a qualificação necessária para distingui-las de respostas atribuídas por leigos (GUERRA, 2012, p. 46).

Esse processo aligeirado de responder às requisições postas pelas instituições, de maneira acrítica e meramente instrumental, pode ocorrer quando a consciência do/a profissional se encontra no nível da certeza sensível, da percepção ou do entendimento.

Resguardando as suas diferenças, o que esses níveis do conhecimento possuem em comum é o seu traço antiontológico.²³ Todos eles são funcionais à lógica da sociedade capitalista “[...] na medida em que desconfiam, descartam, negam, ignoram e, sobretudo, desacreditam das possibilidades do desvelamento da realidade para além da sua fenomenalidade, expressões, forma e aparência” (GUERRA, 2014, p. 48).

É fato que, muitas vezes, o cotidiano profissional dos/as assistentes sociais exige/impõe resoluções imediatas para determinadas situações. Essas resoluções, geralmente, baseiam-se em critérios de utilidade – porque a própria atuação profissional nos oferece um leque de soluções baseadas em critérios de utilidade. Deste modo, quando no âmbito do cotidiano, o nosso conhecimento está voltado apenas para as necessidades práticas, “[...] o pragmatismo infere que a verdade depende da utilidade, adequação e funcionalidade das respostas aos fins buscados: o verdadeiro é o útil” (GUERRA, 2012, p. 48).

Mas, daí decorre uma grave questão: todas as demais ações propostas ou realizadas pelos/as assistentes sociais que possuam um caráter mais teórico e/ou ético-político do que prático, que não possuem um sentido imediatamente utilitário, são tomadas como desnecessárias (GUERRA, 2014).

É muito comum que os/as assistentes sociais se percebam ou sejam percebidos em momento de trabalho somente quanto estão em atendimento direto ao/à usuário/a. Deste modo, as atividades de planejamento, os momentos de reunião, a construção de projetos de intervenção e, até mesmo, a supervisão de estágio, entre outras, costumam

23 “O caráter antiontológico na teoria social é uma das questões mais marcantes diante da especialização das ciências sociais [...]. Nisto reside a necessidade de retomar a crítica lukacsiana, ainda mais porque a leitura de Lukács da obra de Marx centra-se na perspectiva que entende a teoria social marxiana como uma ontologia do ser social” (LARA, 2013, p. 92).

não serem percebidas como momentos importantes do trabalho profissional dos/as assistentes sociais.

Soma-se a isto o fato de que

Nos espaços institucionais que executam as políticas sociais em sua fase terminal, as atribuições dos assistentes sociais tendem a concentrar-se, prevalecendo a repetição, a rotina e a espontaneidade próprias da esfera do cotidiano (FORTI; COELHO, 2014, p. 31).

Como apresentamos nos tópicos anteriores – por meio dos exemplos construídos sobre o trabalho profissional de uma assistente social no CRAS – a atuação profissional respaldada na certeza sensível, na percepção ou no entendimento, pode conduzir os/as assistentes sociais à construção de ações, meramente imediatistas de caráter pragmático, que podem inclusive contradizer os valores defendidos pelo nosso projeto ético-político crítico.

Desse modo, a construção de um trabalho profissional que ultrapasse a barreira do imediato, do rotineiro, do burocrático, depende do movimento de suprassunção para a razão (COELHO, 2013). Mas, esse movimento de superação do estágio do entendimento, para que a consciência atinja o nível da razão, pode levar os/as assistentes sociais a percorrer dois caminhos distintos: o da razão idealista ou o da razão histórico-crítica.

A razão idealista concebida por Hegel [...] apreende a substância universal como resultado do próprio movimento da consciência. Para a razão histórico-crítica a substância do mundo resulta das relações que os homens estabelecem com a natureza e entre si, tendo em vista a satisfação das necessidades humanas (COELHO, 2013, p. 34).

No pensamento hegeliano, a razão significa a afirmação do pensamento sobre a realidade, portanto, do sujeito que pensa sobre o âmbito da prática (COELHO, 2013). Assim, na lógica hegeliana, é o pensamento que governa a realidade. Segundo Guerra (2014, p. 46), “no idealismo, a ideia tem precedência (e prevalência) sobre a realidade. Sendo tomada como superior à matéria, é ela que permite sua realização”.

Portanto, o pensamento idealista opera por meio da separação entre o “ser” e o “dever ser”. Desse modo, o trabalho profissional do/a assistente social sob uma visão idealista assume traços romantizados, moralizadores e, por vezes, permeados por posicionamentos religiosos. Isso pode redundar em posturas profissionais atravessadas pelo voluntarismo e pelo messianismo (GUERRA, 2014). Assim, uma atuação profissional respaldada na razão idealista, provavelmente se constrói a partir da naturalização dos processos sociais, apreendendo-os de maneira desistoricizada, deseconomizada e despolitizada (GUERRA, 2014), mesmo que as assistentes sociais não tenham consciência de que o seu trabalho está sendo pautado por uma perspectiva hegeliana.

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

Essas posturas voluntaristas e messiânicas, quando assumidas pelos/as assistentes sociais geram, por exemplo, uma leitura idealista do Código de Ética Profissional, que culmina na concepção equivocada de que se é capaz de operacionalizar os seus princípios por meio da mera vontade dos/as profissionais.²⁴

Nos termos de Guerra (2014), o contraponto à estas posturas profissionais voluntaristas e messiânicas está na concepção materialista histórico-dialética da razão. A apreensão do real por meio da perspectiva marxista, mais que uma opção do/a assistente social, “trata-se de uma exigência que a própria realidade impôs à profissão, tendo em vista as necessárias respostas demandadas [...]” (GUERRA, 2014, p. 52).

A realidade é a esfinge que nos exige o deciframento do seu modo de ser, da lógica que a constitui. Por essa razão, argumenta-se que a opção que parte da categoria profissional faz pelo materialismo, no confronto com o idealismo e com a razão formal-abstrata, não é uma definição puramente teórica. Ela tem sua base em necessidades postas pela própria realidade à profissão no sentido de sua sobrevivência como profissão interventiva com uma forte base técnico-operativa. Foi a própria realidade que lhe mostrou essa exigência e a vem colocando no confronto com o debate idealista e racionalista formal-abstrato (GUERRA, 2012, p. 52).

É a própria realidade social que exige do/a assistente social o recurso à razão histórico-crítica para a construção de um exercício profissional efetivamente alinhado aos princípios do projeto ético-político hegemônico no Serviço Social. Portanto, há que se buscar a compreensão do campo teórico-metodológico marxista.

Marx construiu seu método dialético partindo da realização de uma crítica à dialética de Hegel. Segundo Netto (2021), em Hegel o pensamento é o criador do real, sendo este a sua manifestação externa. Em oposição a Hegel, Marx defende que o ideal é somente o real pensado e interpretado pelo homem.

Desse modo, a teoria, fruto do pensamento humano, resulta deste movimento de interpretação do real, do material, do concreto que já existe antes de ser analisado. Nos termos de Santos (2010)

[...] Marx demarca ainda que a sua pretensão com a investigação é justamente conhecer a constituição do concreto – ou seja, o pensamento apenas reconstrói

24 Retomemos a situação hipotética, apresentada acima, em que existe um projeto de geração de trabalho e renda no CRAS, por meio de produção de artesanato. Se não existe um projeto sério e qualificadamente construído, com parcerias e financiamento, o que pode acontecer – e que é realidade em muitos espaços sócio-ocupacionais – é a equipe do Serviço Social custear as ações desenvolvidas comprando, inclusive, os materiais necessários para a confecção dos produtos artesanais. Exemplo claro de uma atuação profissional extremamente messiânica. Isso é muito sério, pois, muito provavelmente, os objetivos do projeto não serão atingidos, gerando frustração tanto nas usuárias – que esperavam efetivamente um incremento na sua renda – quanto nas assistentes sociais – que, por uma apreensão idealista do projeto ético-político se sentiram capazes de mudar a realidade socioeconômica daquelas usuárias.

e reproduz o objeto – para que se retorne a ele como um concreto pensado. Contudo, ele distingue o movimento que o pensamento faz para apreender essa constituição do próprio processo de constituição desse concreto, visto o concreto já existir, independente e anteriormente ao esforço da razão de o apreender (SANTOS, 2010, p. 18).

Podemos considerar que o objeto de estudo da investigação marxiana – que resultará na Teoria Social de Marx – é a sociedade burguesa,²⁵ pautada no modo de produção capitalista – sua gênese, desenvolvimento, consolidação e contradições.

Partindo criticamente²⁶ do conhecimento já existente – especialmente da filosofia alemã, da economia política inglesa e do socialismo francês (NETTO, 2021) – Marx procurou desvendar a dinâmica de funcionamento da sociedade capitalista. Nesse trajeto reflexivo, Marx foi construindo progressivamente o seu método de análise – método que posteriormente viabilizou as elaborações teóricas apresentadas em sua obra maior: O Capital.

Isto quer dizer, simplesmente, que o método de Marx não resulta de descobertas abruptas ou de intuições geniais – ao contrário, resulta de uma demorada investigação: de fato, é só depois de quase quinze anos das suas pesquisas iniciais que Marx formula com precisão os elementos centrais do seu método, formulação que aparece na “Introdução”, redigida em 1857, aos manuscritos que, publicados postumamente, foram intitulados *Elementos fundamentais para a crítica da economia política. Rascunhos. 1857-1858* (NETTO, 2021, p. 07-08).

Para Marx, a teoria não consiste em uma simples descrição detalhada de algum objeto de investigação, nem uma construção de modelos explicativos que procuram dar conta de seu movimento real. Para ele, a teoria é uma forma de conhecimento – entre tantas outras – que nos permite uma aproximação do objeto de estudo tal como ele é, em sua existência real, desvelando sua essência. “A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2021, p. 08).

O processo de apreensão do real – que pode ou não derivar na elaboração de uma teoria – não se realiza em uma única aproximação do pesquisador com o objeto

25 Entendendo sociedade burguesa como “sociedade moderna, aquela que se engendrou nas entranhas da ordem feudal e se estabeleceu na Europa Ocidental na transição do século XVIII ao XIX” (NETTO, 2021, p. 06).

26 “Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus *limites* – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais. É assim que ele trata a filosofia de Hegel, os economistas políticos ingleses (especialmente Smith e Ricardo) e os socialistas que o precederam (Owen, Fourier)” (NETTO, 2021, p. 06).

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

pesquisado. Esse primeiro momento consiste na captura da aparência fenomênica de tal objeto. No entanto, o objetivo de todo pesquisador deve ser, justamente, ultrapassar essa barreira da aparência para compreender, de fato, a essência do objeto em análise – entendendo como essência a estrutura e a dinâmica do objeto, sua lógica constitutiva. Esse processo exige um movimento de sucessivas aproximações entre pesquisador e objeto pesquisado.

Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2021, p. 09).

Tal processo de reprodução do real no plano ideal não ocorre por meio de um simples reflexo mecânico. Exige que a consciência se movimente da realidade para si e de si para a realidade. “Trata-se de um processo complexo, permeado por determinações, mediações e contradições. A consciência apreende, no âmbito da razão, de forma aproximativa, essa processualidade” (COELHO, 2013, p. 93).

Tão complexo quanto o movimento da abstração, para a elaboração teórica, é também o processo de intervenção no momento da construção da ação profissional. Isso porque

[...] embora sendo necessária uma coerência entre o que desejamos, os objetivos que estabelecemos e os meios/mediações mobilizadas, a realidade não se comporta como gostaríamos os sujeitos que nela intervêm, de modo que o fundamental é que a realidade possua os meios ou as possibilidades que serão mobilizadas pelos sujeitos, sabendo que os resultados nunca se configurarão como uma cópia fiel do que foi projetado pelo sujeito, o que, de modo algum, inviabiliza a necessidade da projeção e do conhecimento (GUERRA, 2014, p. 50).

Exatamente por isso, se faz tão necessária a apreensão teórica sobre a realidade social. Sem uma apurada compreensão da realidade – de suas estruturas, conjuntura e contradições – não seremos capazes de construir as respostas exigidas para as demandas e necessidades que nos chegam todos os dias nos espaços sócio-ocupacionais.

Como afirma Guerra (2014), é a própria realidade que nos convoca a conhecê-la, pois se não o fizermos poderemos ser devorados por ela. “A realidade no seu movimento se mostra e se esconde ao mesmo tempo: esconde sua lógica e mostra apenas seus sinais, os quais muitas vezes nos confundem” (GUERRA, 2014, p. 52).

Aqui se destaca a importância da apreensão teórico-metodológica da tradição marxista. Mas, estamos nos referindo ao pensamento marxista despido de seus ranços pragmatistas, estruturalistas, sistêmicos, entre outros. É o campo da Teoria Social de

Marx, elaborada com rigor metodológico, que acerta as lentes dos nossos óculos, para que a imagem embaçada e desfocada, aos poucos, possa se revelar com nitidez.

Mas, ainda, encontramos grande dificuldade em nossa categoria profissional no que se refere à apreensão do pensamento marxista. São muitas as confusões e contaminações sofridas, quando se trata da Teoria Social de Marx. Por isso, no próximo tópico deste capítulo iremos apresentar algumas reflexões acerca da construção do conhecimento científico e demarcar categorias que são fundantes do pensamento marxiano. Além de tecer considerações sobre como esse referencial teórico-metodológico pode contribuir para a construção de uma ação profissional alinhada com o nosso projeto ético-político.

1.3 O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E A TEORIA SOCIAL DE MARX: IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

1.3.1 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E A TEORIA SOCIAL DE MARX

O conhecimento científico é o nível de apreensão da realidade que requer metodologia.²⁷ Esse nível de conhecimento, o científico, se constitui enquanto “[...] uma elaboração intelectual resultante do processo que ultrapassa o plano meramente sensível, pela mediação do raciocínio lógico, dialético e da consciência sobre a realidade do objeto observado” (SETUBAL, 2011, p. 31).

O conhecimento científico constrói informações por meio do caminho da ciência. Possui uma linguagem fundamentada em conceitos, métodos e técnicas que auxiliam nos processos de compreensão da realidade, das coisas, dos fenômenos e das relações sociais. “Essa linguagem é utilizada de forma coerente, controlada e instituída por uma comunidade que a controla e administra a sua reprodução” (MINAYO, 2002, p. 10).

Esse campo científico é permeado por contradições e disputas.

Há os que buscam a uniformidade dos procedimentos para compreender o natural e o social como condição para atribuir o estatuto de “ciência” ao campo social. Há os que reivindicam a total diferença e especificidade do campo humano (MINAYO, 2002, p. 10-11).

Compreendemos, assim como Minayo (2002) que o objeto das ciências sociais é histórico e, portanto, mutável. Assim, o conhecimento científico nesse campo será sempre aproximativo e provisório.

27 Compreendendo a metodologia como nos apresenta Minayo (2002, p. 16), como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Metodologia engloba, assim o método e os procedimentos metodológicos.

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

Nesse exercício científico, em busca do conhecimento, são elaboradas as teorias, os métodos e produzidos os resultados. Por isso, é nesse nível do desenvolvimento do conhecimento científico que se encontra a elaboração teórica.

Teoria, desse modo, é o conhecimento sistematizado que se constrói a partir da pesquisa²⁸ científica (TRENTINI, 1987). A teoria é construída para tentar explicar ou compreender determinados fenômenos ou processos da realidade social (MINAYO, 2002, p. 18).

Nenhuma teoria, por melhor e mais bem elaborada que seja, consegue explicar ou compreender na totalidade os fenômenos ou processos analisados. “O investigador separa, recorta determinados aspectos significativos da realidade para trabalhá-los, buscando interconexões sistemáticas entre eles. Teorias, portanto, são explicações parciais da realidade” (MINAYO, 2002, p. 18),

Além disso, nem toda teoria possui a mesma finalidade. Algumas têm o objetivo de descrever o real, outras buscam a sua classificação. Há teorias que objetivam explicar a realidade e outras buscam o seu mais profundo conhecimento. Para Marx a teoria deve ter como finalidade o desvelamento do real com vistas a transformá-lo (MARX, 2021), por meio do campo da efetividade, da ação.

Um elemento importante a ser destacado é a “provisoriedade do conhecimento teórico sobre a realidade” (SETUBAL, 2011, p. 46), pois a teoria, ao se constituir historicamente, representa um conhecimento que é apenas parcial e não total sobre o real. A pesquisa produz conhecimentos que são válidos somente em determinada época e contexto.

Por isso é enganoso qualquer tipo de conhecimento considerado como verdade absoluta, como dogma, pois pela sua própria natureza temporal, a pesquisa é inviabilizada de construir um saber centrado num estado de ubiquidade, que possa ser válido em qualquer tempo e lugar (SETUBAL, 2011, p. 46-47).

A pesquisa é o exercício da investigação que decorre de sucessivas aproximações do objeto que está sendo estudado. Ela pode utilizar, de maneira combinada, vários instrumentos ou procedimentos e está sempre embasada em um determinado referencial teórico, articulado aos seus objetivos. Ela se constrói a partir da interpretação e da sistematização de dados coletados ou observados na realidade. E o seu produto final é um tipo de conhecimento, denominado teórico-científico (SETUBAL, 2011, p. 61).

Deste modo, dentro de um trabalho investigativo de pesquisa, o elemento que nos indica a finalidade da teoria é o método. O método é o caminho que se escolhe para a construção da análise da realidade. Por isso, diferentes métodos produzem

28 “Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2002, p. 17).

teorias distintas. Desse modo, o método revela a visão de mundo do pesquisador, a forma como ele analisa os fenômenos sociais e o seu posicionamento político frente à realidade social observada.

Podemos exemplificar isto destacando que não se pode analisar o método durkheimiano sem considerar o seu enraizamento positivista, bem como não se pode debater a “sociologia compreensiva” de Weber sem observar o neokantismo que constitui um de seus suportes (NETTO, 2021). Também no que toca a teoria social de Marx, o seu método de análise da realidade está a serviço de um projeto revolucionário.

Esses campos do pensamento, acima mencionados, configuram o que denominamos de teorias sociais. Mas, toda teoria é uma teoria social?

Não, nem toda teoria se configura enquanto uma teoria social. A maior parte das pesquisas, hoje realizadas, são responsáveis pela produção do conhecimento científico. Mas, uma teoria social tem um propósito maior que a compreensão de determinado fenômeno social, ela busca analisar a sociedade em que vivemos como um todo – seja para forjar a sua naturalização e contribuir para a manutenção do *status quo*; seja para o desvelamento das suas engrenagens para estimular a luta revolucionária em busca da sua superação.

Como afirma Setubal (2011, p. 46): “[...] o conhecimento ou pode ser favorável e reafirmar o poder instituído, ou pode ser desvendador das situações conflituosas existentes nas relações sociais, muitas vezes camufladas pelas políticas de governo [...]”.

Por isso, podemos afirmar que, no campo das ciências sociais, toda teoria é comprometida com determinados princípios. Ela veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas. Assim,

Na investigação social, a relação entre o pesquisador e seu campo de estudo se estabelecem definitivamente. A visão de mundo [...] está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto, aos resultados do trabalho [...] (MINAYO, 2002, p. 14-15).

Mas, independentemente da sua finalidade, as teorias sociais pautam-se no estudo e na reflexão dos fundamentos das estruturas da sociedade, englobando os aportes dos campos político, econômico, sociológico, jurídico, entre outros.

Essas teorias sociais constituem-se em campos teóricos ou referenciais teóricos a partir dos quais as pesquisas e estudos se desenvolvem. Afinal, sempre há um “[...] universo teórico que subsidia as nossas reflexões [...]” (SETUBAL, 2011, p. 44) e, também as nossas ações. Como é o caso dos exemplos apresentados no item 2.2, de assistentes sociais pautados na percepção, no entendimento ou na razão idealista.

Segundo Guerra (2014, p. 48),

[...] somos sempre orientados por projeções, tenhamos clareza ou não, que nossas decisões e ações profissionais estão sempre orientadas por teorias e

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

valores e o quanto essas atividades individuais no cotidiano contribuem para “uma práxis humana social”.

Todos esses campos do conhecimento possuem um *status* de ciência, mas nos oferecem uma compreensão limitada da realidade. O único campo do pensamento que se propõe a desvelar o real, ultrapassando a sua aparência para compreender a sua essência é o crítico marxista.

1.3.2 O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO MARXISTA E O SERVIÇO SOCIAL

O referencial teórico é o conjunto das produções, discussões e teorias que dão suporte a determinada pesquisa ou estudo. Toda “pesquisa se apoia em fundamentos teóricos que sustentam a formulação de um problema e na adoção de técnicas e de instrumentos” que permitem uma sistemática aproximação com o objeto de estudo (CHIZZOTTI, 2008, p. 127).

Por isso, o referencial teórico é um dos elementos centrais em qualquer pesquisa. Por intermédio dele conseguimos identificar o método de análise utilizado. Pelo referencial teórico se definem os pressupostos, as categorias e os conceitos que irão nortear a pesquisa. E as pesquisas científicas, bem como o conhecimento teórico produzido a partir delas, criam o escopo conceitual que oferece suporte às diferentes áreas profissionais.

O ponto de partida para qualquer processo que visa a construção do conhecimento é a realidade – o real, material e concreto. Mas, o acúmulo teórico pré-existente, ou seja, o conhecimento anteriormente produzido pode ser capaz de orientar o desvelamento dessa realidade. E esse processo de desvelamento do real, por sua vez, mediante o desenvolvimento da pesquisa, poderá produzir novo conhecimento.

Por isso, a pesquisa e a produção de conhecimento que deriva dela, necessariamente, pautam-se em um determinado referencial teórico-metodológico. Portanto, o referencial teórico pode nos auxiliar na compreensão do nosso ponto de partida, no processo de produção do conhecimento. E, esse conhecimento, por sua vez, pode oferecer direção ao exercício profissional.

É desse modo, que o referencial teórico-metodológico pode incidir na construção de práticas diferenciadas, mas não produz automaticamente ações condizentes com sua perspectiva. A efetividade da ação pertence ao campo da prática e não da teoria.

Portanto, “apesar de possibilitar a ação, o âmbito da possibilidade não é o da efetividade, este é o da prática” (SANTOS, 2010, p. 26). Com isso, Santos (2010, p. 27) afirma que

Teoria é a apreensão das determinações que constituem o concreto; e prática é o processo de constituição desse concreto; [...]. É pela teoria que se podem desvendar a importância e o significado da prática social, ou seja,

ela é o movimento pelo qual o singular atinge o universal e deste volta-se ao singular. A prática é constitutiva e constituente das determinações do objeto, gera produtos que constituem o mundo real, não se confunde, portanto, com a teoria, mas pode ser o espaço de sua elaboração. Nesse caso, ela só se transforma em teoria se o sujeito refleti-la teoricamente.

Acompanhando o mesmo raciocínio de Santos (2010, p. 18), “[...] o pensamento apenas reconstrói e reproduz o objeto – para que se retorne a ele como um concreto pensado”. Nas palavras do próprio Marx (1996, p. 28), “[...] o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado”.

Nesse sentido, o concreto já existe anteriormente ao que dele possa se pensar, independente do esforço que pode fazer a razão para compreendê-lo. Tudo o que existe em nossa sociedade, portanto, existe independente do possível conhecimento que se possa elaborar a seu respeito. É por meio da ação dos homens – da prática – que o concreto se constitui e “[...] apropriar-se do concreto pelo pensamento é um ato teórico, enquanto o concreto, em si, é um ato prático que está vinculado às necessidades [...]” (SANTOS, 2010, p. 18) humanas.

Partindo da primazia da ação, em relação ao pensamento, podemos afirmar que o mundo da prática é sempre mais dinâmico que o da teoria. Isso significa dizer que o pensamento se debruça sobre o concreto na intenção de compreendê-lo. Mas esse concreto é dinâmico e pode modificar-se. Dessa forma, a teoria que busca desvendar o concreto será sempre aproximativa e nunca o desvelará por completo.²⁹ Daí a necessidade da constante atualização da teoria, para que ela possa sempre estar o mais próximo possível da realidade, que dinâmica permanece em constante mutação.

Desse modo, se a teoria será sempre um conhecimento aproximativo do que existe concretamente, ela não pode ser compreendida como uma fórmula a ser “aplicada” na prática. A teoria não é um modelo a ser seguido, a sua função é analisar, interpretar, explicar de maneira aproximada aquilo que existe de concreto na sociedade.

29 Cabe aqui ressaltar, entretanto, que a prática desarticulada da reflexão teórica não é capaz de, por si só, compreender o concreto. A prática considerada de maneira isolada, em detrimento da teoria, reflete uma perspectiva pragmática. Ressaltamos, aqui, a primazia da ação reconhecendo, no entanto, a sua intrínseca articulação com a reflexão teórica na realização da práxis. Segundo Santos (2010, p. 37), “a práxis humana só é possível em razão de a atividade humana ser um pôr teleológico, ou seja, o homem, ao agir, põe uma finalidade que desencadeia relações causais. O homem, mesmo que não tenha consciência, age pautado numa finalidade ideal, num projeto que guia e orienta essa ação (teleologia)”. O que significa dizer que prática e teoria encontram-se articuladas, formando uma unidade composta por elementos que são diversos, no momento em que “[...] o homem possui, idealmente, o resultado que ele quer alcançar. [...] Porém, Marx ressalta que essa finalidade ideal somente alcança um resultado aproximado, um resultado real, porque a intenção desencadeia vários fatores que interferem e/ou se interpõem entre a finalidade ideal e a finalidade real, fazendo parte desse processo de objetivação humana. Mais uma vez sobressai o caráter aproximativo da teoria” (SANTOS, 2010, p. 38).

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

[...] se o conhecimento é aproximativo, a teoria não é algo que se “encaixa” na prática, nem pode servir de modelo, até mesmo porque, se ela é uma reprodução do objeto pelo pensamento, ao se conhecerem determinados objetos de realidade social, o processo de conhecimento – que é sempre aproximativo e provisório – deve ser retomado e revisado (SANTOS, 2010, p. 21).

Portanto, esse processo do conhecimento que propõe desvendar o concreto não modifica o que está dado na realidade. Como afirma Santos (2010, p. 21 e 22), “[...] a teoria não passa, de imediato, à prática, uma vez que o dado, o concreto – produto das ações práticas do homem – pode continuar o mesmo no plano empírico”. Assim, “[...] o que a teoria modifica, de imediato, é o conhecimento que se tem sobre o concreto, não o próprio concreto” (SANTOS, 2010, p. 22).

A teoria, sendo aproximativa e provisória, possuindo objetivo de desvendar uma realidade que é dinâmica e encontra-se em constante alteração, não pode ser tomada como absoluta e definitiva. Ela é fruto do processo de reconstrução, no âmbito do pensamento, do movimento do real, na intenção de apreender a sua constituição, suas determinações, suas tendências e contradições. Por isso, a teoria pode nos servir como referência para a realização de uma análise, mas nunca como um arquétipo que pretenda moldar determinada realidade.

A teoria deve ser a reprodução mental do movimento da realidade apreendida em suas múltiplas mediações, desvelando as mediações e as contradições que expressam o modo de ser do ser social, isto é, mostrando o movimento da realidade em uma determinada sociedade como concreto pensado (COELHO, 2013, p. 73).

Entretanto, se a teoria pode alterar o conhecimento que se tem sobre o concreto, ela pode desvendar possibilidades de ação sobre o real. A teoria não transforma a prática, mas pode transformar o pensamento. E, esse novo pensamento pode impulsionar novas ações. Pois, “somente quando a teoria desvenda a realidade em sua complexidade, ela se torna a força que impulsiona a realidade porque se torna orientadora da prática” (COELHO, 2013, p. 73).

Essa é a potencialidade do referencial teórico-metodológico marxista: o desvelamento do real em uma perspectiva de totalidade revelando a sua complexidade. Por isso, esse campo do pensamento se constitui, na atualidade, como hegemônico no Serviço Social.³⁰ A sua escolha não é aleatória, nem tampouco desinteressada. Entende-

30 “O ‘fazer’ do assistente social, respeitadas as devidas singularidades, também exige o conhecimento da situação, do cotidiano da sua prática, dos meios e condições de realização, das possibilidades que a realidade contém e das tendências que suas ações poderão desencadear. Para isso deve estar amparado por uma teoria social (considerada como uma forma de explicação macroscópica da realidade social) a qual, no limite, passa pela escolha do sujeito, o que não significa que seja uma escolha individual nem aleatória. Esta escolha requer o conhecimento dos fundamentos epistemológicos e filosóficos, da vinculação dessa teoria a um projeto de sociedade e, sobretudo, do sentido e da direção dados pelas forças políticas mais avançadas” (GUERRA, 1997, 23).

se, portanto, que a perspectiva marxista é a melhor que oferece aos/às assistentes sociais a necessária compreensão da realidade tal como ela se constitui na sua essência. Vamos, então, discorrer um pouco mais sobre esse campo do pensamento.

A Teoria Social de Marx, forjada na perspectiva da classe trabalhadora, se constrói mediante a crítica à sociedade capitalista. Em suas elaborações encontramos a categoria trabalho como fundante do ser social – é pelo trabalho que o homem transforma a natureza para o atendimento de suas necessidades sociais e, também, transforma a si mesmo. Nesse processo o homem transforma e é transformado, elevando-se socialmente e construindo a sociedade, “[...] tendo o trabalho como ponto central para a recriação do ser e de suas relações humano-naturais” (SANT’ANA & SILVA, 2013, p. 184). Entretanto,

A forma como a categoria trabalho objetivou-se e particularizou-se no capitalismo, subsumindo sua dimensão útil e concreta, carece de crítica permanente, radical, material, capaz de libertá-lo como força humanizadora dos seres sociais, liberdade essa fundamental para estimular o desenvolvimento de sua potência humano-genérica, realizar-se na sua diversidade e colocar sua particularidade a serviço do coletivo (SANT’ANA; SILVA, 2013, p. 185).

Na construção teórico-metodológica marxiana, algumas categorias são fundamentais. Entre elas, destacamos aqui a totalidade. Porque a totalidade é a categoria capaz de nos revelar a dinâmica da vida social. Mas, esse movimento não é imediato, muito pelo contrário, pois essa realidade é forjada a partir de múltiplas determinações. Essa multiplicidade de complexos sociais que forma a realidade se expressa, na vida cotidiana, apenas em sua aparência, escondendo a sua essência, encobrendo os processos que a constituem (SANT’ANA & SILVA, 2013).

Isso pode ser sinteticamente explicado por meio de um exemplo relativamente simples: imediatamente, a mercadoria sapato, ao ser exposta em uma vitrine, elimina todo processo necessário à sua produção; todavia, esse processo produtivo está contido, naquele par de sapatos, como trabalho socialmente acumulado que, devidamente analisado (para além de sua face imediata), explica não somente a mercadoria sapato, mas todo processo que o constituiu por meio da produção de valor objetivada pelo trabalho humano. Ora, trata-se de relações socialmente constituídas! O segredo desse contexto, seu fetiche, está em aparentemente eliminar a sua gênese processual descartando, assim, toda a chave explicativa necessária para apanhar a vida social como totalidade social. Ao fazer isso, não apenas fetichiza a mercadoria, mas as relações sociais como um todo, tomando a parte de um processo como sendo ele por inteiro, a aparência como essência, o imediato como mediato (SANT’ANA; SILVA, 2013, p. 188).

Tendo a totalidade como uma categoria central, Marx construiu a perspectiva metodológica que lhe propiciou o erguimento do seu edifício teórico (NETTO, 2021).

Portanto, “o método em Marx compõe um dos pilares de sua teoria social” (SANT’ANA & SILVA, 2013, p. 183). Esse método possui dois elementos fundantes: a teoria do valor trabalho e o objetivo revolucionário. Ambos são orientados por uma perspectiva ontológica,

[...] isto é, por uma razão que mira a vida real de seres reais, sua produção e reprodução material e espiritual como seres sociais de “carne e osso”, concretamente existentes para além das mentes pensantes (portanto, materialmente postos) que vivem em dada historicidade construída a partir de determinado legado sócio-histórico. (SANT’ANA & SILVA, 2013, p. 183).

Como vimos anteriormente, o método em Marx não se baseia em abstrações que se pautam na razão idealista, nem aceita concepções construídas a partir do imediatismo sensível da certeza, da percepção ou do entendimento.

Desse modo, “[...] o método em Marx não se compromete com a ‘coisa da lógica’ e nem com a ‘aparência da coisa em si’, como ela se apresenta imediatamente aos olhos do ser” (SANT’ANA & SILVA, 2013, p. 186). Segundo Marx (2005), não é a razão que funda o real, ela apenas o persegue e procura reproduzir mentalmente o seu movimento. Ela busca a “lógica da coisa”.

Mas, esse real – material e concreto – não se revela de imediato à nossa compreensão. Para ser apreendido, se faz necessário o movimento da razão crítica.

As consequências disso são profundas e certeiras: a teoria não é construção, mas reconstrução, perseguição do movimento do real, expressão teórica desse movimento (sempre relativa), comprometida em desvelar o imediatamente posto, revelar suas particularidades na totalidade da vida social e comprometer-se com a orientação de ações práticas (como orientação geral e não como aplicação) (SANT’ANA & SILVA, 2013, p. 189).

Todo esse processo se realiza no emaranhado da história real construída coletivamente pelos sujeitos sociais, dentro de suas possibilidades. Afinal, os homens “não fazem história como desejam, mas como podem fazê-la, tecendo-a em um processo altamente complexo e repleto de múltiplas contradições” (SANT’ANA & SILVA, 2013, p. 187).

No campo do Serviço Social no Brasil, a teoria social marxista possui um papel inegável, pois é ela que permite ao/à assistente social realizar a interpretação da realidade onde deverá construir a sua intervenção. Mais que isso, a referida teoria possibilita que o/a profissional venha a apreender o seu objeto de trabalho construindo, a partir dele, os seus objetivos profissionais, as suas estratégias e táticas de intervenção. “No caso de uma prática profissional como a do Serviço Social, a teoria permite que o sujeito – assistente social – apreenda seu objeto de ação, seu movimento, sua direção, suas contradições” (SANTOS, 2010, p. 28).

No cotidiano profissional do/a assistente social,

A teoria empresta à prática o conhecimento da realidade, a qual é o objeto de transformação; o conhecimento dos meios e de sua utilização, os quais permitem a transformação; o conhecimento da prática acumulada, em forma de teoria; e uma finalidade ideal, que antecipa os resultados objetivos a atingir, o projeto, cujos resultados reais não correspondem às finalidades ideais (SANTOS, 2010, p. 83).

Por isso, é importante destacar que o papel da teoria, no processo de construção da ação profissional do/a assistente social, é o de oferecer ao/à profissional a capacidade de refletir sobre os conteúdos das falas de seus/suas usuários/as, compreendendo-os por intermédio de uma perspectiva de totalidade por meio de uma análise da realidade social onde se encontram inseridos. Assim, o acúmulo de conhecimento teórico permite que o/a assistente social seja capaz de compreender o significado das diversas expressões da “questão social” que são o seu objeto de intervenção (SANTOS, 2010). A teoria

[...] oferece a compreensão da dinâmica social em que se insere o objeto da intervenção e o significado social dessa intervenção, mas esse conhecimento não se traduz, de forma imediata, em instrumentos no sentido técnico-operativo (SANTOS, 2010, p. 84).

Desse modo, Santos (2010, p. 85) afirma que “[...] uma análise crítica da realidade não implica, de imediato, uma intervenção crítica na realidade”. Ela é o primeiro passo, mas para que o/a assistente social possa ultrapassar o momento de análise da realidade e construir ações pautadas em uma perspectiva crítica, se faz necessária a elaboração de respostas profissionais organicamente sintonizadas com as reais necessidades da classe trabalhadora.

A análise de tendências sociais realizadas a partir da teoria possibilita a antecipação de demandas que vão além das colocadas, no momento, pelo mercado de trabalho, ou seja, a teoria permite analisar, considerar e transcender as demandas advindas do mercado de trabalho, o que exige um profissional qualificado que responda a essas demandas, mas que também vá para além do mercado (SANTOS, 2010, p. 86).

Portanto, a ausência de uma análise crítica da dinâmica social implica na impossibilidade de construção de uma intervenção efetivamente crítica. Por isso, são muitas as contribuições que o campo do pensamento marxista pode oferecer ao Serviço Social.

1.3.3 O QUE A APREENSÃO DA TEORIA SOCIAL DE MARX PODE OFERECER AO SERVIÇO SOCIAL? – UM RETORNO AO COTIDIANO PROFISSIONAL

Chegando ao final desse capítulo, voltaremos ao início dele. Retomemos então a narrativa construída, no item 1.1.1, sobre o cotidiano profissional do/a assistente social. A partir desse exemplo, livremente inspirado em nossas experiências profissionais, nossa tarefa agora será pensá-lo a partir do que até aqui foi apresentado.

Considerando o que já foi tratado, entendemos que entre as dimensões que são constitutivas do trabalho profissional do/a assistente social, a teórico-metodológica nos permite a compreensão do fenômeno social, para além a sua aparência, captando a sua essência e contribuindo para a construção de estratégias e táticas de intervenção. Mas, esse movimento só se faz possível por meio da razão histórico-crítica.

Desse modo, o exercício profissional do/a assistente social quando amparado na certeza sensível, na percepção, no entendimento ou simplesmente em uma perspectiva idealista de se captar a realidade, não é capaz de desvelar as contradições que forjam a realidade social, nem consegue captar as mediações necessárias à construção de uma prática que ultrapasse a esfera do imediato e alcance as reais necessidades dos/as seus/suas usuários/as – segmentos da classe trabalhadora.

A certeza sensível conduz os/as profissionais do Serviço Social para uma prática pautada no pragmatismo, sendo esse a própria negação da teoria como um alicerce necessário para a construção do exercício profissional. A percepção é o nível do conhecimento que encontra suporte na fenomenologia e estabelece uma atuação profissional centrada no indivíduo (usuário/a) e na busca pela sua mudança comportamental. No nível do entendimento, amparado na racionalidade formal-abstrata, as tendências positivistas, levam muitos/as assistentes sociais para os processos de fragmentação da realidade e culpabilização dos indivíduos sociais. A razão idealista, por sua vez, constrói ciladas que levam muitos/as assistentes sociais a desconsiderarem as condições objetivas da realidade que impõem limites à sua atuação profissional.

Entretanto, o que esses diferentes níveis de conhecimento (sendo eles científicos ou não) possuem em comum é o seu resultado: a conformação de práticas profissionais tarefas, repetitivas, burocratizadas, engessadas, limitadas ao imediatismo e, por vezes, atravessadas por perspectivas voluntaristas, messiânicas e/ou fatalistas.

Com isso, percebemos que nem todo campo do conhecimento oferece ao/a assistente social os elementos necessários para a compreensão da realidade onde se constrói a sua intervenção. Pelo contrário, a maior parte deles possui o objetivo de encobrir os elementos fundantes e estruturantes da realidade social, mascarando as suas contradições e/ou apresentando-as de maneira naturalizada.

Assim, o marxismo não se torna o referencial teórico-metodológico hegemônico no Serviço Social, por acaso. Não é uma escolha aleatória. Esse processo se constrói pela constatação das potencialidades que o método em Marx pode oferecer à nossa profissão.

E, que potencialidades são essas? Já constatamos aqui que nenhuma teoria oferece, de imediato, soluções para o campo do exercício profissional até porque não é essa função social da teoria, como vimos nos itens anteriores. Com a Teoria Social de Marx não seria diferente, tendo em vista que nenhuma teoria é capaz de nos entregar respostas prontas aos/às nossos/as usuários/as. Nenhuma perspectiva teórico-metodológica possui essa capacidade.

Dessa forma, teoria não é receita, não é manual a ser seguido, nem se constitui como elemento passível de ser aplicado na realidade considerando inclusive que ela é dinâmica, e expressa os seus movimentos e contradições. O seu papel central consiste em nos oferecer uma determinada leitura e interpretação sobre a realidade social. E, nesse caso, a perspectiva teórico-metodológica que melhor nos oferece as possibilidades de compreensão do real é a marxista. E essa possibilidade está pautada nas categorias que a compõem e, especialmente, seu método.

Partindo desta constatação, compreendemos que o método em Marx é a perspectiva que devemos perseguir para a construção do nosso conhecimento sobre a realidade. E qual é o lugar da teoria, então? Ora, se é pelo método materialista histórico-dialético que buscamos o desvelamento da realidade, as teorias marxistas, em especial marxianas,³¹ podem subsidiar esse processo. Elas nos permitem uma leitura mais profunda sobre a realidade que se apresenta para nós.

Mas, essa leitura da realidade não nos oferece, de maneira mágica e instantânea, as respostas que precisamos construir no nosso trabalho profissional. Então, o que ela nos oferece?

Na verdade, o que o conhecimento teórico pode oferecer ao/à assistente social é a compreensão da dinâmica social onde se encontram as diversas expressões da “questão social” que se configuram como objeto de sua intervenção profissional. A teoria pode iluminar a nossa capacidade de reflexão sobre as demandas apresentadas pela população usuária e os seus significados sociais. Mas, esse conhecimento teórico não se transmuta instantaneamente em intervenção profissional qualificada. Portanto, a compreensão da dinâmica social e das demandas que chegam aos/às assistentes sociais não lhes oferece automaticamente estratégias e táticas de atuação. Essas precisam ser construídas pelos/as próprios/as profissionais no decorrer do seu processo de intervenção na realidade.

31 As teorias marxianas referem-se aos escritos que compõem a obra de Marx e Engels. Essa obra funda uma tradição teórico-metodológica e política. A partir da obra marxiana, as suas interpretações constituem a tradição marxista. Essa tradição marxista será responsável pela ampliação, recuperação e atualização do pensamento de Marx. Mas, ela também pode deformar, limitar, distorcer a fonte originária. A esta tradição pertence as teorias marxistas. Como nos indica Netto (1985, p. 08 e 09): “a obra original de Marx (a obra marxiana) é uma teoria da sociedade burguesa e da sua ultrapassagem pela revolução proletária; considero esta obra necessária, mas não suficiente, para explicar/compreender e revolucionar o mundo contemporâneo; [...] sustento que não existe algo como ‘o marxismo’; defendo a tese de que há marxismos, vertentes diferenciadas e alternativas de uma já larga tradição teórico-política”.

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

Mas são, sem dúvida elementos necessários à construção de táticas e estratégias mais viáveis em meio à realidade de trabalho do/a assistente social.

Assim, voltemos ao nosso exemplo – apresentado no item 1.1.1 deste capítulo.

Supomos que a assistente social Margarida tenha uma clara compreensão acerca da dimensão teórico-metodológica que atravessa a sua atuação profissional e recorra ao campo do pensamento marxista para subsidiar as suas ações. Nesse caso, durante o atendimento realizado junto à usuária do CRAS, a profissional poderia realizar uma entrevista – para uma primeira aproximação com a realidade de vida da usuária – utilizando um instrumento de registro previamente elaborado por ela, em conjunto com a equipe do Serviço Social. Esse instrumento deve ser construído levando em conta todos os dados efetivamente necessários que precisam ser levantados pelas assistentes sociais, em um primeiro contato com os/as usuários/as que buscam o Serviço Social.

Esses elementos fazem parte do processo que constrói o estudo social, no âmbito do Serviço Social. O estudo social, por sua vez, é uma ferramenta técnico-operativa que carrega e expressa questões teórico-metodológicas e ético-políticas. Portanto, sendo o estudo social um instrumento de trabalho do/a assistente social, a sua utilização pode apresentar um caráter inquisitivo ou investigativo. Segundo Souza (2018), por isso existem vários “estudos sociais”, no plural, justamente porque são muitos os campos teórico-metodológicos que podem lhes oferecer suporte e diversos os posicionamentos ético-políticos que podem ser por eles revelados.

Em uma perspectiva pragmática, fenomenológica ou com forte influência positivista, o estudo social pode se constituir enquanto um “inquerito” ou uma “inquisição”,³² que busca o “apuramento da verdade” e a “averiguação das condições sociais” (SOUZA, 2018), como vimos nos exemplos apresentados ao longo do item 2.2.

O estudo social, que deve se construir por meio de observações, entrevistas, visitas domiciliares, pesquisa documental e bibliográfica, nos permite a construção de um determinado saber sobre a população atendida pelo/a assistente social. Portanto, ele produz “uma verdade”, um conhecimento sobre os/as usuários/as do Serviço Social (SOUZA, 2018). Daí

A necessidade de se construir uma verdade a respeito das situações remete ao debate sobre aparência/essência. Uma demanda por conhecimento parte do pressuposto de que é necessário analisar com maior profundidade uma situação que se apresenta como objeto de análise. Contudo, a depender do referencial metodológico que se utiliza, essa essência pode ser, apenas, reflexo da aparência (SOUZA, 2018, p. 62).

32 “A palavra ‘inquerito’ vem do latim ‘*inquaeritare*’, que significa, ‘procurar com ardor’. Em vários dicionários da língua portuguesa, a palavra ‘inquerito’ designa os procedimentos para se alcançar a verdade dos fatos. Em inglês [...], *inquiry* também pode ser traduzido como ‘inquirição’, que, por sua vez, é sinônimo de ‘inquisição’” (SOUZA, 20018, p. 59).

Para não cair nessa armadilha há que se buscar a fundamentação teórica no campo do pensamento marxista, pois somente ele é capaz de nos revelar a essência dos fenômenos sociais, para além da sua aparência. Fenômenos que se constroem a partir das relações sociais próprias da sociabilidade burguesa.

Nessa perspectiva, o/a profissional do Serviço Social é capaz de compreender o estudo social como uma importante ferramenta no processo que busca contribuir para a possibilidade de efetivação e/ou ampliação de direitos sociais dos/as seus/suas usuários/as. Com isso, retomando nosso exemplo, Margarida poderia ter realizado uma entrevista com a usuária do CRAS para buscar as informações necessárias ao processo de defesa dos seus direitos, para além do atendimento da sua demanda imediata.

Aqui, a dimensão teórico-metodológica da prática profissional aparece claramente. A viabilização de acesso a serviços e benefícios requer que assistentes sociais partam de uma concepção de mundo que situe a população atendida no contexto social de desigualdades produzidas na sociedade capitalista – a “questão social” (SOUZA, 2018, p. 69).

Lembrando que, segundo Iamamoto (2001), a “questão social”, para além da manifestação das desigualdades econômicas e sociais produzidas pela ordem do capital, é, também, rebeldia. Ou seja, a “questão social” também expressa a resistência, a mobilização, a luta de todos aqueles que se organizam e a denunciam. E, longe de uma visão messiânica, o/a assistente social pode contribuir com esses processos estimulando o exercício da reflexão crítica com seus/suas usuários/as, impulsionando possibilidades de organização política, dentre outros.

Portanto, produzir conhecimento sobre as formas de vida e de trabalho das populações atendidas pelo Serviço Social, deve significar, também, o desvelamento de suas lutas que são históricas.

Desse modo, é possível romper com avaliações imediatistas que fetichizam e até mesmo moralizam as relações locais, possibilitando uma análise das realidades que vão para além de uma perspectiva integracionista [...], mas que de fato contribua para mobilizar a participação da população e lutar por processos de ampliação do acesso a direitos e serviços, com base nas necessidades concretas (SOUZA, 2018, p. 74).

Desse modo, por meio do estudo social, o/a assistente social pode melhor compreender a realidade de vida e de trabalho específica daquele/a usuário/a que buscou o seu atendimento. Mas, para além disso, compreendendo essa situação particular como expressão de um fenômeno que é universal, ele pode identificar as formas de resistência historicamente construídas pelos/as trabalhadores/as e, a partir daí, construir ações que possam potencializar essas lutas.

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

Retomando mais uma vez o nosso exemplo, a visita domiciliar mencionada por Margarida também é um instrumento que pode ser aqui analisado com maior profundidade. A visita domiciliar é um dos instrumentos mais utilizados pelos/as assistentes sociais, nos mais variados espaços sócio-ocupacionais. Seu principal objetivo é: “conhecer as condições e modos de vida da população usuária em sua realidade cotidiana, ou seja, no local onde ela estabelece suas ‘relações do dia a dia: em seu domicílio’” (SOUZA, 2013, p. 127).

Geralmente, uma visita domiciliar ocorre quando se percebe a necessidade de compreender melhor a construção social das famílias, as relações sociais estabelecidas, a dinâmica familiar e as condições de vida das mesmas, sendo fundamental para isso o conhecimento do território (SANTOS & MELO, 2018, p. 101).

Assim como, para a realização da entrevista, para a construção do estudo social, ou para a utilização de qualquer outro instrumento de trabalho, o/a assistente social precisa ter clareza das finalidades da realização da visita domiciliar, para, a partir de então, realizar o seu planejamento.

Isso porque, do mesmo modo, como acontece com a construção do estudo social, também na realização da visita domiciliar, o referencial teórico-metodológico pode direcionar a ação profissional para uma perspectiva de controle e fiscalização ou para a defesa de direitos.

Com respaldo em perspectivas teórico-metodológicas do campo conservador, a visita domiciliar pode ser realizada de maneira policalesca e invasiva, para controlar e fiscalizar a população no que tange a manutenção ou retirada de benefícios sociais (SANTOS & MELO, 2018).

Entretanto, quando assentada na matriz histórico-crítica do pensamento marxista, a visita domiciliar pode ser construída de maneira respeitosa e pode se revelar uma aliada para o/a assistente social que pretende compreender os meandros das formas de sobrevivência e resistência da classe trabalhadora. Nesse sentido,

[...] é fundamental que o profissional tenha competência teórica para saber identificar que as condições de moradia não estão descoladas das condições de vida de uma comunidade onde a casa se localiza, e que, por sua vez, não estão separadas do contexto social e histórico. Assim, o profissional consegue romper uma mera “constatação” da singularidade, mas situá-la no campo da universalidade, ou seja, no contexto socioeconômico vigente (SANTOS & MELO, 2008, p. 103).

Novamente, se destaca que o mais importante é a articulação entre a “finalidade da ação com o uso do instrumento” (SANTOS & MELO, 2018, p. 104). Portanto, não há instrumento que não possa ser perpassado por uma perspectiva histórico-crítica,

colocando-se a serviço da defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as, enquanto público-alvo dos/as assistentes sociais.

Nesse sentido, a entrevista, o estudo social, a visita domiciliar e outros, são instrumentos importantes para a aproximação do/a profissional do Serviço Social com a realidade de vida e de trabalho dos/as seus/suas usuários/as. Essa aproximação pode contribuir para o desvelamento mais profundo do modo como se constroem as relações sociais no modo de produção capitalista, em nossa sociedade contemporânea.

Portanto, essas ferramentas, para além da construção das respostas imediatas que o/a assistente social deseja oferecer aos/às seus/suas usuários/as, pode desvendar outras possibilidades de atuação que estão postas na realidade, para resultados a médio e longo prazo.

Com isso, estamos afirmando que o/a assistente social não é capaz de suprimir a esfera da imediatividade porque ela faz parte da vida cotidiana, no espaço onde o/a assistente social encontra-se inserido institucionalmente. Portanto, a imediatividade atravessa o cotidiano do/a assistente social e, muitas vezes, se expressa na sua ação profissional, por meio das respostas construídas para as requisições institucionais que lhe chegam. Por outro lado, o/a profissional não precisa sucumbir a ela, ou seja, não deve restringir a sua atuação profissional a ações de caráter e alcance imediatos.

Os seus instrumentos de trabalho, quando ancorados no campo crítico marxista, lhe oferecem a chance de identificar na realidade de vida e de trabalho dos/as seus/suas usuários/as, outras possibilidades de intervenção profissional, para além do imediato.

Sigamos com nosso exemplo, para apresentar aqui nossas últimas reflexões. A assistente social Margarida, acompanhada de sua estagiária, realiza a visita domiciliar na casa da usuária do CRAS. Chegando lá ela encontra a usuária, seus quatro filhos e o marido. A casa é muito precária, um barraco, com chão de terra batida. Dentro, dois colchões de casal no chão. A usuária explica que em um deles ela dorme com o marido e a filha menor; no outro ficam as três outras crianças. No canto do quarto alguns armários bem velhos, guardam algumas roupas. Observam-se alguns poucos brinquedos em outro canto.

Do lado de fora, observa-se um pequeno banheiro, bem improvisado e uma “cozinha” que só não fica completamente ao ar livre porque está coberta com uma lona preta, onde se vê fogão de lenha, uma pia e mais alguns armários com painéis.

A assistente social conversa com a usuária, faz algumas perguntas e realiza várias anotações a respeito do que a mesma lhe responde e, também, sobre o que a própria profissional observa. Entre essas observações, Margarida percebe uma grande rachadura em uma das paredes da casa. A fenda é grande e a assistente social pergunta se a rachadura já está ali há muito tempo. A usuária responde afirmativamente, mas a família não tem condições para o conserto. A situação preocupa Margarida e ela faz uma anotação sobre a necessidade de solicitar uma avaliação da Defesa Civil.

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

Outra coisa que chamou a atenção da profissional do Serviço Social foi a placa pendurada no portão de entrada, escrita “vende-se gás”. Margarida se lembrou que certa vez, outra usuária esteve no CRAS dizendo que queria fazer uma denúncia. Ela disse que tinha uma usuária recebendo um benefício social eventual, oferecido pelo município, um “vale-gás”, e que a mesma o estava vendendo, certamente porque precisava do dinheiro para “beber” ou para “drogas”. Margarida chegou a anotar as informações dessa suposta denúncia, mas não conseguiu levar adiante essa averiguação, porque na época estava muito atribulada com outros atendimentos. Mas, no momento em que Margarida viu a placa no portão, lembrou-se imediatamente que o caso da suposta denúncia se tratava desta usuária em questão.

Então, Margarida perguntou à usuária se ela recebia algum benefício oferecido pelo município e a mesma confirmou que recebia o “vale-gás”. Mas, como não tinha fogão a gás em casa, vendia-o para comprar alimentos e cozinhá-los no fogão à lenha. Nesse momento, Margarida respirou fundo para conter a emoção. O que ela identificou ali foi, simplesmente, uma estratégia de sobrevivência. Uma pessoa que precisa de tanto, recebendo tão pouco e tendo que se organizar da maneira como é possível, a partir dos poucos recursos que recebe.

Enquanto Margarida refletia sobre essas questões, a estagiária começou a demonstrar certo incômodo, um desconforto com a presença do marido da usuária. O mesmo quase não participou das conversas que foram se estabelecendo ao longo da visita. Demonstrava estar alcoolizado e quando falava alguma coisa, seu tom era muito agressivo. Margarida percebeu a questão e também realizou algumas anotações a respeito disso. Não era uma questão para ser tratada naquele momento, mas depois, em outro atendimento, a sós com a usuária, Margarida iria perguntar sobre a sua relação com o seu marido. Ela suspeitou que a usuária pudesse estar vivenciando algum tipo de violência.

Por fim, Margarida observou os quatro filhos da usuária: o mais velho, com quatorze anos, já adolescente; abaixo outro menino de dez anos; depois duas meninas, uma com sete e outra com quatro anos. A menor está aguardando uma vaga na creche. Os outros três estudam na escola do bairro que não fica muito distante do CRAS. Margarida nunca esteve lá, mas sabe que é uma escola grande, que já apareceu no noticiário algumas vezes por causa de mobilizações dos estudantes em prol de melhorias no ensino. A assistente social fez mais algumas anotações e encerrou a visita domiciliar.

Veja o quão rico pode ser esse instrumento. Uma simples visita domiciliar pode nos revelar questões que jamais seriam percebidas nos atendimentos individuais. Mas, para isso é preciso que estejamos de olhos abertos, atentos ao que a realidade pode nos revelar.

Margarida estava bem alerta e percebeu muitas coisas nesta visita domiciliar. Retornando ao CRAS, a assistente social reuniu-se com a estagiária para conversarem sobre suas impressões com relação a visita realizada para construírem juntas alguns encaminhamentos. Começando pelo mais emergencial, é claro que aquela família precisava de um suporte alimentar. O único benefício que a família recebia era o auxílio municipal do “vale-gás”. Então, assistente social e estagiária fizeram uma lista de benefícios e instituições assistenciais para onde pudessem encaminhar a família a fim de socorrer, de imediato, essa situação. Além, de orientar a família em relação a realização de cadastro em programas assistenciais do governo federal.

Mas, a situação da rachadura na parede da casa estava incomodando muito a assistente social e a mesma entrou em contato com a assistente social da Defesa Civil para relatar o caso e solicitar uma avaliação. Essa avaliação foi realizada dentro de alguns dias e a Defesa Civil constatou que havia grave risco de desabamento daquele barraco. Então, a equipe do Serviço Social, do CRAS, conseguiu incluir a família, a partir de um relatório social que também se mostra um instrumento fundamental, no “aluguel social” disponibilizado pela prefeitura.

Margarida, em outra conversa com a usuária, descobriu que a mesma tinha ganhado um terreno, em um sorteio realizado pela prefeitura que contemplou algumas das famílias mais carentes do município. Ela tinha o terreno em seu nome, mas não tinha condições de construir nada ali. Então, Margarida levou a situação para a Secretaria de Habitação do município e, a partir de diversas articulações e contatos, eles conseguiram, em parceria com algumas instituições sociais da cidade, a doação dos materiais de construção necessários para se levantar uma casa simples no terreno da usuária. Como o marido dela era pedreiro, eles organizaram um mutirão, com outros conhecidos dele e, em alguns meses, se mudaram para a casa nova.

Em um momento posterior, durante uma supervisão de campo de estágio, Margarida resgatou esse caso e os seus encaminhamentos para discutir com sua estagiária. A estudante construiu uma reflexão muito rica e extremamente importante. Ela levantou a possibilidade de a usuária não possuir o terreno – o que acabou por contribuir na resolução da questão, mas que não é a realidade da maior parte dos usuários. Nesse caso, se a usuária não tivesse aquele terreno à disposição para a construção da nova casa, como ficaria a sua situação? A estagiária disse à Margarida que conheceu, por meio de um projeto de extensão da faculdade, um acampamento do Movimento Rural dos Trabalhadores sem Terra (MST), que se encontra instalado na zona rural do município. E, então, indagou Margarida: não seria o caso de encaminharmos a usuária para que ela pudesse conhecer esse movimento? A luta deles pela terra e pela fixação das famílias em suas propriedades, poderia ser um caminho para a família da usuária.

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

Margarida se surpreendeu com a sugestão da estagiária e relatou que nunca havia pensado nessa possibilidade. Nesse momento a assistente social percebeu o quanto pode ser enriquecedor para a sua atuação profissional essa troca que se estabelece com os estudantes, por intermédio do estágio supervisionado. Então, as duas identificaram a necessidade de uma maior aproximação do Serviço Social daquele CRAS com os movimentos sociais daquela cidade e região. Margarida sugeriu que essa fosse uma frente de ação das três estagiárias: um levantamento de informações sobre os movimentos sociais do município para a construção de um catálogo que agregasse os dados mais relevantes sobre os mesmos. As estagiárias ficaram empolgadas com a possibilidade e ao final do primeiro semestre de estágio estavam com esse material todo organizado. O catálogo, então, passou a fazer parte do cotidiano das assistentes sociais do CRAS. Não apenas para encaminhamentos dos usuários, mas, também para a realização de importantes parcerias como a que vamos relatar em seguida.

Voltando à visita domiciliar realizada por Margarida à casa da usuária do CRAS, em relação às suspeitas de violência doméstica, as mesmas não se confirmaram. Em outros atendimentos realizados apenas com a usuária, a assistente social introduziu o assunto. Mas, a usuária relatou que o seu marido começou a beber com maior frequência porque ficou desempregado, ele não tinha esse hábito antes. A usuária assegurou que nunca sofreu nenhuma violência e afirmou que se acontecesse, procuraria a profissional.

No entanto, Margarida ficou com aquele incômodo, pensando que essa usuária, especificamente, até poderia não estar vivendo uma situação explícita de violência, mas será que as mulheres sabem realmente identificar as várias modalidades de violência que são cotidianamente praticadas pelos homens? Deste movimento surgiu a proposta de criar, no CRAS, um grupo somente para mulheres, para falar de violência doméstica. Margarida construiu um projeto de intervenção que foi apresentado na reunião de equipe do CRAS. A maioria dos/as profissionais aprovou a iniciativa e o grupo teve início. As mulheres recebiam o convite nos próprios atendimentos realizados no CRAS. Margarida caprichou no convite, usando a sua criatividade e eles, realmente, ficaram bem atrativos. Afixou também um grande cartaz na recepção, com as principais informações sobre o grupo.

As reuniões eram mensais. O grupo começou com uma baixa frequência, com apenas três mulheres. Mas, depois de um ano já reunia doze mulheres, sendo algumas bem assíduas às reuniões. O objetivo central era que elas pudessem realmente conhecer os seus direitos, debater sobre as várias faces da violência contra a mulher, mas que também, pudessem levar esse conhecimento para outras mulheres do seu ciclo de convívio.

No dia 08 de março do ano seguinte, o grupo construiu a proposta de realizar um evento no CRAS. Foi feito um café da tarde, que contou com a presença de várias

outras mulheres daquela comunidade. A assistente social convidou algumas mulheres de um coletivo feminista para participarem deste evento e apresentarem, às usuárias do CRAS, as suas bandeiras de luta.

Esse é um papel importantíssimo que nós, assistentes sociais, devemos exercer: ser ponte entre os movimentos sociais, as organizações políticas e os nossos usuários. Nós podemos e devemos construir ações que possam apresentar aos nossos usuários os espaços coletivos de luta. Espaços esses que, historicamente, constroem as lutas da classe trabalhadora. E, foi exatamente isso que Margarida fez.

Por fim, aquela visita domiciliar despertou em Margarida uma vontade de se aproximar mais da escola do bairro. Uma escola tão próxima ao CRAS, com uma história tão interessante não poderia continuar tão distante do Serviço Social. Em algumas reuniões – primeiro com a diretora da escola, depois com alguns professores – um esboço de projeto se desenhou. A proposta era a realização de algumas oficinas socioeducativas com grupos de adolescentes da escola, para tratar de assuntos de interesse dos mesmos. Mas, esse projeto exigia maior fôlego, era necessário um grupo maior de profissionais, pois as assistentes sociais do CRAS e suas estagiárias já estavam muito sobrecarregadas com as requisições e demandas institucionais.

Então, foi que Margarida pensou em procurar construir uma parceria com a universidade. Procurou a professora supervisora acadêmica de sua estagiária e apresentou a proposta. A professora logo viu ali a possibilidade de construção de um projeto de extensão. O projeto, então, foi elaborado, submetido a edital e aprovado.

O projeto se desenvolveu por dois anos, envolvendo as assistentes sociais e estagiárias do CRAS, uma professora da universidade e dois bolsistas de extensão. As oficinas foram construídas coletivamente, usando a arte como ferramenta de comunicação. Os temas foram escolhidos pelos próprios alunos da escola. E trabalhados pela equipe do projeto a partir de algumas dinâmicas e da construção de diálogos com os estudantes.

Nesse período oito turmas do ensino fundamental foram contempladas e os resultados alcançados se mostraram muito maiores que o esperado. A cada término de uma turma as avaliações dos adolescentes se identificavam como extremamente positivas. Vários talentos já foram revelados, no desenho, na pintura, na escrita e na música. E a organização política dos estudantes na escola tornou-se ainda mais forte, com um número cada vez maior de alunos envolvidos com as lutas pela educação de qualidade.

Com esses relatos, ainda que hipotéticos, porém identificáveis no cotidiano profissional, nossa intenção não é oferecer soluções prontas, muito pelo contrário, é apenas demonstrar, por meio de alguns exemplos, como são muitas as possibilidades que a realidade concreta nos apresenta no dia a dia. Se o/a assistente social estiver atento a tudo que a vida real pode nos revelar – e se essa atenção estiver subsidiada

CAPÍTULO I
RAZÃO, TEORIA E MÉTODO: FUNDAMENTOS DA DIMENSÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

por uma perspectiva teórico-metodológica crítica capaz de desvendar a realidade social – ele terá a possibilidade de construir ações verdadeiramente conectadas com essa realidade e que possam efetivamente contribuir para o processo de ampliação de direitos.

E, mesmo que os resultados alcançados com cada ação pareçam pequenos, eles se somam e fortalecem os processos de mudança tão necessários para a transformação dessa sociedade. Porque se desejamos a construção de outra sociedade livre de qualquer tipo de opressão e exploração, precisamos de mulheres e homens novos, imbuídos de novos valores. Mulheres e homens que façam a defesa dos princípios da liberdade, do respeito, da diversidade e estejam dispostos a lutar por eles.

E essa contribuição o Serviço Social pode oferecer.

2.1 O COTIDIANO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL COMO PONTO DE PARTIDA PARA A REFLEXÃO SOBRE A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA

2.1.1 FRAGMENTOS DE UM COTIDIANO PROFISSIONAL – A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO CONTEXTO INSTITUCIONAL SOBRE O PLANO DE TRABALHO E O PROJETO DE INTERVENÇÃO

Durante o processo de inserção de uma estudante do curso de Serviço Social em campo de estágio, a assistente social Conceição,³³ que já era supervisora há mais de dez anos, informalmente perguntou à aluna sobre suas expectativas em relação àquele espaço socioinstitucional, ou seja, o que gostaria de aprender, o que esperava conhecer, e o que pensava sobre as ações dos/as profissionais que encontraria ali.

Ana Lúcia, a estagiária, empolgada com seu primeiro estágio na área da saúde, que era sua preferência, e ansiosa por começar a vivenciar esta experiência, relatou que tinha uma imensa vontade de conhecer como os/as assistentes sociais organizavam o seu plano de trabalho, como dividiam as tarefas a serem realizadas e, a partir de quais critérios, eram alocadas/os nos diferentes setores daquela unidade de saúde. E, principalmente, o que o Serviço Social fazia, até porque, nas disciplinas do curso, que julgava serem muito “teóricas”, não conseguiu identificar de forma clara, como realmente ocorre o trabalho da/o assistente social “na prática”, ou seja, como é sua intervenção no cotidiano profissional, na área da saúde.

A assistente social Conceição, então, levou Ana Lúcia para conhecer toda a instituição e a cada setor

33 O nome das assistentes sociais e da estagiária são fictícios, assim como todos os relatos que serão aqui apresentados, embora tenham sido livremente inspirados em momentos que vivenciamos ao longo de nossa trajetória profissional.

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

por onde passavam, ia explicando o tipo de clínica desenvolvida ali, as principais características daquele espaço de trabalho e no que consistia o trabalho da/o assistente social naquela área/especialidade.

Ana Lúcia, que estava cheia de expectativas, considerou muito interessante que Conceição conhecesse “todo” o Serviço Social daquela unidade de saúde, o que cada setor tinha de principal característica e mais, como Conceição dominava o que cada Assistente Social fazia na sua “prática”.

Mas, ao final dessa visita, Ana Lúcia percebeu que a atuação profissional das assistentes sociais, em todos os setores, se constituía basicamente nos mesmos eixos, como se todas fizessem as mesmas coisas. Lembrou que nas disciplinas que já havia cursado, havia tido a discussão sobre algo referente ao planejamento das atividades, a relevância de se ter um plano de trabalho a partir da sistematização das ações. Então, imediatamente Ana Lúcia perguntou como Conceição conseguia conhecer não só todos os setores, mas principalmente o trabalho que o/a assistente social realizava, ou seja, como ela conhecia o planejamento do Serviço Social na sua totalidade, considerando o plano de trabalho.

A assistente social virou-se para a estagiária, deu um leve sorriso e comentou: “após tantos anos de profissão não precisamos ficar pesquisando muito para nos organizarmos e nos planejarmos, até porque com toda a experiência adquirida a gente percebe que é no dia a dia que a gente aprende o que fazer”. E prosseguiu: “até porque o trabalho do/a assistente social se subsidia basicamente em uma escuta qualificada que nos permite identificar o que as famílias trazem enquanto demandas, e aí procedemos os encaminhamentos necessários”.

Ana Lúcia não se contentou com a resposta de sua supervisora de campo de estágio, ela esperava outro posicionamento da assistente social e, então, insistiu querendo saber se pelo menos não havia um plano de trabalho mais geral que orientasse a atuação, a intervenção do/a assistente social naquela instituição de maneira mais ampla. E Conceição respondeu:

Assim, é... eu não possuo um plano de trabalho estruturado, mas eu procuro, assim, planejar as ações, deixar para aquela semana, objetivos e tudo. Não sei se isso seria um plano de trabalho, não tenho nada específico, vou fazer desse e desse jeito, mas eu me organizo, eu tento me organizar para executar as ações e não deixar nada de lado, mas ainda assim, é muito difícil (Entrevistada 11).

Ana Lúcia insistiu querendo saber se pelo menos havia alguma documentação, que orientasse o trabalho dos/as assistentes sociais e respaldasse as suas ações, sobretudo no campo da saúde, considerando-o um amplo mercado de trabalho para o Serviço Social.

Conceição disse que ela e suas colegas de trabalho sempre seguiram a política de saúde e que esta era a diretriz central para o desenvolvimento do trabalho naquela

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

instituição. Disse, ainda, que a sua referência fundamental era a Política Nacional de Humanização (PNH, 2004), pois a mesma direcionava os rumos para o trabalho das equipes multiprofissionais e zelava por um bom acolhimento ao/à usuário/a. Neste momento, a assistente social Mara, que já estava na sala escutando a conversa, perguntou se poderia dar uma opinião sobre o assunto, já que ela tinha um desabafo a fazer. Ana Lúcia, curiosa com o que viria em sua resposta, informou que sim. Então, a assistente social falou:

Não possuo um plano de trabalho porque, nesse município centralizador, eu tenho uma dificuldade muito grande. Várias propostas que eu já elaborei eu não consegui implementar. Inclusive, eu sofri um assédio moral muito grande, eu fiquei afastada um tempo e retornei em junho. Então, assim, eu estou em uma fase de crescimento novamente, de absorção do espaço para ver como eu vou estar podendo fazer essa intervenção, que é difícil (Entrevistada 04).

Assim que a assistente social Mara terminou de falar, entraram mais duas profissionais na sala, pois já era hora do almoço, e Ana Lúcia, que já conhecia as duas profissionais, começou a indagá-las perguntando se elas já haviam construído um plano de trabalho para Serviço Social naquela instituição. A assistente social Débora disse, então:

Não, que eu construí não. Então, eu nem sei se eu posso chamar de plano de trabalho. A gente tem já os 'quesitos' que eles falam, né? Que já é pronto, os quesitos são as perguntas, a entrevista que a gente tem que fazer com o usuário que está pedindo o benefício. E aí, ele já vem pronto, e a gente tem que responder aquilo. Entendeu? Eu acho que isso não é um plano de trabalho, né? (Entrevistada 08).

E a outra assistente social, chamada Carla, complementou:

Nesse último trabalho, não. Tinha plano de trabalho em prefeitura, numa outra instituição que eu trabalhei, [...] mas nesse não (Entrevistada 01).

Ana Lúcia, ainda confusa quanto a relevância ou não da construção de um plano de trabalho, voltou-se para a assistente social Marilene, que já estava ali na sala há algum tempo, e a mesma lhe respondeu:

Olha, é... o plano de trabalho [...], né? Que a gente trabalha com grupo e a gente tem perspectivas é... a gente constrói metas a serem seguidas. Não estou dizendo dos outros trabalhadores que trabalham comigo, não. É especificamente meu. Gosto de fazer orientações, porque aí eu tenho uma meta onde chegar. Mas, esse plano de trabalho está sempre em construção, porque as realidades que a gente vivencia são diferentes, é... a gente tem a oportunidade de estar em locais diferentes. [...] Então, assim, é um projeto,

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

é um plano que está sempre em, é... tem as metas, mas está sempre sendo construído, volta de novo, reforça, olha o que não deu certo. [...] Então, assim, a gente está sempre fazendo e refazendo e buscando estar em movimento mesmo (Entrevistada 02).

Mesmo obtendo essas respostas, Ana Lúcia ainda não se deu por satisfeita. Para ela também não estava muito claro o que era esse plano de trabalho que as assistentes sociais se referiam e ao novamente se remeter à Conceição, sobre algum documento com tais informações, a profissional ratificou aquilo tudo que ela tinha escutado. E que, portanto, o plano de trabalho não precisava estar literalmente escrito, pois cada uma delas, pela experiência acumulada, seja na unidade de saúde ou em outro espaço sócio-ocupacional, já sabia o que era necessário desenvolver no seu ambiente de trabalho.

Por ora, Ana Lúcia deu a questão por encerrada, mas se lembrou que na semana seguinte haveria uma reunião de equipe e pensou, então, em retomar esse debate no momento oportuno.

Chegado o momento da reunião, depois que os assuntos mais importantes foram tratados, Ana Lúcia levantou a mão e perguntou se poderia saber um pouco mais sobre o que aquelas profissionais pensavam sobre o plano de trabalho do Serviço Social. Conceição acenou positivamente com a cabeça e, logo em seguida, Ana Lúcia contextualizou o porquê de estar fazendo aquelas perguntas, pois queria entender melhor o trabalho a ser desenvolvido pelos/as assistentes sociais. Então, a assistente social Denise falou prontamente:

Possuo sim, e fui eu que construí, junto com a equipe de trabalho. Agora que eu estou na coordenação, eu montei junto com a psicóloga e outra assistente social. Mas, quando estava só eu e o psicólogo, a gente montava os dois (Entrevistada 07).

E a assistente social Carla, demonstrando interesse na pergunta informou:

Pois é, estou no processo de construção desse plano de trabalho. A ideia é que eu consiga fazer isso até o final do ano. Porque como [...] eu cheguei em agosto, a ideia é que durante esses seis meses eu consiga planejar para o ano que vem algumas ações. Já tenho algumas coisas em mente, mas não seriam projetos meus. A gente trabalha muito na perspectiva multidisciplinar, então, esses projetos maiores, são projetos que envolvem outros profissionais. (Entrevistada 10).

Com essas respostas Ana Lúcia lembrou das aulas de supervisão acadêmica de estágio, onde um dos objetivos era a construção de um projeto de intervenção. Ou seja, a atividade avaliativa da disciplina, ao final daquele semestre, seria a construção deste instrumento, tendo como inspiração a realidade do seu campo de estágio.

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

Nesse momento, então, resolveu perguntar à assistente social Conceição se ela já havia elaborado algum projeto de intervenção. Então, Conceição respondeu:

Eu tenho um problema com esse conceito. Projeto de intervenção... para mim, projeto de intervenção dá a ideia de uma ação que tem início, meio e fim. Então, eu acho muito complicado, porque eu acho que nada acontece de forma pontual. A ideia de projeto de intervenção traz uma ideia de pontualidade, de um problema pontual, sendo que as instituições elas não têm problemas pontuais, elas têm problemas que fazem parte da estrutura institucional. Então, acho que trabalhar projeto de intervenção é complicado, porque na minha concepção esse nome me dá a ideia de algo pontual. Então, é algo que aconteceu e vai acabar. Algo pontual você não resolve, na maioria das vezes com projetos, você resolve, na maioria das vezes, com ações muito pontuais. Agora, quando você tem questões que fazem parte da dinâmica institucional e que exigem uma resposta profissional, acho que a gente trabalha com programas que tendem a ter uma certa durabilidade. Eles não acontecem de forma deslocada. Então, eu tenho um problema com essa ideia de projeto de intervenção porque dá uma ideia de uma coisa pontual, e coisa pontual não resolve. Geralmente, com projetos, se resolvem ações pontuais (Entrevistada 10).

A assistente social Denise, não concordava muito com a perspectiva apresentada por Conceição e falou:

Sim, já construí projeto de intervenção do serviço de convivência – pessoa idosa, já construí projeto de intervenção para... para pessoa em situação de rua. Inclusive esse projeto com grupo para população em situação de rua não existia na instituição. O que existia era uma oficina de leitura que não funcionava porque usavam textos grandes para eles lerem. Eles não liam, tinham três perguntas, eles escreviam o que queriam ali naquelas três perguntas, os textos sempre falando de Deus, remetendo à... à fé, e quando eu identifiquei isso, eu trouxe a proposta de trocar para um grupo socioeducativo, que está mais ligado à função do assistente social. Foi onde a gente começou a construir junto com eles, levantar as demandas deles. Só que o grupo está, hoje, se reconstruindo. As demandas precisam ser levantadas o tempo todo com eles e ir aprimorando, porque eles vão mudando, as pessoas que estão participando desse processo, né? E aí o grupo tem que ser repensado o tempo todo. Então, é um projeto de intervenção que eu pensei para a instituição e o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos eu... eu... fiz alguns projetos de intervenção de oficina, de exposições, de grupos socioeducativos. Fora isso... projeto de intervenção dentro da instituição... eu acho que foram esses dois que foram realizados, assim que eu me lembro, né? Só um adendo, porque às vezes a gente constrói um projeto de intervenção, mas a gente não consegue por ele em prática, porque ele não é demanda institucional, porque ele é barrado, porque não é viável por questão de recursos (Entrevistada 12).

A estagiária ficou empolgada com esta resposta pois afinal estava conseguindo vislumbrar, no cotidiano de trabalho de uma assistente social, a construção de um

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

projeto de intervenção enquanto fruto de um processo de planejamento que possui o objetivo de atender às demandas dos/as usuários/as do serviço, mesmo frente às dificuldades, muitas vezes, impostas pela própria instituição.

Toda a situação narrada acima é fictícia e foi livremente inspirada em nossa experiência profissional enquanto assistentes sociais e em relatos realizados por estagiárias/os, em momentos de supervisão acadêmica de estágio, em nossa experiência docente. Entretanto, as falas das assistentes sociais são, na verdade, as respostas das entrevistadas 01, 02, 04, 07, 08, 10, 11 e 12 em nossa pesquisa, quando foram perguntadas se possuíam um plano de trabalho que orientasse o seu exercício profissional e, em caso positivo, se o mesmo havia sido construído por elas. As mesmas profissionais foram também indagadas a respeito da construção de projetos de intervenção.

Diante destas perguntas, a resposta das oito profissionais do Serviço Social, aqui destacadas, nos revela algumas questões que merecem a nossa atenção. Entre elas: a não compreensão da importância destas ferramentas para a devida qualificação do trabalho profissional realizado pelo/a assistente social; a supervalorização da experiência prática cotidiana em detrimento das ações devidamente planejadas; a confusão entre o plano de trabalho do/a assistente social e as orientações das políticas sociais; a compreensão equivocada do que seja um projeto de intervenção; entre outras.

Mas, também verificamos em outras falas: o destaque para a construção de um plano de trabalho multiprofissional; para a necessidade do processo de planejamento que deve envolver a construção de um plano de trabalho e de projetos de intervenção; o fato do plano de trabalho estar sempre em construção, em articulação com a dinâmica posta ao/a assistente social pela realidade social; a necessidade de se escutar e envolver os/as usuários/as na construção de projetos de intervenção que estejam efetivamente voltados para os seus interesses; entre outras.

O plano de trabalho e o projeto de intervenção são dois importantes instrumentos que podem ser utilizados pelo/a assistente social para a construção da projeção das suas ações profissionais. Estes instrumentos, portanto, estão diretamente ligados à dimensão técnico-operativa da ação profissional do/a assistente social, mas expressam também as dimensões teórico-metodológica e ético-política que permeiam o nosso trabalho.

Por isso, julgamos pertinente debater, ao longo deste segundo capítulo alguns temas como: a dimensão técnico-operativa da ação profissional do/a assistente social; o plano de trabalho e o projeto de intervenção enquanto instrumentos do/a assistente social; o processo de planejamento; o planejamento como atividade teleológica; a contribuição da racionalidade histórico-crítica para a construção do planejamento do trabalho do/a assistente social. E, para a construção dos

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

debates que serão apresentados em torno destas temáticas, vamos a algumas reflexões preliminares.

**2.1.2 REFLEXÕES SOBRE O PLANEJAMENTO NAS SUAS DIFERENTES
MODALIDADES E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES AO SERVIÇO SOCIAL**

A atual ofensiva do capital, assim como suas novas configurações e padrões de produção, acumulação e consumo, gravemente impactados pelo cenário devastador em que vivemos, nesse primeiro quarto do século XXI, assola todo o planeta e escancara a perversidade do nosso tempo histórico (PAULA, 2020).

Segundo Mészáros (2009), o que experimentamos nesse início de século tem raízes profundas no final dos anos de 1960, quando o sistema capitalista inicia uma nova fase. Essa nova etapa caracteriza-se, nas palavras do autor, por uma crise estrutural sociometabólica do capital, que afeta, sem distinção, todas as esferas de produção e reprodução da vida social.

Essa crise estrutural provoca mudanças no mundo do trabalho e adensa as expressões da “questão social”, base sócio-histórica das requisições profissionais dos/as assistentes sociais (IAMAMOTO, 2007). Por isso, esse cenário contemporâneo vem gerando novas exigências ao Serviço Social que, por sua vez, requerem constantes atualizações aos/às assistentes sociais.

No Brasil, o panorama conjuntural revela uma sociedade absolutamente submersa em um contexto que parece estar caracterizado pelo “declínio da verdade” ou “obscurantismo da razão”, que representa o enfraquecimento das análises concretas dos fenômenos sociais em prol da “adoção de perspectivas relativistas e subjetivas extremas, com a glorificação da opinião acima do conhecimento (incluindo o especializado), das emoções acima dos fatos” (LIMA et al., 2020, p. 15).

Diante desse cenário drástico, torna-se fundamental que nossa categoria profissional busque conhecer e desvendar todos os elementos que têm constituído a sociedade contemporânea, para apreendê-los sob uma perspectiva de totalidade (PAULA & SILVA, 2016). Como vimos em nosso primeiro capítulo, esse conhecimento é condição fundamental para que o/a assistente social possa construir formas de intervenção na realidade social que visem atender às reais demandas dos/as usuários/as, que lhes são apresentadas, mediadas por nossas análises— de maneira explícita ou implícita — em seu cotidiano profissional.

“Essas novas exigências abarcam a construção de elementos inerentes ao processo de planejamento, como [...] a formulação de planos, programas e projetos de intervenção” (PAULA & SILVA, 2016, p. 03). Isso porque o ato de planejar as ações que serão desenvolvidas imprime uma qualidade diferenciada ao trabalho profissional do/a assistente social.

O processo de planejamento, muito longe de ser uma ferramenta burocrática, é uma ação e possui um inerente caráter político, que passa pela negociação, pela mobilização,

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

que propicia aos/às profissionais que dela se utilizam, um processo de intensa reflexão sobre o seu próprio trabalho (PAULA & SILVA, 2016).

No entanto, segundo Baptista (2013), historicamente, o aspecto técnico-operativo do processo de planejamento tem sido muito mais enfatizado do que a sua dimensão política. “Assim, valoriza-se muito mais a sistematização das tarefas e dos processos precisos para alcance dos objetivos planejados, do que o viés político contido já no momento de escolha sobre o que e como planejar” (SILVA et al., 2019, p. 195). Desse modo, a primazia pelo aspecto técnico do planejamento escamoteia “as tensões e pressões embutidas nas relações dos diferentes sujeitos políticos em presença” (BAPTISTA, 2013, p. 17) no processo de planejamento.

No caso específico do Serviço Social, reconhecer a dimensão política do processo de planejamento é primordial em uma profissão que, desde a década de 1980, se afirma claramente em uma direção social que se coloca articulada às necessidades e demandas da classe trabalhadora, orientada por um projeto ético-político crítico à ordem do capital e pautado na possibilidade de construção de uma forma de sociabilidade distinta do modo de produção vigente (SILVA et al., 2019, p. 195).

Dessa forma, ao planejarmos, mobilizamos os nossos conhecimentos teórico-metodológicos, nossos valores ético-políticos e nossa habilidade técnico-operativa. Esses elementos se expressam desde o momento em que elencamos sobre o que e como vamos planejar, e “reverbera na forma como conduzimos e avaliamos os planos, programas e projetos que buscamos efetivar” (SILVA et al., p. 195). Por isso, o planejamento pode oferecer resultados diferentes, a partir das finalidades de quem planeja e, “no âmbito do Serviço Social, o projeto de profissão ao qual o/a assistente social se articula dá o tom e o direcionamento do exercício profissional” (SILVA et al., 2019, p. 196).

Desse modo, o processo de planejamento de um assistente social orientado pelo pensamento conservador, pode apresentar características como imediatividade, pragmatismo e não participação dos usuários na definição dos objetivos e finalidades dos planos, programas e projetos que poderão ser desenvolvidos nas instituições empregadoras, expressando princípios e valores que não coadunam com o projeto ético-político crítico (SILVA et al., 2019, p. 196).

Retomando os exemplos hipoteticamente construídos no item 2.1.1 podemos identificar exatamente o que as autoras apontam na citação acima, na fala da assistente social Conceição, quando diz que não tem um plano de trabalho, mas procura planejar as suas ações no cotidiano da instituição. A assistente social destaca que não é preciso ter um plano de trabalho escrito, um documento, que basta a experiência profissional acumulada para saber como agir em cada situação. Então, nos parece que a assistente social vai “planejando” a sua atuação profissional no decorrer do seu trabalho, à medida

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

que chegam as requisições institucionais e as demandas apresentadas pelos/as seus/suas usuários/as, demarcando um espontaneísmo nas suas ações.

No entanto, não consideramos o ato de pensar o que fazer e como fazer, imediatamente antes de fazer, um exercício de planejamento. O planejamento exige um processo de suspensão do cotidiano, bem diferente do que nos relata a assistente social Conceição, que nos parece submersa nesse cotidiano, caracterizado pela sua imediatividade, superficialidade e heterogeneidade (HELLER, 1989).

De outra forma, se o trabalho do/a assistente social se coloca na direção do projeto ético-político hegemônico no Serviço Social, buscando contribuir com os processos de mudança que vão se estabelecendo em nossa sociedade (SILVA et al., 2019), o/a assistente social

[...] assume um posicionamento político que lhe permite romper com os paradigmas explicativos tradicionais e lhe possibilita tematizar as relações mais profundas da sociedade, no interior das quais os processos de desenrolam (BAPTISTA, 2013, p. 20).

É desse modo que o processo de planejamento se apresenta como um exercício estratégico para nossa categoria profissional, em meio a esta conjuntura permeada por tantos desafios. O caminho do planejamento é o único que nos possibilita, de maneira consciente e intencional, projetar ações e construir frentes de trabalho que sejam condizentes com a direção social presente no projeto ético-político em hegemonia no Serviço Social. Mas, para isso, faz-se necessário compreender que

(...) o único caminho promissor para a realização de um planejamento qualificado (...) é o do investimento no processo de aprendizagem, ou seja, na valorização da formação, da aquisição do conhecimento. Portanto, apropriar-se dos debates sobre o planejamento, suas modalidades, suas metodologias, seus elementos constitutivos, entre outras questões, ainda que não assegure excelência na sua realização, ao menos possibilita uma maior aproximação entre as intenções do (da) profissional e as ações por ele (ela) realizadas (PAULA et al., 2016, p. 06).

De maneira equivocada, o planejamento ainda é visto por muitos/as profissionais como um processo burocrático, maçante, cansativo e ineficiente. Mas, bem diferente disso, o planejamento estratégico³⁴ tem se apresentado como uma forma contemporânea, dinâmica e eficiente de planificação (TEIXEIRA, 2009).

34 “A noção de estratégia no planejamento surge, portanto, para desvendar o seu caráter de concepção e ação (institucional ou não), que busca efetividade em um ambiente não homogêneo, onde diferentes interesses e diferentes posições disputam o alcance de resultados e da hegemonia. Formular políticas sociais no capitalismo e, mais do que isso, no contexto do neoliberalismo, é enfrentar poderosas forças sociais sempre em luta para assegurar no Estado a consolidação de seus interesses e privilégios, os quais investem contra direitos sociais, especialmente contra aqueles que têm perspectiva redistributiva” (TEIXEIRA, 2009, p. 08).

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

O cotidiano institucional, muitas vezes, se vê atravessado por rotinas genéricas e repetitivas, pautadas em despachos burocráticos (PAULA et al., 2016). Frente a este cenário, a ferramenta do planejamento estratégico pode se apresentar como uma estratégia capaz de combater velhas práticas “cristalizadas” e repensar, reconfigurar, reconstruir as ações profissionais.

O planejamento estratégico surgiu como uma alternativa aos velhos formatos tradicionais e engessados que eram caracterizados pela impessoalidade e pelo excesso de normas, construídas de forma hierárquica e vertical (SOARES, 2019). No modelo tradicional de planejamento, sempre há um sujeito que planeja e outros agentes que assumem meras funções executoras. Nesse formato, “as reações dos demais agentes ou atores são previsíveis, porque seguem leis e obedecem a prognósticos de teorias sociais bem conhecidas” (TONI, 2010, p. 147).

Desse modo, segundo Toni (2010, p. 147)

Há, nessa visão, uma aparente governabilidade, gerada pela ilusão de que as variáveis não controladas simplesmente não são importantes. (...) além do mais, suas deficiências não aparecem como problemas a ser resolvido, os dirigentes se concentram mais nas relações de mando e hierarquia e no tempo gasto na tentativa de corrigir a ineficácia dos projetos (gestados convencionalmente).

De maneira completamente oposta, a concepção estratégica de planejamento, considera a existência de diversos sujeitos que planejam juntos, apresentando, muitas vezes, objetivos, ideias e posturas conflitantes (TONI, 2010). Mas, estes conflitos são fundamentais para que todos os posicionamentos possam vir à tona e, a partir desta troca, os consensos ou dissensos vão se estabelecendo e moldando as diretrizes do processo.

De acordo com Fortes (2010, p. 159), o planejamento estratégico deve ser visto “como um momento formativo a ser trabalhado da forma mais integrada possível como debate político real em que a equipe ou a instituição estejam envolvidas”. Dessa forma, ele pode envolver dois momentos distintos: um primeiro, onde são estabelecidas as diretrizes, as grandes linhas de ação, os objetivos, as estratégias e os desafios a serem enfrentados; e, um segundo, onde se definem as táticas ou as formas de operacionalização das ações definidas (MACIEL, 2014).

Contudo, o mais importante é perceber que o planejamento estratégico representa um novo compromisso da equipe envolvida com tudo o que foi coletivamente estabelecido. Por isso, o exercício do planejamento se configura enquanto um processo de aprendizagem e integração, tendo como intenção o compartilhamento de ideias entre seus membros (MACIEL, 2014).

Quando pensamos, especialmente, no Serviço Social, Baptista (2013, p. 31) destaca que “o objeto do planejamento da intervenção profissional é o segmento da

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

realidade que lhe é posto como desafio, é o aspecto determinado de uma realidade total sobre o qual formulará um conjunto de reflexões e de proposições para a intervenção”.

Neste sentido, segundo lamamoto (2008, p. 102),

A prática profissional do conjunto da categoria dispõe de condições potencialmente privilegiadas para apreender o conjunto do cotidiano das classes populares, por estar presente nas mais variadas expressões de suas esferas da vida: saúde, educação, lazer habitação, família, etc. Esta proximidade da vida cotidiana, pelo contato estreito e direto com a população, poderá permitir – se aliada a uma bagagem teórica que permita superar o caráter pragmático e empiricista que marca, não raras vezes, a atuação profissional – uma visão totalizadora desse cotidiano e da maneira como é vivenciado pelos agentes sociais.

Um dos mecanismos que podemos acionar para superar o caráter pragmático (GUERRA, 2013) e empiricista da nossa atuação profissional é o exercício do planejamento. E aqui, partindo das reflexões apresentadas por lamamoto (2008), destacamos que, pelo fato de termos esse contato tão próximo com nossos/as usuários/as, é possível organizar processos de planejamento que sejam participativos³⁵. Quando envolvemos os/as nossos/as usuários/as no processo de planejamento podemos não só identificar as suas demandas imediatas, mas conhecer as suas reais necessidades na dinâmica da vida em sociedade. E esse conhecimento permite o desenvolvimento de planos de trabalho e de projetos de intervenção muito mais afinados com as condições objetivas de produção e reprodução da vida (PAULA & SILVA, 2016). Por isso,

O planejamento participativo deve ser mais do que uma ferramenta para a administração da instituição e/ou para a sobrevivência da entidade planejada. Deve servir para a construção da sociedade e, neste sentido, inclui como sua tarefa contribuir para a construção de novos horizontes, entre os quais os valores que constituirão a sociedade (BONDER, 2004, p. 73).

O planejamento participativo é, muitas vezes, compreendido como aquele processo que reúne um grande número de pessoas, bastando “encher salas com funcionários ou moradores e pendurar algumas cartelas escritas nas paredes com ‘pontos fracos e fortes’ e pronto” (TONI, 2019, p. 18). Ou como um processo que permite que os envolvidos deem suas sugestões/opiniões, como se isso fosse suficiente para caracterizar a participação dos mesmos (TONI, 2019). Por isso, ainda encontramos grande dificuldade em se compreender, de fato, o que seja o planejamento participativo.

35 O planejamento participativo possui três elementos constitutivos: “o profissional que o conduz, o grupo que desenvolverá o trabalho junto com este profissional e a realidade a ser trabalhada” (BONDER, 2004, p. 70).

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Essa dificuldade se deve, em parte, ao próprio termo “participativo”, que possui caráter polissêmico, ou seja, possui várias interpretações distintas a partir do referencial teórico em que se fundamenta (FREITAS, 2019).

Outro desafio consiste na efetiva realização de uma participação verdadeira, enquanto tomada de decisão conjunta no que diz respeito à uma determinada coletividade. Esse desafio se intensifica em conjunturas como a brasileira, onde predominam as relações hierárquicas autoritárias e as tomadas de decisão de cima para baixo (FREITAS, 2019).

Conforme nos indica Freitas (2019, p. 76),

Compreende-se que o planejamento comprometido com o processo gradual de conquista da participação deve oportunizar o exercício da liberdade política, numa dinâmica na qual seja possível a todos pensar, analisar e decidir, legitimando criações conjuntas. Nesta ótica, a capacidade de pensar e agir e decidir dentro de uma sistemática que envolve o planejamento, não exclui a existência concreta dos sujeitos e a sua capacidade de empreender projetos de transformações individuais e coletivas. Pensar o futuro requer levar em consideração a existência das pessoas e sua capacidade de engajamento político. Diz respeito a uma participação que não se limita a mera presença dos sujeitos quando o técnico deseja colher informações para construir seus diagnósticos. Neste caso, trata-se de uma participação direta dos sujeitos que pode alterar a perspectiva de “previsibilidade do futuro” presente no planejamento tecnocrático, antitético à práxis humana assentada na reflexão conjunta.

Por esses elementos, brevemente apresentados, tanto o planejamento estratégico, quanto o planejamento participativo podem se apresentar como ferramentas importantes para o/a assistente social que deseja construir as suas respostas profissionais em sintonia com a realidade social (SILVA et al., 2019).

Desse modo, o exercício do planejamento pode se apresentar como uma atividade criadora e criativa dos/as assistentes sociais, especialmente quando envolve toda a equipe de profissionais e, quando possível, os/as usuários/as dos serviços oferecidos pelas instituições. E, assim, pode ser uma ferramenta capaz de demarcar a autonomia profissional dos/as assistentes sociais, mesmo que relativa, assegurando determinado direcionamento ético-político ao trabalho realizado. “Assim, o planejamento pode expressar a capacidade criativa dos/as assistentes sociais, colocando-os em sintonia com a realidade social, considerando a sua dinamicidade e as suas particularidades” (SILVA et al., 2019, p. 197).

O planejar numa direção crítica é espaço privilegiado de criação e a criatividade não é compatível com a anulação das relações contraditórias, antagônicas e plurais. A criatividade é avessa a concepção linear dos processos. Noutras palavras, o planejar se move dentro do terreno da história, e, portanto, se a história é também conquista humana, tal atividade não se encerra em si

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

mesma, mas abre caminhos para a emergência de algo novo, do imprevisível (FREITAS, 2019, p. 77).

Portanto, consideramos que o exercício do planejamento se apresenta como uma importante ferramenta para o/a assistente social não apenas projetar de maneira mais consciente as suas ações, mas, especialmente, construir essa projeção a partir das possibilidades que estão dadas na realidade social. Ou seja, não basta o exercício da projeção. Esta projeção precisa ter como ponto de partida o real, o concreto, a matéria de onde se assentam as ações profissionais do/a assistente social.

Esta projeção, realizada a partir de necessidades concretas, é possibilitada pela capacidade exclusivamente humana de previamente idealizar o resultado a que se pretende alcançar, o que se denomina de capacidade teleológica. E o processo de construção desta projeção a partir do real só é possível por meio da racionalidade histórico-crítica. Por isso, estes elementos serão abordados com mais profundidade a seguir.

2.2 TELEOLOGIA E PLANEJAMENTO – A CAPACIDADE TELEOLÓGICA E O PLANEJAMENTO CONSTITUÍDO A PARTIR DA RACIONALIDADE HISTÓRICO-CRÍTICA

2.2.1 AÇÃO TELEOLÓGICA E O EXERCÍCIO DO PLANEJAMENTO NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Geralmente o planejamento é visto como “[...] um processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social [...] e [...] supõe uma sequência de atos decisórios, ordenados em momentos definidos” (BAPTISTA, 2013, p. 13).

No entanto, a atividade do planejamento não é algo que se restringe aos espaços profissionais, aos ambientes corporativos, não é apenas uma sequência de decisões e projeções sistematizadas, elaboradas a partir de um roteiro previamente definido. Ela também se faz presente na nossa própria vida cotidiana, uma vez que planejamos muitas das nossas ações, desde as mais simples até as mais complexas (BERTOLLO, 2016).

Para Barbosa (apud BERTOLLO, 2016, p. 335) “[...] o planejamento é basicamente um processo de racionalidade, é indiscutível que todo homem é capaz de planejar, sendo inerente à sua natureza essa atitude, em si dialética, de tomar decisões em relação ao futuro”.

Segundo Baptista (2013, p. 14),

Já no início dos tempos, o homem refletia sobre as questões que o desafiavam, estudava as diferentes alternativas para solucioná-las e organizava sua ação

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

de maneira lógica. Enquanto assim fazia, estava efetivando uma prática de planejamento. Da observação dessa prática, de sua análise e sistematização racional, do domínio de alguns princípios que regem os processos naturais, e da incorporação dos conhecimentos desenvolvidos em diferentes áreas do pensamento, resultou o acervo de conhecimentos e de práticas de planejamento, tal como encontramos hoje.

Com isso, vê-se como o planejamento é atividade humana dotada de racionalidade, pois, ainda que não percebamos que estamos planejando, em nosso pensamento, organizamos nossas ações “estudando as situações, prevendo seus limites e suas possibilidades, propondo-se objetivos, definindo-se estratégias” (BAPTISTA, 2013, p. 14).

Neste sentido, percebemos que o ato do planejamento é uma atividade essencialmente humana, pois envolve nossa capacidade teleológica: “sempre que planejamos algo, no âmbito da vida pessoal ou profissional, antevemos, no ideal, o resultado daquilo que objetivamos alcançar no real” (SILVA et al., 2019, p. 194).

No entanto, no campo das profissões, o processo de planejamento não deve se dar de maneira instintiva ou espontânea. É preciso que ele se constitua de maneira organizada e rigorosa, pautado em uma determinada racionalidade. Portanto, os/as assistentes sociais que trabalham ou pretendem trabalhar com a ferramenta do planejamento precisam buscar os conhecimentos necessários à sua utilização – sejam eles teórico-metodológicos ou técnico-procedimentais.

Dessa forma, para se chegar a um “produto final”, ao longo de um processo de planejamento, para se ter como resultado a construção de um plano de trabalho ou de um projeto de intervenção, precisamos exercer nossa capacidade intelectual de pensar sobre a realidade e, a partir dela, problematizar criticamente sobre os elementos que a constituem para construirmos propostas de intervenção voltadas à dinâmica institucional.

Para este movimento é fundamental que exerçamos nossa capacidade de planejar, ou seja, o pensamento em ato, aquilo que se pensa em realizar, considerando que “é um desafio para os assistentes sociais plasmar a pesquisa e a investigação em sua intervenção e, em especial, a integração entre fundamentos teóricos-metodológicos e a pesquisa de situações concretas [...]” (BATTINI, 2009, p. 54). Portanto, este item se propõe a apresentar elementos centrais, sem esgotar o tema, sobre o ato de planejar que pressupõe o acionamento de nossa capacidade teleológica.

Nesse sentido, planejar não se remete a um ato meramente técnico, instrumental e burocrático, mas envolve uma capacidade humana denominada teleologia. Assim, “o processo de planejar, é um processo constitutivo da capacidade teleológica, portanto, um atributo, exclusivamente do gênero humano, que se orienta por uma finalidade” (LIMA, 2018, p. 130).

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

Essa capacidade de projeção de um determinado resultado, anterior ao seu processo de realização em si, ou seja, a prévia ideação caracteriza o homem, pois o possibilita pensar como alcançar determinada finalidade em face as suas necessidades. “Para que seja possível a concretização de algo – a concretização de um produto humanizado –, há a ocorrência de prévia-ideação (teleologia), ou seja, o produto já existia idealmente para o sujeito-trabalhador antes de objetivar-se” (COELHO & FORTI, 2015, p. 17).

O homem tornado ser social na execução de sua capacidade de pensar e agir, transforma a natureza. Essa condição de alterar a natureza para atender a necessidades humanas, ou seja, pensar em algo e modificar a natureza para alcançar um determinado resultado, é mediado pelo trabalho, categoria ontológica, pertencente ao ser humano-genérico. Capacidade esta desenvolvida pelo homem que lhe permite o salto ontológico da sua consciência e, portanto, seu desenvolvimento na construção de sua sociabilidade e também de suas escolhas que se realizam em determinadas condições materiais objetivas. “Logo, é a partir desse movimento que se põe em prática, por meio do trabalho, na sua ontologia, suas potencialidades oriundas de sua capacidade teleológica e assim se configura como um ato social” (RAMOS, 2018, p. 26).

Mas ao entrar em contato com tal processo de transformação, o que ideou em sua mente como produto final não será imediatamente igual ao que pensou através de sua consciência. Isso porque do processo de pensar (ideação) ao processo de executar onde se concretizam as finalidades, existem uma série de mediações que incidirão sobre o produto final (RAMOS, 2018, p. 26).

Portanto a mediação que transforma o pensar em ação, que produz o resultado, é o trabalho, ou seja, a atividade do trabalho e da transformação de algo que não é, para aquilo que o homem precisa que seja. Por isso, “a busca de satisfação da carência humana material pôs em movimento o complexo do trabalho, mas os homens nesse processo desenvolveram [...] novas e diversas necessidades, capacidades e qualidades” (COELHO & FORTI, 2015, p. 17).

Assim, podemos considerar que o ato de planejar é ontológico, pois de maneira consciente ou não, os homens planejam as suas ações. Mas, estas, quando se realizam, podem se revelar muito diferentes do que foi imaginado originalmente, uma vez que a realidade é dinâmica, está em movimento e esse processo pode alterar a configuração, a direção e o resultado da ação anteriormente planejada.

**2.2.2 A RACIONALIDADE FORMAL-ABSTRATA E SEUS IMPACTOS SOBRE O
PROCESSO DE PLANEJAMENTO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS**

Considerando tudo o que foi brevemente exposto no item anterior, poderíamos indagar que: se a nossa capacidade teleológica nos fornece a possibilidade de projetar, de antever as nossas ações; e sendo o ato de planejar ontológico, inerente ao homem;

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

qual é a necessidade do exercício, da atividade de planejamento para o trabalho profissional do/a assistente social? Não estaria certa a assistente social Conceição – no caso apresentado no item 2.1.1. – ao afirmar que é no dia a dia, no momento em que as requisições e as demandas lhe chegam que ela pensa/planeja o que fazer?

Nossa resposta é não. Justamente porque o planejamento é um ato intelectual, de utilização de nosso intelecto, que aciona nossa racionalidade. Mas, como vimos no capítulo anterior deste livro, existem diferentes níveis de racionalidade. Então, não basta pensar e projetar a sua ação, há que se levar em conta como se pensa e se projeta tal ação, ou seja, por meio de qual racionalidade esse movimento intelectual se constrói.

Desse modo, a depender de qual racionalidade está ancorado o nosso planejamento, a nossa projeção, teremos maiores ou menores chances de nos aproximarmos dos objetivos previamente definidos. Mas certamente, eles não serão alcançados em plenitude, pois precisamos considerar as condições materiais objetivas onde se desenvolvem.

Pode-se inferir, portanto, que o homem projeta, tem referências que o orientam para agir em busca da satisfação de suas necessidades, de suas pretensões. Isso acontece mesmo que não possa assegurar plena correspondência entre as suas projeções e o produto final, pois esse não decorre unicamente das possibilidades e limites dos sujeitos, uma vez que está condicionado também por outros aspectos, objetivos (COELHO & FORTI, 2015, p. 18).

Nesse sentido, o planejamento mobiliza a nossa capacidade pensante, a nossa racionalidade, que pode vir a ser crítica ou instrumental. A racionalidade instrumental consiste em uma dimensão necessária da razão, porém insuficiente, pois apresenta uma relação pragmática com o mundo, com as coisas, com as questões que no cotidiano estão apresentadas (GUERRA, 2007a). É uma racionalidade que não se propõe a ultrapassar a aparência do fenômeno e com isso identificar a essência que o revela como verdadeiramente é.

Essa racionalidade instrumental identifica que as circunstâncias tendem a se reproduzir de forma mecânica. Ela possui o senso comum como um dos elementos constitutivos de sua base, de seu fundamento. E, segundo Campos (2000, p. 725), “hoje assistimos à colonização do senso comum, resultante da hegemonia do positivismo no mundo científico, e à rendição da humanidade ao reinado do mundo prático, administrado. A técnica alarga seu espaço até ocupar o posto da teoria [...]”.

Na perspectiva desta racionalidade, o mundo é o que ele aparenta ser, desestoricizando os fenômenos sociais, não reconhecendo as contradições e conflitos de classe, deseconomizando a política e compreendendo a “questão social” como natural a essa sociedade. Pelas breves características aqui colocadas, esse tipo de racionalidade, no âmbito do planejamento, da passagem do ato de pensar para a ação,

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

pouco contribuirá, pois na sua concepção a realidade já está dada na sua imediaticidade e na sua superficialidade, ou seja, ela é o que é.

Portanto, o exercício do planejamento pode ser utilizado apenas para organizar algumas questões cotidianas, sem que os fundamentos dos “problemas” sejam efetivamente investigados, descobertos e enfrentados, a partir da construção de estratégias. Nesta perspectiva, seu entendimento é que a realidade fala por si, portanto não há o que pesquisar, investigar, descobrir: apenas conviver com o que está dado e, caso seja necessário, introduzir pequenas modificações.

Um planejamento que se subsidie numa racionalidade formal-abstrata, efetivamente não contribuirá para alterações expressivas no contexto institucional. As atividades pautadas nesta racionalidade “[...] contemplam as retóricas que concebem os processos sociais como naturais e abstraídos das relações sociais que os engendram; [...]” (GUERRA, 2014, p. 48).

Em sentido contrário, “pensar criticamente exige certa capacidade analítica para apreender o sentido social, histórico e humano de nossas práticas. E jogar com essa capacidade exclui a submissão a receitas prontas” (CAMPOS, 2000, p. 730).

Por isso, reafirmamos que em nada a racionalidade instrumental auxilia os/as assistentes sociais. De pouco nos serve um planejamento meramente voltado para o puro manejo de índices, dados e instrumentos, pautado “[...] no reformismo conservador, no equilíbrio dinâmico/sistêmico da ordem e na gestão acrítica, dócil e “solidária” do pauperismo” (SILVA, 2013, p. 79).

Com isso, não estamos desconsiderando a importância de os/as assistentes sociais se apropriarem de maneira crítica de uma dimensão técnico-operativa – que é constitutiva da sua ação profissional – e de todos os elementos que a compõem, sejam os procedimentos, as técnicas ou os instrumentos, entre outros. “Mas que ela, por si, serve, tão somente (quando muito) para operar o instituído, o imediatamente posto, a demanda oficial solicitada à profissão, a administração burguesa da pobreza” (SILVA, 2013, p. 79).

E quem nos oferece a possibilidade da apreensão crítica do instrumental que se encontra à disposição dos/as assistentes sociais é a razão ontológica. Ela “[...] o submete a uma racionalidade que persegue o movimento do real, reconstrói sua dinâmica (sempre relativamente), desnuda o imediatamente posto e explica processos como determinados complexos sociais” (SILVA, 2013, p. 79).

O manejo de instrumentos e técnicas, nessas condições, pode ser útil para obter dados, sistematizar informações, lidar imediatamente com a empiria, desde que submetida à razão ontológica do ser e não como uma racionalidade que constitua a formação profissional (SILVA, 2013, p. 79).

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Por isso, no próximo tópico deste segundo capítulo iremos abordar as contribuições da racionalidade histórico-crítica, ou seja, da razão dialética para os processos de planejamento construídos pelos/as assistentes sociais.

2.2.3 A RACIONALIDADE HISTÓRICO-CRÍTICA COMO FUNDAMENTO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS

Como apresentamos no primeiro capítulo deste livro, a racionalidade histórico-crítica permite o desvelamento do real e a identificação das causas estruturais das questões que se apresentam, evitando desta forma, uma leitura tecnicista, burocrática e gerencial dos fenômenos sociais. Essa forma de pensar envolve uma análise da sociedade nas suas transformações e contradições, a compreensão da lógica da sociabilidade burguesa, pois estes elementos incidirão na configuração dos espaços sócio-ocupacionais nos quais o/a assistente social exerce seu trabalho profissional.

Esse movimento do pensamento coloca-se na contramão das atuais exigências do mercado de trabalho que requer, muito mais, um/a profissional com perfil tecnicista, que construa respostas rápidas sem questionar o que está lhe sendo imposto.

Cotidianamente os/as assistentes sociais recebem uma série de demandas heterogêneas que exigem respostas imediatas, fazendo com que sua apreensão seja quase irrefletida. Por isso, muitas vezes, “o exercício profissional passa a se restringir ao cumprimento de rotinas institucionais, metas de produtividade, critérios de elegibilidade, e o profissional passa a responder mecanicamente no âmbito das determinações da instituição” (GUERRA, 2013, p. 45).

Como exemplo deste perfil profissional podemos resgatar a fala da assistente social Débora, no exemplo apresentado do item 2.1.1, quando afirma que não possui um plano de trabalho porque a própria instituição já lhe entrega tudo pronto. A entrevista a ser realizada com seus/suas usuários/as, as perguntas desta entrevista, tudo já está pronto e, então, só lhe cabe executar a ação que já foi previamente planejada pela instituição.

Nessa perspectiva, a atuação profissional do/a assistente social deve se restringir ao mero cumprimento das diretrizes das políticas sociais elaboradas e determinadas por altos escalões político-administrativos. Desse modo, as ações dos/as assistentes sociais devem articular-se ao cumprimento de normas e requisitos institucionais preestabelecidos, administrando as demandas dos/as usuários/as dentro de padrões previamente definidos.

De acordo com SILVA (2013, p. 74)

Não é preciso um grande esforço para argumentar que o cenário em curso não estimula o tratamento do real, sob o ponto de vista da totalidade, para além de sua imediatividade, como “concreto pensado”, como unidade contraditória que se compõe em um processo material-intelectual, marcado por um legado histórico que atravessa a particularidade do Serviço Social e por

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

tensões presentes na historicidade que desafiam concretamente a produção do conhecimento sobre o ponto de vista ontológico.

Segundo o autor, “o funcionamento da ordem burguesa madura reafirma, cotidianamente, o tratamento imediato, fenomênico do real ao invés de estimular seu desvelamento” (SILVA, 2013, p. 74). E esse movimento é, também, percebido no âmbito do trabalho profissional dos/as assistentes sociais. Pois, se colocar em outra posição, isto é, procurar pensar, refletir e analisar as demandas para além da imediatividade posta no cotidiano é um movimento de resistência que requer o esforço e o compromisso do/a assistente social.

Nessa perspectiva, a atividade de planejamento – bem como a construção de planos de trabalho e de projetos de intervenção – quando alicerçada em uma racionalidade crítico-dialética abre outros caminhos, outras possibilidades para que o/a assistente social possa ultrapassar aquilo que está posto pela instituição. Com isso, estamos afirmando que a construção consciente e intencional das ações profissionais, ancorada em uma razão ontológica pode permitir ao/à assistente social a ultrapassagem das meras requisições institucionais.

Para a construção de um planejamento do Serviço Social que seja capaz de ir além das requisições institucionais postas no cotidiano de trabalho do/a assistente social, o ponto de partida é a realidade. “É a realidade que incita, provoca, impõem desafios, indaga, levanta dúvidas, expressa contradições que, todavia, somente são desveladas com o apoio da razão crítica que se debruça sobre o mundo concreto” (SILVA, 2013, p. 74).

Isso porque a realidade social, em toda a sua dinâmica, não se revela por si só. Esse processo de desvelamento do real requer o acionamento de uma racionalidade que observa a realidade e reconstrói, na esfera do pensamento, as suas determinações. “Carece, portanto, da razão pensante potencializada por sujeitos históricos possíveis, relativos, que se apropriam desse movimento material com o objetivo de desvelá-lo” (SILVA, 2013, p. 74).

Todo esse processo não prescinde de outras duas categorias importantes: o legado histórico e o momento histórico, a historicidade. Sendo assim, estamos diante de outra relação entre sujeito e objeto, entre razão e realidade, explicada na sua unidade-diversa, uma produção de conhecimento que parte de demandas reais, imediatamente postas, e as transcendem reconstruindo múltiplas medições extraídas da própria dinâmica do real. O ponto de partida é a realidade que também deve ser o ponto de chegada com o objetivo de transformá-la por meio de alternativas reais, efetivas, materiais, concebidas a partir de possibilidades inscritas na vida real dos homens [...] (SILVA, 2013, p. 74).

Portanto, toda atividade de planejamento realizada pelos/as assistentes sociais, deve buscar partir da realidade concreta, mas também retornar a ela com propostas efetivamente voltadas para a sua transformação.

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Nesse sentido podemos resgatar, dentro do exemplo construído em nosso 2.1.1, a fala da assistente social Denise, ao relatar a sua experiência de construção de um projeto de intervenção. A assistente social destacou a necessidade de ouvir os/as seus/suas usuários/as, ou seja, de buscar as suas reais demandas para a realização de determinada atividade grupal.

Com isso, destacamos que não apenas esse processo de levantar as demandas junto aos/às usuários/as é fundamental, como também o movimento de pensar com eles o que fazer com essas demandas. Os/as assistentes sociais precisam exercitar a construção das suas respostas em parceria com seus/suas usuários/as. E o processo de planejamento é a ferramenta que permite esse exercício.

Dessa forma, compreendemos que toda atividade de planejamento deve começar por um processo de observação da realidade, ou seja, por um momento de avaliação. Essa avaliação pode ser de uma determinada situação trazida pelos/as usuários/as, de um programa ou projeto já em funcionamento, ou, até mesmo, de uma ação desenvolvida pelo/a assistente social. No entanto, o mais importante é que essa avaliação não se constitua como uma atividade meramente técnica. Ela precisa ser realizada como um exercício reflexivo, que por meio da razão histórico-crítica vai se debruçar sobre os elementos conjunturais e estruturais do fenômeno observado, buscando a compreensão dos seus determinantes em uma perspectiva de totalidade (SILVA et al., 2019).

De acordo com as mesmas autoras, o campo das políticas sociais ainda é o que mais emprega assistentes sociais – “seja por meio dos equipamentos de assistência social, por meio das instituições de saúde ou outros espaços sócio-ocupacionais da esfera pública” (SILVA et al., 2019, p. 198). Por isso, toda atividade de planejamento realizada pelos/as assistentes sociais, em uma perspectiva crítica deve ocupar-se de uma avaliação política desses cenários. Nos termos de Boschetti (2019, p. 01), a avaliação política “se dedica a analisar o processo de tomada de decisão que resulta na adoção de determinado tipo de política pública”.

Nessa perspectiva, a avaliação política não está voltada para análise da natureza, dimensão ou abrangência de uma política social, mas destina-se a compreender e explicar os motivos, razões ou argumentos que levam (ou levaram) os governos a adotarem determinados tipos de políticas públicas, em detrimento de outros. A avaliação política se dedica a explicar o processo decisório e os fundamentos políticos que explicam a existência de uma política social [...] (BOSCHETTI, 2019, p. 01).

“Desse modo, a compreensão dos fundamentos políticos de uma determinada política social, pode explicitar para os/as assistentes sociais elementos que se fazem presentes no seu cotidiano institucional” (SILVA et al., 2019, p. 198). Esse movimento de análise pode permitir que os/as profissionais consigam mapear os objetivos, as intenções, as finalidades e os compromissos assumidos pelas políticas sociais. Porque

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

estes mesmos objetivos, intenções, finalidades e compromissos, muitas vezes, são também assumidos pelas instituições empregadoras dos/as assistentes sociais.

Esse movimento analítico e reflexivo faz-se imprescindível no processo de planejamento, uma vez que permite identificar quais são os verdadeiros objetivos institucionais. A identificação destes, por sua vez, vai permitir ao/à assistente social a construção dos seus próprios objetivos profissionais – que podem convergir ou divergir dos objetivos institucionais, a depender do direcionamento ético-político e teórico-metodológico deste profissional.

Conseguir identificar, com clareza, os objetivos de determinada política social e os compromissos da instituição empregadora, são os primeiros passos para que o assistente social possa construir/elaborar as finalidades específicas do Serviço Social no seu espaço sócio-ocupacional. Esse processo oferecerá ao profissional uma noção mais precisa das dificuldades e/ou facilidades que enfrentará no uso da sua autonomia relativa³⁶ e na proposição das ações que deseja implementar (SILVA; PAULA et al., p. 198).

Por isso, o passo seguinte de um processo de planejamento, deve consistir na delimitação dos objetivos profissionais dos/as assistentes sociais. É fundamental construir a definição do papel, da função do Serviço Social dentro da instituição, onde se encontra o/a assistente social. Isso significa pensar no direcionamento ético-político das ações profissionais, ou seja, que valores a/o profissional deseja reforçar com o seu exercício profissional. Pois esse processo também irá contribuir para a imagem social da profissão dentro daquele espaço institucional. Desta maneira, “a delimitação de um objetivo é necessariamente um processo que envolve escolhas éticas e políticas perpassadas por interesses divergentes que, em nossa sociedade capitalista, configuram-se enquanto interesses de classe” (PAULA, 2016, p. 52). Desta forma, os/as assistentes sociais quando estabelecerem seus objetivos profissionais marcarão e demonstrarão, em relação às suas ações profissionais, o seu direcionamento ético-político e teórico metodológico (SILVA et al., 2019).

No entanto, cabe destacar que os objetivos profissionais formulados pelos/as assistentes sociais se encontram, sempre, no plano das intencionalidades. Para que essas finalidades consigam se expressar de modo concreto, são necessários vários processos que colocam em movimento as distintas forças presentes na realidade. Por isso, a passagem das intencionalidades para o campo da efetividade nunca é um processo tranquilo, pois ela não acontece de maneira automática; ao contrário, ocorre sendo perpassada por uma série de mediações (SILVA et al., 2019, p. 199).

36 Para melhor compreensão sobre a autonomia relativa ver Iamamoto (2007).

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Essas mediações encontram-se presentes na realidade social sobre a qual atuam os/as assistentes sociais. Portanto, devem ser capturadas/apreendidas por estes/as profissionais, na busca pela construção das suas estratégias. Desse modo, o ato de planejar requer a delimitação de objetivos, e a elaboração de estratégias que busquem a realização daqueles (SILVA et al., 2019).

As estratégias são, portanto, mediações importantes que se colocam entre as projeções e a operacionalização das intenções. No entanto, elas necessitam, ainda, da construção de táticas que possam aproximá-las da realidade. Lembrando que tanto as estratégias quanto as táticas ao se defrontarem com a realidade dada podem encontrar limites para sua realização. Nesse sentido, as estratégias e as táticas compõem importantes instrumentos políticos, no processo de luta e defesa de valores, em meio à correlação de forças antagônicas que permeiam nossa sociedade. Compreendemos, dessa forma, que tendo uma determinada finalidade posta – e no caso do Serviço Social, destacamos o objetivo traçado pelo projeto ético-político aqui apresentado –, as estratégias elaboradas a ela se articulam na intenção de apontar a direção, o caminho a ser seguido; e as táticas, por sua vez, indicam de que forma esses caminhos devem ser trilhados (PAULA, 2016, p. 184).

Com isso, reafirmamos o caráter técnico-operativo da atividade de planejamento quando a mesma exige dos/as profissionais do Serviço Social a definição das suas estratégias – que nos indicam o que fazer – e das suas táticas – que correspondem ao como fazer. No entanto, o exercício do planejamento mobiliza também as demais dimensões que constituem as ações profissionais dos/as assistentes sociais. Especialmente quando as análises objetivas e críticas da realidade concreta nos mostram o porquê fazer – determinado pela dimensão teórico-metodológica; e os objetivos profissionais dos/as assistentes sociais indicam, com clareza, o para que fazer – articulado à dimensão ético-política.

Portanto, a dimensão técnico-operativa juntamente com a ético-política e a teórico metodológica compõem as três dimensões que atravessam ação profissional do/a assistente social. Vale ressaltar, como já explicitado anteriormente, que elas são diferentes entre si, mas que estão articuladas, não podendo existir uma sem a outra: é a relação de unidade na diversidade. O que pode ocorrer é, em determinado momento, haver a prevalência de uma em detrimento da outra, sem que isso signifique que uma possa ser mais importante que outra.

Logo, mais uma vez percebemos que as três dimensões que incidem nas ações profissionais das/os assistentes sociais – inclusive as atividades de planejamento – encontram-se absolutamente interligadas. Mas, isso não significa dizer que são iguais ou que cumprem a mesma função na constituição do nosso fazer profissional. Elas possuem suas particularidades, embora constituam uma unidade de diversos no

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

momento da nossa ação profissional. Por isso, iremos abordar no próximo item deste capítulo as particularidades da dimensão técnico-operativa.

2.3 A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL

2.3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DA AÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL

O trabalho profissional do/a assistente social se realiza por meio de suas ações que são, constantemente, moldadas por condições objetivas e subjetivas historicamente determinadas e, às vezes moralmente construídas – como veremos no próximo capítulo deste livro. Tais condições tendem a reduzir o exercício profissional a um conjunto de ações de caráter técnico, visando o atendimento imediato das demandas colocadas para o/a assistente social (GUERRA, 2013).

Nessa perspectiva, o perfil de assistente social é o do técnico adestrado que se limita à racionalidade do capitalismo e à aplicação acrítica de técnicas e instrumentos sem a clareza dos fins a que sua intervenção visa, menos ainda do projeto profissional que implementa (GUERRA, 2013, p. 65).

Essa perspectiva que compreende o/a assistente social como um/a profissional meramente tecnicista atende muito bem aos interesses da moralidade instaurada com a sociabilidade burguesa. Assim, as estratégias e táticas político-operacionais quando construídas pelos/as assistentes sociais tendo como inspiração o projeto ético-político de base marxista, resultam em ações que se propõem a confrontar a moral burguesa e instaurar outros valores necessários a um modelo de sociedade não-capitalista.

Por isso, concordamos com Guerra (2002, p. 15), ao sinalizar que

[...] não basta o Serviço Social atuar no nível operativo-instrumental e responder de forma mais ou menos adequada e competente à sua razão de ser. Esta é uma condição necessária à sobrevivência da profissão, mas não é suficiente. Reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social meio para o alcance de finalidades que possam ser estranhas ao projeto profissional hegemônico (GUERRA, 2002, p. 15).

O Serviço Social, na sua natureza interventiva, tem na sua dimensão técnico-operativa, sua forma de aparecer na divisão sociotécnica do trabalho, ou seja, manifesta sua autoimagem e sua imagem na sociedade pela qual é conhecida e reconhecida, o que confere legitimidade e visibilidade social a esta profissão. “Como profissão interventiva no âmbito das chamadas expressões da “questão social”, o reconhecimento profissional advém da resolutividade dessa intervenção, o que exige respostas em nível imediato, emergencial [...]” (GUERRA, 2009, p. 83) que se manifestam no cotidiano profissional.

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Significa que pensar sobre esta dimensão nos leva a debater sobre uma perspectiva exclusiva do fazer, do realizar, da operacionalização das ações, que pode por muitas vezes acabar por destacar, a partir de uma observação abstraída de seu conteúdo, um caráter meramente instrumental.” E como aparência e essência são distintas ainda que de forma imediata se apresentem como similares,[...] a pesquisa e a atividade investigativa tornam-se fundamentais para retirar o véu que oculta as concepções [...]” (RAMOS, 2018, p. 25) efetivas do que vem a ser a dimensão técnico-operativa.

Mas, como mencionado, essa dimensão vai para além de sua aparência, pois congrega as demais dimensões sinalizadas. E “[...] somente a clareza sobre a natureza e o significado social da profissão, o que faz o serviço social, é o que nos permite avançar para o que pode e o que deve fazer” (GUERRA, 2011, p. 101).

Assim, as dimensões que compõem o exercício profissional do/a assistente social não se encerram no caráter técnico-operativo da profissão. Essas dimensões sempre estiveram presentes no trabalho desse profissional, desde o surgimento do Serviço Social. No entanto, muitas vezes, as dimensões teórico-metodológica e ético-política permaneceram subsumidas e encobertas pela dimensão técnico-operativa identificada como único elemento que comparece na intervenção profissional do/a assistente social.

De acordo com Santos, Filho e Backx (2012), a dimensão técnico-operativa do Serviço Social pode ser reconhecida como uma “síntese” do exercício profissional do/a assistente social, uma vez que é ela quem nos revela diretamente o “modo de ser” da profissão. Por isso, debater a dimensão técnico-operativa não significa abordar, de forma fragmentada, apenas um aspecto da atuação profissional do/a assistente social, mas discutir o trabalho profissional como resultado de uma totalidade que engloba diversos elementos.

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um *ethos* profissional. É através da mesma que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e constrói um “fazer” que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que os vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos de ser desta cultura. É no desenvolvimento da dimensão técnico-operativa que o profissional constrói, reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas (GUERRA, 2013, p. 42).

Somente uma abordagem teórico-metodológica e histórico-crítica sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social permite percebê-la como um prisma da intervenção profissional do/a assistente social nas relações sociais – diferenciando-se de outras abordagens simplistas e superficiais que tratam essa dimensão como sinônimo de “um arsenal de instrumentos neutros e/ou técnicas aplicáveis de maneira prescritiva” (FORTI, 2012, p. 06).

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

Na tentativa de melhor definir o campo particular da dimensão técnico-operativa, em relação às demais dimensões, encontramos em Santos, Filho e Backx (2012) uma reflexão interessante. Para esses autores, os elementos centrais que constituem a dimensão técnico-operativa do Serviço Social são as ações profissionais, os instrumentos e os procedimentos. Assim,

As ações profissionais teriam uma abrangência maior e expressariam o fazer profissional: orientar, encaminhar, avaliar, estudar, planejar e outras ações previstas como competências e atribuições na legislação profissional, que é desenvolvido em um *serviço* prestado pela instituição que pode ter variadas formas (como o plantão, por exemplo) (SANTOS et al., 2012, p. 20).

Dessa forma, compõem as ações profissionais “as atribuições que viabilizam as respostas dos/as profissionais às requisições colocadas pelas demandas institucionais, como parte da prestação de serviços sociais” (TRINDADE, 2012, p. 70). Tais ações materializam o caráter interventivo do Serviço Social, sendo orientadas pelas escolhas teórico-metodológicas e ético-políticas dos/as profissionais, e direcionadas pelas estratégias e táticas político-operacionais gestadas pelos/as assistentes sociais.

A ação profissional desenvolvida pelo/a assistente social – seja ela qual for – é o momento que condensa diversos elementos. Segundo Miotto (2009), no momento da realização da ação profissional esses diferentes elementos em processo de interação, lhe proporcionam direcionamento e materialidade. Mas, de acordo com a autora, as ações profissionais são atravessadas por questões condicionantes e questões estruturantes (MIOTTO, 2009).

Entre as questões condicionantes estariam:

(...) o projeto profissional, que expressa uma direção ético-política calcada em uma determinada matriz teórico-metodológica e que orienta os profissionais dentro de um projeto societário. Expressa os valores que condicionam a finalidade das ações profissionais. Junto ao projeto profissional está a natureza dos espaços sócio-ocupacionais, pois, espaços de naturezas diferentes, como de natureza pública e de natureza privada, incidem e condicionam de formas diferentes os objetivos das ações profissionais e a própria autonomia profissional. As demandas/necessidades dos usuários também são condicionadores da definição da ação profissional, pois são elas que norteiam os objetivos da ação a ser desenvolvida e desencadeiam o processo no qual se articulam os elementos condicionantes e estruturantes (MIOTTO, 2009, p. 36-37).

E, entre as questões destacadas pela autora como estruturantes, encontramos:

(...) aquelas que dão sustentabilidade a toda e qualquer ação: o conhecimento/ investigação, o planejamento, a documentação, os objetivos, as formas de abordagens dos sujeitos a quem se destinam as ações, os instrumentos técnico-operativos e outros recursos (MIOTTO, 2009, p. 37).

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Nesse momento, como um elemento estruturante da ação destacamos a elaboração do planejamento. Pois ele, articulado a um determinado projeto de trabalho, a objetivos profissionais, direcionam a atuação do/a assistente social, inclusive a escolha da forma de abordagem do/a usuário/a, do instrumento e da técnica a ser utilizada, entre outras questões.

Entre os tipos de abordagem,³⁷ Miotto (2009) nos indica que podem ser essencialmente individuais, grupais e coletivas. Percebemos, assim, que o exercício profissional do/a assistente social se constrói a partir das conformações que vão moldando a sua própria ação no momento da intervenção profissional. Quando o/a profissional executa suas ações a partir da formulação de estratégias e táticas político-operacionais ele possui maior domínio dessas conformações.

Finalmente, para o desenvolvimento das ações profissionais o/a assistente social lança mão dos instrumentos, escolhendo o que melhor lhe cabe na ação a ser realizada. No entanto, os instrumentos também não podem ser tomados isoladamente, eles encontram-se sempre articulados à técnica – o conhecimento que permite o seu manuseio. Eles “são elementos relacionais: o instrumento está sempre relacionado à técnica e vice-versa” (SANTOS & NORONHA, 2010, p. 48).

De acordo com Santos e Noronha (2010, p. 48),

O instrumento é considerado um elemento potencializador da ação; ele consiste no conjunto de recursos ou meios que permitem a operacionalização da ação profissional. Os instrumentos são elementos “necessários à atuação técnica, através dos quais os assistentes sociais podem efetivamente objetivar suas finalidades” (GUERRA, 2008, p. 47). Já a técnica está associada à habilidade no uso do instrumento; é como uma qualidade atribuída aos instrumentos (PRÉDES, 1999). Ambos são imprescindíveis para a concretização do exercício profissional, desde que situados no próprio projeto profissional, na própria instrumentalidade da profissão. O instrumento e a técnica, portanto, constituem e são constitutivos da profissão (GUERRA, 2008, p. 47).

De acordo com Trindade (2012, p. 71), os instrumentos utilizados pelos/as assistentes sociais apresentam-se como ferramentas necessárias para “a concretização das ações profissionais e estão presentes na execução das habilidades chamadas aqui de procedimentos”.

Dessa forma, os instrumentos são meios pelos quais podem se efetivar escolhas profissionais. Os instrumentos são, dessa forma, os meios que preenchem a ação profissional do/a assistente social. São elementos que contribuem na passagem do objetivo profissional – a finalidade ideal – para a materialização da ação – a concretização

37 “A *abordagem* é um contato intencional de aproximação através do qual é criado um espaço para o diálogo crítico, para a troca de informações e/ou experiências para a aquisição de conhecimento e/ou de um conjunto de particularidades necessárias à ação profissional e/ou o estabelecimento de novas relações de interesse dos usuários” (SARMENTO, 2012, p. 115).

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

do real. Portanto, a escolha do instrumento é uma tática político-operacional fundamental ao/à assistente social.

Afinal, se os instrumentos são, por natureza, neutros, as escolhas dos/as assistentes sociais não são. Segundo Forti (2012, p. 07),

“(...) os instrumentos são elementos imprescindíveis à ação dos profissionais e não são em si conservadores, progressistas ou revolucionários, mas, comportam diferentes e até antagônicos vieses do pensamento e projetos profissionais”.

Portanto, os instrumentos não carregam em si uma tendência própria a serem críticos ou conservadores. Quem imprime essa tendência ao instrumento é a ação profissional, pois essa sim será sempre dotada de determinada concepção teórico-metodológica e de escolhas ético-políticas. “Com base nisso, o processo de escolha dos instrumentos não é neutro” (SANTOS & NORONHA, 2010, p. 50).

Sendo os instrumentos utilizados como meios de efetivar uma finalidade, a escolha dos instrumentos não é, de maneira alguma, “neutra”, ou seja, não se trata apenas de um aspecto técnico, uma vez que ela visa a um fim que não é somente atingir uma eficiência e produtividade, mas determinada eficiência e produtividade: no caso, eficiência e produtividade nas condições da ordem capitalista (SANTOS, 2006). Isso significa que a escolha do instrumento cumpre, além de uma função técnica e operacional, uma função política e ideológica (SANTOS & NORONHA, 2010, p. 49).

Os instrumentos não são elementos estáticos imutáveis, ao contrário são passíveis de serem criados e recriados pelos/as profissionais que deles se utilizam. Essa é uma tática político-operacional importante e pouco utilizada pelos/as assistentes sociais. Na maioria das vezes o/a profissional, ao chegar em um determinado espaço sócio-ocupacional para iniciar seu trabalho, acaba utilizando os instrumentos já construídos ou formulados previamente naquele espaço institucional. Sem analisar com criticidade se aqueles instrumentos irão contribuir no alcance de seus objetivos profissionais. Os/as assistentes sociais possuem uma autonomia relativa que, na maior parte dos espaços institucionais, lhes permite a construção – ou reconstrução – de seus próprios instrumentos de trabalho. De acordo com Sarmiento (2012, p. 114), existe, atualmente,

(...) um conjunto de instrumentos e técnicas histórica e tradicionalmente utilizados pelo Serviço Social, o que não significa negar a existência de outros ainda não captados ou que não venham a ser criados no desenvolvimento do exercício profissional.

Entre os instrumentos historicamente mais utilizados pelos/as assistentes sociais, encontram-se: a entrevista, a reunião, a visita domiciliar, o relatório, o grupo,

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

o encaminhamento, o parecer, entre outros. Trindade (2012) nos propõe, ainda, refletir sobre a possibilidade de uma categorização desses instrumentos, qualificando-os como: instrumentos de caráter individual – para o atendimento direto dos/as usuários/as –; instrumentos de caráter coletivo – para o desenvolvimento de trabalhos com usuários/as dos serviços sociais –; instrumentos de caráter administrativo-organizacional – utilizados na articulação intra e interinstitucional e na organização e gestão dos serviços sociais –; instrumentos de formação profissional, de capacitação e de pesquisa.

Deste modo, quando ao longo deste capítulo identificamos o planejamento como um instrumento que se encontra à serviço dos/as assistentes sociais, é justamente porque o reconhecemos enquanto uma ferramenta de caráter administrativo-organizacional, que pode auxiliar os processos de gestão não apenas dos serviços sociais, mas das próprias ações desenvolvidas pelos/as profissionais do Serviço Social, seja de maneira intra ou interinstitucional.

No entanto, faz-se necessário destacar que essa proposta de categorização acima apresentada não pretende o engessamento dos instrumentos dentro de classificações estanques. Ao contrário, faz-se necessário perceber que um mesmo instrumento pode ser utilizado numa abordagem individual ou coletiva; um mesmo instrumento pode ser utilizado para o atendimento direto ao/à usuário/a ou para uma ação administrativo-organizacional. Essa categorização nos ajuda no movimento reflexivo de pensar a utilização dos vários instrumentos no momento da intervenção profissional do/a assistente social. Mas não se propõe a imprimir generalizações que enquadrem os instrumentos dentro de determinados arranjos esquemáticos limitadores ao debate.

Com isso, percebemos que uma das finalidades da utilização dos instrumentos é operacionalizar a criação das respostas profissionais que são oferecidas aos/às usuários/as dos serviços prestados pelos/as assistentes sociais. Mas, a utilização desses instrumentos não constitui a resposta profissional em si. É todo o conjunto do instrumental técnico-operativo, colocando em movimento as demais dimensões do exercício profissional, que vai compor o processo de formulação das respostas profissionais aos/às usuários/as.

Assim, os instrumentos, enquanto elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa, estão vinculados a uma fundamentação teórica e a uma determinada direção ético-política, configurando-se como ferramentas para o desenvolvimento dos procedimentos exigidos no exercício profissional (SANTOS et al., 2012, p. 23).

Para se optar pelo uso de um instrumental que seja adequado às demandas dos/as usuários/as é necessário que o/a assistente social conheça o seu objeto de trabalho, o relacione com a realidade social, para, a partir da compreensão da demanda apresentada, projetar seu trabalho fazendo uso da flexibilidade orientada pela construção de estratégias e táticas político-operacionais, tendo por base as dimensões teórico-

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

metodológica e ético-política, objetivando uma intervenção que se aproxime dos resultados almejados em compromisso com os/as usuários/as. Por isso, o instrumental utilizado pelo/a assistente social não é autônomo, ele está inserido em um processo de construção de respostas profissionais que são determinadas pela direção teórico-política do exercício profissional.

A técnica, por sua vez, “(...) é um conhecimento empírico, elaborado, desenvolvido pela capacidade humana como prolongamento de sua racionalidade para realizar coisas” (SARMENTO, 2012, p. 112). Por isso, a técnica não é neutra, ela comporta em si mesma uma intencionalidade, pois ela é a manifestação de um determinado saber e nenhum saber é neutro. O conhecimento técnico é sempre produzido a partir de determinado processo sócio-histórico que imprime a ele uma direção. Toda técnica é formulada a partir de determinada concepção de mundo e expressa intenções sociais. Dessa forma, a técnica não se encontra isenta das escolhas políticas, ao contrário, “ao escolhermos uma técnica já estamos exercitando uma certa concepção política” (SANTOS, 2002, p. 38).

Por isso, a escolha da técnica a ser utilizada no manuseio de um determinado instrumento é uma estratégia político-interventiva de suma importância para o/a assistente social. Ela não necessariamente determinará, mas certamente influenciará na direção ético-política da ação profissional do/a assistente social.

Segundo Santos e Noronha (2010, p. 49), “a compreensão de técnica é o que vai indicar o tipo de abordagem que se faz dela, uma vez que ela permite uma pauta de intervenção: pensar um ‘como?’ a partir de um ‘para que?’, articulando-o com um ‘quando?’ e com um ‘onde?’”. Desse modo, a técnica não pode ser compreendida como uma forma pré-estabelecida de atuação, ou um modelo regulatório a ser seguido, indicando previamente uma determinada forma de agir. Sarmiento (2012, p. 112) nos ajuda a pensar essa questão ao afirmar:

Entendendo a técnica como criação, enquanto desdobramento da racionalidade, verifico que neste processo de trabalho humano a consciência tem participação ativa, uma vez que elabora finalidades e produz conhecimentos orientando as ações e se constituindo nelas.

A um mesmo instrumento podem se associar diferentes técnicas, ou seja, um mesmo instrumento pode ser utilizado de diferentes formas. Segundo Trindade (2012), tomando a entrevista como um instrumento de trabalho do/a assistente social, ela pode ser realizada de forma aberta, fechada, semi-estruturada etc. A entrevista – bem como qualquer instrumento – pode ser usada por meio de diferentes técnicas e essas, por sua vez, podem expressar diferentes concepções teórico-metodológicas. Assim, além de uma entrevista ser aberta ou fechada, ela pode pautar-se em uma concepção positivista, fenomenológica, marxista, entre outras. Portanto,

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

É nesse complexo conjunto de relações que os instrumentos se constituem e se apresentam como potencializadores das intencionalidades teórico-políticas do profissional para a efetivação da ação e, as *técnicas*, se constituem nas maneiras através das quais ele conduz suas ações ou objetiva suas intencionalidades (SARMENTO, 2012, p. 112).

Por isso o conhecimento técnico é um componente importante do arsenal de saberes que o/a profissional deve acumular em seu constante processo de formação. Ele conforma uma estratégia político-operacional de fundamental importância para a atuação profissional do/a assistente social. Para poder escolher, inclusive, qual a técnica que melhor cabe em cada situação. No entanto, apenas o conhecimento da técnica não garante ao/a assistente social a realização de procedimentos qualificados que expressem competência profissional. Ao conhecimento técnico, necessariamente devem se somar outros tipos de saberes – essencialmente, o teórico-metodológico e o ético-político.

Voltando ao último dos três elementos destacados por Santos, Filho e Backx (2012, p. 20), “os procedimentos são os conjuntos de atividades que o profissional realiza, mobilizando esses instrumentos”. De acordo com os autores, esses procedimentos podem ser individuais ou coletivos “e não se confundem com as ações desenvolvidas pelos profissionais e nem, necessariamente, com a intervenção profissional” (SANTOS et al., p. 20), pois,

No processo de escolha e utilização dos instrumentos e técnicas, os profissionais mobilizam um conjunto de atitudes e exercitam habilidades, aqui denominadas de procedimentos interventivos, constituindo-se elementos intermediários entre as ações e os instrumentos (TRINDADE, 2012, p. 70).

Nesse sentido, a intervenção profissional seria o próprio fazer desenvolvido pelo/a assistente social; a ação profissional é a forma como essa intervenção se expressa, se materializa; enquanto o procedimento é toda a mobilização necessária para a efetivação de determinada finalidade, podendo incluir várias ações profissionais e outros recursos. Desse modo, a construção de táticas e estratégias político-profissionais são procedimentos que podem oferecer mais clareza e objetividade ao exercício profissional dos/as assistentes sociais e que estão contidos no processo de planejamento, no plano de trabalho bem como no projeto de intervenção.

Entretanto, torna-se importante ressaltar que o processo de intervenção profissional do/a assistente social “não se constrói *a priori*, ao contrário, faz-se no seu próprio trajeto” (MIOTO, 2009, p. 27). E, essa construção é um processo que não depende exclusivamente do/a assistente social, mas envolve vários outros sujeitos – como a própria instituição onde a/o profissional encontra-se inserida/o e suas particularidades, outros/as profissionais, os/as próprios/as usuários/as dos serviços prestados, entre outros.

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

Nesse sentido, destacamos a importância da elaboração das estratégias e táticas político-operacionais, não como uma predeterminação do fazer profissional, um manual a ser seguido, mas como orientações que indicam possibilidades de se alcançar – ou pelo menos se aproximar – de determinado objetivo. Pois tanto as estratégias quanto as táticas elaboradas podem encontrar limites e impasses colocados pelo espaço institucional, pela relação com outros/as profissionais, pelas escolhas dos/as usuários/as, entre tantas outras questões.

Ao mesmo tempo, são também, as táticas e as estratégias político-operacionais elementos reveladores das concepções e dos valores que perpassam a atuação profissional do/a assistente social. Pois, encontram-se articuladas às táticas e às estratégias construídas pelos/as assistentes sociais, no seu cotidiano de trabalho, as três dimensões que compõem o exercício profissional do/a assistente social. Desse modo, estratégias e táticas também informam os referenciais teórico-metodológicos e os princípios ético-políticos que sustentam determinada atuação profissional, mesmo estando vinculados a dimensão técnico-operativa. Tomamos, assim, as táticas e as estratégias como elementos articuladores das dimensões que compõem o exercício profissional do/a assistente social expressando-se por meio do momento técnico-operativo dessa intervenção e oferecendo a ela um caminho que se propõe a aproximar a intenção da ação.

A construção das estratégias e táticas, por sua vez, exige um processo de planejamento, pois elas não brotam de maneira espontânea a partir do desejo, da vontade individual do/a assistente social. Daí a importância crucial do exercício do planejamento para a construção das ações profissionais.

Consideramos, portanto, as atividades de planejamento como elementos de significativa importância para a atuação profissional qualificada do/a assistente social. Tão importante quanto a reflexão sobre o manejo dos instrumentos e das técnicas e o próprio domínio desses é, também, a elaboração de estratégias e táticas, devidamente planejadas, que possam contribuir para que o processo de concretização das ações profissionais se aproxime ao máximo do projeto profissional defendido pelo/a assistente social. Portanto, pensar em estratégias e táticas, realizar atividades de planejamento, supõe pensar na organização do trabalho sistematicamente realizado, na busca da superação do instituído no cotidiano profissional.

2.3.2 O PLANO DE TRABALHO E O PROJETO DE INTERVENÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Este item pretende trazer a discussão sobre como, na experiência do/a concreto, aparecem os elementos do planejamento no trabalho profissional do/a assistente social. Para isso, reforçamos a afirmativa da compreensão do plano de trabalho e do projeto de intervenção enquanto instrumentos de trabalho do/a assistente social, manejados no seu dia a dia, nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Portanto, eles

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

são elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa da profissão, ou seja, se expressam no momento operacional do trabalho profissional do/a assistente social, mas mobilizam as dimensões teórico-metodológica e ético-política.

Para a compreensão do plano de trabalho e do projeto de intervenção enquanto elementos que compõem o arsenal técnico-operativo do Serviço Social, tomamos como necessária a reflexão sobre a natureza do trabalho profissional do/a assistente social. O/a assistente social atua na prestação dos serviços sociais que estão vinculados às mais diversas políticas sociais. Desse modo, o/a “[...] assistente social se insere na esfera das atividades que não estão vinculadas diretamente à produção material, já que participam de atividades que estão na esfera da regulação das relações sociais” (TRINDADE, 2021, p. 01). Ou seja, os/as profissionais de Serviço Social participam da criação de condições necessárias e favoráveis ao processo de reprodução social, mediante ações que incidem tanto sobre as condições de vida dos/as trabalhadores/as (saúde, alimentação, educação, habitação, lazer, dentre outros), quanto sobre a sua subjetividade, a sua forma de pensar e agir em meio a esta sociedade capitalista.

Para a materialização de suas ações, os/as assistentes sociais precisam acionar um rol de instrumentos e técnicas, que compõem um aparato técnico-operativo à disposição da nossa profissão. No entanto, o arsenal de instrumentos e técnicas desenvolvido e utilizado na esfera da reprodução da vida material e social se difere daqueles instrumentais originariamente criados para intermediar a relação direta entre homem e natureza, ou seja, a relação de produção (TRINDADE, 2021). Neste sentido, Trindade (2021, p. 05) nos aponta que:

Os instrumentos de trabalho se desenvolvem como meios materiais que possibilitam transformar o objeto. Funcionam como extensão do braço humano, mesmo quando os meios de produção se sofisticam a ponto de substituir o trabalho manual pelo controle das máquinas. Sua aplicação requer o conhecimento dos nexos causais dos objetos a serem transformados (sejam eles objetos naturais ou produtos do trabalho humano), que possuem uma legalidade passível de ser apreendida com uma certa exatidão, através do estudo das reações químicas, físicas, biológicas neles envolvidos. Além disso, o resultado do trabalho pode ser antecipado de uma maneira mais aproximada do que será o produto real, pois se tratam de elementos concretos, controláveis na sua manipulação.

De maneira bem distinta, os instrumentos e técnicas acionados para as atividades reguladoras das relações sociais – onde se encontra o trabalho do/a assistente social – possuem a finalidade de controlar os comportamentos sociais, pautando-se nas normas sociais estabelecidas. “Estes instrumentos possuem um caráter menos ‘instrumental’ (...) e mais processual, pois a mediação se constitui em procedimentos, atitudes, posturas que visam levar os homens a produzir novas atitudes” (TRINDADE, 2021, p. 05).

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

Diferentemente dos instrumentos que medeiam a produção material, eles não trazem em si uma dinâmica de aplicação que, se seguida à risca, proporcionará a consecução daquilo que foi planejado. Os aspectos relativos à relação subjetividade/objetividade são muito mais decisivos, já que os resultados almejados se referem à mudança na consciência de outras pessoas, na mudança de seus comportamentos. A mediação se realiza menos pela eficiência da configuração e organização da técnica, do que pela postura e atitude do sujeito que age. Daí, porque, esses instrumentos e técnicas sociais só adquirem conteúdo à medida que são postos em movimento pela subjetividade. O alcance dos resultados pretendidos é muito mais incerto, o leque de alternativas é muito maior, e as possibilidades de controle do processo de desenvolvimento da atividade e dos resultados é muito menor (TRINDADE, 2021, p. 05 e 06).

Desse modo, mesmo que os instrumentos e técnicas que possuem um caráter social pareçam ferramentas de aplicação imediata e material, pautados em uma resolutividade concreta, o seu caráter político e ideológico está presente desde a sua formulação. Por isso, os instrumentos e técnicas do Serviço Social se constituem por meio de “[...] práticas humanas que se voltam para a transformação de outras atitudes humanas, aquelas que incidem sobre as consciências” (TRINDADE, 2021, p. 06). São instrumentos que potencializam a produção de pensamentos, atitudes, posturas e comportamentos adequados a diferentes interesses de classe.

Portanto, os/as assistentes sociais, durante a execução do seu trabalho, mobilizam instrumentos e técnicas para o processo de enfrentamento das diversas expressões da “questão social”. “Dessa forma, os instrumentos e técnicas, ao mediar e potencializarem a intervenção profissional, participam da realização dos efeitos concretos produzidos pelo trabalho profissional nas relações sociais” (TRINDADE, 2021, p. 06).

Partindo destas reflexões, podemos pensar o plano de trabalho e o projeto de intervenção como instrumentos de trabalho do/a assistente social marcados tanto pelas configurações de base sócio-organizacional, quanto pelos próprios projetos profissionais defendidos pela nossa categoria.

Dito isto, reafirma-se que a questão do planejamento, pela sua própria característica e particularidade, está vinculada ao caráter instrumental da profissão. Mas, a “[...] sua instrumentalidade³⁸ sofre as determinações da dinâmica social, da

38 Importante ressaltar a diferença entre instrumentos e técnicas e instrumentalidade, ainda que o primeiro esteja contido no segundo. Instrumento, como já tratado aqui, é entendido como um meio para se alcançar um objetivo e a técnica é a habilidade pela qual você maneja o instrumento. A instrumentalidade envolve algo bem mais complexo, referindo-se a razão de ser da profissão na sua totalidade na sociabilidade burguesa, seu significado social, as racionalidades que a constituem sócio historicamente. Compreender a instrumentalidade do Serviço Social é buscar seus fundamentos, seus objetivos e funções, seu desenvolvimento nas relações sociais contraditórias produzidas pelo capitalismo que gera a questão social, matéria-prima da profissão. Para um maior entendimento consultar Guerra (1995).

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

qual emanam as demandas para as instituições nas quais os assistentes sociais atuam” (TRINDADE, 2021, p. 06).

Para pensar sobre a construção do plano de trabalho é importante reconhecê-lo como um instrumento ao qual o/a profissional recorre e, que tem por finalidade, o estabelecimento de determinados objetivos profissionais, que poderão ou não ser materializados por meio de diversas ações realizadas, mediadas por determinados meios. Ou seja, ele apresenta o conjunto de ações profissionais que deverão ser materializadas, no cotidiano do/a assistente social, assumindo concretude no contexto institucional, a partir do manejo de instrumentais.

Podemos pensar, então, o plano de trabalho do/a assistente social como um documento que precisa levar em conta a:

[...] existência de objetivos; existência de condições objetivas e subjetivas para a efetivação da finalidade. Requer conhecer os sujeitos da intervenção; as relações de poder, tanto horizontais, quanto verticais; o perfil do usuário – a natureza das demandas; o modo de vida dos usuários; as estratégias de sobrevivência; a análise e aprimoramento das condições subjetivas; conhecimento das atribuições profissionais (SANTOS, 2013, p. 26-27).

Portanto, construir um plano de trabalho, requer a necessidade de se pensar a operacionalização de ações, envolvendo planejamento, princípios, finalidades, valores, objetivos. A operacionalização desse conjunto de elementos requer habilidades no manuseio de instrumentos e técnicas para a concretização do fazer profissional. Segundo Guerra (2013, p. 48)

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um ethos profissional. É através da mesma que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e constrói um "fazer" que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que os vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos de ser desta cultura. É no desenvolvimento da dimensão técnico-operativa que o profissional constrói, reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas.

Por isso, é tão importante que o/a assistente social construa com compromisso e responsabilidade as suas ações profissionais. E, neste sentido, a elaboração do plano de trabalho é o instrumento que pode permitir a criação/renovação do seu “fazer” profissional para que a incidência desta intervenção venha a contribuir com as lutas historicamente construídas pela classe trabalhadora.

Desta forma, também se compreende que, por meio do plano de trabalho o/a assistente social consiga realizar a análise dos contextos institucionais, juntamente com a construção de estratégias e táticas subsidiadas em conhecimentos específicos,

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

para a criação de procedimentos que se subsidiem na ética, considerando a cultura institucional e profissional para a intervenção na realidade.

O projeto de intervenção, por sua vez, expressa a possibilidade criadora e criativa do/a assistente social em sua máxima potência, pois é o instrumento que pode ser utilizado para a conquista de um maior espaço profissional. Ou seja, por meio do projeto de intervenção, o/a assistente social pode propor uma nova frente de trabalho, um novo conjunto de ações que julgue pertinente a partir do movimento de análise da realidade e de escuta dos/as seus/suas usuários/as.

Aqui, percebemos a importância de se destacar a diferença entre ação e projeto de intervenção. A ação profissional se refere a qualquer atividade realizada pelo/a assistente social no seu momento de trabalho. A ação “[...] se refere ao fato de fazer algo, levar a cabo uma atividade mediante o agir físico e intelectual. É a objetivação de nossa capacidade teleológica levada a término de maneira prática” (ENGELS apud IZE et al., 2018, p. 11).

O projeto de intervenção, por sua vez, nos apresenta “[...] um conjunto de ações descritas mediante uma proposta operativa, que demanda planejamento, com prazos e recursos previamente determinados” (IZE et al., 2018, p. 11). Ele consiste em uma proposta que procura oferecer uma resposta prática a uma determinada necessidade, captada no cotidiano profissional, por meio da implementação de várias estratégias e táticas. O que significa que o projeto de intervenção precisa apresentar, para além dos seus objetivos, os procedimentos metodológicos que irão descrever como as ações serão realizadas em cada etapa do projeto.

Assim, de acordo com Ize et al. (2018, p. 11 e 12):

o projeto de intervenção nasce de uma proposta de ação interventiva que busca a transformação de um bem ou serviço, depois de ter identificado problemas, vicissitudes, necessidades dentro de um espaço institucional, mediante o qual se planeja soluções e estratégias que contribuam no desenvolvimento institucional. Se trata do planejamento de um conjunto de ações coordenadas, que visem, mediante a intervenção, encontrar formas para melhorar o atendimento de demandas específicas, a fim de contribuir no trabalho desenvolvido pela instituição.

Dessa forma, enquanto o plano de trabalho se propõe a apresentar de forma geral e sucinta todas as propostas de ação do/a assistente social para determinado contexto institucional; o projeto de intervenção é o documento que detalha uma proposta específica construída pelas/os profissionais do Serviço Social.

Portanto, estes instrumentos – o plano de trabalho e o projeto de intervenção – se apresentam como estratégias profissionais para o avanço da autonomia relativa do/a assistente social. Mas, para isso é preciso que o profissional “[...] leve em consideração as condições subjetivas e objetivas do espaço sócio-ocupacional, assim

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

como a disponibilidade de meios e recursos que possibilitem o alcance do objetivo planejado [...]” (IZE et al., 2018, p. 10).

Para abordar de maneira mais detalhada como estes instrumentos podem alargar as margens de atuação profissional do/a assistente social, apresentaremos algumas possibilidades concretas no item que se segue.

2.3.3 AS POSSIBILIDADES CONCRETAS DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Por tudo o que foi exposto ao longo deste capítulo, consideramos o plano de trabalho e o projeto de intervenção ferramentas capazes de qualificar, de forma diferenciada, a atuação profissional do/a assistente social. No entanto, segundo Trindade (2012), ainda percebemos pouca adesão da categoria profissional a utilização destes instrumentos. Mesmo que se tenha expandido a participação de assistentes sociais nas ações de planejamento, gestão e administração de planos, programas e projetos, não encontramos com tanta frequência profissionais que usem tais instrumentos no seu cotidiano de trabalho quando sua atuação está na execução das políticas sociais. Nas palavras de Trindade (2012, p. 95):

Nossas pesquisas sobre mercado de trabalho têm mostrado uma baixa frequência do planejamento da ação do Serviço Social, o que aponta para uma possível insuficiência de momentos de reflexão sobre as possibilidades de ação, sobre a sua organização prévia e sobre a posterior avaliação dos resultados alcançados. Paradoxalmente, quando investigamos a prática de avaliação das ações, esta apresenta um percentual maior do que a prática do planejamento. Assim, parece que o assistente social está avaliando as ações (...) desconectado do planejamento.

Por isso, destacamos aqui a importância do planejamento e de que ele seja realizado em todas as suas etapas, culminando, inclusive na construção do plano de trabalho e/ou do projeto de intervenção do/a assistente social. Assim, percebemos que estas ferramentas de caráter político, pedagógico e organizacional possuem “[...] potencial para que o profissional que dela se aproprie, tenha as “rédeas” de sua atuação profissional em suas mãos” (PAULA & SILVA, 2016, p. 11).

Mas, para isso, se faz necessário compreender estes instrumentos nas suas articulações, tanto com as próprias configurações do espaço sócio-ocupacional que pode lhes colocar limites; quanto com os projetos profissionais defendidos pelos/as assistentes sociais que podem lhe imprimir a direção.

Sobre este segundo elemento, Trindade (2021, p. 07) destaca que

Trata-se de perceber que não há homogeneidade no campo profissional. A sua dinâmica histórica mostra a existência factual de confrontos, conflitos

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

e opções diferenciadas para o encaminhamento da ação profissional. O conjunto formado pelos profissionais de Serviço Social comporta diferentes objetivos profissionais, posturas ético-políticas, atitudes e habilidades técnico-instrumentais, os quais encerram diferentes concepções teórico-políticas e ideológicas sobre a sociedade e a profissão – respaldando a existência de diversos projetos profissionais.

Mediante os diferentes projetos profissionais do Serviço Social, em disputa na atualidade, “[...] podemos encontrar diferentes concepções de profissão, que passam por distintas compreensões acerca do objeto profissional, de seus objetivos, bem como sobre seu instrumental técnico-operativo” (TRINDADE, 2021, p. 07). Desse modo, o debate sobre os instrumentos e técnicas no âmbito do Serviço Social também possui diferentes formulações e compreensões. Estas diferenciações explicitam distintos entendimentos sobre a realidade social e sobre a própria profissão, atravessando a escolha e o manuseio do instrumental na consecução da ação profissional. Dessa forma, concordamos com Trindade (2021, p. 08) ao afirmar que não existe autonomia do instrumental, “[...] pois ele também compõe o projeto profissional, como elemento fundamentalmente necessário à objetivação das ações profissionais; assim, o instrumental é parte da direção teórico-política da prática profissional”.

Ao longo de todo esse segundo capítulo buscamos compreender a importância da articulação entre planejamento, plano de trabalho e projeto de intervenção. Partindo de problematizações realizadas sobre o material da pesquisa, conseguimos identificar algumas concepções e entendimentos das assistentes sociais sobre esta temática.

Nossa intenção com esse debate nunca foi dizer o que deve ser feito ou não, muito menos, como deve ser feito. Não nos falta a plena consciência de que a realidade institucional é carregada de tensionamentos derivados de vários elementos e que não há “receita de bolo”. A realidade na sua dinamicidade nos coloca questões diversas, sobre as quais precisamos refletir para construirmos as nossas próprias respostas profissionais.

Partindo da defesa do projeto ético-político hegemônico no Serviço Social é que não podemos nos furtar a estas breves reflexões que aqui trazemos percebendo que o ato de refletir e pensar criticamente a ação profissional pode ser um exercício ainda complicado para muitos/as profissionais que estão atendendo diretamente os/as usuários/as. Temos consciência de que, muitas vezes, nossos artigos e outras produções podem tratar algumas temáticas com determinada fluidez que certamente é bem diferente do que encontramos nos espaços endurecidos do cotidiano institucional. Mas, é justamente esse grande desafio que se coloca, conhecendo as condições materiais e objetivas de trabalho profissional do/a assistente social.

O que defendemos aqui é que continuemos neste processo apesar de todas as condições adversas de trabalho, que geralmente são contrárias e obstaculizadoras a essas propostas de construção de plano de trabalho ou de um projeto de intervenção,

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

que significam formas de resistência. Essas condições envolvem falta de espaços físicos adequados para o atendimento do Serviço Social, os diversos vínculos empregatícios fragilizados nas instituições, os baixos salários e por isso a necessidade de acumular dois ou três vínculos, a intensificação da carga de trabalho, as correlações das forças sociais, a relação hierárquica com os/as demais profissionais, a necessidade ou não de cumprimento de metas, dentre tantas outras.

Certamente estes são alguns dos fatores determinantes para que desistamos do exercício do planejamento, mas não podemos esmorecer pelo compromisso que assumimos com a população usuária dos serviços, na construção e oferta de respostas que tenham qualidade. Se a todo momento devemos nos atentar para a análise de conjuntura, para a leitura da dinâmica institucional, estamos clarificando que provavelmente obstáculos serão encontrados na concretização das nossas ações.

Negando qualquer concepção fatalista ou messiânica da profissão, por um lado; e, por outro, considerando as potencialidades que a constituem, e igualmente seus limites, temos que exercer nossa capacidade intelectual, incluindo nossas atribuições e competências, para que nossos projetos se realizem. Entre a nossa capacidade de elaborar propostas e concretizá-las, existem uma série de mediações e causalidades. Então, precisamos conhecê-las, desvendá-las para enfrentá-las e isso se faz com estudos e análises que forneçam a base de um pensamento crítico, que subsidiem ações qualitativas.

Retomando o exemplo construído e apresentado no nosso item 2.1.1, vamos supor, agora, que todo o debate sobre plano de trabalho e projeto de intervenção levantado pela estagiária Ana Lúcia tenha, de fato, tenha provocado as assistentes sociais daquela unidade de saúde. Em conversas informais, logo após a reunião de equipe, elas perceberam que apenas algumas tinham elaborado um plano de trabalho. E, então, a coordenadora do Serviço Social na instituição sugeriu que elas conjuntamente pudessem construir um plano de trabalho que orientasse, de maneira geral, o trabalho de todas as assistentes sociais daquela unidade – respeitando as particularidades de cada setor.

A maioria delas gostou da ideia e se colocou disponível para a tarefa. No entanto, elas nunca haviam realizado algo do tipo e não sabiam por onde começar. Foi então, que a assistente social Denise sugeriu um contato com o curso de Serviço Social. Denise sugeriu que elas entrassem em contato com a supervisora acadêmica de estágio de Ana Lúcia, para verificar a possibilidade de ela oferecer às assistentes sociais daquela unidade de saúde, algum suporte.

Por meio deste contato, a professora Leila – supervisora acadêmica de estágio de Ana Lúcia – sugeriu a realização de uma oficina de supervisão itinerante, ou seja, que em uma determinada data marcada a supervisão acadêmica de estágio pudesse acontecer ali na unidade de saúde, contanto com a participação dos estudantes daquela turma

**A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL
– A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

de estágio, mas também das profissionais do Serviço Social daquele campo de estágio. Neste dia, o tema da oficina seria a elaboração de plano de trabalho. As assistentes sociais ficaram muito empolgadas com a possibilidade deste encontro e a data foi marcada.

No dia da oficina de supervisão itinerante, todos se reuniram em uma roda, dentro de uma grande sala da unidade de saúde que havia sido reservada para aquela atividade. No decorrer daquela tarde muito aprendizado aconteceu. A assistente social realizou algumas dinâmicas e levou algumas questões para provocar o debate e a troca de conhecimento começou a acontecer. Muitos elementos foram debatidos, no sentido de se pensar a melhor forma de se construir um plano de trabalho do Serviço Social para aquela instituição. E as assistentes sociais saíram daquela atividade com muito “dever de casa” para fazer.

Em reunião de equipe, realizada na semana seguinte, elas se dividiram em pequenos grupos de trabalho com objetivos distintos. O primeiro grupo, formado por Conceição, Mara e Débora ficou de construir para o plano de trabalho uma análise de conjuntura. Elas se organizaram para realizar leituras, assistir *lives*, se debruçar sobre artigos que oferecessem a elas uma leitura crítica sobre a realidade atual, em seu contexto internacional e brasileiro, mas também que lhes trouxessem análises sobre a política de saúde em nosso país e na cidade onde trabalham. Débora encontrou vários materiais importantes no *site* do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) que lhes serviram de fundamentação teórica para essa análise de conjuntura. As colegas se impressionaram com a qualidade e atualidade dos materiais publicados pelo CRESS, pois não tinham o hábito de explorar o *site* de seu conselho profissional.

Outro grupo foi composto por Carla, Marilene, Denise. Elas ficaram com a tarefa de realizar uma análise institucional, ou seja, caracterizar criticamente aquela unidade de saúde, pensando toda a sua dinâmica de funcionamento – seus objetivos, seu organograma, seus setores e quadros técnico-profissionais, as forças políticas presentes. Mas, também problematizando as correlações de forças, os limites, os entraves, as dificuldades, as potencialidades e as possibilidades daquele espaço sócio-ocupacional. Para esta tarefa as assistentes sociais se debruçaram sobre uma gama de artigo e livros, uns indicados pela professora Leila, outros encontrados por elas mesmas em suas pesquisas bibliográficas, assim como documentos da unidade, do município, do Estado e da União, sobretudo aqueles voltados à política de saúde.

Em relação à construção dos objetivos do plano de trabalho, foram horas de diálogos e debates para se chegar a um consenso. Mas, por fim, o grupo de assistentes sociais daquela unidade de saúde, conseguiu definir o objetivo geral e os objetivos específicos do Serviço Social naquela instituição.

O próximo passo das assistentes sociais, na construção do seu plano de trabalho era descrever as suas atividades profissionais e elas decidiram organizá-las em frentes de trabalho, apresentado os blocos das ações desenvolvidas dentro de cada eixo temático.

CAPÍTULO II

A CONVERGÊNCIA ENTRE AÇÃO E PENSAMENTO NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL – A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Os eixos listados pelas profissionais seguiram a lógica dos *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Saúde*,³⁹ os quais eram: atendimento direto aos/às usuários/as – se desdobrando em três subitens, a saber, ações socioassistenciais, ações de articulação com a equipe de saúde e ações socioeducativas –; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional.

Com este exercício as assistentes sociais puderam perceber onde seus esforços estão mais concentrados e quais áreas de atuação estão recebendo menos desenvolvidas. Perceberam, por exemplo, que as ações de articulação com a equipe de saúde eram muito frágeis em determinados setores da unidade. Outras profissionais se deram conta de que estão submersas nas ações socioassistenciais e há muito tempo não realizam nenhuma atividade de investigação ou de qualificação profissional. Outra colega sugeriu que elas potencializassem as ações socioeducativas organizando atividades coletivas com os/as usuários/as, como salas de espera e aquela sugestão animou o grupo – várias profissionais começaram a dar ótimas ideias para a implementação dessa atividade. E, neste momento, Carla interrompeu o debate acalorado e disse: “Mas, aí você já está falando de outra coisa, você está propondo a construção de um projeto de intervenção voltado para a realização de atividades grupais com nossos/as usuários/as. Eu acho uma excelente ideia, mas dá para a gente ir devagar e acabar primeiro esse plano de trabalho?”. Então, todas as colegas deram muitas risadas e retomaram o foco voltando para a finalização daquela tarefa.

No entanto, para que essa e outras ideias, que foram surgindo durante o processo de construção do plano de trabalho, não se perdessem e caíssem no esquecimento, as assistentes sociais decidiram acrescentar no documento um último item denominado: “propostas de ações para o Serviço Social”. Ali registraram todas as atividades que pretendiam desenvolver futuramente.

Ao final do processo de construção do plano de trabalho do Serviço Social naquela unidade de saúde, o grupo de assistentes sociais estava extremamente feliz e orgulhoso. Agora, elas poderiam responder de outra forma, quando a próxima estagiária chegasse e perguntassem se elas possuíam um plano de trabalho. Mas, elas também poderiam compartilhar este documento com seus colegas de trabalho, profissionais de outras categorias que ainda têm uma certa dificuldade em compreender o que é o Serviço Social e o que faz o/a assistente social. Elas, ainda poderiam apresentar com mais clareza para os seus/suas usuários/as, o papel do Serviço Social naquela instituição. Mas, acima de tudo, esse exercício ofereceu para as assistentes sociais a possibilidade de refletir sobre o seu trabalho e de repensar as suas ações profissionais. E, dessa oportunidade elas decidiram que não vão mais abrir mão, pois irão avaliar e reconfigurar esse plano de trabalho anualmente. Afinal se a realidade social é dinâmica, se altera, avança, retrocede, se modifica... o Serviço Social não pode ficar para trás.

39 Documento elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), publicado em 2010.

3.1 O COTIDIANO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL COMO PONTO DE PARTIDA PARA A REFLEXÃO SOBRE A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA

3.1.1 FRAGMENTOS DE UM COTIDIANO PROFISSIONAL – A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL COTIDIANA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

Em uma quinta-feira de meados do mês de março, Marta⁴⁰ está concluindo o atendimento prestado a uma jovem de 16 anos que está com 24 semanas de gestação, chamada Jéssica. Marta é assistente social e trabalha em uma organização não-governamental (ONG) que atua na defesa dos direitos humanos. A jovem que foi atendida por Marta está sofrendo uma situação de violência doméstica. Por causa da gestação Jéssica foi expulsa da casa de seus pais e passou a morar com o seu namorado, que é seis anos mais velho que ela. O namorado, então, começou a agredir fisicamente a jovem há pouco mais de um mês. A mesma, temendo perder o seu bebê, procurou a ONG e relatou tudo à assistente social.

Marta realizou o atendimento buscando compreender, da maneira mais detalhada possível, tudo o que estava se passando com esta jovem. Respeitando a vontade de Jéssica, de não retornar ao convívio com seu namorado, Marta procurou ir construindo com ela algumas possibilidades concretas para que a mesma não precisasse voltar para casa. A jovem mencionou sua avó materna, pois esta havia brigado com sua filha quando a mesma expulsou Jéssica de casa. Por telefone, Marta

40 O nome da assistente social e de sua estagiária são fictícios, assim como todos os relatos que serão aqui apresentados, embora tenham sido livremente inspirados em momentos que vivenciamos ao longo de nossa trajetória profissional. Para nominar a assistente social escolhemos o nome Marta e a estagiária do Serviço Social será denominada Carol.

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

conseguiu entrar em contato com a avó da jovem e lhe explicou toda a situação. Ela imediatamente se prontificou a receber a neta em sua casa.

Cabe aqui mencionar a importância do papel da assistente social, neste momento, respeitando o desejo da usuária em atendimento. Segundo o nosso Código de Ética, que traz o reconhecimento da liberdade como valor central, a função da assistente social é buscar possibilidades e apresentá-las à usuária, cabendo somente a esta a tomada de qualquer decisão. Desse modo, se Jéssica quisesse retornar para a casa do namorado, mesmo que a assistente social não estivesse de acordo com sua decisão, precisaria respeitá-la. É isso que está posto no inciso “c” do artigo 3º do Código de Ética do/a Assistente Social, ao se referir aos deveres deste/a profissional: “abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos [...]” (CFESS, 2012, p. 27).

Com seu relatório concluído, Marta passou para Jéssica todas as instruções necessárias para que a denúncia pudesse ser realizada na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), caso essa fosse a vontade da jovem.

Por fim, Marta agendou um novo atendimento para a jovem na ONG, pois queria continuar acompanhando o caso. Deu uma olhada no relógio e viu que já estava um pouco atrasada, mas finalizou tudo com a devida calma.

Quando a jovem foi embora, Marta voltou-se para sua estagiária Carol e falou: “Vamos? Já estamos atrasadas!”. Carol é estudante do curso de Serviço Social e está no seu segundo semestre de estágio supervisionado. Ambas partiram rumo à universidade, pois iriam participar da Oficina de Supervisão Acadêmica de Estágio.⁴¹

No carro de Marta, a caminho da universidade, Carol teceu alguns comentários a respeito do atendimento que tinha acabado de ser realizado. E Marta, então, falou: “Você veja só: uma menina, tão jovem, com a vida toda pela frente e já nesta situação? Ao invés de estar focada nos estudos foi arrumar filho...”. Carol ficou reflexiva com o comentário da assistente social e não falou mais nada.

Ao chegarem à universidade, Carol rapidamente guiou Marta até a sala de aula. A atividade já tinha começado, mas a professora interrompeu o que estava dizendo e deu boas-vindas às duas. Elas se sentaram e se apresentaram para o grupo que era composto por, aproximadamente, 22 pessoas, entre estudantes e assistentes sociais.

A professora, então, retomou a fala e seguiu sua explanação, dizendo que o tema a ser debatido na Oficina de Supervisão Acadêmica de Estágio, naquele dia, seria: “o investimento e a participação em espaços coletivos”. E para que a troca de

41 A Oficina de Supervisão Acadêmica de Estágio é uma disciplina ministrada por um/a docente, assistente social por formação, que reúne os estudantes inseridos no Estágio Supervisionado, para a realização da supervisão acadêmica de estágio. Essa disciplina assume nomenclaturas diferentes nas diversas unidades de formação acadêmicas do Serviço Social, mas geralmente são co-requisito da disciplina de Estágio Supervisionado. Na dinâmica da Oficina de Supervisão Acadêmica de Estágio o docente, supervisor acadêmico de estágio pode convidar os assistentes sociais, supervisores de campo de estágio, para participarem desta atividade.

experiências pudesse ser a mais rica possível para os/as estudantes, havia convidado os/as assistentes sociais, assim, eles poderiam, também, relatar as suas vivências profissionais e/ou pessoais.

A primeira questão, então, foi lançada pela docente ao grupo: “Você realiza alguma atividade de caráter coletivo e pedagógico com os/as seus/suas usuários/as (como grupos, ações socioeducativas, entre outras)?”. E, depois de um breve momento de silêncio, uma das assistentes sociais presentes, que trabalha na área da assistência social, disse:

Sim, a gente trabalha no grupo com as famílias, a gente trabalha na comunidade. Ontem mesmo a gente estava no bairro Marilândia fazendo uma ação lá. O CRAS saiu daqui e foi ao encontro dos usuários lá na escola. A gente faz muita atuação com a rede no território. A gente faz sim. É mais os trabalhos em grupos que a gente faz, com as famílias que a gente atende. A gente faz (Entrevistada 06).

Estimulada pela fala da colega, outra assistente social que também atua na política de assistência social, relatou:

Sim. Os grupos, a gente realiza de acordo com o planejamento que a gente faz ao longo do ano. A gente realiza e as ações socioeducativas, a gente faz tanto dentro dos grupos, quanto nos atendimentos individuais. A gente vai tentando fazer as ações socioeducativas, até mesmo, nos atendimentos individuais. De maneira a esclarecer, de contribuir para melhoria de vida, da qualidade de vida. Eu acho que a gente está desenvolvendo uma ação socioeducativa de alguma forma sim (Entrevistada 09).

Uma terceira profissional, que trabalha na área da educação, então, se colocou:

Sim. Na verdade, a gente tem um trabalho muito mais nessa perspectiva socioeducativa, do que material. Como a gente trabalha com poucos benefícios, nosso trabalho é todo de caráter socioeducativo, em alguma medida. Então, assim, trabalhar com reuniões de família é um trabalho de caráter socioeducativo (...) (Entrevistada 10).

Fez-se novamente o silêncio e a professora falou, com intenção de provocar as demais colegas: “Todas conseguem desenvolver trabalhos socioeducativos, em suas instituições? Não tem ninguém que encontre dificuldades neste processo?”. Então, mais duas profissionais se colocaram – uma que atua na área do sociojurídico e outra que está na política de assistência social.

Não, lá não tem vínculo nenhum para isso (Entrevistada 08).

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

Então, eu queria realizar mais, mas eu realmente não tenho muito tempo (Entrevistada 11).

Por fim, Marta falou:

Sim. Na realidade o que que acontece? A instituição é... a gente está fazendo um processo de reconstrução desse espaço. Porque a gente fez grupos com a população em situação de rua, que é um dos públicos que a gente atende e a gente identificou é... uma fragilidade de mobilização muito grande, uma fragilidade de pertencimento, de identidade. (...) Todas as ações são no sentido mobilizar, de emancipar esses sujeitos. Respeitando a subjetividade deles, porque emancipar um sujeito da população de rua não significa arrancar ele da rua, porque pode ser uma demanda que não é dele, que é uma demanda minha, né? Tirar ele da rua. Mas, às vezes é ali que está a identidade dele como ser humano, como sujeito. Então, todas as ações são nesse sentido do respeito, da liberdade, é... trazer conhecimento de direitos para eles, para que eles também possam, é... nos espaços que eles ocupam levar esse conhecimento e poder reivindicar aquilo que eles necessitam (Entrevistada 12).

Nesse momento, Carol olhou para Marta, sua supervisora de campo de estágio, e pensou: “Exatamente! É com esse respeito que devemos tratar todos/as os/as nossos/as usuários/as. Porque nós não sabemos da sua história, não sabemos quais são as suas escolhas, não sabemos por que uma jovem tão nova foi ‘arrumar’ um filho ao invés de se dedicar aos estudos” – lembrando do comentário da assistente social, a caminho da Oficina de Supervisão Acadêmica de Estágio.

Toda essa situação narrada acima é fictícia – livremente inspirada em nossa experiência profissional enquanto assistentes sociais e em relatos realizados por estagiárias, em momentos de supervisão acadêmica de estágio. Entretanto, as falas das assistentes sociais são, na verdade, as respostas de algumas profissionais entrevistadas em nossa pesquisa, quando perguntadas se realizavam alguma atividade de caráter coletivo e pedagógico com os/as usuários/as.

A resposta das seis profissionais do Serviço Social nos revela que elas consideram como importantes as ações pedagógicas desenvolvidas pelos/as assistentes sociais. E entre as principais ações socioeducativas realizadas aparecem: trabalho com grupos e reuniões com famílias.

Um ponto importante a ser destacado diz respeito ao fato de uma delas afirmar que o trabalho socioeducativo também é realizado nos atendimentos individuais que não possuem caráter coletivo, mas que são atravessados por um viés pedagógico.

Por fim, duas assistentes sociais que participaram de nossa pesquisa, responderam que não realizam atividades coletivas e/ou pedagógicas por falta de vínculo com os/as usuários/as e por falta de tempo da própria profissional.

Estas poucas falas nos apresentam, portanto, muitos elementos a serem problematizados e analisados, considerando tanto os limites e as dificuldades de se

realizar o trabalho profissional em meio ao cotidiano institucional onde se encontra o/a assistente social, quanto as possibilidades que a realidade nos apresenta diariamente.

Para além dos limites e das possibilidades, destacamos como elementos importantes para serem debatidos neste capítulo: o posicionamento ético-político dos/as assistentes sociais; o componente ídeo-político da ação profissional do/a assistente social; bem como as estratégias e táticas político-profissionais e técnico-operacionais construídas pelos/as assistentes sociais subsidiadas pelo projeto ético-político profissional.

Para a construção desse percurso reflexivo e analítico, vamos a algumas reflexões preliminares.

3.1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DO TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL

A dimensão ético-política é um dos elementos constitutivos do Serviço Social e incide sobre a ação profissional do/a assistente social, em meio ao cotidiano. Como já apresentamos anteriormente, sabe-se que as ações desenvolvidas pelos/as assistentes sociais se realizam por meio da dimensão técnico-operativa, que é o modo como o fazer profissional aparece, ancoradas em uma dimensão teórico-metodológica que oferece aos/às profissionais o conhecimento necessário para a prévia idealização e realização deste fazer. Mas, essas ações são construídas, também, a partir dos valores e princípios que pautam a atuação profissional do/a assistente social. Essas ações profissionais, quando se materializam, revelam estes valores e princípios, ou seja, informam a direção ídeo-política da atuação profissional do/a assistente social.

Por isso, para Iamamoto (2007) a dimensão ético-política do Serviço Social possui desdobramentos na vida cotidiana, pois pode interferir no pensamento e no comportamento dos sujeitos sociais com os quais o/a assistente social trabalha. No entanto, cabe destacar que o/a próprio/a assistente social também é influenciado, enquanto cidadão/ã e trabalhador/a, por várias questões próprias da dinâmica da vida social, “que partilha concepções e realiza, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política” (IAMAMOTO, 2007, p. 230).

Como vimos no exemplo hipoteticamente construído e apresentado no item anterior, a assistente social Marta apresenta nas suas ações profissionais valores relacionados ao projeto ético-político profissional crítico, construídos por um sujeito coletivo – que neste caso se configura enquanto uma categoria profissional, a do Serviço Social. Mas, também expressa em sua fala, especialmente quando se refere à jovem que passou pelo seu atendimento, valores morais e julgamentos de valor alicerçados em preconceitos, que são, muitas vezes, produzidos pela sociabilidade burguesa.

Deste modo, não apenas o que faz o/a assistente social, mas também o que ele diz pode ter incidência, interferência sobre o pensamento e o comportamento das

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

peças com as quais ele interage, sejam os/as seus/suas usuários/as, estagiários/as, colegas de trabalho etc.

No caso apresentado no tópico 3.1.1, a assistente social parece construir um atendimento prestado à jovem em questão, pautado em uma perspectiva crítica de atuação profissional e na defesa dos seus direitos. No entanto, o comentário que ela faz, posteriormente, junto à sua estagiária, revela uma leitura superficial e acrítica da situação vivenciada pela sua usuária, uma vez que moraliza as escolhas singulares desta, responsabilizando-a, em última análise (pois, afinal, “deveria estar estudando e não arrumando filho”). Isso nos mostra o quanto somos atravessados, o tempo todo, pela lógica burguesa, por seus valores e princípios, que são exatamente marcados por uma perspectiva acrítica e superficial no que se refere a análise dos fenômenos sociais.

No exemplo hipoteticamente construído, o comentário da assistente social Marta sobre a condição da usuária, que expressou a moralidade burguesa, foi feito apenas para sua estagiária, tendendo a incidir sobre sua formação e ratificando uma postura moralizante e preconceituosa. Mas, se a assistente social tivesse feito este comentário para a própria usuária em atendimento, o que poderia acontecer? Como a usuária iria receber e entender tal comentário? Que perspectiva, que imagem ela iria construir do Serviço Social, a partir das ações e falas da profissional? Que contradições iriam se expressar de maneira explícita na atuação profissional da assistente social?

Encontramos em Forti e Coelho (2014) algumas reflexões que podem contribuir para pensarmos sobre essas questões. Segundo as autoras:

Os valores são sociais e, ao mesmo tempo, produtos da subjetividade dos indivíduos e da objetividade da relação humano-genérica. Qualquer escolha realizada pelos indivíduos compreende uma posição valorativa acerca dos meios e dos fins. As escolhas e decisões apenas imediatamente são singulares, pois elas são constitutivas da sociabilidade humana. Os valores que fundamentam o atual projeto ético-político da profissão, socialmente construídos e decorrentes de relações sociais, são expressões do máximo de sociabilidade possível na direção do ser para nós nesse contexto socio-histórico (FORTI & COELHO, 2014, p. 34).

Compreendemos que os/as assistentes sociais devem buscar em seu cotidiano profissional construir ações e falas comprometidas, política e eticamente, com valores voltados para a transformação desta sociabilidade burguesa e para o fim dos processos de opressão e exploração. Mas, o compromisso com estes valores democráticos exige que o/a assistente social tenha consciência da dimensão ético-política que constitui o seu trabalho. Porque “a dimensão ético-política é responsável por impregnar de sentido, dar direção à ação profissional” (FORTI & COELHO, 2014, p. 35).

Com isso, percebemos que, por meio de sua intervenção profissional, o/a assistente social informa aos/às seus/suas usuários/as determinados valores e

concepções, que podem incidir na maneira como se formam determinados grupos sociais. Então, por vezes, os valores e concepções que assistentes sociais reproduzem em seu exercício profissional, podem estar articulados a princípios ético-políticos defendidos por parte de nossa categoria profissional, mas também expressam as próprias crenças, paixões e posicionamentos ídeo-políticos desses/as profissionais – elementos que se construíram ao longo da sua experiência de vida e de seus processos singulares de socialização primária e secundária.

Assim, muitas vezes, o/a profissional possui sua ação conduzida pelos seus valores e crenças pessoais. Se isso ocorre, a construção das estratégias e táticas político-operacionais pode se dar como um mecanismo autoritário de imposição de uma determinada ética aos segmentos com os quais o/a assistente social trabalha. Por isso, faz-se necessário que o/a assistente social também saiba respeitar o modo de viver e de pensar dos/as seus/suas usuários/as. Como nos alerta Cortella (2001, p. 56), “quase sempre a ética que não aceitamos é a do outro. Afinal, o outro é o outro e, como tal, não se comporta dentro da desejabilidade de uma circunstância de relação”.

É desse modo que a dimensão ético-política do exercício profissional do/a assistente social, em todas as suas implicações, incide também na formulação das estratégias e táticas de intervenção. Essa intervenção profissional materializa-se sendo moldada por condições objetivas e subjetivas historicamente determinadas e, às vezes moralmente construídas. Tais condições tendem a absorver o exercício profissional reduzindo-o a um conjunto de ações de caráter técnico, numa perspectiva reducionista e pragmática, visando o atendimento imediato das demandas colocadas para o/a assistente social (GUERRA, 2012).

Entretanto, “toda ação humana, todo ato de responder às necessidades implica o estabelecimento de finalidades, requer a escolha, dentre os diversos meios e condições de satisfação dessas necessidades (...)” (GUERRA, 1997, p. 22). No nosso dia a dia somos levados, o tempo todo, a realizar escolhas e estas, por sua vez, são sempre direcionadas pelos nossos valores. Portanto, em última instância, a construção das ações profissionais dos/as assistentes sociais é atravessada pelos elementos da escolha do sujeito, mesmo que essa escolha não seja unicamente individual ou aleatória. Isso significa dizer que a ética pressupõe uma capacidade racional de escolhas, subsidiadas em valores, de decisão entre alternativas tomadas de forma consciente.

Se a profissão tende a ser reconhecida e requisitada pelos resultados que efetivamente produz, nossa compreensão acerca dos resultados que, no nível mediato a intervenção profissional vem produzindo na dinâmica da sociedade, ou nessa compreensão sobre a maneira pela qual os modos de operar no Serviço Social estão respondendo e em que dimensão (apenas no nível imediato? Somente na dimensão instrumental, de manipulação de variável e soluções de problemas urgentes e imediatos?) tende a ser os indicadores fundamentais das direções para as quais a profissão caminha e, sobretudo,

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

para o (re) estabelecimento de finalidades profissionais capazes de engendrar novas competências e direções para a profissão (GUERRA, 1997, p. 22).

Por isso, se faz fundamental o debate de Guerra (2007a) sobre a instrumentalidade do Serviço Social. É imprescindível que os/as assistentes sociais sejam capazes de compreender a capacidade, qualidade ou propriedade constitutiva da nossa profissão. Por que, “na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade” (GUERRA, 1999, p. 02).

As demandas e requisições que chegam cotidianamente para os/as assistentes sociais exigem, geralmente, respostas imediatas. Mas, encontram-se impregnadas de determinações (econômicas, políticas, sociais, culturais, ideológicas). Por causa desta complexidade, “elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos)” (GUERRA, 1999, p. 11). Desse modo, quando as respostas construídas pelos/as assistentes sociais se encontram ancoradas na orientação ético-política de um projeto profissional crítico, precisam ser mais que ações meramente imediatas, instrumentais e/ou manipulatórias.

Portanto, a instrumentalidade como uma mediação permite a passagem das ações meramente instrumentais para a construção de um exercício profissional crítico e competente (GUERRA, 1999). Desse modo, segundo Guerra (1999, p. 13), a instrumentalidade

possibilita a passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos e sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico-operativos. Em outros termos, ela permite que os sujeitos, face a sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais.

Assim, ela é uma dimensão constituinte e constitutiva da profissão que possui como parâmetro o campo da realidade social, onde se objetiva a prática social e dos sujeitos que a constroem sob determinadas condições históricas. Por isso, ao contrário do que se pensa, o debate da instrumentalidade não se restringe ao conjunto de instrumentos e técnicas que se encontra à disposição do/a assistente social para o seu exercício profissional. A instrumentalidade é o elemento que articula as dimensões constitutivas da profissão, sendo, portanto, a síntese das mesmas (GUERRA, 1999), envolvendo suas requisições, seu reconhecimento social e a materialização da profissão neste padrão de sociabilidade, constituída no campo das contradições.

Em outras palavras: o Serviço Social possui modos particulares de plasmar suas racionalidades que conforma um “modo de operar”, o qual não se realiza sem instrumentos técnicos, políticos e teóricos, tampouco sem uma direção finalística e pressupostos éticos, que incorporam o projeto profissional (GUERRA, 2007a, p. 203).

Portanto, o debate da instrumentalidade nos leva a perceber que o trabalho profissional do/a assistente social se constrói a partir das condições objetivas que estão dadas na realidade, em articulação com a capacidade teleológica dos sujeitos e suas subjetividades. Os elementos que compõem esta subjetividade se expressam por meio da dimensão ético-política, enquanto componente constitutivo de qualquer ação desenvolvida pelo/a assistente social. Assim, a dimensão ético-política é orgânica a um determinado projeto profissional e, ao mesmo tempo, expressa a direção finalística das ações desenvolvidas pelos/as assistentes sociais.

Esta dimensão ético-política, por sua vez, pode estar ancorada em uma moralidade burguesa ou suplantada em uma análise crítica da sociedade que aponta para a sua superação. Neste sentido último, é que o trabalho profissional pode oferecer contribuição ao processo de transformação social para o qual aponta o nosso projeto ético-político crítico. Esse debate será o foco do próximo item a ser desenvolvido neste último capítulo.

3.2 UM MERGULHO NO EXERCÍCIO DA ABSTRAÇÃO – A MORALIDADE BURGUESA E A DIREÇÃO ÉTICO-POLÍTICA CONSTRUÍDA PELO SERVIÇO SOCIAL

3.2.1 A MORALIDADE BURGUESA E AS SUAS EXPRESSÕES NO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A sociedade capitalista se configura enquanto um “[...] sistema de controle estranhado do metabolismo social permeado de valores-fetichismo do mundo da produção, que tendem a disseminar-se pela vida social” (ALVES, 2013, p. 29). Com isso, Alves (2013) afirma que o modo de produção capitalista é uma verdadeira fábrica de valores-fetichismo – sendo estes o conjunto de valores morais⁴² burgueses que exercem coerção sobre os indivíduos, levando-os a determinadas escolhas que os conduzem a processos de alienação. Como se valores e princípios não fossem constructos sociais, que se alteram com o movimento da realidade social e nesta a partir das necessidades dos próprios

42 “A moral só pode surgir – e efetivamente surge – quando o homem supera a sua natureza puramente natural, instintiva, e possui já uma natureza social: isto é, quando já é membro de uma coletividade [...]. Como regulamentação do comportamento dos indivíduos entre si e destes com a comunidade, a moral exige necessariamente não só que o homem esteja em relação com os demais, mas também certa consciência – por limitada e imprecisa que seja – desta relação para que se possa comportar de acordo com as normas ou prescrições que o governam” (VAZQUEZ, 1982, p. 27).

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

homens, mas sim verdades dadas e raramente questionadas. A alienação contribui para uma aceitação passiva sobre os valores, a moralidade e faz com que no nosso cotidiano a exerçamos nas mínimas coisas, na maioria das vezes, sem perceber, porque somos socializados nesta sociabilidade burguesa que possui valores que impregnam o modo de ser e de viver de todos.

Deste modo, “[...] a sociedade burguesa é a sociedade dos fetichismos sociais” (ALVES, 2013, p. 29), onde a essência das coisas é coberta por um véu e, portanto, só a percebemos na sua superficialidade, ou seja, como aparece para nós, sem que façamos, no nível do imediato, reflexões sobre ela, na medida em que não somos estimulados/as a este processo de suspensão da cotidianidade (HELLER, 1986).

Segundo Alves (2013), o fetichismo da mercadoria – enquanto um fenômeno social da esfera da circulação que tem sua origem no âmbito da produção, como nos revela Marx no livro 1 de “O Capital” – é apenas a modalidade mais simples de estranhamento, no sentido de que não nos percebemos nesse processo de produção como sujeitos, provocado pela lógica do capital, dentre tantas outras e, entre elas, o fetichismo dos valores morais (ALVES, 2013). Assim, a ofensiva do capital é muito mais que política e econômica, é também cultural e ideológica.

De acordo com Alves (2013, p. 35), “o capital destrói (e recria), como simulacro, o direito e as tradições, o costume e os bons hábitos sociais. Enfim, constrói à sua imagem e semelhança os usos e costumes do mundo humano em que vivemos”. Por isso, a forma existente de liberdade, na sociedade capitalista, corresponde à servidão ao trabalho assalariado; a forma existente da igualdade formal equivale à desigualdade real que assola os nossos tempos.

O Serviço Social é uma profissão que enfrenta, na sua cotidianidade, “[...] as contradições sociais geneticamente fundadas na propriedade privada e no seu modo de se constituir (se produzir e reproduzir), uma sociabilidade que mercantiliza relações humano-sociais (as coisifica) e impede [...]” (SILVA & CARMO, 2013, p. 85) a emancipação humana. Desse modo, “são os valores-fetichismo estranhados que dilaceram o núcleo humano-genérico das individualidades pessoais de classe instaurando o ‘estado depressivo’ que caracteriza o capitalismo global” (ALVES, 2013, p. 31).

É preciso registrar que o assistente social lida, ao mesmo tempo, com um conjunto de demandas sociais e com suas expressões particulares na esfera pessoal (portanto, como indivíduos sociais que se constituem a partir de determinadas condições sócio-históricas), bem como com sua própria condição como trabalhador assalariado também submetido à desumanização propiciada pelo culto ao deus capital (SILVA & CARMO, 2013, p. 86).

Portanto, sendo o/a assistente social um/a trabalhador/a assalariado/a, o mesmo vem sofrendo todos os impactos da ofensiva generalizada do capital, que se encontra em curso nas últimas décadas. Essa ofensiva do capital vem se organizando desde o início

dos anos de 1970, como resposta à sua própria crise, por meio de “[...] um processo de reorganização produtiva em escala global, ainda que de modo bastante diferenciado, bem como de seu sistema ideológico e político de dominação [...]” (ANTUNES, 2013, p. 15). A reorganização deste sistema de dominação deu-se por intermédio das ações que impulsionaram o advento do neoliberalismo, com a privatização e desmontagem do setor público-estatal e a desregulamentação dos direitos trabalhistas.

O que se viu, desde então, revela a face mais cruel de uma sociedade pautada na lógica do capital. Uma crise estrutural que se estende até os nossos dias e recoloca em outros patamares, um sistema de dominação societal que dissemina um conjunto de valores morais pautados na destruição, no individualismo em detrimento do coletivismo, na concorrência e não no trabalho em equipe, na meritocracia que expressa as desigualdades produzidas por esse mesmo sistema, ao mesmo tempo em que as esconde, e não cumpre a totalidade dos direitos sociais. No entanto, compreendemos, assim como Alves (2013, p. 37), que “[...] a crise estrutural do capital não significa estagnação do capitalismo mundial, mas sim incapacidade do sistema produtor de mercadorias realizar suas promessas civilizatórias”.

Na esfera do trabalho, o quadrante contemporâneo nos apresenta um cenário complexificado, com intensificação dos ritmos e processos, levando a uma superexploração da classe trabalhadora por meio das várias modalidades de contratação que desprezam os direitos trabalhistas. Ampliam-se os extratos precarizados da força humana de trabalho, que vivem em condições sub-humanas e cresce vertiginosamente o desemprego estrutural. “Desse modo, a alienação ou, mais precisamente, o estranhamento do trabalho encontra-se, em sua essência, preservado” (ANTUNES, 2013, p. 21). Nas palavras de Alves (2013, p. 37):

Quanto mais o capital explicita suas contradições sistêmicas, mais tende a se incrementar o fetichismo social como *modus* sistêmico de ocultar/deslocar as contradições objetivamente postas. E, portanto, mais se disseminam valores-fetichismo.

Por isso, para além das questões político-econômicas, o momento atual é caracterizado por uma crise civilizatória “[...] que se expressa com vigor na degradação de um modo de controle estranhado do metabolismo social homem-natureza” (ALVES, 2013, p. 38). Desse modo, o trabalho – que em sua concepção marxiana é “[...] o fundamento da humanização do ser social [...]” (IASI, 2013, p. 49) –, na sociedade regida pela lógica capitalista, passa a ser um fardo, ao ponto do/a trabalhador/a se sentir fora de si no trabalho e, apenas, se reconhecer junto de si quando está fora do trabalho (IASI, 2013).

De acordo com Iasi (2013, p. 50),

O ato do trabalho envolve uma dimensão de objetivação, seja na criação de instrumentos e meios de trabalho, seja na produção de bens destinados a

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

satisfazer nossas necessidades, seja na produção das próprias relações sociais dentro das quais produzimos as condições de existência em cada momento, ou, ainda, num grau de complexidade maior, em objetivações ideais, como na linguagem e nas representações ideais através das quais buscamos compreender o mundo e a nós mesmos. Cada uma destas objetivações é a expressão de nós mesmos, isto é, da natureza social e histórica que construímos ao buscar garantir nossa existência.

No entanto, na sociedade capitalista o trabalho, que ontologicamente constitui-se uma mediação para a satisfação das nossas necessidades, transforma-se em meio de exploração. E o estranhamento se completa quando os produtos do trabalho assumem a forma de mercadorias. Mercadorias que encobrem o trabalho humano e o tornam misterioso para o próprio homem. Desta forma, pela lógica do capital, o/a trabalhador/a se converte em mais uma mercadoria, a ser comprada ou vendida. É assim que “o trabalho se degrada em mero meio de vida, atividade que permite ganhar dinheiro para comprar as coisas necessárias para viver, estas mesmas transformadas também em mercadorias” (IASI, 2013, p. 55).

Com isso, ocorre a perda do sentido do trabalho que vem levando muitos/as trabalhadores/as a níveis altíssimos de desalento, de sofrimento e de adoecimento. Nesse sentido, segundo Iasi (2013, p. 55):

Em uma atividade esportiva ou artística, por exemplo, o corpo é mobilizado expressando para outro aquilo que vive internamente, a emoção, o que faz toda a diferença. Capturado pelo processo de valorização o trabalho rompe a unidade interna entre intencionalidade e ação, mas o corpo não pode fazê-lo e o resultado é o adoecimento e os riscos de danos físicos e mentais.

Esses processos são também sentidos pelos/as assistentes sociais em seus espaços de trabalho, por meio dos baixos salários; da falta de reconhecimento profissional; do não reconhecimento da sua autonomia; na identificação do seu trabalho enquanto atividade de “ajuda” ou de “caridade”; no reconhecimento do seu trabalho enquanto uma atividade de menor relevância dentro da instituição; dentre tantas outras questões.

Toda essa breve reflexão sobre alguns traços que caracterizam a sociabilidade burguesa – que humaniza coisas e desumaniza homens e mulheres – nos revelam que existem uma violência social-estrutural na base deste sistema. Uma violência, uma crueldade que se revela nas inúmeras demandas que chegam cotidianamente aos/às assistentes sociais, por meio dos dramas pessoais dos/as seus/suas usuários/as. Com isso, muitas vezes, a urgência apresentada pelas carências humanas imediatas impõe aos sujeitos envolvidos no processo – tanto assistente social, quanto usuário/a – a dureza da necessidade de sobrevivência, fazendo com que a consciência crítica sofra processos de alienação-estranhamento (SILVA & CARMO, 2013). Ainda que não esteja eliminada a possibilidade de resistência a esse processo, a vida material tende a suprimir o exercício da reflexão ancorado na razão crítica.

O Serviço Social surge, junto com outros atores e iniciativas estatais, para realizar a gestão da pobreza, esta também entendida como uma expressão da “questão social”. Assim, a gênese histórico-social da profissão, em âmbito mundial, se situa no concreto tratamento da “questão social”⁴³ num momento muito específico do desenvolvimento da sociedade burguesa: a era do capitalismo monopolista (NETTO, 1992), portanto incorporará valores e princípios desta sociedade que o produz.

Dentre as respostas construídas pela esfera estatal para o tratamento sistemático da “questão social” encontra-se a constituição das políticas sociais. Por isso, a funcionalidade essencial das políticas sociais se expressa nos processos de preservação e controle da força de trabalho, seja ela ocupada ou excedente. As políticas sociais asseguraram as condições adequadas ao desenvolvimento capitalista, pois ofereceram um respaldo efetivo à imagem do Estado como “social”, como mediador de interesses conflitantes. Assim “o fato de que as demandas são atendidas a partir de mobilizações e pressões vindas do exterior do aparato estatal permitem que aqueles que conquistaram algum atendimento se reconheçam como representados nele” (NETTO, 1992, p. 28).

Deste modo, em meio à ordem societária comandada pelo monopólio foram gestadas as condições histórico-sociais para que, na divisão sócio-técnica e sexual do trabalho, aparecesse um espaço onde pudessem se mover práticas profissionais como as do/a assistente social. Com isso, o profissional passou a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social do seu fazer passou a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais.

Mas, esta forma de compreensão sobre a origem da profissão só foi possível de ser construída na década de 1980, por intermédio dos esforços teórico-metodológicos da perspectiva de intenção de ruptura com as bases tradicionais da profissão que se consolidou em meio processo de Renovação do Serviço Social no Brasil (NETTO, 2002). Essa vertente foi responsável por desenvolver, como substrato nuclear, uma crítica sistematizada ao desempenho conservador de nossa profissão, bem como aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. “Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)” (NETTO, 2002, p. 159).

O projeto de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social se instalou em meio aos debates da categoria e vem dando, desde então, o tom da produção intelectual da profissão. Tem garantido a hegemonia de um projeto ético-político profissional que

43 A questão social é inerente à forma de organização da sociedade capitalista que promove o desenvolvimento das forças produtivas e, paralelamente, aprofunda e expande a desigualdade, a miséria, a pobreza. Suas mais variadas expressões revelam-se cotidianamente nas experiências vividas pelos indivíduos no trabalho, na família, na saúde etc. “Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2001b, p. 28). É, portanto, reprodução das lutas sociais, das relações de poder e dos antagonismos de classe.

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

indica à categoria uma prática vinculada a um projeto social radicalmente democrático, comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

Na construção deste novo projeto profissional as problemáticas sociais são atribuídas ao capitalismo, rejeitando-se a compreensão da existência das disfunções individuais que precisem de tratamento social. Esse processo expressou a sintonia que se deu entre os princípios e diretrizes deste projeto com tendências significativas de movimentos sociais que se desenvolveram na conjuntura brasileira. Deste modo, tais princípios e diretrizes não significam a vontade de alguns/algumas poucos/poucas assistentes sociais de vanguarda, mas sim as demandas e aspirações do conjunto dos/as trabalhadores/as assalariados/as que vivenciam a realidade de nosso país.

Sintonizado ao movimento das classes sociais em meio à dinâmica de redemocratização que se processava, no Brasil, na passagem da década de 1980 para 1990, aliado aos interesses da classe trabalhadora, o processo de constituição do projeto ético-político profissional expressou o indiscutível amadurecimento do debate em torno da dimensão ético-política do Serviço Social.

Desta forma, foram as conquistas da década de 1980 que permitiram a categoria profissional avançar, na década de 1990, na construção de um projeto ético-político profissional crítico. Este projeto conquistou e consolidou sua hegemonia junto a parcelas significativas da categoria profissional, mas isto não significa que ele seja o único projeto existente no corpo profissional. Sua proposta de ruptura com o conservadorismo na profissão não significa que tenham se extinguido as tendências e perspectivas profissionais conservadoras ou neoconservadoras. No interior de uma categoria profissional, campo socialmente tensionado, é comum que exista vários projetos profissionais concorrendo em busca de hegemonia. E esse ambiente plural, aliado às tendências macrossocietárias neoconservadoras na atualidade, faz com que ressurgam, reapareçam ou se fortaleçam tendências conservadoras em nossa categoria profissional até porque o padrão de sociabilidade em que estamos inseridos é geneticamente conservador.

É neste sentido que vimos percebendo, nos últimos anos, um acúmulo crescente de críticas em relação à direção social da profissão. Estas críticas frequentemente referem-se à suposta ortodoxia desta direção ou às pretensas lacunas deixadas por ela no campo da prática profissional (NETTO, 1996).

Na realidade, perspectivas conservadoras nunca se desarticularam por completo no interior da nossa categoria profissional. O que ocorre é que com a conquista da hegemonia marxista, no âmbito da produção intelectual e dos órgãos de organização da categoria do Serviço Social, outras tendências contrárias a este pensamento mantiveram-se mais reclusas por algum tempo. Entretanto, em meio às mudanças sociais ditadas pelas contrarreformas que se gestaram nos últimos anos, elas se rearticularam e ganharam força e expressividade junto ao corpo profissional.

Estas tendências se complexificam ainda mais frente à atual conjuntura de ataques frontais desferidos pelos autoritarismos governamentais, perpetrados pela ofensiva ultraneoliberal mundial, alicerçada em uma necropolítica⁴⁴ (SILVA et al., 2021). Nesse contexto, o conservadorismo tem caminhado de mãos dadas com as proposições pós-modernas, com o irracionalismo e, até mesmo, com o fundamentalismo religioso. No tempo presente, as tendências neoconservadoras, pautadas no irracionalismo, têm revitalizado as ideologias nazifascistas. Segundo Barroco (2015, p. 624), o irracionalismo

[...] dissemina o pessimismo, o anti-humanismo, o individualismo e a desvaloriza a verdade objetiva, dissimulando as contradições sociais e naturalizando suas consequências. O irracionalismo e o conservadorismo encontram condições favoráveis para se desenvolver em momentos de crise social.

No Brasil, esse quadro revela toda a gravidade do nosso tempo, por meio do caráter autoritário, reacionário, neofascista do governo Bolsonaro. “O aparente desgoverno brasileiro em meio à crise da pandemia provocada pelo COVID-19, revela uma estratégia genocida que deixa morrer milhares de trabalhadores/as, especialmente os/as pretos/as e pobres” (SILVA et al., 2021, p. 34).

Diante deste quadro, os tempos atuais nos convocam à resistência. O Serviço Social é “[...] uma profissão cunhada na história, que tem seu desenvolvimento atravessado por ela e busca, a todo o momento, construir e oferecer respostas ao movimento histórico do seu tempo” (SILVA et al., 2018, p. 34).

Entretanto, não podemos nos esquecer que “uma profissão é sempre um campo de lutas, em que os diferentes segmentos da categoria, expressando a diferenciação ídeo-política existente na sociedade, procuram elaborar uma direção social estratégica para a sua profissão” (NETTO, 1996, p. 16). A categoria profissional que constitui o Serviço Social é composta por um conjunto heterogêneo de profissionais. Hoje, nos deparamos com assistentes sociais que defendem, desde os princípios mais revolucionários até os valores morais mais reacionários possíveis. Inspirados em Netto (1999), Silva, Caputi e Paula (2021, p. 39) afirmam que

Por conta dessa heterogeneidade, o conjunto de uma categoria profissional sempre se apresenta como uma arena de disputas políticas e ideológicas. Toda profissão é um campo atravessado por tensões permeadas por correlações de forças que propiciam o surgimento de vários projetos profissionais. Desta forma, a existência de determinado projeto profissional hegemônico não elimina a existência de outros projetos, não suprime as divergências e contradições que caracterizam este espaço.

44 Termo cunhado pelo teórico camaronês Achille Mbembe que se refere às formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte.

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

Portanto, vários dilemas se apresentam, hoje, à nossa categoria profissional, especialmente à parcela mais compromissada com o projeto ético-político hegemônico no Serviço Social. Neste contexto atual, por que insistir na defesa de um projeto profissional crítico? Como pensar a disseminação dos seus valores e princípios nesta sociedade atual e entre os/as próprios/as assistentes sociais?

A realidade que nos é apresentada atualmente já nos traz algumas respostas. O capitalismo, em sua configuração mais atualizada, segue nos colocando frente a frente com a mercantilização da vida, com uma sociabilidade que nos desumaniza, com as tendências antidemocráticas, com a perseguição ao pensamento crítico e a valorização de uma lógica negacionista e obscurantista, com a perseguição da diferença, entre tantas outras questões que atravessam a nossa vida cotidianamente. Todas essas questões passam por valores, elementos morais, escolhas e posicionamentos políticos, críticas ou não a comportamentos preconceituosos, intolerância com o diferente, dentre outros. Diante do quadro em tela, o único caminho possível para os/as assistentes sociais que se alinham com as bandeiras de luta “[...] classista, feminista, anticapitalista, antirracista, antifascista e demais derivações das relações de exploração/opressão do humano pelo próprio humano” (SILVA et al., 2021, p. 49) é a defesa de um projeto ético-político verdadeiramente crítico.

Sintonizar o Serviço Social com a atual conformação do capitalismo contemporâneo e com os desafios que esta conjuntura impõe à profissão é condição essencial para compreensão dos limites e das possibilidades da intervenção profissional do/a assistente social. Assim, também se faz necessário que a nossa categoria profissional conheça o processo histórico que funda o projeto ético-político crítico nos marcos do Serviço Social. Algumas destas questões serão tratadas a seguir.

3.2.2 OS POSICIONAMENTOS ÉTICO-POLÍTICOS HISTORICAMENTE CONSTRUÍDOS PELOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS A PARTIR DO “CONGRESSO DA VIRADA”

O debate em torno dos posicionamentos ético-políticos dos/as assistentes sociais foi, mais intensamente, provocado a partir da década de 1960, por meio das vertentes mais críticas do Movimento de Reconceituação latino-americano. Esse processo impulsionou significativos avanços, aqui no Brasil, ao longo da década de 1970, em meio ao processo de renovação do Serviço Social brasileiro e sua vertente de “intenção de ruptura” (NETTO, 2002), como apresentamos no item anterior. Em meio a esse processo, um evento expressou toda a densidade dos avanços da perspectiva de intenção de ruptura. Esse evento consistiu no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS – realizado em 1979, em São Paulo, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”.

Nas décadas seguintes – 1980 e 1990 – as reformulações do Código de Ética Profissional expressaram o amadurecimento ainda maior desta vertente.⁴⁵ Estes momentos demarcaram o caráter eminentemente sócio-histórico do Serviço Social, preconizando a defesa da democracia, enquanto socialização da participação, do poder político e da riqueza socialmente produzida. Foram responsáveis por importantes avanços político-organizativos da categoria profissional que puderam sustentar e impulsionar o desenvolvimento de outras esferas e dimensões da profissão.

Segundo Abramides e Cabral (1995, p. 168), “a dimensão política da profissão tem na Reconceitualização sua referência maior, e a ruptura pública e coletiva com a concepção e prática reiteradora da profissão se expressa no III CBAS,⁴⁶ em 1979”. Por isso, ele foi chamado de “Congresso da Virada”, pois representou um marco histórico de enfrentamento dos poderes conservadores que estavam à frente do evento e mantinham a direção de entidades da categoria profissional.

O III CBAS teve a possibilidade de reversão do conservadorismo, instalada em sua concepção e dinâmica, impulsionada pela ação dirigente e organizada das entidades sindicais e pré-sindicais, coordenadas pela CENEAS⁴⁷, em uma ação coletiva unitária que publicamente assume a direção sociopolítica da profissão (ABRAMIDES, 2006, p. 124).

Por isso, torna-se absolutamente impensável compreender o “movimento da virada” que ocorreu no momento do III CBAS⁴⁸ sem analisar o período de efervescência política que se instalava em nosso país a partir da década de 1970⁴⁹.

45 Os momentos de reformulação do Código de Ética Profissional, tanto em 1986 quanto em 1993, não se deram isoladamente. Ambos foram frutos de processos sócio-históricos gestados, nas respectivas décadas, em nosso país.

46 “(...) o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado de 23 a 28 de setembro do mesmo ano [1979], no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, reuniu cerca de 2.500 assistentes sociais de todo o país e decepcionou os presentes pelo caráter anti-democrático e pela versão oficial que lhe foi imprimida. Se não fosse a presença ativa das entidades sindicais, o congresso teria sido esvaziado logo a partir do segundo dia. Essas entidades realizaram, paralelamente à programação oficial, uma assembléia da qual participaram 600 assistentes sociais, mais uma vez tratando do autoritarismo na condução dos trabalhos e da falta de aprofundamento das questões levantadas. A assembléia conseguiu a vitória e os dirigentes sindicais passaram a assumir a direção dos trabalhos” (Souza apud ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 170).

47 Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais fundada em setembro de 1979 e extinta em outubro de 1983, dando lugar à ANAS – Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais.

48 “Nesta ocasião, a categoria profissional dos assistentes sociais delibera que os próximos CBAS sejam organizados e dirigidos pela CENEAS, ao reconhecer e legitimar a força, e, o direcionamento político das entidades sindicais e pré-sindicais organizadas na CENEAS, e que representam emblematicamente, a ruptura pública sociopolítica com o conservadorismo, majoritariamente presente e atuante nas entidades de organização responsáveis pelo exercício profissional” (ABRAMIDES, 2006, p. 132).

49 Mas, é importante destacar que em toda a América Latina, movimentos sociais urbanos se articularam ao longo da década de 1970, em meio a uma conjuntura que confrontava regime autoritário, Estado coercitivo, modelo econômico excludente, contradições urbanas e participação popular.

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

No Brasil, a concentração de uma enorme massa de trabalhadores/as alijada das “vantagens” de uma sociedade industrial, aglomerada em bairros pobres e carentes de infraestrutura e serviços, fez eclodir uma nova força social que desenvolveu uma nova forma de participação.⁵⁰

Partindo de reivindicações isoladas, no final dos anos de 1970, os movimentos populares começaram a se unificar em torno da luta pelo acesso aos direitos sociais. Podemos observar que, a partir daí estes movimentos passaram a buscar a concretização dos direitos sociais, canalizando suas reivindicações para o plano legal-institucional. Voltaram-se para campanhas de emendas populares, organizaram caravanas pela educação pública, articularam fóruns sobre reforma agrária e sobre saúde.

Desta forma, entre os anos de 1978 e 1988, surgiram vários movimentos sociais urbanos lutando por conquistas sociais, reformas urbanas, políticas públicas de saúde, educação, habitação, transporte e serviços sociais. Todos estes movimentos influenciaram grande parte dos/as assistentes sociais de maneira decisiva, no que se refere as mudanças de valores e de posicionamentos políticos, ou seja, a transição de posturas conservadoras para comportamentos progressistas e democráticos.

Em meio a este contexto de mobilizações populares surgiu em nosso país, na década de 1970, o chamado *novo* sindicalismo. Fruto de um processo crescente de mobilizações operárias no ABC paulista, o *novo* sindicalismo no Brasil, eclodiu a partir de 1978, como um movimento sindical de massas, independente que constituiu um marco na história da classe trabalhadora.

Esse sindicalismo combativo, de massas, se contrapõe ao sindicalismo “oficial”, à estrutura sindical vigente de cunho corporativista, herdada do período getulista e que tem na *Carta Del Lavoro*, de Mussolini, as bases ideológicas de atrelamento do sindicato ao Estado e sob seu controle. De outro lado, combate e se contrapõe na prática ao “peleguismo”, que é a expressão do colaboracionismo de classe e esteve presente no sindicalismo brasileiro durante todo o período de repressão sob a anuência da ditadura militar (ABRAMIDES & CABRAL, 1995, p. 97).

No ano de 1979, estabeleceu-se a luta pela anistia e ocorreu a conquista do voto direto para a eleição dos governadores dos estados. No mesmo ano sucedeu-se a extinção de bipartidarismo. Com isso, em 1980 foi fundado o Partido dos Trabalhadores – PT.⁵¹ Importante ressaltar, como já mencionado, que todas essas modificações que

50 A temática dos conflitos sociais daí decorrentes girava em torno da sobrevivência imediata, ou seja, voltava-se para a conquista de bens e serviços coletivos ou infraestrutura urbana, tais como: moradia, creche, luz, saneamento básico, transporte coletivo, educação, saúde, entre outros. Assim, os movimentos sociais surgiram das demandas por melhorias nas condições de vida, ou seja, melhoria no acesso aos bens de consumo coletivo.

51 “Ao longo de mais de vinte anos, constituiu-se no maior e mais expressivo partido de massas e de esquerda da América Latina, no qual parcelas expressivas dos dirigentes das entidades da categoria profissional e estudantil de Serviço Social estiveram vinculadas” (ABRAMIDES, 2006, p. 66).

ocorrem na sociedade brasileira, incidirão em determinados segmentos da categoria profissional, a vanguarda, que impetrarão mudanças expressivas na profissão no que se refere as posturas relacionadas as dimensões éticas e políticas.

Seguindo a onda de ebulição política que se instalou entre os/as trabalhadores/as com a fundação do PT, em 1983, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores – CUT – “constituindo-se em uma central classista e independente, com a maior representação de sindicatos da cidade e do campo no país [...]” (ABRAMIDES, 2006, p. 66). Neste período, destacou-se, também, o movimento de luta pelas *Diretas-Já*, em 1984, resultando na transição conservadora para a Nova República.

Em todos estes momentos e processos de luta, alguns setores da categoria profissional dos/as assistentes sociais estiveram visceralmente presentes. Por isso, este processo histórico influenciou parte dos/as assistentes sociais fazendo com que estes buscassem sintonizar a organização da categoria com as entidades sindicais de nosso país. Assim,

O III CBAS, realizado de 23 a 28 de setembro de 1979, em São Paulo, se transformou em um espaço vivo de debates, ruptura com posturas conservadoras e é expressão do processo da luta política e social que se travava na sociedade brasileira naquele período, em que os trabalhadores, enquanto sujeitos coletivos, ocupam o cenário nacional em grandes mobilizações e greves a partir do ABC paulista. A categoria, ao afirmar seu compromisso histórico com as classes trabalhadoras, dá um passo decisivo em seu projeto profissional (ABRAMIDES & CABRAL, 1995, p. 174 e 176).

No âmbito deste legado sócio-histórico de avanço na organização política da categoria profissional, o Código de Ética da profissão passou por um processo de reformulação no ano de 1986. “É na efervescência política, intelectual, teórica e cultural dos anos 80 que o Código de Ética de 1986 se constrói no debate com o neotomismo e, pela primeira vez no interior do conjunto CFAS/CRAS,⁵² a perspectiva marxista apresenta-se hegemonicamente” (ABRAMIDES, 2006, p. 52).

Deste modo, a reformulação do Código de Ética, em 1986, não constituiu um acontecimento isolado. Os processos políticos que se construíram desde a década de 1960, propiciando mudanças sociais que tornaram ainda mais explícitas as contradições de nossa sociedade, provocaram, em parcelas da categoria profissional, um repensar sobre o significado social da profissão.

Posicionando-se a favor do projeto societário da classe trabalhadora parte da categoria profissional passou a buscar a superação de uma prática fundada em pressupostos abstratos e imutáveis e a explicitação da dimensão política da profissão.

52 CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais; CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais. Ambos extintos, deram lugar ao conjunto CFESS/CRESS – Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social.

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

Neste processo, a reformulação do Código de Ética surge como uma necessidade para que se possam efetivar valores consoantes com a concepção ideológica defendida por estes/as profissionais.

O primeiro Código de Ética dos/as assistentes sociais aprovado no Brasil é datado de 1947. Este sofreu duas revisões parciais, sendo uma em 1965 e outra em 1975. Esses códigos expressam a chamada ética tradicional, nos termos de Barroco (2001b), e estão pautados, de um modo geral, nas concepções neotomistas e positivistas. Portanto, todos os Códigos de Ética anteriores ao de 1986 – 1947, 1965, 1975 – postulavam princípios baseados em valores abstratos, metafísicos e imutáveis do ser humano e do bem comum, pautando-se em uma visão de mundo extratemporal e conservadora, em consonância com a doutrina social da Igreja, que muito influenciou o Serviço Social brasileiro.

Até 1986, o Código de Ética dos Assistentes Sociais pautava-se na “ética da neutralidade”, que pela simples formulação demonstrava que em nada era neutra, posto que: orientada pelo conservadorismo e pela visão abstrata de homem defendia uma concepção de homem, desvinculada das classes existentes e em disputa e antagonismo na sociedade capitalista (ABRAMIDES, 2006, p. 174).

A intenção de ruptura com o conservadorismo, expressa no Código de Ética de 1986, revelou o compromisso que a profissão assumiu com uma nova ética em oposição à ideia da neutralidade profissional. E, pelo fato da questão ética atingir diretamente o cotidiano da vida profissional, esta discussão configurou-se como uma das mediações entre o saber teórico-metodológico e as determinações do trabalho profissional a partir de uma nova concepção de ser humano, considerando o seu caráter histórico, social e criador.

Deste modo, o Código de Ética de 1986 explicitou o compromisso do Serviço Social com as lutas históricas da classe trabalhadora; superou a visão do/a profissional como mero executor de políticas sociais, estabelecendo a participação destes/as nos espaços decisórios de programas institucionais; possibilitou ao/à usuário/a apresentar denúncia aos conselhos profissionais referentes a uma prática contrária aos seus interesses; buscou garantir a ação profissional pautada nos parâmetros de capacitação para pesquisar, elaborar, gerir e decidir sobre as políticas institucionais e seus programas, ao superar a concepção do técnico imparcial (IAMAMOTO, 2001a).

Ele expressou a afirmação de uma direção sócio-política para a profissão – que posteriormente veio a consolidar-se no projeto ético-político profissional do Serviço Social – articulada aos movimentos sociais, sindicais e político-partidários progressistas, estabelecendo um compromisso político com a classe trabalhadora.

No entanto, apesar do grande avanço representado pelo Código de Ética de 1986, “é necessário reafirmar que neste momento não havia ainda na profissão um acúmulo

teórico-filosófico que pudesse adensar e explicitar as bases ontológicas necessárias à sua formulação” (ABRAMIDES, 2006, p. 175). Por isso, o Código de 1986 apresenta resquícios de uma visão estática e unilateral ao explicitar a vinculação da categoria profissional com uma determinada classe social – a classe trabalhadora.

[...] a identificação de uma classe, como tendo de forma absoluta os valores do bem, pode indicar uma visão moralista da realidade social: aquela que separa o mundo entre bons e maus, subestimando com isso a possibilidade de contradição e de mobilidade e transformação de valores (BARROCO, 2001a, p. 120).

O compromisso político que uma categoria profissional assume junto a determinada concepção ideológica deve se expressar, em um Código de Ética, por intermédio dos valores ali defendidos. Dito de outro modo, “num Código de Ética, o compromisso deve ser com os valores e não com as classes, grupos, indivíduos, isto é, não cabe num Código de Ética prescrever quem são os sujeitos portadores desses valores” (BARROCO, 2001a, p. 121). Um Código de Ética que eleja como valores centrais a liberdade, a democracia, a justiça, a igualdade, a cidadania, já se contrapõe a qualquer situação autoritária e opressora.

Em síntese, subjacente ao Código de Ética de 1986 identifica-se uma velha armadilha já denunciada por Lukács: uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita. Enquanto a órbita da interpretação teórica da sociedade era presidida por uma análise dualista, de corte positivista, na órbita do dever ser emergia uma intencionalidade política de compromisso com a classe trabalhadora e com a ultrapassagem do ordenamento social instituído, veiculada na prática profissional quotidiana numa linguagem mais próxima da militância do que de um trabalho profissional (IAMAMOTO, 2001a, p. 101-102).

Assim, este novo Código de Ética representou a opção de parcela hegemônica da categoria profissional por um projeto societário oposto ao padrão da sociabilidade burguesa, e que não seja fundado na opressão e na exploração de um homem sobre outro. Mas, esta opção configurou-se como o resultado da inserção destes/as profissionais nas lutas da classe trabalhadora – por meio dos sindicatos, partidos políticos, associações etc. Ou seja, representou, muito mais, um avanço de posicionamento ídeo-político do que um aprofundamento teórico-filosófico – este, na verdade, só foi atingido mediante a revisão do Código de Ética em 1993. Desta forma,

A dimensão política da profissão passa por uma compreensão e um aprofundamento teóricos no interior da tradição marxista a partir da década de 80. É somente na década de 90 que a dimensão ética da profissão adquire a fundamentação teórica plasmada na fundamentação filosófica ontológica que passa a sustentá-la (ABRAMIDES, 2006, p. 43).

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

Portanto, se por um lado o Código de Ética de 1986 representou uma ruptura com a concepção ética vigente até então e em descompasso com todo o avanço teórico já obtido no meio acadêmico, desde 1982 – pela aproximação ao legado marxiano –, por outro lado, mostrava-se ainda insuficiente no que se refere ao acúmulo filosófico que possibilita “discernir o que é dimensão ética, diferentemente da dimensão política, embora ambas as dimensões apresentem-se inter-relacionadas e configurem-se mediações da formação e do exercício profissional” (ABRAMIDES, 2006, p. 52).

Entretanto esta constatação não desconsidera todo o processo de construção do compromisso político-ideológico da categoria profissional com os/as trabalhadores/as sob novas bases de legitimação para o Serviço Social. A construção de uma nova moralidade profissional iniciou-se na década de 1960, quando parte dos/as assistentes sociais questiona ideologicamente a ordem burguesa, fazendo a opção pela participação política, mesmo que seja intitulado-se “agentes de mudança”. Esta construção atravessa toda a década de 1970, resistindo à ditadura militar e adentra os anos de 1980 amplamente influenciada pelas lutas político-sindicais e político-partidárias.

Nesse sentido, quando indagamos sobre a ausência de uma reflexão ética sistematizada durante esse período, ou seja, dos anos 60 até a segunda metade da década de 80, podemos nos enganar se entendermos que não houve, durante esse período, a construção de uma nova moralidade profissional (BARROCO, 2001b, p. 142).

Desta forma, se é fato que ao longo destas décadas não ocorreu uma devida sistematização a respeito do debate em torno da ética profissional que lhe propiciasse amadurecimento, é também verdadeiro afirmar que a própria vivência prática da categoria profissional encarregou-se de criar um novo *ethos*, que tem como princípio a liberdade.

Segundo Barroco (2001b, p. 170),

Uma análise ética da produção da vertente de ruptura, nos anos 80, evidencia que a concepção ética presente nos anos anteriores permanece praticamente inalterada em suas bases de sustentação, ou seja, a subordinação imediata entre ética e política, entre ética e ideologia não é questionada. Ainda que não se tenha produzido uma literatura ética nesse momento e que tenham sido dadas as bases teóricas para tal superação, isso não se explicitou [...].

Assim, até a década de 1990, a ética permaneceu implícita no debate acerca da dimensão ético-política da intervenção profissional do/a assistente social. Apenas entre os anos de 1992 e 1993, a questão ética se apresenta como um tema emergente no debate realizado pela categoria profissional.

A fragilidade teórica, metodológica e operacional de Código de Ética de 1986 frente às questões emergentes postas para a profissão a partir da opção neoliberal

adotada pelos governantes, em nosso país, impulsionou a revisão deste documento e todo um processo de debates em torno da viabilidade do compromisso profissional em condições tão adversas.

O processo de debates éticos que teve início em 1992, culminando com a aprovação do novo Código, um ano depois, foi marcado por um encaminhamento inédito na trajetória da reflexão ética profissional. Historicamente, é em função do Código de Ética que a categoria se mobiliza para tal discussão, o que já aponta para uma concepção restrita acerca da ética profissional; restrita à codificação formal, a ética deixa de ser tratada como tema do cotidiano e apreendida como relação entre as esferas e atividades sociais. Em 1992, o processo foi inverso; iniciando-se como reflexão sobre a ética, em geral, levou à questão da ética profissional e ao Código, como uma de suas dimensões (BARROCO, 2001b, p. 199).

Este processo que coloca na ordem do dia as preocupações com a fundamentação ética do exercício profissional significou o reflexo, em meio à categoria, do cenário que se configurava em toda a sociedade no início da década de 1990, uma vez que

A questão da dimensão ético-política também ao nível societário adquire proeminência, seja frente à pós-modernidade que mina princípios ético-políticos sedimentadores da vida social na modernidade – a crença na razão, na igualdade, na possibilidade do desenvolvimento humano, na autonomia individual –, seja motivada pela reação coletiva à desmoralização que vem atingindo a esfera pública no país com a multiplicação dos casos de corrupção e escândalos, acompanhada da atenta e vigorosa resistência e vigilância cívica da sociedade civil (IAMAMOTO, 2001a, p. 96).

Estas questões rebatem nas profissões e demandam respostas profissionais frente a esta conjuntura fazendo com que a categoria passe a repensar sua dimensão ética.

Deste modo, o debate sobre a dimensão ético-política da profissão ampliou-se no decorrer da década de 1990, expressando-se nos marcos do novo Código de Ética Profissional – 1993 –, na Lei de Regulamentação da Profissão – 1993 – e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – 1996.

Portanto, se as décadas de 1970 e 1980 foram imprescindíveis para o avanço da dimensão política da profissão, foi ao longo dos anos de 1990 que o componente ético da atuação profissional alcançou maior maturidade teórica, uma vez que, como afirma Abramides (2006, p. 61) “as dimensões éticas e políticas guardam singularidades relativas às suas naturezas; portanto não se confundem”.

Assim, a renovação ética do Serviço Social, tomada a partir do marco histórico do atual Código e do projeto ético-político profissional – que

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

constrói sua identidade através da crítica teórica e oposição ética e política ao conservadorismo do Serviço Social – é parte de um processo que antecede os anos noventa e permanece em aberto, colocando indagações quanto à nossa capacidade crítica de analisar e responder os/aos desafios do presente (BARROCO, 2004, p. 187).

Sendo assim, o Código de Ética de 1993 representou a incorporação de todo o acúmulo teórico realizado pela categoria profissional ao longo das décadas de 1970 e 1980. Por isso, o Código de Ética Profissional do Serviço Social, assim como o projeto ético-político da profissão, aponta para uma nova ordem social e, conseqüentemente, para a necessidade de revisão dos princípios em que se fundamenta a ordem societária atual.

O caráter ético-político do projeto profissional do serviço social aponta para uma hegemonia no interior da profissão, para uma adesão de classe, no sentido de estabelecer alianças com setores progressistas que se empenham na luta pela ampliação dos direitos sociais, tendo em vista um projeto mais amplo de sociedade (MUSTAFA, 2004, p. 176).

No entanto, apesar de seu caráter questionador e da crítica que realiza ao modo de produção capitalista, suscitando discussões em torno da viabilidade de uma nova ordem societária, o atual projeto ético-político hegemônico em meio à categoria profissional não coloca nos ombros dos/as assistentes sociais a responsabilidade de instaurar o processo revolucionário.

“O projeto ético-político do Serviço Social não se propõe, portanto, a ser um projeto redentor” (MUSTAFA, 2004, p. 175). Faz-se necessário que os/as profissionais do Serviço Social compreendam, com clareza, o caráter contraditório que caracteriza a profissão, na sua interconexão entre o capital e o trabalho, bem como a impossibilidade de alcançar uma nova ordem social sem a colaboração dos demais setores da sociedade, considerando que o sujeito revolucionário é a classe trabalhadora, e que sim, fazemos parte dela. “O projeto de uma nova ordem social é, na verdade, um projeto societário – daí a sua dimensão política. Não se pode alcançar tal projeto sem passar pela articulação com os demais setores da sociedade, o que explica que o projeto profissional é também político” (MUSTAFA, 2004, p. 175).

Uma única profissão não pode se arvorar a tarefa de transformar a sociedade. Daí a necessidade de o serviço social estar em sintonia com os anseios populares, com os movimentos sociais, com as representações da sociedade civil – e tudo isto é política. Vale lembrar que todo o avanço implementado desde os anos 80, no que se refere ao código de ética, proposta curricular e desempenho profissional, deve-se à intrínseca articulação com os segmentos mais progressistas da sociedade e, em alguns casos, com o pioneirismo do serviço social na defesa incansável dos interesses da classe trabalhadora (MUSTAFA, 2004, p. 176).

Os princípios éticos e políticos do projeto profissional demonstram o compromisso da categoria profissional com interesses históricos da classe trabalhadora, apontando na direção da ruptura com a ordem burguesa. Eles “se revelam como fundamento filosófico do agir profissional, denotando o avanço no campo teórico e de produção de conhecimento alcançado pela profissão” (MUSTAFA, 2004, p. 177).

Portanto, a ética não pode ser tomada como uma abstração que preconiza princípios e valores, desprovidos de materialidade. Ela não é um conjunto de regras que normatiza a ação individual, profissional e coletiva. “É, antes de tudo, um componente da sociabilidade humana e suporte teleológico das lutas sociais” (MUSTAFA, 2004, p. 168). Por isso, é por meio do seu compromisso ético-político que o/a assistente social pode oferecer contribuição ao processo de transformação desta sociedade. E, sobre essa questão, apresentaremos algumas reflexões no item que se segue.

3.2.3 O COMPONENTE ÍDEO-POLÍTICO DA AÇÃO PROFISSIONAL E AS CONTRIBUIÇÕES DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS AO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

O Serviço Social, e, por conseguinte, a intervenção profissional do/a assistente social, realiza-se no âmbito do processo de reprodução social e se constitui a partir de três componentes fundamentais: teórico-metodológico – a justificativa que responde ao “por que fazer” –; ético-político – a finalidade que se refere ao “para que fazer” –; técnico-operativo – operacionalidade que se remete ao “como fazer”. Estes componentes se articulam e constituem uma unidade que se expressa no momento da intervenção profissional.

Portanto, quando o/a assistente social desempenha qualquer ação profissional, estão presentes, neste ato, as suas referências teóricas e metodológicas; os seus valores éticos e a sua concepção política; e o instrumental técnico-operativo escolhido.

Este processo interventivo desenvolvido pelo/a assistente social possui um efeito que incide, diretamente, nas condições materiais e sociais dos sujeitos com os quais trabalha. Assim, “[...] o Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras” (IAMAMOTO, 2001b, p. 67). Por isso é, essencialmente, chamado para constituir-se em agente de “linha de frente” nas relações entre a população e a instituição (IAMAMOTO, 2008).

Mas, o/a assistente social não é solicitado pelas organizações e instituições apenas pelo caráter técnico-especializado da sua atuação profissional. Ele é convocado, essencialmente, pelas funções “educativas”, “moralizadoras” e “disciplinadoras” que, mediante um suporte administrativo-burocrático, pode exercer junto a segmentos da classe trabalhadora que compõem o público-alvo de tais instituições (IAMAMOTO, 2008).

Assim, o/a assistente social é chamado a colocar-se como anteparo entre a instituição e a revolta ou o inconformismo da população, realizando um papel de

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

“amenizador de conflitos”. Ele é requisitado para levar o/a usuário/a a aceitar as normas da instituição, por meio de uma ação persuasiva que tenda a mobilizar o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão e de consenso. A estratégia de individualização dos atendimentos, por exemplo, possibilita aliviar tensões e insatisfações, submetendo-as ao controle institucional.

Desta forma

A funcionalidade do Serviço Social à ordem burguesa, como uma das direções da intervenção, está em eliminar os conflitos, modificar comportamentos, controlar contradições, abrandar as desigualdades, administrar recursos e/ou benefícios sociais, incentivar a participação do usuário nos projetos governamentais ou no alcance das metas empresariais. Neste caso, a profissão tem nos interesses da burguesia uma das suas bases de legitimidade (GUERRA, 1999, p. 56).

Os/as assistentes sociais, desde a gênese da profissão, foram historicamente requisitados pela classe dominante para exercer funções de persuasão e coerção sobre as formas de organização dos/as trabalhadores/as impulsionando-os a um processo de adesão frente às configurações do capital.

Portanto, o direcionamento dessa atuação profissional pode atingir a subjetividade da classe trabalhadora, transformando a sua maneira de viver, de se comportar e de se reconhecer na sociedade. Assim, por meio da prestação de serviços sociais, os/as profissionais realizam uma intervenção que possui uma determinação teórica, uma finalidade e que incide na vida social dos/as trabalhadores/as – seja para enfraquecer ou reforçar os seus reais interesses.

Então, o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2001b, p. 69).

Deste modo, percebemos que o assistente social possui, na sua intervenção profissional, um componente material-assistencial – que se configura por intermédio da prestação de serviços, dos benefícios, programas, projetos etc. Inerente a este componente material-assistencial existe um outro que é ídeo-político, que influencia a forma de viver e de pensar dos sujeitos por ele atendidos. Este componente constitui o que há de subjetivo na intervenção profissional do/a assistente social e articula-se à dimensão ético-política, expressando-a. Desse modo, o/a assistente social presta

serviços e/ou administra serviços sociais que são a base material a partir de qual desenvolve uma ação ideológica, política e educativa.

Por exemplo, quando o assistente social viabiliza o acesso a um óculos, uma prótese, está fornecendo algo que é material e tem uma utilidade. Mas o assistente social não trabalha só com coisas materiais. Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos. Os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem sempre se corporifiquem como coisas materiais autônomas, ainda que tenham uma objetividade social (e não material) (...) (IAMAMOTO, 2001b, p. 68).

Estes componentes da intervenção profissional são indissociáveis. O componente ídeo-político é inerente ao material-assistencial porque, ao desenvolver qualquer ação, o/a assistente social repassa para os sujeitos junto aos quais trabalha, valores, formas de pensar e concepções de mundo.

Em uma sociedade capitalista, o componente ídeo-político que atravessa a intervenção profissional do/a assistente social é, necessariamente, polarizado pelos interesses antagônicos das classes sociais. É desta forma que o Serviço Social, enquanto parte da organização da sociedade, encontra-se situado no processo de reprodução das relações sociais. Durante o processo interventivo do/a assistente social, seja qual for a ação desenvolvida pelo/a profissional, sua atuação reproduz tanto interesses do capital, como do trabalho.

Esta é a origem, a raiz do componente ídeo-político da intervenção profissional do/a assistente social. Assim sendo, este elemento não deriva da vontade ou da intenção, nem tão pouco da atuação ou do compromisso do/a assistente social com os interesses dos/as trabalhadores/as ou com as demandas do capital. Ela configura-se na medida em que a intervenção profissional é polarizada pelas estratégias desenvolvidas pelas diferentes classes sociais. E, somente mediante da compreensão deste componente, o/a profissional pode ser capaz de elaborar estratégias de atuação que venham a fortalecer os interesses do capital ou do trabalho.

Portanto, os/as assistentes sociais podem desenvolver intervenções profissionais relacionadas a reflexão das mudanças na forma de pensar, de sentir, de viver e de lutar dos seus sujeitos com os quais trabalha. Estas intervenções podem estimular e potencializar a resistência dos/as trabalhadores/as fazendo com que, ainda na ordem vigente, surjam elementos de contestação, de rebeldia, de organização voltados para a ampliação dos direitos.

O propósito é promover uma permanente articulação política no âmbito da sociedade civil organizada, para contribuir na definição de propostas e estratégias comuns ao campo democrático. Esse projeto requer ações voltadas

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação. Nesse sentido é fundamental estimular inserções sociais que contenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública (IAMAMOTO, 2008, p. 21).

Neste ponto nos defrontamos com outro problema: grande parte dos/as assistentes sociais atualmente não tem desenvolvido, nem sequer planejado, ações neste sentido. Uma das causas pode ser atribuída ao contexto de crise e sua incidência sobre as lutas sociais. Afinal, no momento histórico atual, o cruel processo de desmobilização, individualização e, até mesmo, desesperança vem recaindo sobre o conjunto dos/as trabalhadores/as e não são muitas, ou pelo menos muito visíveis, as manifestações de combate ao sistema vigente. Pois, para que o/a assistente social, por intermédio de sua intervenção, possa contribuir com a luta dos/as trabalhadores/as é preciso que esta luta esteja em construção.

Estamos vivendo tempos de duro combate à luta popular organizada e, diante desta situação, muitos movimentos, organizações e mobilizações vêm sofrendo refluxos – embora existam ainda, em todo o mundo, movimentos sociais e políticos combativos e resistentes aos ataques do capital.

Todavia, se o contexto não favorece o florescimento de experiências concretamente organizadas, o conjunto de trabalhadores/as que configura o público-alvo do/a assistente social lhe oferece diariamente conteúdos de resistência à ordem vigente com os quais o/a profissional pode trabalhar e desenvolver inúmeras ações. Segundo Iamamoto (2008, p. 04), nossa “sociedade apresenta um terreno minado de resistências e lutas travadas no dia a dia de uma conjuntura adversa para os trabalhadores, as quais carecem de maior organicidade para terem força na cena pública”.

Muitas vezes, mesmo que não seja de forma consciente e com objetivos claramente definidos, os sujeitos com os quais o/a assistente social trabalha lhe apresentam manifestações de questionamento e oposição ao seu modo de vida e elas passam despercebidas pelos/as profissionais.

Detectar focos de resistência dos/as trabalhadores/as e colocar-se a serviço destes/as no seu processo de mobilização deve constituir-se em atribuição privilegiada dos/as assistentes sociais. E, para além disso, como trabalhador/a assalariado/a – que sofre todo o processo de dominação capitalista –, o/a assistente social pode realizar ações que contribuam para o fortalecimento das lutas da classe trabalhadora e para o enfrentamento da sociedade vigente

Estas ações, por sua vez, não irão adquirir peso nem monta se não se constituírem em atuação coletiva. Portanto, o/a assistente social deve buscar colaborar com a articulação de espaços coletivos, estejam eles dentro ou fora do âmbito da categoria profissional.

Enquanto categoria profissional, temos a responsabilidade cívica e política de nos somarmos a outras entidades da sociedade civil, a outros profissionais na direção indicada, de maneira que o anúncio de valores éticos que regem a prática profissional não se transforme apenas em declaração de belas intenções (IAMAMOTO, 2001a, p. 104).

Deste modo, faz-se necessário que os/as assistentes sociais, além de ocupar os espaços políticos da própria categoria, realizem articulações destes com outros movimentos sociais e políticos que possuam objetivos comuns na luta por uma sociedade mais justa e igual. Como trabalhador/a, como cidadão/ã que deseja contribuir efetivamente para uma transformação social, o/a assistente social pode e deve inserir-se em outros espaços políticos, como sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, entre outros, sem que o exercício profissional seja confundido com militância política.

O desafio que está posto, hoje, aos/as trabalhadores/as é desenvolver táticas que possam materializar, no cotidiano da vida social, a luta pela construção de uma sociedade humanamente emancipada. É preciso “arrancar esse projeto da utopia pura a que foi relegado até o presente” (BIHR, 1998, p. 158).

Portanto, enquanto trabalhador/a, esta passa a ser uma tarefa cuja responsabilidade é, também, dos/as assistentes sociais. “Entendo que o assistente social é antes de tudo um cidadão. É como tal que ele tem a responsabilidade de participar e interferir nos rumos que estão abertos para a nação” (IAMAMOTO, 1991, p. 71). Mas, esta atuação política do/a assistente social – assim como de qualquer outro/a trabalhador/a – só obterá meios de alcançar os objetivos propostos quando for capaz de decifrar e compreender os caminhos por onde se envereda a prática social.

Contudo, entre os/as assistentes sociais, este processo de desvelamento da realidade sócio-histórica, por vezes, tem sido dificultado por uma postura “salvadora” que confunde a práxis revolucionária com a ação profissional e se sustenta em um discurso de compromisso com a classe trabalhadora, esvaziada de ações concretas. A consolidação deste compromisso exige a realização de análises teóricas e históricas das situações concretas.

Esvaziado desses componentes, a intenção do compromisso – embora indicando um rumo político desejável para a ação – redundava na restauração do velho idealismo que atribui à vontade a capacidade de mover a realidade. É o velho discurso travestido de roupagem modernizada, em tinturas aparentemente progressistas (IAMAMOTO, 2008, p. 190).

Para os/as profissionais que desejam contribuir com a construção de uma perspectiva crítica de atuação que venha, de fato, romper com os traços conservadores que perseguem a prática do/a assistente social, desde a gênese da profissão, Netto (1996, p. 119) aponta duas estratégias cruciais: “não ter nenhum medo de estar absolutamente contra a corrente política do nosso tempo [...]”; insistir que por meio da

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

tradição marxista “é possível tornar inteligíveis e apreender o sentido das transformações societárias em curso”.

É preciso não ter medo de assumir que o Serviço Social possui, sim, uma dimensão ético-política – onde a política não se restringe ao Estado, nem à relação entre governantes e governados. Por isso, no último tópico deste terceiro capítulo iremos aprofundar um pouco mais nossas reflexões em torno do componente ídeo-político presente na ação profissional do/a assistente social para, a partir daí, pensar possibilidades, estratégias e táticas de intervenção que possam, efetivamente, explicitar os princípios ético-políticos do nosso projeto profissional em nosso cotidiano.

3.3 O COMPONENTE ÍDEO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL, ESTRATÉGIAS E TÁTICAS ALINHADAS AO DIRECIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO DO PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO

3.3.1 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O COMPONENTE ÍDEO-POLÍTICO DA AÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Realizando uma análise um pouco mais atenta sobre o componente ídeo-político da ação profissional do/a assistente social, podemos perceber alguns equívocos frequentes. O primeiro deles possui raízes no Movimento de Reconceituação e acompanhou o desenvolvimento do Serviço Social configurando, por muitas vezes, uma compreensão distorcida da dimensão ético-política do trabalho profissional, confundindo-a com a militância.

O Movimento de Reconceituação, mediante sua vertente mais crítica, foi um dos caminhos que propiciou o encontro entre a profissão e o complexo universo marxista. Mas esse encontro, inicialmente, aconteceu por meio dos múltiplos marxismos onde, na maioria das vezes, o personagem mais ausente era o próprio Marx. “Em outras palavras: foi a aproximação de um marxismo sem Marx” (IAMAMOTO, 2001b, p. 211).

Assim, o primeiro encontro entre a categoria profissional e a tradição marxista não se deu por meio das fontes clássicas, mas por intermédio de manuais de divulgação do marxismo.

A leitura de divulgadores desta tradição intelectual à qual tivemos acesso, predominantemente a partir da militância política, forneceu-nos um determinado e problemático “recorte” que se encaixava às requisições postas naquele momento histórico para a profissão: o nosso primeiro encontro com o marxismo capturou deste os seus elementos ídeo-políticos, como aportes para a afirmação da ruptura em níveis mais gerais, ressaltando o embate contra a neutralidade profissional (SANTOS, 2007, p. 01).

Deste modo, “o encontro do Serviço Social com a perspectiva crítico-dialética deu-se por meio do filtro da prática político-partidária” (IAMAMOTO, 2001b, p. 210),

configurando-se em uma aproximação ideológica do marxismo. Esta aproximação realizou a convocação dos/as profissionais para que estes assumissem um compromisso político com a classe trabalhadora, redimensionando sua análise sobre a sociedade e sobre a sua própria função social, enquanto assistente social. Por meio deste caminho, muitas inquietações próprias da militância política e partidária foram automaticamente transferidas para o âmbito da prática profissional.

Sem deixar de ser importante naquele momento, esta radicalidade no posicionamento político provocada pela apropriação apenas ideológica do marxismo mistificou alguns aspectos da profissão devido à falta de clareza relativa a pontos essenciais do marxismo ausentes (ou praticamente ausentes) das formulações às quais tivemos acesso (SANTOS, 2007, p. 02).

A relação de identidade que se estabeleceu entre prática militante e o exercício profissional foi responsável por dubiedades que acabaram por confundi-las, em muitos momentos, deixando de lado suas diferenças. Deste modo, debater sobre o componente ídeo-político da intervenção profissional do/a assistente social não significa atribuir ao/a profissional um papel de militância política.

Em sentido oposto, outro equívoco que pode ser cometido ao se pensar o componente ídeo-político da intervenção do/a assistente social, é a imediata correlação deste com uma ação profissional crítica, vinculada aos interesses políticos e ideológicos da classe trabalhadora.

O fato de o Serviço Social possuir uma dimensão ídeo-política que lhe é inerente, não pressupõe que esta esteja naturalmente vinculada ao projeto societário dos/as trabalhadores/as. Ao contrário, como vimos anteriormente, o exercício profissional desenvolvido por muitos/as profissionais tem se correlacionado em grande medida ao projeto societário da classe dominante. E, mesmo depois da conquista hegemônica de um projeto profissional articulado aos interesses do conjunto dos/as trabalhadores/as, ações profissionais conservadoras – sejam tradicionais, tecnocráticas, neoconservadoras – não desapareceram.

Portanto, o componente ídeo-político contido nos processos interventivos dos/as assistentes sociais pode materializar-se, mediante ações por estes desenvolvidos, em perspectivas de atuação críticas ou conservadoras.

Assumir uma perspectiva crítica de intervenção profissional significa compreender a sua dimensão ídeo-política e empreender esforços para que as ações planejadas e executadas venham a somar com a luta dos/as trabalhadores/as contra os processos de exploração e dominação capitalistas, e não substituí-la. Em nossa atual conjuntura, representa desenvolver ações profissionais que somem esforços com todos os movimentos que se contraponham à barbárie capitalista.

Faz-se então necessário ao profissional que, pela via de conhecimento teórico, da escolha consciente por valores universais, da direção política que atribui a

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

sua prática, bem como de uma postura renovada e qualificada, transcenda a mera cotidianidade para alcançar o patamar do exercício crítico, competente e comprometido (GUERRA, 2007b, p. 12).

Um último equívoco a ser apontado refere-se aos limites da dimensão ídeo-política da intervenção profissional do/a assistente social. Diz respeito à atribuição de práticas revolucionárias aos/às assistentes sociais, colocando-lhes sobre os ombros uma responsabilidade que não compete a uma categoria profissional.

Os/as assistentes sociais não são “agentes da transformação”, como sabemos, encarregados de conduzir tal processo na sociedade e nem assim devem se comportar. Entre os objetivos profissionais apontados pelo nosso projeto ético-político não se encontra a condução da classe trabalhadora no processo de transformação social. Análises neste sentido não levam em consideração que os principais sujeitos políticos de nossa sociedade são as classes sociais e não as categorias profissionais.

Não cabe ao/a assistente social, enquanto profissional, o papel revolucionário de transformar a sociedade capitalista. A tarefa revolucionária de subverter a ordem do capital em detrimento da conformação de uma nova sociabilidade é do conjunto dos/as trabalhadores/as.

Desta forma, o/a profissional de Serviço Social, situado na esfera da defesa dos direitos, não realiza a superação da ordem capitalista. Mesmo que defendam interesses reais do conjunto dos/as trabalhadores/as, porque também compõem esta classe. O que este/a profissional pode construir são intervenções que potencializem, que contribuam, que reforcem a luta por outra sociedade, sendo que esta, na sua essência, precisa ser conduzida pelos/as trabalhadores/as. “Nestas circunstâncias, a atividade dos profissionais se pode definir como progressista quando apoia, reforça ou estimula o esforço transformador daqueles que são os atores básicos da mudança social” (PALMA, 1987, p. 27).

No entanto, para que os/as profissionais possam desenvolver ações que fortaleçam o processo de transformação social, faz-se necessário que ele esteja em construção. Esta é uma tarefa que não cabe ao Serviço Social, porque é muito maior que qualquer profissão. Entretanto, e este é um princípio ético-político, inclusive, que devemos perseguir, cabe ao/a assistente social aliar-se a outros movimentos e categorias profissionais que também defendam a construção de outra sociabilidade.

Superando as imprecisões que circundam o debate acerca do componente ídeo-político da intervenção profissional do/a assistente social, levando muitos/as profissionais a uma compreensão equivocada sobre tal elemento, podemos concluir que sua origem se encontra na contradição essencial da sociedade capitalista – a contradição entre capital e trabalho. Esta contradição permeia não apenas o Serviço Social, mas qualquer atividade profissional, fazendo com que seu processo interventivo seja atravessado por interesses antagônicos.

Sendo o Serviço Social uma atividade socialmente determinada e historicamente legitimada, o/a assistente social, por meio de sua atuação profissional, situa-se contraditoriamente entre interesses institucionais – normalmente atrelados aos interesses dominantes –, e interesses dos sujeitos por ele atendidos. E, somente mediante a compreensão desta dinâmica contraditória, ou seja, apenas por meio de uma correta apreensão do componente ídeo-político inerente ao seu exercício profissional, pode empreender esforços na elaboração de estratégias que venham a reforçar os interesses dos/as trabalhadores/as – uma vez que no decorrer do seu processo interventivo, repassa para os sujeitos, valores, princípios e concepções de mundo.

Portanto, a apropriação do componente ídeo-político do Serviço Social depende da compreensão histórica, teórica e política sobre a relação que se estabelece entre capital e trabalho na sociedade capitalista, e sobre as contradições que se articulam a partir das classes fundamentais. Classes que não representam um conceito, um dado ou um pressuposto, mas que são um produto histórico real do movimento de produção e reprodução das relações sociais antagônicas estabelecidas pela ordem do capital.

Portanto a atuação do Serviço Social é visceralmente polarizada por interesses sociais de classes contraditórias, inscritos na própria organização da sociedade e que se recriam na nossa prática profissional, os quais não podemos eliminar. Só nos resta estabelecer estratégias profissionais e políticas que fortaleçam alguns dos atores presentes nesse cenário (IAMAMOTO, 1991, p. 60).

O/a profissional do Serviço Social atua em meio a uma totalidade concreta que se encontra em constante movimento, em um processo de estruturação e reestruturação permanente. Por isso, o Serviço Social – assim como qualquer outra profissão – precisa ser considerado a partir de dois ângulos indissociáveis. O primeiro refere-se à profissão como uma realidade que é vivida por seus agentes e por meio destes torna-se representada em discursos teórico-ideológicos, que são construídos sobre o exercício profissional. O segundo ângulo deste mesmo fenômeno que é a atividade profissional diz respeito ao fato da atuação do/a assistente social ser uma atividade socialmente determinada por circunstâncias sociais objetivas.

Em relação ao primeiro ângulo, podemos afirmar que o Serviço Social parece possuir certo privilégio em relação a outras atividades profissionais. A profissão assumiu a sua dimensão ético-política com a audácia necessária para propor um percurso profissional, que venha reforçar as tarefas da construção de uma nova ordem para além do capital.

No entanto, o segundo ângulo indica que a conjuntura produzida em determinados momentos históricos interfere diretamente na constituição da direção social da profissão e, conseqüentemente, no próprio processo interventivo realizado por seus agentes. O contexto histórico condiciona e, por vezes, ultrapassa a vontade e a consciência dos/as profissionais em relação às ações por eles desenvolvidas.

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

Portanto, a unidade entre estes dois ângulos é tão real quanto contraditória. Ela pode ocasionar uma defasagem entre as intencionalidades do/a profissional – expressas ou não no seu discurso – e o seu próprio fazer profissional. Nem sempre as representações que legitimam uma profissão caminham juntas com as condições propícias para o seu exercício e com os efeitos sociais que provocam.

O tempo presente acirra a naturalização das desigualdades sociais e a submissão das necessidades humanas ao poder do capital e do seu fetiche, características da sociedade capitalista. E é dentro deste contexto, sob o efeito destas forças que se congregam para nos conduzir pelo caminho da indiferença diante do destino de enormes contingentes de trabalhadores/as, que atuam os/as assistentes sociais.

Desta forma, mesmo portando um projeto profissional que possui como um dos seus princípios a transformação radical deste modelo societário, o/a assistente social move-se em uma conjuntura onde o projeto societário hegemônico garante a efetividade dos interesses da classe dominante.

Este contexto ocasiona impactos diretos no Serviço Social, seja pela redução direta do número de assistentes sociais contratados pelo Estado, seja pelo processo de precarização das condições de trabalho, mediante a terceirização dos mesmos, como também pela diminuição drástica de financiamento e recursos necessários aos/as profissionais na execução das políticas sociais.

O processo de subordinação do/a assistente social é cotidianamente reforçado pelas requisições e cobranças institucionais que se impõem ao/a profissional em seus espaços sócio-ocupacionais. Os objetivos burocráticos da instituição tendem a comprimir e limitar ainda mais a relativa autonomia do/a assistente social, rotinizando as funções que realiza durante sua intervenção profissional.

Na posição de um empregado assalariado do capital que possui uma intervenção profissional voltada para os/as trabalhadores/as, o/a assistente social, muitas vezes, encontra-se em uma posição desconfortável, debatendo-se entre os interesses institucionais e as reais necessidades dos sujeitos junto aos quais trabalha.

Isso porque geralmente os/as assistentes sociais encontram-se inseridos no contexto das políticas sociais setorializadas, parcializadas e focalizadas que segmentam a “questão social” em vários “problemas sociais”.

Assim, o fato de o/a assistente social, na maioria das vezes, encontrar-se alocado no campo das políticas sociais, acaba propiciando a adesão deste/a profissional – mesmo que involuntária – a uma forma de pensar pautada na fragmentação da realidade social e nos direcionamentos constituintes das próprias políticas, reproduzindo seus conceitos básicos no exercício profissional. Esta visão segmentada reflete-se na própria compreensão do/a profissional sobre os sujeitos com os quais trabalha.

A população usuária dos serviços é, muitas vezes, vista pelo profissional sob uma perspectiva fragmentada – como pobres, crianças, famílias, idosos, população de rua, entre outros – de acordo com as carências apresentadas.

Assim, há a ausência de perspectiva de classe social dos profissionais, classificando a população receptora de seus serviços a partir do atendimento e da política social oferecida, não reconhecendo esta como pertencente a uma classe social – a classe trabalhadora (CASSAB et al, 2006, p. 12).

Seguindo a mesma lógica, muitos/as são os/as assistentes sociais que identificam as demandas mais frequentemente apresentadas pelos sujeitos por ele atendidos como sendo de ordem individual, relacionadas à satisfação de necessidades pessoais e não coletivas.

O assistente social tem dificuldade de enxergar esta demanda como uma demanda coletiva, isto é, de compreender o indivíduo inserido em uma classe. De entender o indivíduo alvo de sua intervenção como “corpo laborante”, ou seja, o indivíduo que é pertencente a uma classe social e que, sobretudo, vivencia as contradições da relação entre capital e trabalho (CASSAB et al., 2006, p. 14).

Tais questões demonstram que muitos/as assistentes sociais não conseguem visualizar os sujeitos com os quais trabalha como pertencentes a uma classe social. Não conseguem perceber que suas demandas individuais refletem a história de luta e resistência da classe trabalhadora.

Não é nada fácil percorrer caminhos e consolidar intervenções críticas e sintonizadas com os interesses da classe trabalhadora. No entanto, o exercício profissional do/a assistente social não é apenas resultante de um processo histórico, ele é, também, produto teórico-prático dos agentes que a ele se dedicam.

A profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento de nossas sociedades, quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos (IAMAMOTO, 2008, p. 09).

Este fator abre aos/as profissionais a possibilidade de buscar uma atuação diferenciada que ultrapasse as barreiras impostas pelo contexto político-institucional amplamente desfavorável. “Para isto, não basta ao Serviço Social restringir-se ao campo das políticas sociais que minimizam o desemprego e a miséria, mas buscar compreender criticamente as condições de trabalho que caracterizam a sociedade contemporânea” (MUSTAFA, 2004, p. 180).

Neste sentido, o atual hegemônico projeto ético-político profissional do Serviço Social configura-se como um importante instrumento. O valor central defendido por

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

este projeto é a liberdade – “a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais” (NETTO, 1999, p. 15). Deste modo, percebemos que este projeto profissional se vincula, claramente, a um projeto societário que traz como núcleo central a proposta da construção de uma sociedade sem relações de exploração e dominação de classe, etnia ou gênero.

Não há como elaborar um receituário de estratégias e táticas que tornem o exercício profissional efetivamente comprometido com as reais demandas dos/as trabalhadores/as, mas alguns caminhos podem ser apontados para que cheguemos, futuramente, às respostas. Um dos principais caminhos refere-se ao projeto ético-político profissional, atualmente hegemônico, no Serviço Social.

Segundo Vasconcelos (2002), sem a orientação deste projeto ético-político, a maioria dos/as assistentes sociais acaba empreendendo esforços no sentido de repassar aos sujeitos com os quais trabalha a sua análise sobre a realidade, os seus valores, as suas opiniões. Demonstrem-se incapazes de produzir condições objetivas que criem possibilidades para que a própria população usuária realize um processo de reflexão sobre o seu cotidiano, a sua realidade e exercite seu potencial organizativo buscando romper com práticas controladoras e ampliar seus direitos.

O real enfrentamento dessa situação exige uma atuação profissional que extrapole a simples reprodução da normatização institucional e proponha a abertura de novas frentes de trabalho capazes de alargar as funções do/a assistente social diante da realidade social que a ele se apresenta, descortinando possibilidades até então não percebidas. Este processo implica em uma problematização teórica e histórica do contexto conjuntural e socioinstitucional do espaço onde se concretiza a intervenção profissional para decifrar o significado social de sua atuação, e assim, desvendar estratégias políticas, alianças e táticas possíveis de serem concretizadas no espaço profissional. É sobre esses elementos que nos debruçaremos nos dois últimos itens deste capítulo.

3.3.2 O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO DESENVOLVIDO PELOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS – O INVESTIMENTO NOS ESPAÇOS COLETIVOS

Tendo aprofundado um pouco a nossa reflexão sobre o componente ídeo-político contido na ação profissional do/a assistente social, faz-se necessário pensar, agora, como podemos construir estratégias e táticas profissionais que possam fortalecer, em nosso trabalho, o direcionamento ético-político comprometido com nosso projeto profissional crítico. Ou seja, como podemos elaborar a nossa intervenção profissional para que ela, por meio do componente ídeo-político, possa, efetivamente, estar a serviço dos interesses da classe trabalhadora.

O mote central deste capítulo contempla a questão sobre a utilização dos grupos como uma ferramenta de trabalho do/a assistente social. De acordo com

Santos e Noronha (2011), existem três principais abordagens sobre o trabalho com grupos na literatura do Serviço Social. Uma primeira destaca que é pré-condição para o desenvolvimento deste trabalho uma profunda discussão teórico-metodológica sobre as práticas grupais na sociedade capitalista; uma segunda abordagem identifica o grupo como um potencializador do trabalho socioeducativo; e, ainda, uma terceira concepção aponta que as atividades grupais devem buscar a universalização das ações e a ampliação dos direitos, “[...] explicitando, através de mediações, o caráter coletivo dessas questões” (SANTOS & NORONHA, 2011, p. 56).

Neste capítulo não iremos escolher uma destas abordagens para desenvolver, pois, compreendemos que, na realidade, elas são complementares. E, todas elas, nos ajudam a nos afastar de uma concepção que utiliza o trabalho com grupos em uma perspectiva terapêutica – em direção contrária ao nosso projeto ético-político. Deste modo, é preciso pensar o caráter socioeducativo que o grupo assume e a sua potencialidade coletiva. Mas, para isso, faz-se necessário estudo, aprofundamento teórico e conhecimento técnico-procedimental. Com isso, o trabalho com grupos pode contribuir para o estímulo a um processo de reflexão crítica sobre as questões do cotidiano dos/as usuários/as, sobre a própria conjuntura ou as demandas apresentadas por eles e por nós mediadas.

Nesse sentido, identificamos que a escolha e utilização do trabalho com grupos, como ferramenta, pode ser considerada uma tática do/a assistente social. Por isto que neste item, a proposta é trazer o debate sobre estratégias e táticas, compreendendo suas definições e conceitos, considerando que há uma relação com a utilização do grupo.

Pensar sobre estratégias e táticas exige de nós o exercício da reflexão e a busca pela conceituação destes termos, porque, segundo Bogo (2008), ao longo da história, eles vêm sendo compreendidos para além de suas definições semânticas e são preenchidos com diferenciados conteúdos e significados.

Desse modo, encontramos em Clausewitz⁵³ (1979) algumas indicações que nos ajudam nesse propósito. Segundo o autor, a estratégia é o movimento da reflexão que busca a elaboração de um “plano de guerra”. A estratégia, portanto, deve sempre ser guiada por um objetivo que a precede, e, a partir daí, são determinadas as ações táticas. Dessa forma, as orientações estratégicas são fundamentais para as decisões táticas que almejam atingir determinado objetivo posto. Nas palavras de Iasi (2006, p. 418), a estratégia seria “a maneira de combinar os diferentes passos táticos com a finalidade de alcançar o objetivo”.

Portanto, cabe-nos dizer que, em nossa compreensão, pensando estratégias e táticas no campo do Serviço Social, é imprescindível que os/as assistentes sociais tenham seus objetivos claramente definidos. Portanto, há que consolidar a concepção

53 Também conhecido como “o filósofo da guerra”, Clausewitz é o autor de uma das obras que mais influenciou o pensamento militar e político do século XIX, o livro *Da Guerra*.

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

hegemônica de profissão que nos oferece a compreensão da finalidade do nosso trabalho. A definição do objetivo profissional do/a assistente social é um momento necessário para o processo de construção das estratégias e táticas, afinal, elas precisam se movimentar em alguma direção.

Também nos cabe destacar que, segundo Paula (2016), estratégia e tática são elementos que se articulam, mas não se confundem. As estratégias nos oferecem orientações mais gerais, apontam possibilidades e nos ajudam a pensar “o que fazer”. Enquanto as táticas estão relacionadas às nossas decisões mais miúdas, às nossas ações, propriamente ditas, nos auxiliando na definição do “como fazer”. Assim, “[...] tendo uma determinada finalidade posta [...] as estratégias elaboradas a ela se articulam na intenção de apontar a direção, o caminho a ser seguido; e as táticas, por sua vez, indicam de que forma esses caminhos devem ser trilhados” (PAULA, 2016, p. 184).

Por estarem diretamente articuladas a uma determinada finalidade, as estratégias e táticas refletem as nossas escolhas ético-políticas. E a sua elaboração pode, portanto, apontar para diferentes caminhos profissionais que venham a reforçar interesses distintos.

Se estamos buscando, aqui, demonstrar como podemos construir estratégias e táticas político-profissionais alinhadas com o projeto ético-político hegemônico no Serviço Social, precisamos pensar que ações são capazes de potencializar a defesa dos interesses históricos dos/as trabalhadores/as; e como devemos desenvolver essas ações.

É nesse sentido que apresentaremos, neste momento, algumas reflexões sobre o potencial do trabalho socioeducativo que pode ser desenvolvido pelos/as assistentes sociais, bem como os possíveis investimentos nos espaços coletivos.

Mas, para isso, faz-se necessário esboçar alguns apontamentos sobre a diferença entre o trabalho socioeducativo e a chamada “dimensão socioeducativa” do Serviço Social – que, neste capítulo, estamos chamando de componente ídeo-político da ação profissional do/a assistente social. Nossa opção se justifica pela seguinte questão: muita confusão existe sobre a compreensão de nossa categoria profissional sobre a natureza das dimensões que compõem a nossa ação profissional. Quando falamos das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, estamos tratando de elementos que são constitutivos da nossa ação, do nosso pensar, das nossas escolhas, ou seja, eles, juntos e articulados dão materialidade, direcionamento e fundamentação ao nosso fazer profissional (na verdade são as dimensões constitutivas da profissão). Esse fazer profissional, por sua vez, quando se coloca em movimento, se expressa, se revela por meio de dois componentes: o material-assistencial e o ídeo-político – como apresentamos no item 4.2.3 deste capítulo.

Deste modo, estamos afirmando que a construção da ação profissional do/a assistente social mobiliza as suas três dimensões constitutivas – teórico-metodológica,

técnico-operativa e ético-política – mas, ao se realizar, afirma elementos que são objetivos – que estão no campo material-assistencial – e subjetivos – do campo ídeo-político. De acordo com Ramos (2019, p. 122), “as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa constituem a ação profissional. Quando essa ação se realiza, ela revela uma dimensão socioeducativa” – que aqui estamos chamando de componente ídeo-político. Assim, compreendemos que o componente ídeo-político está presente em toda e qualquer ação desenvolvida pelo profissional do Serviço Social e, por meio dele, determinados valores, princípios, concepções de mundo, leituras de realidade, são informados aos/às nossos/as usuários/as.

Portanto, em nossa compreensão o componente ídeo-político – também chamado, no âmbito da produção de conhecimento no campo do Serviço Social, de dimensão ídeo-política, dimensão política, dimensão socioeducativa, dimensão pedagógica – é um elemento fundamental a ser pensado no processo de construção das estratégias e táticas político-profissionais dos/as assistentes sociais. E ele não se confunde com as ações ou o trabalho socioeducativo que pode ou não ser elaborado e realizado pelo/a profissional do Serviço Social.

Ramos (2019, p. 130) compreende “[...] por trabalho socioeducativo, uma ação desenvolvida pelo profissional que materializa a dimensão socioeducativa que a profissão possui”. E segue, nos apresentando um exemplo que expressa muito bem as reflexões que estamos tecendo neste momento:

Para exemplificar, podemos citar a realização de grupos focais com os sujeitos, que consiste em um trabalho educativo expresso em uma ação profissional de cunho socioeducativo, o qual se expressa no âmbito da dimensão técnico-operativa e revela a dimensão socioeducativa existente no trabalho profissional, além de encontrar-se articulada às dimensões ético-política e teórico-metodológica (RAMOS, 2019, p. 130).

Com isso, estamos começando a demarcar as diferenças entre o que compreendemos ser o componente ídeo-político da ação profissional do/a assistente social e o trabalho socioeducativo que pode ou não ser realizado por este/a profissional. Ramos (2019, p. 126) contribui nesta demarcação ao apontar que

[...] a profissão, ao ter um direcionamento ético-político voltado para os interesses da classe trabalhadora, ao elaborar tais estratégias e táticas, terá objetivos que expressem tal direcionamento. Assim, no âmbito da dimensão socioeducativa, estes serão voltados para um exercício profissional capaz de elaborar ações socioeducativas que tenham como finalidade contribuir para criação de processos reflexivos dos sujeitos, visando impulsionar a formação de consciência crítica.

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

Desta maneira, identificamos que o/a assistente social, consciente do componente ídeo-político inerente à sua ação profissional, pode elaborar objetivos, estratégias e táticas que ofereçam ao seu trabalho um direcionamento crítico, aliado ao processo de lutas historicamente travadas pelo conjunto dos/as trabalhadores/as em nossa sociedade. O/a assistente social “durante sua atuação, pode traçar estratégias de intervenção que contribuam para o processo de formação de consciência de classe dos sujeitos atendidos, no sentido de se reconhecerem enquanto classe trabalhadora” (RAMOS, 2019, p. 128).

É nesta perspectiva que compreendemos as ações socioeducativas – ou o trabalho socioeducativo – como importantes estratégias articuladas aos objetivos profissionais inspirados no nosso projeto ético-político crítico. Afinal, pensar no desenvolvimento de ações socioeducativas é pensar “o que fazer”, portanto, elas se constituem enquanto importantes estratégias político-profissionais para os/as assistentes sociais.

Mas, se a elaboração das ações socioeducativas encontra-se no âmbito da construção das estratégias, faz-se necessário pensar nas táticas, ou seja, definir como, de que maneira estas ações serão realizadas. A definição das táticas é fundamental porque elas são, também, responsáveis pelo direcionamento ético-político da ação a ser realizada. Assim, tendo em vista o componente ídeo-político da ação profissional do/a assistente social, o trabalho socioeducativo precisa se desenhar de modo coerente com os objetivos profissionais previamente estabelecidos.

Este trabalho socioeducativo consiste em um conjunto de ações que deve ser planejado previamente, possuindo um intuito pedagógico claramente definido. Em uma perspectiva tradicional, as ações socioeducativas se constituem em um conjunto de práticas pedagógicas realizadas com o objetivo da mera transmissão de conhecimento ou repasse de informações (EIRAS & PAULA, 2018). Mas, em uma perspectiva crítica, os trabalhos socioeducativos podem provocar debates, estimular reflexões, propiciar trocas de saberes e socialização do conhecimento previamente produzido.⁵⁴ Quando essa dinâmica se estabelece, as atividades desenvolvidas revelam a importância da participação real e efetiva dos sujeitos nos processos de disseminação do conhecimento que foi cientificamente produzido. No entanto, para que isso ocorra, é preciso que tais atividades aconteçam de maneira horizontal e democrática, sem que seja imposta uma hierarquização de saberes (EIRAS & PAULA, 2018). Essa dinâmica é capaz de respeitar o saber popular e valorizar a cultura historicamente construída pela classe trabalhadora.

Por isso, tão importante quanto a realização de ações socioeducativas é a definição de como esse trabalho será concretamente desenvolvido. Em uma perspectiva crítica, pautado nos princípios do nosso projeto ético-político de fundamentação

54 Pois não acreditamos que o trabalho socioeducativo seja produtor de conhecimento, o campo da produção do saber é a esfera da pesquisa científica – como vimos no segundo capítulo deste livro. O que a ação socioeducativa pode propiciar é a socialização deste conhecimento.

marxista, o trabalho socioeducativo pode propiciar aos sujeitos o acesso horizontal a um conhecimento socialmente construído. Para isso se faz imprescindível que o/a assistente social imprima uma condução de caráter democrático à atividade que está sendo realizada. Desse modo, as ações socioeducativas poderão fomentar o desenvolvimento da consciência crítica e possibilitar a expressão desse pensamento por parte dos sujeitos que deles participam.

Faz-se, então, necessário que o/a assistente social se abasteça dos conhecimentos teórico-metodológicos, mas também técnico-procedimentais, produzidos a respeito do desenvolvimento do trabalho socioeducativo. E, nesse sentido, Iamamoto (2002) afirma que nossa categoria profissional precisa reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular. Por isso, esses conteúdos precisam se fazer presentes no processo de formação dos/as assistentes sociais. Consideramos a ponderação da autora extremamente relevante, especialmente quando ela demarca que

repensar o trabalho de mobilização e educação popular [...] não se confunde com uma inócua ressurreição de um passado perdido. Exige uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando-se das conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as, de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente (IAMAMOTO, 2002, p. 33).

Assim sendo, precisamos investir esforços na ampliação dos debates em torno da educação popular,⁵⁵ especialmente, quando estamos abordando as ações socioeducativas que se pretendem efetivamente pedagógicas. Porque o trabalho socioeducativo quando alicerçado em alguns princípios da educação popular, consegue trazer à baila as questões presentes no cotidiano dos sujeitos com os quais os/as assistentes sociais trabalham; consegue problematizar estas questões potencializando reflexões que venham a descortinar esse cotidiano, revelando as suas mais profundas contradições.

De acordo com Machado (2012, p. 155) “[...] a educação popular nos possibilita práticas mais críticas e democráticas, opostas a ações verticalizadas, em que só se considera o saber do profissional, restando ao seu público-alvo o mero papel de espectador, e não de sujeito social”.

No entanto, faz-se necessário destacar que “o assistente social não é um educador popular – ou não esgota a sua identidade nesta classificação [...]” (PALMA, 1987, p. 165), mas deve desenvolver ações inspiradas na educação popular. Nesse sentido, o/a

55 “As raízes da educação popular são genuinamente brasileiras. Elas emergem no Brasil no contexto histórico do Nacional Desenvolvimentismo (1930-64), sobretudo no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-61), visto que nesse período de transição do capitalismo competitivo para o monopolista surge” (MACHADO, 2012, p. 156) “um movimento de expressão popular em cujo interior se inscreveram as mais diversas iniciativas de cunho educativo” (BEZERRA, 1984, p. 17).

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

profissional do Serviço Social, que já se encontra atuando junto aos sujeitos sociais, por meio de um vínculo institucional, pode potencializar as suas ações quando traz para o seu trabalho elementos da educação popular.

Segundo Machado (2012, p. 161),

O fato é que esse profissional lida cotidianamente com variadas expressões da questão social, porém normalmente perde a oportunidade de estimular a organização e mobilização popular, seja por falta de tempo, iniciativa ou mesmo desconhecimento, ou seja, em geral detectam essa necessidade, mas não sabem por onde começar, outros detectam e até intervêm, no entanto terminam adotando práticas antidemocráticas. Isto é, sem consulta ou diálogo com a população, embarcam em projetos verticalizados, impostos pelas instituições ou empresas em que trabalham, acreditando que estão contribuindo com a organização daquelas comunidades, mas na verdade o estímulo à mobilização popular passa longe.

Por isso, acreditamos no potencial das ações socioeducativas, especialmente quando ancoradas em alguns elementos que compõem a educação popular como: a prática dialógica, a postura democrática, o impulso aos processos de mobilização e organização das comunidades, levando-se em conta o saber popular, a autonomia e a diversidade dos sujeitos sociais (MACHADO, 2012).

Percebemos, portanto, o grande potencial que possuem as ações coletivas quando voltadas para objetivos que estejam alinhados às reais necessidades da classe trabalhadora, por nós mediadas. Mas, as ações socioeducativas de caráter coletivo – como os trabalhos desenvolvidos grupalmente, em suas mais variadas modalidades – não encerram todo o potencial do/a assistente social em construir estratégias e táticas que somem forças com os espaços coletivos que empreendem lutas diárias em prol da transformação dessa sociedade. Ainda assim, o grupo pode ser utilizado na sua perspectiva socioeducativa, pois permite ser um espaço de reflexão crítica, de troca de conhecimento de forma horizontalizada, local que podem ser estabelecidas relações que estimulem o senso de coletividade, considerando que as expressões da “questão social” não atingem o/a usuário/a individualmente. Se o “problema” é coletivo, a saída também o é, por isso, pode torna-se um lugar onde tais questões devem ser debatidas.

Portanto, o grupo representa o como fazer, sendo uma ferramenta que contribua para o direcionamento das nossas ações parametradas no projeto ético-político profissional. Assim, ele assume sua dimensão ideo-política e sendo constitutivo de um trabalho socioeducativo. Outra possibilidade que vislumbramos neste sentido, trata da articulação entre os/as profissionais do Serviço Social e os movimentos sociais. Esse será o tema abordado no último item deste capítulo.

3.3.3 A ARTICULAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS/AS ASSISTENTES SOCIAIS – UM RETORNO AO COTIDIANO PROFISSIONAL

A aproximação e a articulação entre os/as profissionais do Serviço Social e os movimentos sociais – enquanto expressão organizada das lutas da classe trabalhadora – tem suas raízes no Movimento de Reconceitualização, a partir dos anos de 1960. Mas, no Brasil, mais especificamente, essa relação se torna efetivamente orgânica na década de 1970, com a aproximação dos/as assistentes sociais com os movimentos sindicais e populares – como vimos anteriormente.

São várias as determinações sociais deste período – como o enfraquecimento da ditadura militar-civil-empresarial, o espraiamento das teorias marxistas para o campo das ciências sociais, a inserção de vários cursos de Serviço Social em ambiente universitário, entre outras – “que constituem, objetivamente, a possibilidade de contestação do histórico conservadorismo profissional e a construção de um projeto profissional sintonizado com as demandas dos trabalhadores” (PAULA et al., 2017, p. 137). No entanto, um dos elementos que mais fortemente impulsionou esse processo foi o avanço político-organizativo dos/as próprios/as assistentes sociais, em intensa articulação com movimentos sindicais, sociais e partidários da época.

Desse modo, percebemos que os/as assistentes sociais que constituíam a vertente da intenção de ruptura com o conservadorismo da profissão, em meio ao processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, em fina sintonia com as organizações sindicais e populares, começaram a disputar as direções das nossas entidades representativas – especialmente no conjunto CFAS/CRAS (hoje CFESS/CRESS), mas também na ABESS (hoje ABEPSS). “Temos, assim, ao longo da década de 1980, uma alteração na condução política do conjunto CFAS/CRAS” (PAULA & DURIGUETTO, 2017, p. 143).

Essa relação orgânica que se estabelece entre o Serviço Social e os processos de mobilização e organização da classe trabalhadora, se expressa nos documentos que passaram a orientar e regular a profissão, a partir dos anos de 1990. Como

[...] por exemplo, na lei de regulamentação da profissão (1993), que determina como competência do assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (art. 4º, parágrafo IX), e no nosso Código de Ética (1993), que afirma como direito do profissional “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (art. 12, alínea b) e como dever “respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras” (art. 13, alínea c) (PAULA & DURIGUETTO, 2017, p. 144).

Compreendemos, assim como as autoras, que estas orientações não se constituem enquanto diretivas meramente normativas, mas são direcionamentos

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

tático-estratégicos e ético-políticos para o trabalho profissional desenvolvido pelos/as assistentes sociais (PAULA & DURIGUETTO, 2017).

Portanto, a interlocução política da nossa categoria profissional com os espaços de organização dos/as trabalhadores/as, em nosso país, teve incidência direta na conformação de um novo projeto de profissão vinculado à um projeto societário voltado para a emancipação humana (PAULA & DURIGUETTO, 2017). Assim,

As bases político-normativas, teórico-metodológicas e ético-políticas que dão vida a essa vinculação do projeto profissional a um projeto societário emancipador estão na formulação do Código de Ética Profissional e na lei de regulamentação da profissão, ambos de 1993; nas diretrizes curriculares que informam a formação profissional, de 1996; na produção de conhecimento no interior da profissão; e nos compromissos e princípios defendidos nas instâncias político-organizativas da profissão, fundamentalmente o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO (PAULA & DURIGUETTO, 2017, p. 150).

Dessa maneira, o conjunto de valores e princípios defendidos por esse projeto de profissão crítico, ancorado em uma perspectiva marxista que ainda se faz hegemônico em meio à nossa categoria profissional, exige dos/as assistentes sociais a construção de estratégias e táticas que possam viabilizar o seu espraiamento.

Por isso, retomaremos, neste momento, as situações cotidianas, hipoteticamente construídas no tópico 3.1.1 deste capítulo, considerando que existe ali, naquela situação apresentada um imenso potencial para o desenvolvimento de diversas atividades profissionais efetivamente alinhadas ao nosso projeto ético-político crítico.

Desse modo, vamos supor, aqui, que aquela Oficina de Supervisão Acadêmica de Estágio tenha provocado muitas reflexões tanto em Marta, quanto em Carol. E ambas tenham decidido discutir melhor suas ideias na próxima reunião de supervisão de estágio a ser realizada no próprio campo.

Chegando o dia da supervisão de estágio, Marta e Carol se reuniram na sala de reuniões da ONG, e começaram a conversar. Primeiramente, Marta disse que achou muito interessante o tema escolhido pela professora – supervisora acadêmica de estágio – para ser abordado na Oficina de Supervisão, com a participação das assistentes sociais, pois assim elas puderam trocar experiências e pensar em outras possibilidades de atuação.

Em seguida, Carol, concordando com ela, falou que desde o dia da supervisão ficou pensando no grupo que existe na ONG, voltado para a população de rua e em como elas poderiam incrementar esse trabalho, para efetivamente envolver esses sujeitos e despertar neles a vontade de lutar pelos seus direitos. Marta, então, sugeriu que elas buscassem estudar essa temática, o trabalho com grupos, para estimular as ideias. Para que pudessem elaborar novas estratégias e táticas voltadas ao desenvolvimento desta atividade. Para que o grupo viesse a ter, efetivamente, um caráter socioeducativo.

Carol ficou empolgada com a ideia e imediatamente se prontificou a pesquisar alguns textos que pudessem orientar os estudos delas. Marta também se comprometeu em realizar um levantamento bibliográfico sobre essa temática e, assim, elas poderiam trocar materiais e escolher algumas produções para fundamentar as suas futuras ações.

Marta destacou, ainda, que começou a frequentar as reuniões do Núcleo de Assistentes Sociais (NAS), da cidade. Relatou que sempre teve vontade de ser mais atuante junto à categoria profissional, mas a falta de tempo, muitas vezes lhe impediu. Até que ela, então, resolveu dar prioridade e essa atividade e tem sido muito revigorante. Marta comentou com Carol alguns temas que foram discutidos nas reuniões e afirmou que tem se sentido muito mais fortalecida, ao participar deste espaço, porque percebe que não está sozinha.

Em seguida, as duas marcaram em suas agendas a data da próxima reunião para a supervisão de estágio e finalizaram a conversa. No tempo que transcorreu entre uma reunião e outra, ambas se dedicaram à pesquisa e aos estudos da temática “trabalho com grupos” no Serviço Social e encontraram muito material interessante. Carol fez o fichamento de alguns artigos e Marta organizou a síntese de alguns textos.

Chegado, novamente, o dia da supervisão de campo de estágio, as duas se reuniram na sala de reuniões da ONG e começaram a apresentar os seus estudos, uma para a outra. Muita coisa interessante elas encontraram e muitas ideias foram ventiladas até que Marta iniciou uma breve explanação sobre uma proposta de grupo socioeducativo a ser realizado com os/as usuários/as mais frequentes na ONG. Marta relatou para Carol que ficou, por muitos dias, refletindo sobre como se comunicar melhor com estes/as usuários/as, em condição de rua. Como fazer para que eles compreendam que ela deseja realmente escutá-los. E, foi então, que ela lembrou que estava se aproximando o período de “Semana Santa” – um período tradicionalmente celebrado no nosso país, pela nossa herança católica. Ela verificou, junto ao levantamento do perfil destes/as usuários/as – que havia sido realizado no ano anterior, junto com a estagiária que se encontrava na ONG antes de Carol – que a sua grande maioria se declarava católica.

A partir daí, a assistente social pensou: se eles se declaram majoritariamente católicos, o período da “Semana Santa” deve ter algum significado para eles, ou seja, deve ser algo que os toca, que os sensibiliza. Então, propôs à Carol: “que tal realizarmos uma Via Sacra dos Movimentos Sociais?” Carol ficou olhando para Marta sem entender muita coisa. Então, a assistente social se pôs a explicar melhor a sua ideia: “eu penso em realizar um grupo socioeducativo para trabalhar com eles a importância dos movimentos sociais, a relevância da organização popular, ao longo da história do nosso país. Desejo mostrar para eles que tudo o que nós conquistamos só foi possível por meio de muita luta e muita mobilização social. Assim, quem sabe eles venham a se sentir estimulados a se organizar, a lutar, também, pelos seus direitos, por melhores condições de vida?”.

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

Carol, então, falou: “sim, eu acho tudo isso muito legal, mas não entendi, ainda, onde entra a tal da... da... via...” E Marta completou: “Via Sacra. Pois bem, minha ideia é usar o elemento da Via Sacra, a sua estrutura, a sua proposta, mas com outro objetivo. Porque a Via Sacra é chamada também de *via crucis*, em latim, ou em português, caminho da cruz. É o trajeto realizado por Jesus carregando a cruz, desde o momento de sua condenação até o Monte Calvário. Esse trajeto é composto por quatorze paradas, também chamadas de estações, que vão desde a condenação de Jesus até o seu sepultamento. Na Semana Santa os católicos rememoram esse trajeto, refletindo sobre cada uma dessas quatorze estações. Minha proposta é que a gente organize um encontro com nossos/as usuários/as, na semana em que se comemora a Páscoa, para realizarmos com eles uma Via Sacra dos Movimentos Sociais. Assim, iremos percorrer com eles um trajeto composto por quatorze estações e, em cada uma delas, um momento de mobilização, organização luta, enfrentamento popular da história do Brasil será lembrado.

Podemos começar com movimentos emblemáticos, ainda do período do Brasil Colônia, passando posteriormente para lutas travadas no período republicano, até chegarmos na atualidade. Penso que com isso, eles poderão compreender a importância que os processos de organização política tiveram para a construção da história do nosso país. Desse modo, não estou propondo nada que tenha caráter religioso, estou apenas utilizando um elemento da tradição católica para chamar a atenção dos/as usuários/as e estimulá-los a uma maior participação. Para que, com isso, possamos abordar os assuntos que competem ao Serviço Social.”

Quando Marta terminou de falar, Carol estava fascinada pela ideia. Ela nunca tinha pensado que algo assim seria possível, enquanto uma intervenção profissional. E expressou a sua surpresa e a sua admiração pela proposta de Marta. A assistente social, então, disse: “o Serviço Social nos oferece infinitas possibilidades de atuação. Então, eu acho que devemos usar a nossa criatividade a favor disso. Você não acha?”

Carol imediatamente respondeu de maneira afirmativa, mas já estava ansiosa para iniciar as tarefas. Elas, então, organizaram um planejamento para essa ação. Determinaram seus objetivos, pensaram toda a metodologia – desde o convite até a avaliação final – definiram um cronograma e dividiram as responsabilidades. Marta destacou que seria muito importante que, ao convidar os/as usuários/as para a atividade, fosse ressaltado o fato de não se tratar de uma atividade religiosa, para que usuários/as não católicos ficassem à vontade para também participar.

No dia seguinte ambas começaram a confecção dos convites, cartazes e iniciaram uma pesquisa para definir quais seriam os temas das quatorze estações. Carol, que não era católica e não conhecia nada a respeito, decidiu também procurar mais informações sobre a Via Sacra. Ela descobriu que o Papa João Paulo II sugeriu que fosse criada uma décima quinta estação, para o momento da ressurreição de Cristo – embora ela seja

opcional, não entrando obrigatoriamente na estrutura oficial da Via Sacra tradicional. Carol achou isso muito interessante e levou para Marta a seguinte sugestão: “eu penso que nós poderíamos apresentar como a nossa décima quinta estação, a proposta da emancipação. Assim, essa estação representaria algo que nós desejamos alcançar, mas que só será possível com a luta e a organização política”.

Marta ficou muito empolgada com a sugestão de Carol e ainda complementou: “e se para apresentar essa estação, então, nós convidássemos alguns militantes de movimentos sociais aqui da nossa cidade? O que você acha? Dessa forma, eles poderiam dizer, diretamente para os/as nossos/as usuários/as quais são as suas lutas, qual a importância delas e no que, verdadeiramente, eles acreditam”. Os olhos de ambas, assistente social e estagiária, brilharam nesse momento. Mas, em seguida, veio uma preocupação pertinente. Carol, disse que todo o planejamento da ação estava impecável, na sua avaliação, mas e se nada disso pudesse atrair a atenção e a participação dos/as usuários/as? E se elas levassem convidados para a atividade e no dia não aparecesse ninguém?

As preocupações de Carol eram pertinentes, uma vez, que parece cada vez mais difícil estimular os processos de participação e de mobilização em tempos tão duros e sombrios, carregados de individualismo e descrença. Marta procurou animar a estagiária, dizendo que elas precisavam pelo menos tentar. E, em seguida, teve uma ideia: “olha, nós podemos apresentar para os diretores da ONG a nossa proposta, como um projeto de intervenção, e solicitar algum recurso financeiro para comprar um lanche a ser servido no dia da atividade. Assim, podemos estimular os/as nossos/as usuários/as a participarem. Sabemos que o ideal seria que eles fossem por vontade própria, mas não vejo nenhum problema em construirmos uma tática para atraí-los, para que eles se sintam mais motivados à participação.

Carol concordou com a sua supervisora e ambas seguiram nos preparativos da atividade, entre tantas outras demandas e requisições que chegavam a todo o momento.

No dia marcado, uma quarta-feira que antecedia o domingo de Páscoa, treze usuários/as chegaram à ONG para participar da atividade de grupo que havia sido preparada pela equipe do Serviço Social. A atividade ocorreu como planejada, alguns/algumas usuários/as foram se mostrando muito envolvidos/as e participativos/as, Carol e Marta conduziram os trabalhos com excelência. Ao final, chegando na décima quinta estação, militantes de alguns movimentos sociais no município se apresentaram e falaram de suas bandeiras de luta.

A atividade foi encerrada com um lanche, onde todos puderam confraternizar e conversar um pouco mais. Nesse momento, dois usuários chegaram perto de Marta e perguntaram como eles poderiam fazer para que os moradores de rua daquela cidade fossem mais unidos, mais organizados? Como eles poderiam fazer para defender seus

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL COTIDIANO – AS POSSIBILIDADES ÍDEO-POLÍTICAS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

direitos? Marta, imediatamente, se colocou à disposição e disse em poderia agendar uma reunião com os dois para que pudessem pensar juntos nesses caminhos, nessas estratégias.

Marta não viu Carol, mas, nesse momento, ela estava bem atrás de sua supervisora ouvindo tudo, emocionada, porque todo o esforço delas tinha valido à pena. E mesmo que nenhum retorno tivesse vindo tão rápido, uma sensação de dever cumprido, de compromisso real e efetivo com os históricos interesses da classe trabalhadora lhe invadiu. E ela teve certeza de que havia escolhido a profissão certa!

Com esse exemplo hipoteticamente construído, mas livremente inspirado em nossas experiências profissionais reais, esperamos demonstrar que existem possibilidades, há caminhos para os/as assistentes sociais que não pretendem limitar a sua atuação profissional às exigências mercadológicas, mas que acreditam no protagonismo histórico daqueles que são capazes de moldar com as suas mãos, por meio do seu trabalho, o mundo no qual vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o caminho percorrido até aqui tentou apresentar algumas possibilidades para a construção de uma atuação sócio-profissional crítica, considerando as particularidades que constituem o modo de ser do Serviço Social como uma profissão assalariada que possui um determinado significado social e histórico apreendido por sua categoria profissional ao longo de sua trajetória no Brasil e no mundo.

Deste modo, partimos do entendimento que refletir sobre o Serviço Social na sua trajetória de mais de oitenta anos no Brasil, sobre seu modo de ser como profissão e a atuação cotidiana desenvolvida por seus/suas profissionais, nos requer considerar duas perspectivas: a da totalidade e a da história.

Assim, no decorrer deste livro, tentamos apreender o Serviço Social acima de tudo como um produto da história (IAMAMOTO & CARVALHO, 1986; IAMAMOTO, 2007) e, neste sentido, não tomamos a história como uma “crônica dos fatos”, mas como um processo, que não é linear, mas constituída simultaneamente por continuidades e rupturas; que não consiste no resultado da vontade e da iniciativa de alguns sujeitos afortunados detentores do “Espírito Absoluto”, mas como resultante de processos sociais que, ao mesmo tempo, não prescindem da disposição objetiva e subjetiva dos sujeitos singulares. A história como matéria da vida social (MARX, 1990).

Essa concepção de história – materialista e dialética – nos permite entender o Serviço Social na história e não simplesmente a “história do Serviço Social”. Significa entender a história como um processo dialético e não como uma mera evolução progressiva dos diferentes fatos com uma finalidade predeterminada; que possui continuidades com as formações históricas passadas e ao mesmo tempo, rupturas com elas. Exige, desse modo, entender que passado e presente, embora separados pelo tempo cronológico, são faces de um mesmo todo que se entrelaçam de modo que o “novo” expressa a revolução de alguns aspectos já existentes no passado; e o “velho”, por sua vez, carrega consigo os germes do “novo”, que possibilitaram esta revolução (HOBBSAWN, 1998). A história como um processo dialético será a todo tempo atravessada pela contradição e pela possibilidade concreta da interpenetração de forças contrárias, que em um dado momento se autoimplicam formando um novo processo.

Tal concepção nos permite entender, portanto, que não há uma teleologia na história, e sim, no agir humano (HELLER, 1989). E de que, neste sentido, são os seres humanos que a constroem, considerando determinadas condições objetivas e subjetivas, a partir do modo como se relacionam com a natureza e entre si. O trabalho,

portanto, categoria central da constituição da sociabilidade humana, assume centralidade também no desenvolvimento da história, considerando que este pode ser identificado a partir do modo como os seres humanos trabalham, dos instrumentos que utilizam, dos processos e habilidades que desenvolvem para trabalhar (MARX, 2001).

Contudo, embora sejamos nós os/as que fazem a história, não a fazemos como desejamos, pois, uma vez não havendo uma teleologia nesta, não podemos antecipá-la efetivamente, ainda que possamos realizar somente no plano ideal, análises prognósticas a seu respeito.

Assim, não podemos exatamente afirmar o que será o Serviço Social nos próximos oitenta anos. Podemos, sim, com os processos identificados no presente (como por exemplo, a precarização do mundo do trabalho, das políticas sociais e da educação superior) traçar possíveis tendências futuras, que poderão de fato ser ratificadas ou não, pois isso depende do confronto das diversas teleologias humanas postas em movimento e da capacidade e disposição destas se autoenfrentarem.

Entretanto, considerando que “o todo mais desenvolvido, explica o mais simples” (MARX, 1982), podemos com as lentes do presente, do “Serviço Social no século XXI”, analisarmos o que foi e tem sido o Serviço Social no Brasil: suas continuidades com as protoformas do Serviço Social e do Serviço Social clássico e tradicional (nos termos de Netto, 1996), as rupturas com estas perspectivas profissionais, a relação com a história presente e de que modo tais processos existentes na atualidade, incidem sobre o trabalho e a formação profissional.

Sendo o Serviço Social um “produto da história”, como afirmado linhas atrás, pensar as possibilidades de uma atuação profissional crítica e competente hoje pressupõe analisar esta profissão como protagonista de seu tempo e com as diversas inflexões que este “tempo” lhe tem provocado, ora reproduzindo as expectativas de um dado projeto societário hegemônico por intermédio de suas ações profissionais na direção da afirmação do *ethos* burguês; ora questionando este mesmo *ethos* e renovando-se em rota de colisão com ele.

Entretanto, também precisamos ao mesmo tempo e como já referido em parágrafos anteriores, analisar o Serviço Social a partir da perspectiva da totalidade. Tomando a totalidade como a síntese de múltiplas determinações (MARX, 1982) e exatamente por isso, também como uma unidade de diversos, precisamos refletir o Serviço Social inserido na totalidade e ele também como uma totalidade, isto é, precisamos entender o Serviço Social como uma “unidade de diversos”.

Como sabemos e nos indica literatura crítica da Área, o Serviço Social surge no mundo em uma dada quadra histórica em que observamos a transição do capitalismo de sua fase concorrencial para a monopólica. Nesta transição, o Estado passou a assumir de forma regular, sistemática e estratégica o papel de “administrador das crises”, no dizer de Mandel (1982), e a partir desta atribuição, assumiu o enfrentamento de tais

expressões da “questão social”, sem que com isso outras formas de enfrentamento tenham sido descartadas como a repressão e a filantropia. Ao contrário, tais estratégias se combinaram (e ainda se combinam) dialeticamente, a depender das particularidades conjunturais e das opções políticas dos grupos hegemônicos que ascenderam ao poder nos diferentes países.

Pos-se, então, o lugar para uma profissão inscrita de modo bastante particular na divisão social e técnica do trabalho – aquela que representando a face humana do Estado e com o uso do mínimo de coerção possível atuará na esfera da reprodução material e ideológica da classe trabalhadora, com vistas ao ajustamento dos comportamentos. É um/a profissional requisitado para atuar na linha de frente das instituições, atendendo diretamente os/as usuários/as dos serviços e das políticas sociais. É um/a profissional que detém importante conhecimento sobre o modo de ser e de viver dos/as trabalhadores/as e suas famílias. Tal condição tendeu a facilitar a atuação profissional, portanto, na efetivação da mudança do comportamento destes/as usuários/as, ajustando-os/as ideologicamente aos interesses burgueses, desistoricizando e fragmentando suas demandas de modo que elas pareçam ser descoladas do real, explicadas por si mesmas e vividas por cada usuário/a da política social como se fosse única sem relação com a totalidade social e histórica, ou seja, como “obra do destino”.

Deste modo, a escuta da demanda do/a usuário/a, a visita realizada no domicílio, o aconselhamento, a fiscalização quanto à veracidade das informações prestadas pelos/as usuários/as, dentre outras, consistiu geralmente em históricas requisições postas pelos empregadores aos/às assistentes sociais. Podemos afirmar que o Serviço Social emergiu, se constituiu, e tem sido reconhecido e requisitado como uma profissão carregada de tais determinações. Assim, há um lugar determinado para nós no chamado mundo do trabalho. Não podemos perder isso de vista sob pena de adotarmos uma perspectiva messiânica e voluntarista da profissão e do trabalho profissional.

Nesses mais de oitenta anos de existência no Brasil, o Serviço Social avançou em construções teóricas distintas do Serviço Social de outros países, o que lhe confere uma perspectiva crítica na análise da realidade social, tal como é particularmente expresso no Código de Ética de 1993, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 que, de maneira assertiva visa à formação de um perfil profissional crítico e comprometido com valores modernos. Além disso, temos entidades (Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) que tem nos organizado politicamente nas últimas décadas em uma direção crítica à sociedade burguesa, que sem dúvida alguma, consistem em um patrimônio da categoria profissional brasileira.

Obviamente que nada disso tem se afirmado sem luta e resistência, tanto contra adversários externos quanto os internos e partícipes da própria categoria, que como a própria profissão, deve ser reconhecida também na sua diversidade. São diversas lutas e resistências que ocorrem no plano cotidiano do trabalho profissional e da formação

pela defesa de um conjunto de valores que visam à emancipação, sobretudo aquela que se situa mais imediatamente ao nosso alcance, que é a emancipação política. Deste modo, em relação ao trabalho, é vasta e conhecida entre nós a bibliografia crítica que trata sobre as atuais transformações do mundo do trabalho (como por exemplo, podemos citar os estudos de Antunes, 2020; Druck, 2011; dentre outros). Contudo, por caminhos particulares, as análises convergem em apresentar que as transformações no mundo do trabalho seguem as necessidades do processo de acumulação flexível do capital, pautado fundamentalmente na financeirização. Neste sentido, desde os anos de 1990, já se apontava como a reestruturação produtiva respondia a tais necessidades, criando novos formatos e concepções para o processo capitalista de produção de mercadorias, por um lado; além de impregnar o setor de serviços com sua lógica, por outro. Flexibilização tornou-se a palavra de ordem e junto com ela, a intensificação dos processos de trabalho, a precarização das relações e vínculos trabalhistas e um conjunto de medidas de desproteção social.

Para tornar o processo de produção flexível, a esfera da reprodução precisou também se flexibilizar. Como sabemos, produção e reprodução da vida social são partes auto-implicadas do diverso; compõem a mesma unidade. E esse processo incide diretamente sobre os/as assistentes sociais como trabalhadores/as, tendo em vista a atuação profissional ser realizada exatamente no campo da reprodução social.

O neoliberalismo sustenta do ponto de vista político e ideológico as necessidades que o padrão de acumulação flexível possui. O Estado precisa assumir a mesma lógica e dinâmica, tornando-se um Estado gerencial por um lado; e penal, por outro. A mesma lógica da precarização das relações de trabalho e da intensificação do processo de trabalho imposto aos/às trabalhadores/as de um modo geral, também é identificado entre aqueles que atuam no âmbito do Estado e aqui se situam diretamente os/as assistentes sociais.

As pesquisas que investigam o mercado de trabalho profissional (RAICHELIS et al., 2017), mostram que apesar de o Estado se manter como o principal empregador de assistentes sociais no Brasil, o ingresso no mercado de trabalho vem se dando progressivamente de modo precário por meio de Organizações Sociais (OS) que prestam serviço para o Estado, ou mediante contratos temporários com o próprio Estado.

Soma-se à precarização, a intensificação do trabalho a partir da exigência do cumprimento de metas produtivistas, que visam apenas o alcance de índices de atendimento necessários aos repasses de verbas de uma esfera de governo a outra. Destaca-se aqui o uso das tecnologias da informação e comunicação – as TIC – e como estas, sobretudo agora em tempos de pandemia de covid-19 – tendem a intensificar e superexplorar ainda mais o trabalho e até de oferecer novas determinações ao trabalho da/o assistente social. Algumas pesquisas (como a desenvolvida por Grohmann, 2020) vêm se enveredando para esta análise sobre as inflexões da adoção da “plataformização”

do trabalho em diversos setores de economia, dentre eles o setor de serviços, o que pode ser incorporado para as análises sobre o trabalho seja na esfera privada ou pública, na qual situamos os/as assistentes sociais como trabalhadores/as. Cabe ressaltar que este quadro se impõe em todas as esferas de governo: União, Estados e Municípios.

Além disso, apesar de grande parte dos/as assistentes sociais atuar em âmbito municipal, muito em função do desenho das políticas sociais, marcado pela descentralização administrativa, aqueles/as profissionais que atuam no âmbito federal também sofrem os efeitos deste Estado gerencial e neoliberal. É na esfera federal que reside boa parte dos chamados “cargos genéricos” – aqueles que suprimem a designação assistente social de suas funções. Sem qualificar os/as trabalhadores/as como assistentes sociais, fica mais fácil, por exemplo, descumprir a jornada de trabalho de 30 horas semanais, por exemplo. A própria identificação das atribuições privativas dos/as assistentes sociais nem sempre é possível nestes cargos, visto que muitas vezes sua descrição envolve a realização de tarefas vinculadas às diversas competências profissionais, e não aquilo que nos é privativo.

Como sabemos o atual mundo do trabalho nega e desqualifica tudo que pode ser privativo às profissões porque defende a polivalência, a versatilidade, o trabalho em equipe onde todos fazem tudo simultaneamente e assim, driblam qualquer regulamentação formal, que possa afirmar o que apenas um/a profissional de Serviço Social pode realizar.

Assim, diante deste atual e precário mundo do trabalho e do particular mercado empregador para assistentes sociais, qual deve ser o perfil profissional que responda às requisições socioprofissionais estabelecidas principalmente pelas políticas sociais, nosso principal *locus* de trabalho? Políticas sociais precárias exigem profissionais também precários tanto do ponto de vista formal – ou seja, em termos de vínculos de trabalho e salários – quanto do ponto de vista da formação que este/a profissional precisa ter.

Nesta direção, sabemos que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que expressam o nosso projeto de formação profissional e o projeto ético-político, indicam um determinado perfil profissional que, precisa ser “dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.” (ABESS, 2007, p. 227). Ou seja, é preciso formar um/a profissional crítico, culto, com sólida formação teórica, ético-política e interventiva, capaz de decifrar as demandas postas no cotidiano e intervir sobre elas a partir da convergência das três dimensões explicitadas por este livro em seus capítulos.

Entretanto, em face às inflexões postas ao mundo do trabalho e mercado de trabalho sócio-profissional, conforme aludido linhas acima, um perfil profissional bastante diferente deste é esperado. A supressão do texto final das Diretrizes Curriculares, por parte do MEC, do caráter crítico, culto e comprometido com valores por ocasião da

aprovação formal junto ao Ministério não nos deixa dúvidas quanto ao perfil profissional intencionado e requisitado pelo Estado brasileiro às nossas unidades de formação acadêmica (ORTIZ, 2019).

Para o Estado, é preciso um/a assistente social que execute as políticas sociais, que alimente o banco de dados com informações que se tornarão indicadores para as próprias políticas, que por sua vez, subsidiam os percentuais de repasse das verbas para o município. Ou seja, o perfil que se requisita é aquele que historicamente tem sido posto: aquele/a profissional que age pragmaticamente, que aplique os critérios colocados pelas próprias políticas sociais e os assumam como se fossem seus próprios, no mercado de trabalho profissional (e neste situamos também o Estado). Este mesmo mercado busca um/a profissional que não tenha projeto de trabalho; que reconheça nas atribuições impostas pela política social, as suas próprias; que identifique na linguagem da política social, nos seus termos e objetivos, os seus próprios e a sua forma de ver o mundo e as desigualdades de classes. Assim, estaremos prontas/os para atuar na política social tal como ela espera, mas não como os/as usuários/as necessitam, e, por conseguinte, não como pressupõe nosso projeto ético-político profissional.

Por isso, é preciso – e esta tem sido uma das lutas das entidades da categoria profissional no Brasil – haver uma formação profissional de qualidade que garanta à/ao estudante o acesso às bibliografias da Área e não a apostilas; que permita à/ao discente a vivência cotidiana na pesquisa, na extensão, no exercício da política pelo movimento estudantil, porque o aprendizado real precisa disso e não de um simulacro, de um faz de conta. Por isso, nossas entidades denunciam as políticas de educação superior que visam à democratização do acesso à universidade – que apesar de ter se configurado como uma bandeira histórica dos movimentos docente e estudantil, se tergiversa – pela via da certificação em massa, que amplia o número de vagas por meio do FIES, por exemplo, sem garantir a formação de qualidade e os meios de permanência da/o estudante na universidade.

Também em função disso se faz a defesa da universidade pública, laica e de qualidade e presencial, capaz de afirmar o tripé ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista que a prática cotidiana da pesquisa proporciona qualidade ao ensino e é a extensão que leva a universidade à comunidade, devolvendo de modo imediato todo o investimento do fundo público.

Desta forma, nosso projeto de formação profissional expresso pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS estima garantir profissionais que saibam desvelar as reais demandas dos/as usuários/as e construir respostas técnico-profissionais condizentes com as possibilidades concretas, reconhecendo criticamente o conjunto de posturas e perspectivas ideológicas que estão presentes no cotidiano institucional. Referimo-nos no necessário e incessante combate às mais diversas discriminações e opressões.

Vivemos no Brasil e no mundo tempos muito sombrios, de crise econômica, social e política, em que valores e princípios como liberdade, cidadania, democracia, posição contrária ao autoritarismo, ao preconceito, à discriminação, tudo isso tem sido, ou resignificado, ou simplesmente negado, principalmente nos últimos anos em face ao aprofundamento do neoconservadorismo.

Conforme Almeida (2018), o neoconservadorismo repousa sobre o questionamento dos processos e também das conquistas advindas da organização política e econômica do modelo de Bem-Estar Social, portanto, situa-se na segunda metade do século XX. Afirma ainda que “[...] Para os neoconservadores, a crise econômica que atingiu o capitalismo no final dos anos 1960 era antes de tudo uma crise moral, ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade desde os primórdios da civilização [...]” (ALMEIDA, 2018, p. 26).

Entretanto, o que conservadorismo e neoconservadorismo têm em comum dadas suas particularidades históricas? Tanto conservadores como neoconservadores questionam a “perda” dos privilégios e da distinção. São contrários a quaisquer eventuais “ganhos” que a classe trabalhadora possa histórica e socialmente vislumbrar; por isso negam a legitimidade dos direitos sociais e das políticas sociais de um modo geral, defendendo a meritocracia e o mercado. Contudo, atualmente, esse neoconservadorismo se revela pela sua face mais dramática vista por meio da ascensão de segmentos diversos da chamada extrema-direita, tanto no Brasil quanto em outros países, os quais se expressam a partir de “[...] três vertentes principais, que são o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo” (MIGUEL, 2018, p.16).

Neste sentido, segundo as análises de Miguel (2018), além da postura anticomunista, no Brasil, o neoconservadorismo associa a vertente libertária ao fundamentalismo religioso, mais, especificamente, ao conservadorismo cristão, muito bem representado em bancada parlamentar no Congresso Nacional. É preciso, todavia, que o libertarianismo seja denunciado como algo que é contrário às conquistas básicas da classe trabalhadora, que é a que mais sofreu durante a pandemia e ainda sofre com percentuais altíssimos de desemprego e de miséria. O libertarianismo fundamenta-se na premissa da hipertrofia do mercado como justo regulador da vida social. E defender isso em meio ao desemprego, a fome e a miséria crescente não é só uma opção teórica e política, mas um retrocesso histórico, um anti-humanismo. É preciso estar atento às falaciosas novidades, que consistem, na verdade, na velha tentativa de se afirmar a ideologia burguesa por meio de “novos” e requentados termos e propostas.

Como antídoto a essas tendências neoconservadoras, afirmamos que é possível construir propostas concretas e competentes de trabalho mesmo no cotidiano difícil e, muitas vezes dramático, tensionado, que se põe institucionalmente aos/às assistentes sociais.

Desde há algumas décadas, a categoria profissional – pelo menos parte significativa desta – tem se colocado política e teoricamente alinhada às lutas contra as opressões por gênero, raça, etnia, orientação sexual, condição física e principalmente de classe. Tem se posicionado politicamente e construído respostas socioprofissionais na direção da defesa dos direitos e principalmente de valores modernos que precisam ser ratificados, principalmente, considerando a formação social e histórica brasileira, notadamente racista, machista e homofóbica, e a conjuntura brasileira atual que aprofunda os traços mais arcaicos. Não podemos nos afastar destes princípios, pois são eles que nos conectam aos/às trabalhadores e trabalhadoras do Brasil e do mundo como partícipes da classe que somos e como profissionais que precisamos ser.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. *O Novo Sindicalismo e o Serviço Social – trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978 – 1988*. São Paulo: Cortez, 1995.

ABRAMIDES, M. B. *O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro*. Tese de Doutorado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

ALMEIDA, S. L. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGU, Esther Solano (org.). *O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo editora, 2018.

ALVAREZ, A. P.; ROSA, M. *A dinâmica de grupo no processo seletivo*. Disponível em: http://www.integrando.org.br/article.php3?id_article=530. Acesso em: 16 out. 2013.

ALVES, G. Fetichismo e Subjetividade Burguesa – Trabalho, Valores-Fetice e Estranhamento Social. In: SILVA, J. F. S. da; SANT’ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. de S. *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social – Coletânea Nova de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

AMORIM, A. G. C. de; LIMA, D. G; BARBOSA, M. de Q; TRINDADE, R. L. P. *Necessidades e demandas sociais, demandas institucionalizadas e requisições profissionais: o Serviço Social nas políticas de educação e agrária no Brasil*. Disponível em: <https://coloquio3.files.wordpress.com/2015/03/necessidades-e-demandas-sociais.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.

ANTUNES, R. Perenidade (e Superfluidade) do Trabalho: alguns equívocos sobre a desconstrução do trabalho. In: SILVA, J. F. S. da; SANT’ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. de S. *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social – Coletânea Nova de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

_____. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2ª ed., São Paulo: Boitempo editorial, 2020.

ASSIS, R. L. M. de; ROSADO, I. V. M. *A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção*. Revista Katálisis, v. 15, n. 02, p. 203-211, jul./dez. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL (ABESS). *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social* (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). In: VV.AA. *Cadernos ABESS*, n. 7, São Paulo: Cortez editora, 1997.

BAPTISTA, M. V. *Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação*. 3.ed. São Paulo: Veras Editora, 2013.

BARROCO, L. Não passarão: ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 124, São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Considerações sobre o Código de Ética dos assistentes sociais. In: BONETTI, D. A. (org). *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001b.

_____. Serviço Social, Ética e Direitos Humanos. In: *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, n. 11 – “Ética e Direitos Humanos”. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Escola de Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

BATTINI, O. Atitude investigativa e prática profissional. In: BAPTISTA, M. V. e BATTINI, O. (orgs.). *A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento*. São Paulo: Veras, 2009, p. 53-78.

BERTOLLO, K. Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional. *Revista Temporalis*, Brasília (DF), ano 16, n. 31, p. 333-356, jan/jun. 2016.

BEZERRA, A. As atividades em educação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). *A questão política da educação popular*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa*. O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOGO, A. *Teoria da organização política III – escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BONDER, C. O assistente social e o planejamento participativo. *Revista Serviço Social e Sociedade*. Nº 78. São Paulo: Cortez, 2004.

BOSCHETTI, I. *Avaliação de políticas, programas e projetos sociais*. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/V6W3K9PDvT66jNs6Ne91.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CAMPOS, R. O. Planejamento e razão instrumental: uma análise da produção teórica sobre planejamento estratégico em saúde, nos anos noventa, no Brasil. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 16(3): 723-731, jul./set. 2000.

CASSAB, M. A. T.; PEREIRA, C. V.; ABRITTA, L.; SCHETINO, P. *O trabalho dos assistentes sociais na esfera pública: natureza, atribuições e particularidades – municípios da Zona da Mata Mineira*. Juiz de fora: Mímeo, 2006.

CASTRO, M. M. *História do Serviço Social na América Latina*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CEFSS. *Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão*. 10.ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CLAUSEWITZ, C. V. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

COELHO, M. *Imediatividade – na prática profissional do assistente social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CORTELLA, M. S. O espaço da ética na relação indivíduo e sociedade. In: BONETTI, D. A. et al. *Serviço Social e Ética – convite a uma nova práxis*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DRUCK, Graça. Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios? *CADERNO CRH*, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EIRAS, A. A. L. T. S.; PAULA, L. G. P. Trabalho com grupos da saúde – contribuições do Serviço Social. In: RAMOS, A.; SILVA, L. B. da; PAULA, L. G. P. de. *Serviço Social e Política de Saúde – ensaios sobre trabalho e formação profissionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 139-161.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

FORTES, A. O planejamento estratégico situacional e participativo. *In: BROSE, M. Metodologia Participativa – uma introdução a 29 instrumentos*. 2.ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

FORTI, V. Prefácio. *In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

FORTI, V.; COELHO, M. Contribuição à crítica do projeto ético-político do Serviço Social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. *In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (orgs). Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições a sua crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 15-38

FREITAS, B. P. *Caminhos do planejamento: alternativas de reflexão e ação na contemporaneidade*. Disponível em: <file:///C:/Users/lugpp/Downloads/4148-13317-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2019.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal, *Revista EPTIC*, v. 22, n. 1, 2020.

GRZIBOWSKI, S. *Intuição e percepção em Husserl* leituras e Emmanuel Levinas. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v8n2/a06.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013. p. 45-74.

_____. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

_____. A ontologia do ser social: bases para a formação profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 54, ano XVIII, julho 1997.

_____. As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. *Revista Libertas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2002.

_____. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo IV. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/ UnB, 1999.

_____. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. *In: BAPTISTA, M. V. e BATTINI, O. (orgs) A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento*. São Paulo: Veras, 2009, p. 79-106.

_____. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 91, ano XXVIII. São Paulo: Cortez, 2007b.

_____. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (orgs.). *Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições a sua crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 39-70.

_____. Expressões do Pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. In: *Katalysis*, vol. 16, Florianópolis (SC): UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/04.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Teoría de las necesidades en Marx*. 2. ed. Barcelona: Ed. Península, 1986.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

HUSSERL, E. *Investigações Lógicas: fenomenologia e a teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

IAMAMOTO, M. V. *As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo*. Trajetória e desafios. Disponível em: www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf. Acesso em: 30 mai. 2008.

_____. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: BONETTI, D. A. (org). *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília, 2002.

_____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. Ensaios Críticos. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Serviço Social na contradição capital/trabalho: concepção da dimensão política na prática profissional*. In: *Serviço Social: as respostas da categoria aos*

desafios conjunturais. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991.

_____; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 5ª. Edição, Editora Cortez, São Paulo, 1986.

IASI, M. L. A maldição e a emancipação do trabalho (ou como a humanidade dançou e como ela pode dançar). In: SILVA, J. F. S. da; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. de S. *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social – Coletânea Nova de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

_____. *As metamorfoses da consciência de classe – o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IZE, A. R.; VILLAVICENCIO, J. L. S.; AHLERT, B.; CAZELA, M. C. *Projeto de Intervenção Profissional no Estágio Obrigatório em Serviço Social: pensando a formação no tempo presente*. Trabalho apresentado no 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social-ENPESS. Vitória, 2018.

KONDER, Leandro. *Marxismo e Alienação*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LARA, R. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.

LIMA, C. R. M. et. al. *Emergência de saúde pública global por pandemia de COVID-19: desinformação, assimetria de informações e validação discursiva*. Disponível em: <file:///C:/Users/lugpp/Downloads/410-Preprint%20Text-508-3-10-20200509.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

LIMA, R. de C.C. A biografia do projeto de intervenção orientado pelo projeto profissional hegemônico. In: RAMOS, A.; SANTOS, F. H. C. dos (orgs.). *A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 129-156.

LUKÁCS, György. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: *O Jovem Marx e outros escritos de filosofia*. 2ª. ed, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

MACHADO, A. M. B. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012.

MACIEL, W. L. da S. *Gestão Social: planejamento e avaliação* – livro didático. Palhoça: Unisul Virtual, 2014.

MANDEL, Ernest. *Iniciação à teoria econômica marxista*. Lisboa: Antídoto, 1978.

_____. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, M. I. da S. *A inadequação da certeza sensível em Hegel: uma objeção ao conhecimento imediato*. Disponível em: <file:///C:/Users/lugpp/Downloads/9668-Texto%20do%20artigo-42568-1-10-20120625.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. *Teses sobre Feuerbach*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 04 mai. 2021.

_____. *Para a Crítica da Economia Política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *Textos Filosóficos*. São Paulo: Mandacaru, 1990.

_____. *O Capital, Livro I, volume I*. 18ª edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

MATUS, C. O Plano como Aposta. In: *São Paulo em perspectiva*, out/dez. 1991.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). *O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo editora, 2018.

MINAYO, M. C. de S. (org). *Pesquisa Social – teoria, método e criatividade*. 20.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MIOTO, R. C. T. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 08, Porto Alegre, 2009.

MONTAÑO, Carlos. *A Natureza do Serviço Social*. São Paulo: Cortez editora, 2007.

MOURO, Helena. Serviço Social: um século de existência. In: MOURO, Helena; SIMÕES, Dulce (coord.). *Cem Anos de Serviço Social*, Coimbra: Quarteto, 2001, p. 23-60.

MUSTAFA, A. *Reflexões sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social*. In: *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, n. 11 – “Ética e Direitos Humanos”. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Escola de Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

NETTO, J. P.A *construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. Capacitação em Serviço Social e Política Social – Módulo I. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Introdução ao método da teoria social*. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/50RJ5W8gL69H4A2o122W.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

_____. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 84, ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 50, ano XVII. São Paulo: Cortez, 1996.

_____; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. Biblioteca Básica/Serviço Social. São Paulo: Cortez editora, 2006.

_____. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *Revista Temporalis*, nº 3, ABEPSS, 2001.

_____. Lukács. Sociologia. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, n. 20, 2.ed., São Paulo: Abril, 1992.

ORTIZ, F. G. Formação Profissional e Serviço Social: uma análise sobre as Diretrizes Curriculares, seus impasses e desafios. In: GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima Grave. *Temas Contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos*. Campinas: Papel Social, 2019.

PALMA, D. *A Prática Política dos Profissionais: o caso do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1987.

PAULA, L. G. P. de. *A conjuntura de uma pandemia e o que ainda está por vir – impactos e estratégias possíveis*. Revista Serviço Social em Perspectiva, Montes Claros, v. 4, n. 2, jul./dez.2020.

_____. *Estratégias e táticas: reflexões no campo do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2016.

PAULA, L. G. P. de; DURIGUETTO, M. L. *Serviço Social: organização profissional e relação com as organizações, movimentos e lutas dos trabalhadores*. In: COIMBRA, A. L. de S.; DELGADO, L. B. Trabalho, Democracia e Movimentos Sociais. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2017.

PAULA, L. G. P. de; SILVA, N. C. O. *Planejamento e Serviço Social: o plano de trabalho como estratégia profissional do/da assistente social*. Trabalho apresentado no 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais-CBAS. Olinda, 2016.

RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, Valéria. *A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social*, São Paulo: Cortez editora, 2017.

RAMOS, A. Dimensão técnico-operativa do Serviço Social: notas introdutórias sobre instrumentos e técnicas e o projeto ético político. In: RAMOS, A.; SANTOS, F. H. C. dos (orgs.). *A dimensão técnico operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 21-44.

RAMOS, T. D. *Reflexões acerca da dimensão socioeducativa do trabalho profissional do assistente social: uma análise crítica a partir do cotidiano profissional nos Centros de Referência de Assistência Social de Juiz de Fora/MG*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, 2019.

SANT'ANA, R. S.; SILVA, J. F. S. da. O método na teoria social de Marx: e o Serviço Social? In: *Revista Temporalis*, ano 13, n. 25, p. 181-2013. Brasília (DF): jan./jun. 2013.

SANTOS, C. M. dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas do Serviço Social. *Revista Conexões Geraes*. CRESS 6ª região. A dimensão técnico operativa do Serviço Social. v. 2, n. 3, p. 25-30, 2º semestre de 2013.

_____. As dimensões da prática profissional do Serviço Social. *Revista Libertas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2002.

_____. *Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____. *Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

_____; FILHO, R. S.; BACKX, S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

_____; NORONHA, K. O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social – uma Perspectiva Crítica. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). *Serviço Social: Temas, Textos e Contextos – Coletânea Nova de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, F. H. C. dos; MELO, T. V. de. Visita Domiciliar no Serviço Social: instrumento de controle ou de garantia de direitos? In: RAMOS, A.; SANTOS, F. H. C. dos. *A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 87-107.

SANTOS, J. S. Apropriações da tradição marxista no Serviço Social. In: *Cadernos Especiais*, n. 42, edição: 22 de janeiro a 19 de fevereiro de 2007.

SARMENTO, H. B. M. Instrumental técnico e o Serviço Social. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

SETUBAL, A. A. *Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, D. T.; CAPUTI, L.; PAULA, L. G. P. de. O projeto ético-político crítico do Serviço Social brasileiro e sua vinculação com a luta por uma sociedade anticapitalista. In: RODRIGUES, A. S.; SILVA, D. T.; PAULA, M. M. de; DUARTE, R. A. *Serviço Social e debates contemporâneos – trilhando reflexões para o trabalho e a formação profissional*. Curitiba: CRV, 2021.

SILVA, J. F. S. da; CARMO, O. A. do. Sociabilidade Burguesa, Violência e Serviço Social. In: SILVA, J. F. S. da; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. de S. *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social – Coletânea Nova de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SILVA, J. F. S. da. Serviço Social: razão ontológica ou instrumental? *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 71-82, jan./jun. 2013.

SILVA, L. L. dos S.; PAULA, L. G. P. de; SILVA, N. C. O. Serviço Social e Planejamento: reflexões sobre o exercício profissional do/da Assistente Social. In: GUERRA, Y.; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. *Temas contemporâneos em Serviço Social* – uma análise de seus fundamentos. Campinas: Papel Social, 2019.

SOARES, L. G. B. *Gestão da saúde, conceito de planejamento estratégico e o Serviço Social*. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/040.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2019.

SOUZA, C. T. de. Serviço Social, Instrumentalidade e Estudos Sociais. In: RAMOS, A.; SANTOS, F. H. C. dos. *A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 45-85.

TEIXEIRA, J. B. *Concepção da dimensão política da prática profissional*. In: Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Formulação, administração e execução de políticas públicas*. In: *Serviço Social – direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TONI, J. de. O planejamento estratégico e situacional (PES). In: BROSE, M. *Metodologia Participativa* – uma introdução a 29 instrumentos. 2.ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

_____. *Planejamento participativo: possibilidades metodológicas alternativas*. Disponível em: http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_II_congresso_consad/painel_14/planejamento_participativo_possibilidades_metodologicas_alternativas.pdf. Acesso em: 22 mai. 2019.

TRENTINI, M. Relação entre teoria, pesquisa e prática. *Revista da Escola de Enfermagem*, USP, São Paulo, 21(2), p. 135-146, ago. 1987.

TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; Guerra, Yolanda (org). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

_____. *Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos*

profissionais. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/65N06Bp3L00e1-373q8j6.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2021.

VASCONCELOS, A. M. *A prática do Serviço Social – cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. São Paulo: Cortez, 2002.

VAZQUEZ, A. S. *Ética*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

WERNECK, E. *Karel Kosik e a superação da pseudoconcreticidade*. Disponível em: [file:///C:/Users/lugpp/Downloads/phfaraujo-gerente-da-revista-g-nota-critica-e-verton-werneck%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/lugpp/Downloads/phfaraujo-gerente-da-revista-g-nota-critica-e-verton-werneck%20(1).pdf). Acesso em: 04 mai. 2021.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B.; MOLJO, C. B.; SERPA, M.; SILVA, J. F. S. da. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.